Município de Capanema - PR

PORTARIA Nº 8.546 DE 23 DE NOVEMBRO DE 2023.

Nomeia Agente de Contratação, Pregoeiro e equipe de apoio para conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

O Prefeito do Município de Capanema/PR, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE

Art. 1º Nomeia-se a servidora ***Roselia Kriger Becker Pagani*** para exercer a função de AGENTE DE CONTRATAÇÃO e de PREGOEIRO(A) do Município de Capanema, a fim de conduzir os atos das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Somente em licitações na modalidade pregão o(a) agente responsável pela condução do certame é designado(a) pregoeiro(a).

Art. 2º Nomeia-se os servidores ***Fabiana Schulz Padilha, Amanda Pereira de Andrade*** e ***Felipe Carvalho Romero*** para exercerem a função de equipe de apoio das licitações e contratações municipais derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Os servidores mencionados no caput deste artigo auxiliarão o(a) Agente de Contratação e o(a) Pregoeiro(a) no desempenho de suas atribuições.

Art. 3º Integram o rol de atribuições do(a) Agente de Contratação e do(a) Pregoeiro(a) a tomada de decisões, o acompanhamento do trâmite da licitação, o impulsionamento do procedimento licitatório e a execução de quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação e das contratações diretas, incluindo a solicitação de emissão de pareceres técnicos e jurídicos para subsidiar as suas decisões.

§ 1º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará os membros da equipe de apoio quando necessário e delegará as atribuições para o regular desenvolvimento das licitações e contratações municipais.

§ 2º O(A) Agente de Contratação ou o(a) Pregoeiro(a) convocará servidores públicos efetivos, que possuam conhecimento técnico acerca do objeto da licitação para auxiliarem em atos dos certames.

Art. 4º A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, em 23 de novembro de 2023.

Américo Belle
Prefeito Municipal

0 8 002

SOLICITAÇÃO DE ABERTURA DE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Pelo presente instrumento solicitamos a abertura do processo de contratação, sujo objeto é: **AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Solicitamos ao Departamento de Contratações Públicas que promova a instrução do processo, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022, realizando as diligências e os procedimentos necessários até a efetiva contratação.

Os seguintes documentos vão anexos a esta solicitação:
1 - Termo de Referência (TR);
2 – Orçamentos;

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 19 de julho de 2024.

Respeitosamente,

Gilmar Gobato
Secretário Municipal de Administração

TERMO DE REFERÊNCIA (TR)

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Órgão gestor: Secretaria Municipal de Administração - SECAD;

1.1.2. Órgãos participantes: Demais Secretarias Municipais.

1.2. RESPONSÁVEL(IS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

1.2.1. Gilmar Gobato.

1.2.2. Raquel Albano.

2. DA MODALIDADE E DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. Indica-se o **Pregão**.

2.2. DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Indica-se a forma **presencial, exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, sediadas em Capanema-PR.**

2.2.2. A opção pela modalidade de pregão **presencial** deriva do disposto no art. 26, incisos III, V, IX e X, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022[1].

2.2.3. Além da previsão legal mencionada acima considerando-se as peculiaridades do objeto da contratação, vislumbrou-se a necessidade de que as empresas fornecedoras dos materiais que compõem o objeto da presente contratação, bem como do serviço para com os materiais, sejam localizadas no Município de Capanema/PR, para que a dinâmica da requisição de compra e efetiva entrega seja ágil, incluindo todo o procedimento de recebimento e atesto da qualidade dos produtos fornecidos, com eventual procedimento de substituição dos materiais. Destarte, revela-se mais vantajosa a realização do pregão em forma presencial em razão desta viabilizar e fomentar a participação de empresas locais. Nesse rumo, foi considerada mais adequada a realização do Pregão na forma presencial, do que a delimitação de um raio

---

[1] Art. 26. As contratações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial nas seguintes hipóteses**:
(...) III - aquisição de **materiais elétricos** para manutenção predial;
(...) V - serviços de **manutenção elétrica predial, de iluminação pública** e de aparelhos de ar condicionado, com ou sem fornecimento de material;
(...) IX - **contratações exclusivas para microempresas e empresas de pequeno porte**, na forma do art. 13 desta Lei;
X - **aquisição de produtos**, contratação de serviços e realização de obras e serviços de engenharia, **em que haja três ou mais fornecedores com sede no Município de Capanema/PR**, devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores Locais e que manifestem interesse em participar do certame, por meio de declaração ou por meio de fornecimento de orçamento na fase interna do processo de contratação.

territorial máximo da sede da empresa. Repise-se, entretanto, que apesar das justificativas acima, há previsão legal disposta na Lei Complementar Municipal 14/2022, que autoriza essa modalidade de sessão para o objeto a ser contratado.

2.2.4. Destaca-se, por fim, que a sessão pública do certame será gravada em áudio e vídeo, bem como terá transmissão ao vivo pela internet, conferindo total transparência no procedimento adotado.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E DEMAIS MATERIAIS ELÉTRICOS, COM MÃO DE OBRA.

3.2. Justificativas do parcelamento ou não do objeto e da participação

3.2.1. O agrupamento por lote possibilita uma logística mais efetiva, o que impede que os itens sejam entregues separadamente (por fornecedores variados) e em momentos distintos, o que traria prejuízo às demandas rotineiras dos órgãos participantes.

3.2.2. Ainda, faz-se necessário que o fornecedor dos materiais seja o mesmo da prestação de serviço, haja vista a especificidade do objeto, bem como, para melhor aproveitamento da garantia e fiscalização.

3.2.3. Justifica-se ainda o agrupamento dos diversos materiais em lotes por existir compatibilidade entre si e serem de naturezas semelhantes, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa, ampliando-se a participação e a competitividade no curso do certame, que é estimulada pela legislação de regência (arts. 4º, LCM 14/2022 e 5º, Lei Federal nº 14.133/2021).

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, DOS QUANTITATIVOS E DOS VALORES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

LOTE ÚNICO – EXCLUSIVO ME/EPP CAPANEMA/PR						
Item	Código do Produto/ Serviço	Descrição do Produto/Serviço	Quantidade	Unidade	Preço Máximo Unitário (R$)	Preço Máximo Total (R$)
1		TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1	UN	19.040,00	19.040,00
2		CORDOALHA 6MM	100	M	7,80	780,00
3		CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300	M	7,00	2.100,00
4		ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20	UN	30,00	600,00
5		CHAVE FUSÍVEL 13,8 KV	3	UN	336,30	1.008,90

08. 005

6		ISOLADOR BASTÃO 13,8 KV	6	UN	60,00	360,00
7		GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25 MM 15KV	6	UN	47,43	284,58
8		CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400	UN	13,00	5.200,00
9		CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200	UN	19,00	3.800,00
10		FIO PARALELO 2,5MM	4.000	M	4,50	18.000,00
11		FIO PARALELO 4MM	2.000	M	6,90	13.800,00
12		FIO 6MM	2.000	M	5,50	11.000,00
13		FIO 10 MM	3.000	M	9,10	27.300,00
14		BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	UN	7,62	2.286,00
15		ARRAME GALVANIZADO 14 MM	10	KG	22,23	222,30
16		CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40	M	95,00	3.800,00
17		RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500	M	65,10	32.550,00
18		TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400	UN	7,52	3.008,00
19		PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200	UN	3,50	700,00
20		FITA ISOLANTE 20M	300	UN	4,40	1.320,00
21		LÂMPADAS 50 WHATS	300	UN	19,50	5.850,00
22		DISJUNTOR 3X200A	2	UN	425,00	850,00
23		CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50	M	70,40	3.520,00
24		CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50	M	25,97	1.298,50
25		FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100	M	9,50	950,00
26		FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30	M	9,50	285,00
27		DISJUNTOR 3X50A NEMA	5	UN	96,00	480,00

0 B. 006

28		DISJUNTOR 3X100A NEMA	10	UN	142,89	1.428,90
29		DISJUNTOR 2X50 NEMA	20	UN	85,00	1.700,00
30		HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3	UN	35,00	105,00
31		GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5	UN	5,45	27,25
32		TERMINAL OLHAL 95MM	4	UN	11,46	45,85
33		MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900	H	50,00	45.000,00
34		POSTE B-600 12 METROS	1	UN	1.500,00	1.500,00
35		POSTE D-150 10,5 METROS	1	UN	765,00	765,00
VALOR TOTAL DO LOTE					**R$ 210.965,30**	
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO DE TODOS OS LOTES					**R$ 210.965,30**	

4.1. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. Para todos os efeitos, considerar-se-ão as versões mais atualizadas (vigentes à época do fornecimento) das normas regulamentadoras (normas técnicas) expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT[2]).

4.1.2. A respeito do **item 1**, deverá seguir as especificações contidas na imagem abaixo (imagem do transformador a ser substituído):

[2] https://abnt.org.br/



5. MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Condições gerais:

5.1.1. O Contratado deverá fornecer/prestar os produtos/serviços solicitados em até **5 (cinco) dias corridos** após o recebimento de requerimento formal do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta.

5.1.1.1. Diante de situação excepcional ou diante da impossibilidade fática mercadológica, o prazo indicado no subitem 5.1.1 poderá ser reduzido ou ampliado, respectivamente, conforme constar no requerimento a que se refere o subitem seguinte.

5.1.2. O requerimento mencionado no subitem anterior será emitido, preferencialmente, em formato digital, e deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;

b) Descrição dos objetos ou serviços a serem fornecidos ou prestados;

c) Local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;

d) Prazo para entrega dos objetos ou para a execução dos serviços;

e) Quantidade, medidas, especificações, marca etc. dos objetos ou dos serviços, quando for o caso;

f) Justificativa da quantidade requisitada;

g) Justificativa da necessidade do objeto, identificando, especificamente, em qual serviço/atividade/local será utilizado/destinado o objeto;

h) Assinatura da(o) Fiscal da Contratação e/ou do(a) Secretário(a) da pasta.

5.1.2.1. O requerimento, em regra, somente poderá ser enviado ao Contratado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente, constituindo responsabilidade do Fiscal Administrativo da Contratação, da respectiva Secretaria contratante, a realização das diligências necessárias.

5.1.2.2. Diante da urgência ou da dinâmica acordada entre as partes, o requerimento indicado no subitem 5.1.2 poderá ser encaminhado diretamente para o Contratado, sem a respectiva nota de empenho.

5.1.3. O requerimento indicado no subitem 5.1.2. será encaminhado ao Contratado por e-mail ou por WhatsApp.

5.1.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento ou a prestação dos serviços caso sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 5.1.2.

5.1.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.

5.1.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e possibilita a responsabilização dos envolvidos.

5.1.6. O fornecimento/prestação do produto/serviço pelo Contratado sem o prévio recebimento do requerimento indicado neste item, configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.

5.1.7. O(s) requerimento(s) deverá(ão) ser conferido(s) pela comissão de recebimento da Secretaria contratante, para fins de recebimento definitivo, preferencialmente de forma digital.

5.1.8. Os requerimentos emitidos pela(s) Secretaria(s), após o recebimento definitivo, deverão ser armazenados em arquivo próprio da Secretaria contratante e/ou nos arquivos contábeis da SEFAZ, preferencialmente de forma digital, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

5.2. Condições específicas:

5.2.1. Não se aplica.

6. OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S) NA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. Obrigações gerais:

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo, naquilo que não confrontar com as obrigações específicas a seguir.

6.2. Obrigações Específicas:

6.2.1. Todas as despesas, diretas e indiretas, correrão por conta do Contratado, inclusive transporte/deslocamento até o local indicado para entrega do objeto, carga, descarga, tributos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do objeto contratado.

6.2.2. O Contratado deverá entregar bens de qualidade, conforme especificado neste Termo de Referência, que serão fiscalizados pelos fiscais indicados no tópico seguinte, ficando reservado à Administração Pública o direito de exigir a substituição imediata em caso de baixa qualidade e/ou em desconformidade com o especificado.

6.2.3. Os produtos/serviços deverão ser entregues/prestados pelo Contratado no Parque de exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema-PR.

6.2.4. Comunicar ao Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução.

6.2.5. Substituir às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, os objetos que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, dos produtos empregados e/ou da entrega.

6.2.6. Será de responsabilidade do Contratado a entrega dos produtos até o local indicado dentro do prazo estabelecido pelo Contratante.

6.2.7. A empresa deverá ter capacidade e disponibilidade de profissional para prestação de serviços a ser desenvolvido junto à alta tesão e diversos, inclusive durante a semana, finais de semana e feriados, em qualquer horário, conforme necessidade do Contratante.

6.2.8. Todo equipamento/material utilizado para o serviço, como alicates, escadas, EPI's, etc., não considerando os a serem adquiridos e instalados no local, deverão ser de propriedade/responsabilidade do Contatado.

6.2.9. O cumprimento de todas as normas regulamentares sobre Medicina e Segurança do Trabalho, obrigando seus empregados a trabalharem com equipamentos individuais, fornecidos pelo próprio Contratado, para proteção da saúde e da integridade física dos seus profissionais.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Condições Gerais:

7.1.1. Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas nas minutas da ata e do contrato, aprovadas pela PGM.

7.2. Condições específicas:

7.2.1. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do(s) fiscal(is), de modo assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pelo Contratado, efetuando avaliação periódica da execução do objeto da contratação.

7.2.2. Os Fiscais Administrativos e Técnico da contratação poderão realizar vistoria *in loco*, nas dependências do estabelecimento do Contratado, a qualquer momento, durante a vigência da ata/contrato, bem como exigir a comprovação da natureza e da qualidade das mercadorias.

7.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3. Preposto.

7.3.1. O Contratado designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.3.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.4. Reunião Inicial.

7.4.1. Após a assinatura do Contrato e a designação dos Fiscal(is) da Contratação (caso não tenham sido designados no TR), será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos, Edital, se houver, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto da contratação.

7.4.2. A reunião ocorrerá em até **10 (dez) dias úteis** da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério do Contratante.

7.4.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Presença, física ou virtual, do representante legal do Contratado, que apresentará o(s) seu(s) preposto(s);

b) Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de ciência, se houver;

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

d) Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, se houver, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada no termo de referência, se houver.

7.5. Fiscalização.

7.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos, nos termos do regulamento, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.5.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no disposto neste item.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	**Descrição**
Finalidade	Medir o tempo de atraso na execução do objeto da contratação, de acordo com o disposto neste TR .
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a (90)%.

Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	**IAP = 100 * (ΣQtap / ΣQtr)** Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; ΣQtap = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; ΣQtr = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

7.5.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produzir os resultados acordados;

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.4. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da execução do objeto da contratação.

7.6. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

Função	Servidor	Matrícula	Cargo	Lotação
Fiscal Administrativo da Contratação	Raquel Albano	44781	Assessora Especial de Processamento de Dados	SECAD
Fiscal Técnico da Contratação	Lucian Carlos Pilati	29301	Assessor de Gabinete	SEMOB
Gestor da Contratação	Raquel Albano	44781	Assessora Especial de Processamento de Dados	SECAD

7.6.1. Cabe ao(à) Fiscal Técnico(a) da contratação:

a) a análise das questões técnicas e a aferição dos documentos relativos à qualidade dos materiais fornecidos e serviços prestados;

b) tomar ciência das ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do contrato/ata de registro de preço.

7.6.1.1. A seleção de **Lucian Carlos Pilati** para atuar como fiscal técnico da contratação, deriva dele estar nomeado para o cargo de Assessor de Gabinete da SEMOB, cujas atribuições incluem a fiscalização de contratos, além de possuir breve experiência na área, por também ser fiscal de contratos semelhantes, como por exemplo, da manutenção da iluminação pública.

7.6.2. Aos Fiscais Administrativos da contratação incumbem as seguintes atribuições:

a) atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega ou a execução dos serviços;

b) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato ou na ata de registro de preços;

c) verificar se o prazo de fornecimento dos produtos ou de execução dos serviços, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual ou na ata de registro de preços;

d) comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for ocaso;

e) acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado/registrado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente/no registro;

f) observar que os funcionários se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato/registro;

g) acompanhar a execução contratual ou da ata de registro de preços, informando ao(à) gestor(a) as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço, por meio do termo anexado a presente instrução;

h) informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao(à) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços;

i) emitir e controlar, periodicamente, as ordens de compras/serviços necessárias para a execução do objeto contratado/registrado;

7.6.3. Os materiais adquiridos estarão sujeitos à fiscalização e controle de qualidade durante toda a vigência da contratação, de ofício ou por requerimento, por meio da realização de testes em amostras de produtos ou de materiais fornecidos juntamente com a avaliação de sua conformidade com a especificação declarada, nos termos do regulamento municipal que garanta o contraditório e a ampla defesa.

7.6.4. O Município de Capanema poderá contratar empresa especializada para a realização dos testes em amostras de produtos ou de materiais fornecidos, a qualquer tempo, após a entrega desses produtos ou materiais.

7.6.5. Respeitado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do regulamento, constatando-se a inconformidade das amostras testadas, a empresa contratada será responsável pelo ressarcimento das despesas relacionadas aos testes realizados, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, cível e criminal.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. Condições gerais:

8.1.1. Aplicam-se as condições gerais de recebimento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo que não forem incompatíveis com as condições específicas previstas neste Termo.

8.2. Condições específicas:

8.2.1. DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE FORNECIMENTO.

8.2.1.1. **Em não sendo adotada** a regra estabelecida no subitem 5.1.2.1 para o fornecimento do objeto, **caberá ao Contratado apresentar, mensalmente, quinzenalmente ou outra periodicidade acordada entre as partes, para conferência e aprovação pelo gestor da contratação, um relatório de fornecimento/prestação de materiais/serviços.**

8.2.1.2. O relatório de fornecimento/prestação de materiais/serviços (planilha) conterá, no mínimo:

a) Identificação do produto/serviço;
b) Quantitativo de cada produto/serviço;
c) Identificação de qual Secretaria foi responsável pelo requerimento de cada produto/serviço;
d) Identificação do agente público responsável pelo requerimento e recebimento de cada produto/serviço;
e) Local de entrega/prestação de cada produto/serviço;
f) Data e hora;
g) Dados do Contratado;
h) Dados do contrato;
i) Valor unitário e total de todos os produtos.

8.2.1.3. O relatório de fornecimento de materiais deverá ser encaminhado mensalmente, ou na periodicidade acordada entre as partes, pelo Contratado ao Gestor da Contratação e/ou ao Fiscal Administrativo, via e-mail oficial.

8.2.2. Independente da obrigação do subitem 8.2.1.3, o Contratado será responsável pelas seguintes obrigações:

a) Todas as entregas dos produtos/serviços deverão conter um romaneio/termo próprio, que deverá ser assinado pelo agente público designado para recebê-los.
b) Deverá ser entregue uma via impressa do romaneio/termo, devidamente assinado pelo responsável do Contratado pela entrega dos produtos/serviços, com a identificação do nome completo tanto do agente público que recebeu os produtos/serviços, quanto do responsável do Contratado pela respectiva entrega;
c) Poderá ser emitida uma via digital do romaneio/termo, a qual será encaminhada ao Gestor da Contratação, via e-mail oficial.

8.2.3. No caso do romaneio/termo ser impresso, o agente público responsável pelo recebimento provisório do produto/serviço deverá entregar a via física assinada do romaneio/termo ao Gestor da Contratação, que manterá o controle de toda a documentação.

8.2.4. O Contratado deve considerar que o recebimento definitivo (medição) poderá ser realizada mensalmente ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data do efetivo fornecimento/prestação de serviços, conforme a periodicidade dos procedimentos acordados entre as partes.

8.2.5. Cabe ao Gestor da Contratação coordenar os trabalhos e procedimentos de recebimento definitivo das Comissões de Recebimento de cada Secretaria, devendo observar os prazos legais e os prazos previstos neste instrumento.

8.2.6. De posse dos dados informados pelo Contratado, o Gestor da Contratação encaminhará a documentação à comissão de recebimento, para conferência, inclusive para análise da existência e adequação dos requerimentos de fornecimento, conforme subitem 5.1.2 deste TR. Se regular, a comissão emitirá o termo de recebimento definitivo.

8.2.6.1. Compete à comissão de recebimento realizar a inspeção nos produtos/serviços fornecidos/prestados, conferindo a adequação das características dos produtos entregues com a descrição contida neste Termo de Referência e na proposta vencedora do certame.

8.2.7.2. Caso não seja possível aguardar a reunião da comissão para realizar a aferição do produto a que se refere o subitem anterior, é o servidor responsável pelo recebimento que deverá conferir a adequação das características dos produtos entregues com a descrição contida neste Termo de Referência e na proposta vencedora do certame, no âmbito do recebimento provisório, competindo à comissão de recebimento atestar a regularidade do procedimento.

8.2.8. Emitido o termo de recebimento definitivo pela comissão, o Gestor da Contratação informará ao Contratado e à SEFAZ.

8.2.9. Cabe ao Gestor da Contratação, com apoio dos Fiscais Administrativos da Contratação, encaminhar e acompanhar a documentação necessária para a SEFAZ, para liquidação contábil até o pagamento.

8.2.10. A emissão da nota fiscal pelo Contratado observará as diretrizes e orientações da SEFAZ.

8.2.11. O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando a execução do objeto da contratação estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.12. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução.

8.2.13. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 199, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

8.2.14. O recebimento provisório e/ou definitivo do objeto será feito por responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, e se dará se satisfeitas as seguintes condições:

a) Os produtos deverão estar devidamente embalados, acondicionados, identificados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações contidas neste TR, quando cabível;

b) Quantidade em conformidade com o que foi requisitado pela Secretaria;

c) No prazo, local e horário de entrega agendados, conforme previsto neste termo de referência.

8.2.15. O Município não receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Contratado efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

8.2.16. Havendo atrasos na entrega dos produtos, o Fiscal Administrativo da Contratação deverá consignar formalmente o atraso no âmbito do termo de recebimento provisório ou a comissão deverá constar o atraso no termo de recebimento definitivo, para aferição dos parâmetros estabelecidos no subitem 7.5 e aplicação das penalidades, se cabível.

8.2.17. O recebimento definitivo dos produtos ocorrerá após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Termo de Referência, Edital e pedido de fornecimento (requisição).

8.2.18. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo.

8.2.19. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual serão consignadas as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas**, contados a partir da solicitação da troca, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.2.20. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas no Edital.

8.2.21. Os custos com o recolhimento e substituição do material recusado serão arcados exclusivamente pelo Contratado.

8.2.22. Ao material não recolhido no prazo estipulado será dado destino que melhor convier ao Município.

8.2.23. Os produtos, mesmo entregues e aceitos, ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a má-fé do Contratado ou a pré-existência de irregularidades ou defeitos constatados quando de seu uso.

8.2.24. Os produtos fornecidos em desacordo com as especificações que integram este Termo de Referência não serão aceitos.

8.2.25. O Contratante reserva-se no direito de devolver no todo ou em parte, sem nenhum ônus, qualquer produto entregue que não esteja em conformidade com o solicitado e com as especificações deste Termo de Referência.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Condições gerais:

9.1.1. Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2. Condições específicas:

9.2.1. Não há condições específicas de pagamento para esta contratação.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2. A dotação orçamentária específica será indicada no Parecer Contábil.

11. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE E DA ESCOLHA DO OBJETO

11.1.1. Historicamente, o município de Capanema-PR sofreu grandes danos em decorrência de temporais no segundo semestre do ano de 2023. Um dos locais que fora afetado drasticamente, é o Parque de Exposições Armândio Guerra. Entre os danos, podemos salientar a causa do objeto desta contratação, onde o temporal derrubou uma árvore sobre os postes de sustentação de rede elétrica de alta tensão, danificando a própria rede e o transformador ora localizado.

11.1.2. Destaca-se que o fornecimento de energia elétrica se caracteriza como prestação de serviço público essencial, conforme disciplina a Lei Federal n° 7.783/89, em seu art. 10, inciso I, ao dispor que são considerados serviços ou atividades essenciais:" *tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis."*

11.1.3. Justifica-se a presente contratação pela necessidade de energização dos imóveis e espaços públicos do município, com qualidade e evitando riscos.

11.1.4. Assim, além da necessidade já descrita, consideramos a necessidade de reconstrução e funcionamento integral do Parque de Exposições, justificando o objeto para adequação do espaço para realização da 22ª Feira do Melado que acontecerá entre os dias 04 a 08 de Setembro de 2024, sendo caracterizado como o evento bienal mais importante do Município, pela tradição e pelo seu reconhecimento regional, bem como, pela necessidade de cumprir com a obrigação da Municipalidade assumida conforme plano de trabalho aprovado através do Acordo de Cooperação n° 01/2024, celebrado entre o Município de Capanema – PR, a ACEC – Associação Comercial e Empresarial de Capanema e a Sociedade Rural de Capanema.

11.1.5. As quantidades ora solicitadas se fundam na análise dos estragos causados pelo temporal e levantamento realizado pelos organizadores da Feira do Melado.

11.1.6. Cabe salientar que, inicialmente, os produtos e mão de obra especializada estão destinadas à adequação da rede de alta tensão do Parque de Exposições, mas que, a mão de obra também prevê demais serviços relacionados no mesmo local, e/ou conforme determinados pela Secretaria.

11.2. DO PREÇO

11.2.1. Inicialmente, cabe destacar que foram solicitadas propostas orçamentárias a 10 (dez) empresas, sendo que os itens foram objetos de cotação de 3 (três) empresas. Situação melhor justificada nos subitens 11.3.

11.2.2. Os valores máximos de cada item foram definidos através do **menor preço** obtidos de cotações via orçamentos encaminhados por fornecedores cadastrados no município.

11.3. A RAZÃO DAS EMPRESAS COTADAS

11.3.3.1. Não houve uma razão pré definida. Foi realizada busca de empresas locais que laboram diariamente com os itens deste processo, com auxílio do Escritório de Compras Municipal, e buscas na internet, sendo disparadas solicitações de orçamentos pela Secretaria de Administração, conforme comprovantes em anexo a este Termo.

11.3.3.2. Nesse passo, as empresas cotadas foram:

11.3.3.2.1. D Paradzinski;
11.3.3.2.2. Primosol LTDA;
11.3.3.2.3. Tiago Rogerio Ledur 07886245989;
11.3.3.2.4. Edman Eletricidade;
11.3.3.2.5. Fio Forte Elétrica;
11.3.3.2.6. Kimarki;
11.3.3.2.7. Partner SP;
11.3.3.2.8. Rizzon e Cia;
11.3.3.2.9. Unitrafo;
11.3.3.2.10. Werlang.

11.3.3.4. No que diz respeito ao subitem anterior, cabe frisar que recebemos cotação somente das empresas **D Paradzinski, Primosol LTDA** e **Tiago Rogerio Ledur 07886245989**.

11.3.3.4.1. As demais empresas cotadas não demonstraram interesse, salvo as indicadas nos subitens 11.3.3.2.6. e 11.3.3.2.10, que informaram não atender o objeto almejado.

11.4. DEMAIS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA

11.4.1. Não se aplica.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Faz-se necessária a adoção do Sistema de Registro de Preços em razão da necessidade de contratação fracionada do objeto da contratação, não havendo estimativa exata de necessidade do quantitativo total contratado. Dessa forma, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar (arts. 83, da Lei nº 14.133/2021 e 118, da LCM 14/2022).

12.2. Desta forma, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar. Justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão de a demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados.

12.3. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

12.4. O sistema de registro de preço é uma ferramenta que permite a aquisição de materiais de forma simplificada e ágil, uma vez que já foram realizados os procedimentos licitatórios para o estabelecimento dos preços e fornecedores registrados. Dessa forma, o Município de Capanema/PR poderá adquirir os produtos necessários de acordo com sua demanda, evitando a realização de licitações individuais, economizando tempo e recursos administrativos.

12.5. As demais regras aplicáveis serão indicadas na ata de registro de preços e/ou regulamento próprio.

13. PRAZO DE VIGÊNCIA DAS ALTERAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1. A ata de registro de preços possuirá vigência inicial de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo período.

13.2. **A ata de registro de preços poderá ser convertida em contrato, nos termos do art. 119 da LCM 14/22 e regulamento.**

13.3. Convertida a ata em contrato, a vigência do contrato respeitará o regime dos contratos administrativos.

13.4. A Secretaria interessada deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção.

13.5. Será possível extinguir o contrato, sem ônus, quando o contrato não oferecer vantagem ao Município.

13.5.1. A extinção mencionada no subitem 13.5 ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e somente poderá ser efetivada pela Administração até 2 (dois) meses antes da referida data.

13.5.2. Para evitar a extinção do contrato, na hipótese em que a Administração entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem, poderá ser aberta negociação com o contratado, objetivando a sua adequação e o restabelecimento da vantajosidade da contratação.

13.6. Na hipótese de conversão da ata em contrato, em não havendo indicação do cronograma de execução do objeto, a Administração não será obrigada a adquirir ou contratar o quantitativo integral previsto no contrato, sendo devido ao Contratado somente o que for efetivamente consumido.

13.7. Com relação às alterações contratuais, aplicam-se as disposições gerais previstas no Edital, na minuta da Ata de Registro de Preços e na minuta do Contrato Administrativo.

14. INFORMAÇÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL

14.1. <u>DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA</u>

14.1.1. A documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** consistirá em:

14.1.1.1. **Atestado e/ou declaração de capacidade técnica** fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente identificada, em nome da licitante, relativo a fornecimento de produtos e execução de serviços semelhantes e/ou idênticos ao objeto do presente Termo de Referência.

14.1.1.2. **Declaração**, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, **de que** dispõe de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para a realização das atividades.

14.1.1.3. Indicação de pelo menos um Engenheiro Elétrico para a execução dos trabalhos, devendo comprovar vínculo entre o Contratado e o profissional.

14.1.1.4. Comprovação de curso, especialização e/ou experiência em manutenção de redes de alta tensão, de pelo menos um funcionário do Contratado, que atenderá a demanda do Contratante.

0 8 01

14.2. DA SUBCONTRATAÇÃO

14.2.1. O Contratado somente poderá subcontratar os serviços objeto desta contratação com expresso consentimento do Fiscal Técnico da Contratação, desde que respeitadas as exigências contidas no item 14.1, sendo vedada a subcontratação de serviços para empresas que tenham participado da licitação na condição de licitante.

14.2.2. Se e quanto autorizada a efetuar a subcontratação dos serviços, o Contratado realizará a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, respondendo perante o Município de Capanema pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

15.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **MUNICÍPIO DE CAPANEMA** (CNPJ: 75.972.760/0001-60), sito na Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Centro, Capanema - PR, CEP: 85.760-000.

15.2. As Informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Contratações Públicas, por meio dos e-mails: *smcp@capanema.pr.gov.br* e *licitacao@capanema.pr.gov.br*.

15.3. Mecanismos formais de comunicação.

15.4.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

a) Ordem de Serviço;
b) Ata de Reunião;
c) Ofício;
d) Sistema de abertura de chamados;
e) E-mails;
f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

15.5. Havendo qualquer discordância entre a descrição ou unidade de medida do CATMAT e a do Edital/Termo de Referência, prevalecerá a descrição e unidade de medida constante do edital/Termo de Referência

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 03 de Julho de 2024.

Gilmar Gobato
Secretário Municipal de Administração

Ciência do(a)(s) Fiscal(is) da Contratação em 03 / 07 / 2024 :

0 B. 020

Lucian Carlos Pilati
Fiscal Técnico da Contratação

Raquel Albano
Fiscal Administrativo e Gestor da Contratação

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2024
Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAPANEMA E A ACEC – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA E A SOCIEDADE RURAL DE CAPANEMA PARA A REALIZAÇÃO DA FEIRA DO MELADO DE 2024.

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.972.760/0001-60, com sede administrativa na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.080, Centro, nesta cidade, doravante denominado MUNICÍPIO, representado por seu Prefeito, Sr. Américo Bellé, a **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA – ACEC**, inscrita no CNPJ/MF nº 77.830.370/0001-80, com sede na Avenida Espírito Santo, 1053, nesta cidade, doravante denominada ACEC, representada neste ato por seu Presidente, o sr. Luís Herique Kafer, inscrito no CPF/MF sob o nº 052.888.379-88, e a **SOCIEDADE RURAL DE CAPANEMA**, inscrita no CNPJ/MF nº 00.330.945/0001-71, com sede na Avenida Brasil, s/nº, nesta cidade, doravante denominada SOCIEDADE RURAL, representada neste ato por seu Presidente, o sr. Sérgio Chiamenti, inscrito no CPF/MF sob o nº 598.584.609-10, resolvem firmar o presente acordo mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente acordo de cooperação, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 02/2024, tem por objeto a realização da Feira do Melado de 2024, conforme o Plano de Trabalho que integra o presente de forma indissociável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

A presente parceria possui fundamento nos art. 31 e 32 da Lei Federal 13.019/2014 e artigos 7º e 13 do Decreto Municipal nº 6.382/2017.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

Além das obrigações do Município previstas no Plano de Trabalho, o Município promoverá o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA ACEC

A ACEC obriga-se a:

I - desenvolver as atividades descritas no Plano de Trabalho;

II - manter conta corrente específica na instituição financeira para movimentação dos valores referentes à 22ª Feira do Melado;

III - responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que disser respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

IV - arcar exclusivamente com todas as despesas provenientes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados aos seus colaboradores e à execução do objeto previsto neste acordo;

V - permitir o livre acesso dos agentes do Município, do controle interno e do Tribunal de Contas, correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente acordo, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VI - realizar as compras e contratações conforme estabelece os artigos 30 a 34 do Decreto Municipal nº 6.382/2017, comprovando as despesas efetuadas por notas fiscais, recibos e demais documentos comprobatórios, revestidos das formalidades legais, os quais deverão conter a descrição do bem ou do serviço adquirido;

VII - obter de seus fornecedores e prestadores de serviços notas, comprovantes fiscais ou recibos, com data, valor, nome e número de inscrição no CNPJ da organização da sociedade civil e do CNPJ ou CPF do fornecedor ou prestador de serviço, para fins de comprovação das despesas;

VIII - **prestar contas ao Município dos recursos recebidos e das despesas realizadas para a execução da 22ª Feira do Melado, por meio de uma prestação de contas detalhada de todas as receitas e despesas, indicando cada patrocinador, cada fornecedor, cada objeto ou serviço contratado, os seus valores unitários e totais, anexando a respectiva documentação comprobatória, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento da Feira do Melado;**

IX - responsabilizar-se pelos encargos de natureza fiscal, trabalhista e previdenciária, danos causados a terceiros e pagamentos de seguros em geral, eximindo o MUNICÍPIO, de quaisquer ônus ou reivindicações, perante terceiros, em juízo ou fora dele;

X - atender ao que dispõe a Lei de Acesso à Informação;

XI - fornecer ao Município cópia digitalizada e do respectivo arquivo digital editável, de todos os documentos produzidos em nome da ACEC ou da Comissão Especial relativos à execução da Feira do Melado 2024, incluindo contratos, ofícios, mapas, croquis, imagens e toda a documentação e relatórios de venda de ingressos disponibilizada pela empresa contratada para executar os shows, no prazo de até 90 (noventa) dias após o encerramento da Feira do Melado 2024.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SOCIEDADE RURAL

A Sociedade Rural obriga-se a:

I - organizar e promover a realização de Leilão de Gado Geral;

II - fiscalizar e providenciar toda documentação necessária para participação dos expositores da parte de pecuária e outros animais;

III - indicação e acompanhamento de Profissional para responsabilidade técnica dos eventos relacionados com a pecuária;

IV - se responsabilizar pelos fatos ocorridos na realização dos leilões e nos espaços em que se encontrarem os animais;

V - contratar profissional para responsabilidade técnica dos eventos relacionados com a pecuária, por intermédio da Comissão Especial.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E ALTERAÇÃO

6.1. O termo inicial da vigência do presente acordo será no dia de sua assinatura. O termo final será no dia 31/12/2024.

6.2. O presente acordo poderá ser prorrogado nas seguintes hipóteses:

a) a requerimento da Entidade Parceira por igual ou inferior período; ou

b) de ofício pelo Município, se este tiver dado causa.

6.3. Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar a execução do evento, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

6.4. O presente acordo poderá ser alterado por acordo entre as partes, através de termo aditivo, vedada a modificação do objeto, permitida a sua ampliação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES

Ficam vedadas as seguintes ações:

I - utilizar os recursos arrecadados com a execução da Feira em outras atividades não autorizadas pelo Município;

II - realizar pagamentos, movimentação de conta, aquisições e contratações de modo diverso do pactuado.

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O MUNICÍPIO efetuará a fiscalização da regularidade da execução do presente acordo através da Comissão de Monitoramento, do Gestor da Parceria, do Chefe da Divisão de Contabilidade e do Controle Interno Municipal.

8.2. Fica designado o Sr. Franconer Minte, como Gestor do acordo de cooperação.

8.3. Fica designada Comissão de Monitoramento e Avaliação do acordo de cooperação, a ser composta pelos seguintes agentes públicos:

a) Franconer Minte;

b) Altair Palm;

c) Tatiane Sott .

8.4. A forma de execução do acompanhamento e da fiscalização deverá ocorrer por meio de relatórios de execução e de encerramento do evento.

8.5. Caberá ao Gestor da Parceria a emissão do Relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que

o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

8.6. O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

c) valores efetivamente despendidos pela administração pública;

d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo acordo;

e) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

CLÁUSULA NONA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E PAGAMENTOS POR PARTE DAS ENTIDADES

9.1. As entidades parceiras obrigam-se a apresentar prestação de contas parcial e final, na forma e nos prazos descritos nesta Cláusula.

9.2. A Prestação de Contas Final deverá ser encaminhada até 90 (noventa) dias após o término da 22ª Feira do Melado, e deverá conter, no mínimo os seguintes documentos:

a) Extrato da conta corrente, desde o dia da celebração deste acordo até a data da prestação de contas;

b) Relatório discriminado, por fornecedor, objeto, serviço, valor unitário e total, de todas as receitas e despesas a cargo das entidades parceiras realizadas para a execução da 22ª Feira do Melado;

c) Cópia de todos os documentos fiscais que comprovem a realização das despesas;

d) Justificativa para as despesas que não contenham documentos fiscais;

e) Outros documentos solicitados pela Comissão de Monitoramento deste acordo.

9.3. Os documentos emitidos devem ser legíveis, sem rasuras, e constar certificação do responsável pelo recebimento das mercadorias ou serviços prestados.

9.4. As despesas da 22ª Feira do Melado a cargo das entidades parceiras serão pagas mediante transferência bancária (TED, DOC, PIX), com a respectiva emissão de nota fiscal, cupom fiscal ou recibo pelo fornecedor, contendo todos os dados da contratação e a identificação completa do fornecedor.

9.5. Todo o valor arrecado pelas entidades parceiras deverão ser depositadas em conta corrente única e exclusiva, de titularidade da ACEC.

9.6. Salvo despesas extremamente urgentes durante a execução do evento, todas as demais contratações por parte das entidades parceiras deverão conter cotações com fornecedores ou justificativa da escolha do fornecedor.

9.7. A comprovação do atendimento das regras deste acordo deverá ser apresentada ao MUNICÍPIO sob a forma de relatório ou parecer.

9.8. É assegurado ao Município de Capanema, a qualquer tempo, acesso aos registros e documentos referentes à execução da 22ª Feira do Melado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS SANÇÕES

10.1. No caso de rejeição da prestação de contas deverá ser instaurada tomada de contas especial, podendo ser aplicadas as seguintes sanções previstas no art. 73 da Lei Federal n.º 13.019/2014:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública municipal, por até dois anos;

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de dois anos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

11.1. O presente acordo de cooperação poderá ser:

a) denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 30 (trinta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

b) rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

1 - utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou deste acordo;

2 - inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

3 - constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

4 - verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

11.2. Ao término da parceria, os bens remanescentes adquiridos, produzidos ou transformados, bem como saldo superavitário da conta corrente do evento, serão destinados à melhoria e aperfeiçoamento da estrutura do Parque de Exposições do Município, cujas diretrizes serão definidas em comum acordo pelo Município e pela Comissão Especial.

11.2.1. Em não sendo utilizados os recursos na forma do subitem 11.2, esses poderão ser utilizados na organização e realização da próxima feira.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESPONSABILIDADE E DA RESTITUIÇÃO

12.1. As entidades parceiras comprometem-se a cumprir o disposto no plano de trabalho e neste acordo, especialmente quanto a lisura e transparência na realização de contratações e

aquisições com as verbas advindas do evento, sob pena de aplicação das sanções previstas na cláusula décima, sem prejuízo da responsabilidade pessoal do agente que deu causa a malversação das verbas do evento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema, Estado do Paraná, para dirimir as questões decorrentes da execução do presente acordo de cooperação, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão regulados pelos dispositivos legais vigentes: Lei nº 13.019/2014, Decreto Federal nº 8.726/2016 e Decreto Municipal nº 6.382/2017.

E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 6 de maio de 2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Luís Henrique Kafer
Presidente da ACEC

Sérgio Chiamenti
Presidente da Sociedade Rural de Capanema

06.027 06.071

ACEC
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

PLANO DE TRABALHO
REALIZAÇÃO DA FEIRA DO MELADO 2024

1. IDENTIFICAÇÃO DAS ENTIDADES PARCEIRAS:

1.1 Dados da Instituição 1:

NOME DA INSTITUIÇÃO: ACEC – Associação Comercial e Empresarial de Capanema
CNPJ: 77.830.370/0001-80
Endereço: Av. Espírito Santo, 1053 – Centro
CEP: 85.760-000
Telefone/Fax: (46) 3552-1789
E-mail institucional: pacapanema@acecempresarial.com.br
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO: Luiz Henrique Kafer
Função: Presidente
CPF: 052.888.379-88
Telefone/Celular: 46 99940 7599
E-mail: luishkafer@gmail.com

1.2 Dados da Instituição 2:

NOME DA INSTITUIÇÃO: Sociedade Rural de Capanema
CNPJ: 00.330.945/0001-71
Endereço: Av. Brasil, s/nº
CEP: 85760-000
RESPONSÁVEL PELA INSTITUIÇÃO: Sérgio Chiamenti
Função: Presidente
CPF: 598.584.609-10
Telefone/Celular: 46.99916-4868

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PARCERIA

Realização da 22ª Feira do Melado, do Município de Capanema-PR, que acontecerá, a princípio, entre os dias 4 a 8 de setembro de 2024.

3. DESCRIÇÃO DAS METAS A SEREM ATINGIDAS

I - Divulgação do Melado e Açúcar Mascavo, produzidos por agricultores do Município, que deram origem à feira, ressaltando a indicação geográfica obtida junto ao INPI e a qualidade dos produtos locais;

II - Divulgação e valorização das agroindústrias e produtos da agricultura familiar do município;

III - Divulgação e comercialização de produtos da indústria e comércio do município e região;

IV - Leilão e mostra de gado do município e região;

V - Feira e comercialização de pequenos animais, tais como, aves e cães;

VI - Demonstração de novas tecnologias, especialmente do setor agropecuário, de acordo com a nossa região;

VII - Demonstração de setores explorados no município, como: bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, apicultura, fruticultura, olericultura, entre outros;

VIII - Promover evento cultural e shows durante a feira;

IX - Fomentar a culinária e os pratos típicos de Capanema, objetivando, também, a criação de um roteiro gastronômico no município;

X - Fomentar e consolidar Capanema como roteiro do Ecoturismo no Estado do Paraná.

4. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES PARA EXECUÇÃO

FEVEREIRO	Elaboração do plano de mídia
	Solicitação de aumento de carga à Copel.
	Reuniões com a Comissão Especial da Feira
	Solicitação de Apresentação da Esquadrilha da Fumaça
	Solicitação de Patrocínios
MARÇO	Definição dos patrocinadores oficiais
	Fazer parcerias com instituições afins
	Aprovação da Logo Oficial da Feira
	Escolha do tema da Feira
	Reuniões com a Comissão Especial da Feira
	Reunião com setor das Agroindústrias (melado e derivados, mel)
	Criação de Material Gráfico e Divulgação
	Criação da Comissão Geral e setorizar as funções
ABRIL	Início da reforma do parque
	Criação da página oficial da feira
	Encaminhamento de Ofícios a autoridades
	Copel - o que falta
	Consulta de preço das estruturas
	Consulta de orçamento de segurança do parque e estacionamento
	Dimensionamento e conferência da manutenção elétrica
	Reuniões com a Comissão Especial da Feira
MAIO	Corpo de Bombeiros- O que falta
	Contratação de empresa de sonorização
	Reuniões com a Comissão Especial da Feira

	Programação das regras na comercialização de bebidas
	Lançamento do edital para escolha da empresa que executará os shows
	Rever Cronograma
	Início processo licitatório de equipamentos de estrutura da feira
	Avaliar funcionamento das câmeras de vigilância no parque de exp.
	Definição da planta baixa e valores dos espaços a serem comercializados
	Reunião da Comissão Geral da Feira
JUNHO	Projeto Paisagismo – Casa Familiar Rural
	Solicitação da liberação dos bombeiros
	Levantamento de todos os itens/estruturas/equipamentos (limpeza, parte elétrica, manutenção)
	Lançamento Oficial da 22ª Feira do Melado
	Escolha da Rainha da Feira do Melado
	Reunião da Comissão da Feira
JULHO	Execução dos trabalhos planejados
	Rever cronograma
	Reunião da Comissão da Feira
AGOSTO	Encaminhamento de Ofícios a autoridades
	Reunião da Comissão da Feira
	Rever estrutura de equipamentos do melado
	Dimensionamento e conferência da manutenção elétrica
	Ofício de solicitação para a Copel para o aumento de carga
SETEMBRO	Execução dos trabalhos planejados
	Reunião da Comissão da Feira
	Realização da feira do melado de 04 a 08 de setembro

5. PREVISÃO DE RECEITAS E DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Considerando como parâmetro as receitas e as despesas da 21ª Feira do Melado, ocorrida no ano 2022, bem como o planejamento de investimentos e inovações para a presente edição, foram definidas as seguintes previsões para a 22ª Feira do Melado:

- DESPESAS: R$ 2.207.800,00
- RECEITAS: R$ 1.718.532,58
- PREFEITURA: R$ 745.000,00



A previsão orçamentária estimada segue discriminada a seguir:

PROVÁVEIS DESPESAS	
APOIO PREFEITURA	
REFORMAS (estrutura, hidráulica, elétrica etc.)	30.000,00
ALUGUEL E MONTAGEM DE ESTRUTURAS MÓVEIS NÃO COMERCIALIZÁVEIS	200.000,00
FOGOS DE ARTIFÍCIO	40.000,00
PAISAGISMO	80.000,00
UNIFORME /COLETES PARA ORGANIZAÇÃO DO EVENTO	15.000,00
MATERIAL GRÁFICO	110.000,00
MATERIAL DE LIMPEZA	15.000,00
ATRAÇÕES CULTURAIS	160.000,00
LEMBRANÇAS	15.000,00
SEGURANÇA E MONITORAMENTO	60.000,00
SONORIZAÇÃO DA TENDA CULTURAL	20.000,00
SUB-TOTAL	**745.000,00**
Obs. As despesas a serem realizadas pelo Município serão realizadas de acordo com a lei.	
COMISSÃO ORGANIZADORA	
COMBUSTÍVEL	10.000,00
SHOW	800.000,00
RAINHAS	15.000,00
ALUGUEL E MONTAGEM DE ESTRUTURAS MÓVEIS COMERCIALIZÁVEIS	150.000,00
APRESENTAÇÃO TENDA CULTURAL	15.000,00
LIMPEZA PARQUE	35.000,00
PECUÁRIA	
PREMIAÇÃO	20.000,00
TRANSPORTE	26.000,00
TOSQUIA	12.000,00
FENO	3.500,00
JULGADOR	5.000,00
TRATO LIMPEZA	10.000,00
ORDENHA	800,00
VETERINÁRIO LEITE	12.000,00
VETERINÁRIO TRÂNSITO ANIMAL	4.000,00
EXAMES BRUCELOSE E TUBERCULOSE	5.000,00
MARAVALHA	10.000,00
LICENÇA SANITÁRIA	3.000,00
RECUPERAÇÃO DO CAMPO FUTEBOL	5.000,00
SERVIÇOS E MATERIAL HIDRÁULICO	3.000,00



SERVIÇOS E MATERIAL ELÉTRICO	40.000,00
CORRESPONDÊNCIAS	4.000,00
LANCHES/ALMOÇOS/BEBIDAS	25.000,00
EVENTOS / ATRAÇÕES	35.000,00
DECORAÇÕES	10.000,00
DIVULGAÇÃO/ MARKETING/PROPAGANDA/PUBLICIDADE	125.000,00
SERVIÇOS TERCEIRIZADO E ORGANIZAÇÃO	22.500,00
FOTOS	12.000,00
SONORIZAÇÃO DA FEIRA	20.000,00
TARIFAS DIVERSAS	5.000,00
OUTROS	20.000,00
SUB-TOTAL	**R$ 1.462.800,00**

TOTAL DESPESAS	**R$ 2.207.800,00**

PROVÁVEIS RECEITAS (ATUALIZAR)	
PATROCÍNO	800.000,00
ESPAÇO BARRACÃO COMÉRCIO	208.450,00
ESPAÇOS NOVOS	50.000,00
ESPAÇO ALIMENTAÇÃO	110.000,00
ESPAÇO AGROINDÚSTRIA	15.000,00
ESPAÇO AGRONEGÓCIO	130.800,00
EPAÇO TRILHA	85.500,00
ESPAÇO MEI	7.250,00
PARQUINHOS	50.000,00
COMISSÃO BEBIDAS	89.200,00
ESPAÇO TENDA DO COMÉRCIO	66.600,00
SUPERÁVIT REMANESCENTE DA 21ª FEIRA DO MELADO	105.732,58
TOTAL	**R$ 1.718.532,58**

ESTIMATIVA	
DESPESAS COMISSÃO ORGANIZADORA	**R$ 1.462.800,00**
RECEITAS COMISSÃO ORGANIZADORA	**R$ 1.718.532,58**
TOTAL (SUPERÁVIT)	**R$ 255.732,58**

6. FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E DO CUMPRIMENTO DAS METAS

A execução será realizada conforme planejamento da Comissão Especial, com apoio da Comissão Geral da 22ª Feira do Melado e entidades parceiras, de acordo com as seguintes diretrizes:

6.1. Responsabilidades do Município:

a) Reformas e manutenções nas infraestruturas já existentes;
b) Fornecer equipamentos necessários para utilização na organização e realização do evento como: impressoras, computadores, materiais de escritório, veículos;
c) Disponibilização de pessoal capacitado para auxiliar na organização do evento, tanto no período que antecede, quanto durante a realização da Feira, inclusive custeando eventuais despesas de locomoção, alimentação e outros, quando em função da dedicação para com o evento;
d) Reestruturação do antigo espaço da Arena de shows;
e) Locação Tendas e Estruturas móveis não comercializáveis e excetuadas, também, as estruturas necessárias para o espaço onde serão realizados os shows;
f) Impressão de banners, adesivos, faixas, convites, outdoors e outros materiais gráficos necessários;
g) Fornecimento de Energia, Água e Internet no ambiente do Parque de Exposições, compatíveis com a proporção do evento, exceto para o ambiente em que serão realizados os shows;
h) Fomentar e buscar expositores no setor de agroindústria, os quais terão espaço gratuito para exposição e comercialização de seus produtos;
i) Fornecer material e pessoal para melhorias no paisagismo do Parque de Exposições;
j) Contratação de show pirotécnico para abertura do evento;
k) Promoção de eventos culturais com participação de escolas e outras entidades, fornecendo transporte e outros itens necessários para participação da comunidade escolar;
l) Disponibilização de espaço e equipamentos para demonstração de produção de melado e açúcar mascavo durante os dias de realização da feira;
m) Equipes para atendimento médico disponível durante toda o período de realização do evento, em quantidade condizente com o público presente;
n) Providenciar toda documentação e obras para liberação dos espaços por parte dos órgãos competentes. Por exemplo, Bombeiros, exceto com a liberação do espaço onde serão realizados os shows;
o) Confecção de uniformes, sendo camisetas, coletes e outros, para identificação dos trabalhadores da Feira do Melado;
p) Busca de parceiros para a realização do roteiro de ecoturismo e do roteiro gastronômico;
q) Contratação de empresa para instalar e monitorar a sonorização da tenda cultural.
r) Contratação de segurança privada para os dias que antecedem e durante a realização da Feira, excetuada a segurança do ambiente em que serão realizados os shows;
s) Fornecer mão de obra para serviços de instalações, limpeza geral (coleta de resíduos sólidos e orgânicos), decoração, ampliações prediais, elétricas e outras;
t) A Manutenção Elétrica e hidráulica necessária na estrutura do Parque de Exposições de responsabilidade do Município contempla serviços e materiais até o dia anterior ao início da Feira do Melado, tendo em vista que durante a realização do evento a responsabilidade por tais serviços e materiais será da ACEC, por meio da Comissão Especial (estruturas fixas).



6.2. Responsabilidades da ACEC:

a) Comercialização dos espaços para expositores, com valores pré-definidos pela comissão especial e com critérios que assegurem a isonomia na comercialização, permitida a preferência e diferenciação de valores para empresas associadas sediadas no Município de Capanema, e associadas sediadas em outros Municípios, não associados, conforme definição dos critérios estabelecidos pela Comissão Especial no Regimento Geral do evento;

b) Pela comercialização dos espaços, a ACEC terá, como contrapartida, direito à até 10% (dez por cento) do valor bruto arrecadado com a venda dos espaços, caso haja superávit;

c) Comercialização de espaço para instalação de Parque de Diversões, em local a ser escolhido pela Comissão especial;

d) Recolhimento do ISS referente aos fatos geradores ocorridos antes e durante a Feira do Melado e em razão dela;

e) Organizar espaços dentro da Feira do Melado para atividades culturais;

f) Organizar espaços na Feira do Melado para demonstrações, fomento ao turismo, agricultura, pecuária, agricultura familiar e outros, por meio da Comissão Especial;

g) Divulgação em rádios, jornais e televisão, seguindo investimento e abrangência baseados em edições anteriores;

h) Encaminhar ofícios solicitando patrocínios ao evento, com destinação do recurso diretamente da empresa patrocinadora à Conta Corrente da Feira, gerenciada pela Comissão Especial, em nome da ACEC;

i) Contratação de empresa de equipe de apoio para organização e orientação de trânsito, expositores e público;

j) Contratar profissional(is) para auxiliar na coordenação, execução e controle da Feira do Melado;

k) Se responsabilizar pelos fatos ocorridos durante a 22ª Feira do Melado nos espaços comercializados;

l) Locação de Tendas e Estruturas móveis para espaços comercializáveis, excetuadas as estruturas do espaço de shows;

m) Por meio das Comissões Organizadora e Especial e por seus membros, se responsabilizar pela organização da 22ª Feira do Melado, devendo promover as diligências necessárias para a sua regular execução;

n) Contratação de empresa para instalar e monitorar a sonorização de todo o parque de exposições, exceto a arena de shows;

o) A Manutenção Elétrica e hidráulica necessária na estrutura do Parque de Exposições durante a realização do evento (estruturas móveis).

p) Contratar empresa que promoverá os shows, considerando a experiência e idoneidade da empresa, a qualidade e relevância da grade de artistas propostos, o melhor custo-benefício para a Feira do Melado, a capacidade da empresa em contribuir com inovações para o evento, a capacidade da empresa em contribuir com a atração de investimentos e captação de patrocinadores para o evento, entre outros critérios estabelecidos pela Comissão Especial;

0 .077 0 .033

q) A contratação da empresa que promoverá os shows deverá respeitar os princípios da moralidade e da impessoalidade, devendo a ACEC, por meio da Comissão Especial da 22ª Feira do Melado, lançar edital e fornecer condições para que qualquer empresa interessada apresente proposta e possa se sagrar vencedora da disputa, respeitado o disposto na alínea "p" acima, possibilitando a utilização de parte do valor arrecadado com patrocínios, em contrapartida à realização dos shows;

r) Ceder à empresa contratada para realizar os shows o espaço do campo de futebol, cujas estruturas fixas existentes e móveis, energia, segurança, tributos, licenças e outros custos serão de responsabilidade da empresa contratada;

s) Exigir da empresa contratada para organizar e realizar os shows:

1 - a contratação de gerador de energia próprio para o local dos shows, bem como estruturas móveis necessárias, seguranças, equipamentos de higiene, pessoal de limpeza e os demais bens e serviços para a consecução dos shows, incluindo material de publicidade;

2 - o pagamento antecipado das verbas exigidas pelo ECAD, sob pena de responsabilidade solidária da ACEC com a empresa.

t) Utilizar, por meio da Comissão Especial, os valores remanescentes do superávit da 21ª Feira do Melado, para fins de organização e execução da 22ª Feira do Melado.

6.3. Responsabilidades da Sociedade Rural:

a) Organizar e promover a realização de Leilão de Gado Geral;

b) Fiscalizar e providenciar toda documentação necessária para participação dos expositores da parte de pecuária e outros animais;

c) Contratação de Profissional para vigilância sanitária;

d) Se responsabilizar pelos fatos ocorridos na realização dos leilões e nos espaços em que se encontrarem os animais.

7. DEFINIÇÃO DE PARÂMETROS A SEREM UTILIZADOS PARA A AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

Através de pesquisa realizada com os feirantes e a população presente no evento, bem como por meio de relatório final pela Comissão de monitoramento, após a devida prestação de contas, pela Comissão Especial da 22ª Feira do Melado.

Capanema/PR, 24 de abril de 2024.

Luís Henrique Kafer
Presidente da ACEC

Sergio Chiamenti
Presidente da Sociedade Rural de Capanema

DELIBERAÇÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DA 22ª FEIRA DO MELADO (DECRETO Nº 7.396/2024)

Em 6 de maio de 2024, por decisão unânime de seus membros, a Comissão Especial da 22ª Feira do Melado deliberou pela aprovação do Plano de Trabalho para a realização da 22ª Feira do Melado, apresentado pela a ACEC e pela Sociedade Rural de Capanema.

Alcione Roberto Closs
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Álvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal

Franconer Minte
Diretor-Geral da SECON

Gilmar Gobato
Presidente da Comissão Especial da 22ª Feira do Melado
Secretário Municipal de Administração

Luiz Alberto Letti
Secretário Municipal da Fazenda Pública

Luís Henrique Kafer
Presidente da ACEC

Manuela Soares Kapp
Secretária Municipal de Infraestrutura e Urbanismo

Raquel S. Belchior Szimanski
Médica Veterinária - Coagro

Sergio Chiamenti
Presidente da Sociedade Rural

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

materiais elétricos e eletrônicos

Equatorial

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
18/07/2022	-	-	8245/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	87409-4	ATACASUL MATERIAIS ELETRICOS LTDA	19.068,00
19/07/2022	-	-	8278/2022	O	1880	05042	08.001	26.782.2601.2274	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.862,80
22/07/2022	-	-	8386/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	50624-9	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ROGERI LTDA	72,69
26/07/2022	-	-	8527/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10.854,85
27/07/2022	-	-	8598/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	11.513,59
29/07/2022	-	-	8648/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	11.513,59
02/08/2022	-	-	9212/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.445,60
03/08/2022	-	-	9240/2022	O	850	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	9.443,73
04/08/2022	-	-	9292/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	358,67
05/08/2022	-	-	9355/2022	O	850	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	8.688,91
09/08/2022	-	-	9455/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	9.219,13
17/08/2022	-	-	9731/2022	O	850	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	200,65
25/08/2022	-	-	9984/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	66532-1	TFPM COMERCIO DE ARTIGOS DE ILUMINAÇÃO LTDA	12.852,00
25/08/2022	-	-	9985/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85527-8	KURUMIN SERVIÇOS ELETRICOS E ELETRÔNICOS LTDA	2.287,00
26/08/2022	-	-	10317/2022	O	850	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.336,66
29/08/2022	-	-	10487/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	711,98
29/08/2022	-	-	10488/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	28.735,28
29/08/2022	-	-	10492/2022	O	5396	04494	09.001	10.301.1001.2485	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.974,82
29/08/2022	-	-	10493/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	5.121,98
30/08/2022	-	-	10526/2022	O	850	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6.129,17
02/09/2022	-	-	10689/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	132,26
05/09/2022	-	-	10751/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	698,21
09/09/2022	-	-	10935/2022	O	5396	04494	09.001	10.301.1001.2485	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	573,08
09/09/2022	-	-	10937/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	11.757,11
09/09/2022	-	-	10938/2022	O	1770	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	698,21
13/09/2022	-	136/2022	3124/2021	O	400	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	82042-3	ITOFRAN COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(481,29)
14/09/2022	-	-	11084/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85574-0	PLENITUDE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	9.660,00
16/09/2022	-	-	11153/2022	O	830	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	480,15
16/09/2022	-	-	11155/2022	O	830	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	186,24
16/09/2022	-	-	11156/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85563-4	FCA COMERCIO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	40.740,00
19/09/2022	-	-	11203/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.822,33
19/09/2022	-	-	11204/2022	O	5361	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	45.922,13
22/09/2022	-	-	11467/2022	O	5396	04494	09.001	10.301.1001.2485	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.109,31
10/10/2022	-	-	12368/2022	O	390	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	186,00
10/10/2022	-	-	12393/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85547-2	DOUGLAS POSSAN LTDA	10.000,00
26/10/2022	-	-	12951/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.891,57
31/10/2022	-	-	13339/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	17.108,98
31/10/2022	-	-	13340/2022	O	3530	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	257,76
01/11/2022	-	-	13473/2022	O	2370	00303	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	947,30

0 0 0 3 5

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equatorial

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
07/11/2022	-	-	13654/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	5.943,47
08/11/2022	-	-	13699/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.809,87
11/11/2022	-	-	13879/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	50624-9	MATERIAIS DE CONSTRUCAO ROGERI LTDA	165,66
11/11/2022	-	-	13891/2022	O	390	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	479,57
17/11/2022	-	-	14019/2022	O	5361	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	197,92
18/11/2022	-	-	14092/2022	O	390	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.469,58
22/11/2022	-	-	14150/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	77850-8	TELE 7 TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO LTDA	6.500,00
25/11/2022	-	-	14291/2022	O	2040	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	244,86
25/11/2022	-	-	14292/2022	O	1880	05042	08.001	26.782.2601.2274	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.103,10
02/12/2022	-	-	14959/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10.769,89
13/12/2022	-	-	15285/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85547-2	DOUGLAS POSSAN LTDA	10.000,00
16/12/2022	-	-	15398/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85547-2	DOUGLAS POSSAN LTDA	10.000,00
21/12/2022	-	-	15484/2022	O	830	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	250,26
01/02/2023	-	-	940/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	29.696,52
03/02/2023	-	-	1085/2023	O	960	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.538,75
16/02/2023	-	-	1512/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.464,66
27/02/2023	-	-	2052/2023	O	960	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.115,33
28/02/2023	-	-	2112/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	8.121,39
28/02/2023	-	-	2113/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	25.376,27
02/03/2023	-	-	2250/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	31.713,25
08/03/2023	-	-	2407/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	8.866,33
09/03/2023	-	-	2434/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	726,22
09/03/2023	-	-	2436/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	14.432,22
22/03/2023	-	-	2789/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	14.566,08
23/03/2023	-	-	2819/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	7.104,47
23/03/2023	-	-	2820/2023	O	2120	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	46,65
27/03/2023	-	-	2916/2023	O	6261	00934	11.002	08.244.0801.2488	3.3.90.30.26.00	1088-0	DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE ESCRITORIO AMERICANSUL LTDA ME	125,25
27/03/2023	-	-	2918/2023	O	5680	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.261,05
27/03/2023	-	-	2942/2023	O	6224	02494	09.001	10.304.1001.2508	3.3.90.30.26.00	63659-2	BELINKI & SOUZA LTDA - ME	350,00
04/04/2023	-	-	3641/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	7.714,75
04/04/2023	-	-	3642/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	17.253,57
05/04/2023	-	-	3709/2023	O	3880	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.30.26.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	1.854,20
14/04/2023	-	-	3976/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	23.710,29
17/04/2023	-	-	4028/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	22.772,80
19/04/2023	-	22/2023	10273/2021	O	1890	00000	08.002	15.182.1501.2156	3.3.90.30.26.00	79679-4	ELETRICA LUZ COMERCIAL DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA	(310,00)
19/04/2023	-	23/2023	10275/2021	O	1890	00000	08.002	15.182.1501.2156	3.3.90.30.26.00	82042-3	ITOFRAN COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(140,60)
19/04/2023	-	33/2023	9985/2022	O	2110	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	85527-8	KURUMIN SERVIÇOS ELETRICOS E ELETRÔNICOS LTDA	(2.287,00)
19/04/2023	-	-	4116/2023	O	5880	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	56.430,00
11/05/2023	-	-	5164/2023	O	4090	00000	10.002	18.541.1801.2205	3.3.90.30.26.00	2279-9	FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	147,30

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
12/05/2023	-	-	5197/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	948,36
12/05/2023	-	-	5198/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	566,57
15/05/2023	-	-	5253/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.687,98
16/05/2023	-	78/2023	182/2022	O	390	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	82042-3	ITOFRAN COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(253,40)
02/06/2023	-	-	6350/2023	O	1370	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.819,53
20/06/2023	-	-	6973/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.032,38
21/06/2023	-	-	7000/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	17.702,57
19/07/2023	-	-	8588/2023	O	5290	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.121,24
19/07/2023	-	-	8589/2023	O	3880	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	231,64
21/07/2023	-	-	8670/2023	O	970	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.624,31
03/08/2023	-	-	9471/2023	O	1370	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.542,42
03/08/2023	-	-	9472/2023	O	6183	04494	09.001	10.301.1001.2510	3.3.90.30.26.00	1088-0	DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS DE ESCRITORIO AMERICANSUL LTDA ME	709,75
14/08/2023	-	-	10021/2023	O	5880	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	84.261,18
18/08/2023	-	-	10187/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	14.641,79
21/08/2023	-	-	10221/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	59.904,00
23/08/2023	-	-	10371/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10.227,68
24/08/2023	-	-	10411/2023	O	1370	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6.959,94
24/08/2023	-	-	10412/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	19.934,96
24/08/2023	-	-	10414/2023	O	5290	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.475,89
25/08/2023	-	-	10451/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6.494,58
29/08/2023	-	-	10543/2023	O	2860	03494	09.001	10.301.1001.2464	3.3.90.30.26.00	63659-2	BELINKI & SOUZA LTDA - ME	1.350,60
01/09/2023	-	-	11104/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	39.395,41
04/09/2023	-	-	11181/2023	O	1850	05042	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10.869,29
05/09/2023	-	-	11244/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	5.722,22
18/09/2023	-	-	11838/2023	O	1370	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	552,73
04/10/2023	-	-	12798/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	14.478,22
17/10/2023	-	-	13122/2023	O	980	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.498,65
23/10/2023	-	-	13595/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	33.565,96
22/11/2023	-	-	14694/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	16.027,83
22/11/2023	-	-	14695/2023	O	980	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	480,15
27/11/2023	-	-	14799/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	12.725,27
28/11/2023	-	-	14833/2023	O	1660	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	3.658,36
29/11/2023	-	-	14941/2023	O	1660	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.30.26.00	56942-9	WILSON VILA - ME	1.937,26
30/11/2023	-	-	14960/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	18.941,68
07/12/2023	-	-	15589/2023	O	1660	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	897,94
19/12/2023	-	-	15943/2023	O	2190	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6.054,25
19/01/2024	-	-	329/2024	O	5600	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.590,07
23/01/2024	-	-	375/2024	O	980	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.663,11
26/01/2024	-	-	431/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.998,72

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equatório

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
26/01/2024	-	-	432/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.884,50
29/01/2024	-	-	472/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.857,14
29/01/2024	-	-	473/2024	O	1940	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.007,90
31/01/2024	-	-	581/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.817,44
31/01/2024	-	-	582/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.116,54
31/01/2024	-	-	583/2024	O	6190	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.017,36
09/02/2024	-	-	1330/2024	O	990	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	169,74
15/02/2024	-	-	1390/2024	O	5600	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	323,01
16/02/2024	-	-	1423/2024	O	6190	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	4.795,12
20/02/2024	-	-	1499/2024	O	2260	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	5.807,78
20/02/2024	-	-	1501/2024	O	990	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	631,66
01/03/2024	-	-	2308/2024	O	2680	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	299,43
06/03/2024	-	-	2454/2024	O	3320	00303	09.001	10.302.1001.2353	3.3.90.30.26.00	50603-6	ALINI MARTINI - ME	1.238,00
06/03/2024	-	-	2455/2024	O	3320	00303	09.001	10.302.1001.2353	3.3.90.30.26.00	50603-6	ALINI MARTINI - ME	1.588,00
12/03/2024	-	-	2615/2024	O	6190	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	14.005,48
21/03/2024	-	-	2862/2024	O	1010	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	39950-7	SINDIA LUCIANE TAVARES LTDA	69,66
27/03/2024	-	-	3108/2024	O	1010	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	2.477,73
28/03/2024	-	-	3169/2024	O	6190	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	43,45
01/04/2024	-	-	3627/2024	O	1010	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	1.076,14
02/04/2024	-	-	3689/2024	O	2260	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	10.322,22
03/04/2024	-	-	3728/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	49.187,98
04/04/2024	-	-	3785/2024	O	1010	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	6.248,68
11/04/2024	-	-	4022/2024	O	5600	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	263,00
15/04/2024	-	-	4109/2024	O	5600	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	146,86
08/05/2024	-	-	5450/2024	O	6190	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.30.26.00	103974-1	LUISA MARSANGO & CIA LTDA	1.407,80
15/05/2024	-	-	5636/2024	O	5600	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.30.26.00	2279-9	FERRAGENS E TINTAS CAPANEMA EIRELI	256,30
15/05/2024	-	-	5650/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	55.204,22
22/05/2024	-	-	5935/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	59.153,92
04/06/2024	-	83/2024	5650/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	(55.204,22)
10/06/2024	-	-	6986/2024	O	2260	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.30.26.00	103974-1	LUISA MARSANGO & CIA LTDA	9.864,15
18/06/2024	-	-	7226/2024	O	520	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.30.26.00	1718-3	MICEMETAL MULLER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	146,40
19/06/2024	-	-	7301/2024	O	2330	00507	08.002	15.452.1501.2164	3.3.90.30.26.00	48250-1	MARSANGO COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA	25.580,32
											TOTAL:	**1.253.319,18**

Critérios de seleção

Natureza da despesa: 3.3.90.30.26.00 até 3.3.90.30.26.00

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

manutenção e conservação de bens imóveis

Equatorio

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
14/07/2022	-	-	8175/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88002-7	ARDUMAR INSTALACOES HIDRAULICAS LTDA	2.100,00
22/07/2022	-	-	8409/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88089-2	GIRO FIX SERVIÇOS E COMERCIO LTDA	400,00
26/07/2022	-	-	8506/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	5.131,52
26/07/2022	-	-	8508/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	84166-8	CLEDENIR ALVES DA SILVA-SERVIÇOS ELETRICOS	533,60
26/07/2022	-	-	8509/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	84166-8	CLEDENIR ALVES DA SILVA-SERVIÇOS ELETRICOS	31.240,00
29/07/2022	-	-	9062/2022	O	4840	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	130,00
02/08/2022	-	-	9175/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	2.565,76
03/08/2022	-	-	9228/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	2.878,34
03/08/2022	-	-	9229/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	527,03
03/08/2022	-	-	9230/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	361,39
03/08/2022	-	-	9231/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	269,54
03/08/2022	-	-	9234/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	14.662,73
03/08/2022	-	-	9238/2022	O	1830	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	118,94
03/08/2022	-	-	9277/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	86961-9	VIVAL CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	3.550,00
05/08/2022	-	-	9351/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	67963-1	MOMBACH E LAZZARON LTDA - ME	185,00
10/08/2022	-	-	9601/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	2.160,00
10/08/2022	-	-	9602/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	1.440,00
11/08/2022	-	-	9629/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	300,00
11/08/2022	-	-	9635/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	195,00
15/08/2022	-	-	9677/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86961-9	VIVAL CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	750,00
16/08/2022	-	-	9709/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	1.130,00
22/08/2022	-	-	9852/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	40,00
22/08/2022	-	-	9876/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	29.852,49
26/08/2022	-	-	10321/2022	O	3920	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	48726-1	GILMAR HUNHOFF MOREIRA - ME	50,00
29/08/2022	-	-	10484/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	660,00
31/08/2022	-	-	10566/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	225,87
31/08/2022	-	-	10571/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	5.237,46
31/08/2022	-	-	10574/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	344,83
02/09/2022	-	-	10691/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	6.093,68
08/09/2022	-	-	10881/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	188,23
08/09/2022	-	-	10885/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	449,96
09/09/2022	-	-	10930/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	897,46
09/09/2022	-	-	10931/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	14.148,50
09/09/2022	-	-	10932/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	94,11
13/09/2022	-	148/2022	9635/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	(195,00)
13/09/2022	-	-	11045/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	195,00
15/09/2022	-	-	11109/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	48,00
15/09/2022	-	-	11111/2022	O	4840	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	14,00
15/09/2022	-	-	11112/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	184,00

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equiplano

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
15/09/2022	-	-	11114/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	72,00
15/09/2022	-	-	11115/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	28,00
15/09/2022	-	-	11116/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	14,00
15/09/2022	-	-	11134/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	71698-7	METALURGICA PERETTI E PERRARO LTDA	8.860,00
20/09/2022	-	-	11399/2022	O	4840	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	225,00
20/09/2022	-	-	11407/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	80,00
26/09/2022	-	-	11540/2022	O	1830	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	49276-1	JONES CRISTIAN GOERK MARTINI - ME	199,50
28/09/2022	-	-	11673/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	220,60
28/09/2022	-	-	11674/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	50,44
28/09/2022	-	-	11675/2022	O	1670	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	81,31
28/09/2022	-	-	11676/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	395,27
28/09/2022	-	-	11678/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	766,45
30/09/2022	-	159/2022	9677/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86961-9	VIVAL CONSTRUCOES E SERVICOS EIRELI	(750,00)
05/10/2022	-	-	12224/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	126,00
06/10/2022	-	-	12288/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	476,56
06/10/2022	-	-	12289/2022	O	1670	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	464,54
06/10/2022	-	-	12290/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	771,72
06/10/2022	-	-	12291/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	6.378,39
06/10/2022	-	-	12292/2022	O	3781	00000	10.002	18.541.1801.2206	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	250,67
07/10/2022	-	-	12320/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	8,00
10/10/2022	-	-	12374/2022	O	5422	04494	09.001	10.301.1001.2502	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	483,36
10/10/2022	-	-	12375/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	31,62
10/10/2022	-	-	12376/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	69,27
10/10/2022	-	-	12377/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	2.161,68
10/10/2022	-	-	12395/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	2.360,88
18/10/2022	-	-	12704/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	1718-3	MICEMETAL MULLER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	992,22
18/10/2022	-	-	12705/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	525,60
19/10/2022	-	-	12735/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	269,54
20/10/2022	-	-	12755/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	1.625,04
20/10/2022	-	-	12756/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	72324-0	ARI PIASECKI ALTISSIMO 00109510917	1.805,60
26/10/2022	-	-	12944/2022	O	4840	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	363,88
26/10/2022	-	-	12946/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	725,27
26/10/2022	-	-	12948/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	3.559,01
26/10/2022	-	-	12949/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	702,46
27/10/2022	-	-	13028/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	842,30
07/11/2022	-	-	13645/2022	O	2296	00497	09.001	10.304.1001.2375	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	193,20
10/11/2022	-	-	13807/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.480,07
10/11/2022	-	-	13809/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	2.245,90
10/11/2022	-	-	13810/2022	O	940	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	2.250,34

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equatorio

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
10/11/2022	-	-	13813/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	3.312,76
10/11/2022	-	-	13815/2022	O	4840	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	225,87
11/11/2022	-	-	13892/2022	O	950	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	190,00
11/11/2022	-	-	13894/2022	O	1830	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	840,00
11/11/2022	-	-	13895/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	80,00
16/11/2022	-	-	13972/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	4.100,00
17/11/2022	-	-	13992/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	49676-6	IVANIR FATIMA KITAISKI DE CASTRO - ME	1.410,00
17/11/2022	-	-	14002/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	12.586,23
17/11/2022	-	-	14005/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	501,72
18/11/2022	-	-	14053/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	2.300,00
22/11/2022	-	166/2022	13807/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	(1.480,07)
28/11/2022	-	-	14368/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61380-1	RLINE TELECOM LTDA	300,00
01/12/2022	-	-	14869/2022	O	1280	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	143,05
01/12/2022	-	-	14870/2022	O	5200	00000	13.001	04.121.0402.2022	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	112,94
01/12/2022	-	-	14873/2022	O	5366	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	702,46
01/12/2022	-	-	14874/2022	O	3781	00000	10.002	18.541.1801.2206	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	75,29
01/12/2022	-	-	14875/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	150,58
01/12/2022	-	-	14878/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.575,46
01/12/2022	-	-	14884/2022	O	1830	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.356,64
01/12/2022	-	-	14885/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.775,34
07/12/2022	-	-	15092/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	72,00
07/12/2022	-	-	15093/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	16,00
07/12/2022	-	-	15094/2022	O	2070	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	48,00
07/12/2022	-	-	15095/2022	O	1830	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	40,00
07/12/2022	-	-	15096/2022	O	2430	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	8,00
07/12/2022	-	-	15097/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	32,00
08/12/2022	-	-	15169/2022	O	4010	00000	11.002	08.241.0801.2467	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	1.490,00
08/12/2022	-	-	15171/2022	O	3920	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	1.490,00
08/12/2022	-	-	15175/2022	O	930	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	460,00
29/12/2022	-	-	15905/2022	O	440	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	16,00
29/12/2022	-	-	16026/2022	O	3580	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.800,07
18/01/2023	-	-	246/2023	O	2610	00303	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	48721-0	CAPANEMA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	90,00
23/01/2023	-	-	302/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	599,03
23/01/2023	-	-	303/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	10.572,22
23/01/2023	-	-	304/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	338,81
24/01/2023	-	-	348/2023	O	560	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	168,00
25/01/2023	-	-	417/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	941,13
25/01/2023	-	-	418/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.911,07
25/01/2023	-	-	419/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	1.392,87

05.041

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equipforro

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
26/01/2023	-	-	453/2023	O	560	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	677,61
31/01/2023	-	-	567/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	400,00
01/02/2023	-	-	913/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	44.755,00
02/02/2023	-	-	1026/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	900,00
03/02/2023	-	-	1066/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	61762-8	D PARADZINSKI LTDA	527,03
14/02/2023	-	-	1431/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	5.681,06
17/02/2023	-	-	1534/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	1.800,00
17/02/2023	-	-	1539/2023	O	560	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	2.940,00
22/02/2023	-	-	1593/2023	O	2610	00303	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	3.616,20
02/03/2023	-	-	2232/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	87944-4	SIMONE CRISTINA GARDA 05777826903	313,00
06/03/2023	-	-	2327/2023	O	5620	00000	13.001	04.121.0402.2022	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	84,00
08/03/2023	-	-	2389/2023	O	5330	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	140,00
09/03/2023	-	-	2433/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	48721-0	CAPANEMA EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA	90,00
13/03/2023	-	-	2567/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	756,00
24/03/2023	-	-	2867/2023	O	2610	00303	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	336,00
24/03/2023	-	-	2868/2023	O	5330	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	504,00
27/03/2023	-	-	2903/2023	O	6263	00935	11.002	08.244.0801.2489	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	62.107,74
30/03/2023	-	-	3053/2023	O	6196	00494	09.001	10.302.1001.2353	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	168,00
04/04/2023	-	-	3634/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	950,00
05/04/2023	-	-	3708/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	16.290,00
12/04/2023	-	-	3908/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	417,45
13/04/2023	-	-	3927/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	7.746,90
14/04/2023	-	-	3967/2023	O	4140	00555	10.002	18.541.1801.2206	3.3.90.39.16.00	92125-4	R M B INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AVIÁRIOS LTDA	1.200,00
19/04/2023	-	-	4104/2023	O	4400	00000	11.002	08.241.0801.2467	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	16,00
19/04/2023	-	-	4105/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	20,00
19/04/2023	-	-	4106/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	40,00
19/04/2023	-	-	4107/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	96,00
19/04/2023	-	-	4109/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	80,00
19/04/2023	-	-	4110/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	96,00
19/04/2023	-	-	4112/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	40,00
19/04/2023	-	-	4113/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	232,00
28/04/2023	-	-	4690/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	69801-6	SOM E INFORMATICA OBALSKI LTDA - ME	550,00
08/05/2023	-	-	4999/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	435,68
08/05/2023	-	-	5000/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	274,80
08/05/2023	-	-	5001/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	115,97
08/05/2023	-	-	5002/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	659,52
08/05/2023	-	-	5003/2023	O	5620	00000	13.001	04.121.0402.2022	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
08/05/2023	-	-	5004/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	3.132,72
08/05/2023	-	-	5005/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	163,20

06 042

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equiplano

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
12/05/2023	-	-	5233/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	7.894,46
12/05/2023	-	-	5234/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	6.787,76
15/05/2023	-	-	5247/2023	O	560	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	310,00
17/05/2023	-	-	5310/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	2.018,23
18/05/2023	-	-	5346/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	24,00
18/05/2023	-	-	5347/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	48,00
18/05/2023	-	-	5348/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	64,00
18/05/2023	-	-	5349/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	48,00
23/05/2023	-	-	5495/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	35.190,00
25/05/2023	-	-	5579/2023	O	1700	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	80,00
25/05/2023	-	-	5580/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	200,00
25/05/2023	-	-	5599/2023	O	6237	02494	09.005	10.301.1001.2509	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	310,10
29/05/2023	-	-	5788/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	1.920,00
01/06/2023	-	-	6234/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72511-1	31.795.130. CLECIO KURZ	500,00
12/06/2023	-	-	6653/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	360,00
13/06/2023	-	-	6690/2023	O	1050	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	7.891,40
13/06/2023	-	-	6698/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	676,36
13/06/2023	-	-	6701/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	1.236,36
19/06/2023	-	-	6920/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	170,00
07/07/2023	-	-	8154/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	274,80
11/07/2023	-	-	8222/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	8.976,00
12/07/2023	-	-	8280/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	950,69
12/07/2023	-	-	8281/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	4.986,82
12/07/2023	-	-	8282/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	384,72
12/07/2023	-	-	8283/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	333,20
12/07/2023	-	-	8284/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	458,00
12/07/2023	-	-	8285/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	128,24
12/07/2023	-	-	8286/2023	O	4300	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	128,24
19/07/2023	-	-	8595/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	7.395,00
21/07/2023	-	-	8672/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	5.555,00
31/07/2023	-	-	9005/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	93779-7	51.273.375 CARLAN ARMANI	1.480,00
11/08/2023	-	-	9983/2023	O	1891	00511	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	8.976,00
18/08/2023	-	-	10186/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	109,92
25/08/2023	-	-	10448/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	71498-4	ELETRIBEL POCOS ARTESIANOS LTDA ME	2.000,00
28/08/2023	-	-	10491/2023	O	6185	04494	09.001	10.301.1001.2474	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	217,80
31/08/2023	-	-	10654/2023	O	1700	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	50,00
05/09/2023	-	-	11210/2023	O	1892	05041	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	11.781,00
05/09/2023	-	-	11213/2023	O	1700	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	72415-7	CLAUDIO MIGUEL KREIN 05798336905	160,00
05/09/2023	-	-	11238/2023	O	1070	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	760,00

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equatorial

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
05/09/2023	-	-	11239/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	760,00
14/09/2023	-	-	11759/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	3.953,00
19/09/2023	-	-	11876/2023	O	1070	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	3.608,80
19/09/2023	-	-	11877/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	512,96
19/09/2023	-	-	11878/2023	O	4300	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	73,28
19/09/2023	-	-	11879/2023	O	4400	00000	11.002	08.241.0801.2467	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.135,84
19/09/2023	-	-	11880/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	293,12
19/09/2023	-	-	11881/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.044,24
19/09/2023	-	-	11882/2023	O	1892	05041	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	494,64
19/09/2023	-	-	11883/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	18,32
19/09/2023	-	-	11884/2023	O	4030	00000	10.002	17.511.1701.2468	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.256,08
03/10/2023	-	-	12703/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	12.119,00
04/10/2023	-	-	12765/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	24,00
04/10/2023	-	-	12766/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	40,00
04/10/2023	-	-	12767/2023	O	4300	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	80,00
04/10/2023	-	-	12768/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	56,00
04/10/2023	-	-	12769/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	120,00
04/10/2023	-	-	12770/2023	O	2600	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	200,00
10/10/2023	-	-	12943/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	11.220,00
09/11/2023	-	-	14474/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	95018-1	E. A. F. SERVICOS ELETRICOS LTDA	42.650,00
20/11/2023	-	-	14617/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	89791-4	TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	300,00
21/11/2023	-	-	14675/2023	O	2611	00380	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.015,12
21/11/2023	-	-	14676/2023	O	1070	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	973,84
21/11/2023	-	-	14677/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	916,00
21/11/2023	-	-	14678/2023	O	2150	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	604,56
21/11/2023	-	-	14679/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	256,48
21/11/2023	-	-	14680/2023	O	1890	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	183,20
21/11/2023	-	-	14681/2023	O	2010	00000	08.002	15.182.1501.2156	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
27/11/2023	-	-	14786/2023	O	2611	00380	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	128,00
27/11/2023	-	-	14801/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	4.488,40
27/11/2023	-	-	14820/2023	O	1893	01057	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	10.210,20
04/12/2023	-	-	15412/2023	O	1893	01057	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	10.098,00
05/12/2023	-	-	15472/2023	O	1070	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	235,20
05/12/2023	-	-	15473/2023	O	1700	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	263,96
08/12/2023	-	-	15626/2023	O	1060	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	120,00
11/12/2023	-	-	15711/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	970,96
11/12/2023	-	-	15712/2023	O	1070	00104	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	2.040,68
11/12/2023	-	-	15713/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	880,88
11/12/2023	-	-	15714/2023	O	570	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64

04.1

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
11/12/2023	-	-	15715/2023	O	4400	00000	11.002	08.241.0801.2467	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	18,32
11/12/2023	-	-	15716/2023	O	3930	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.033,04
11/12/2023	-	-	15736/2023	O	1420	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	235,95
12/12/2023	-	-	15768/2023	O	6262	00934	11.002	08.244.0801.2488	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	14.946,00
12/12/2023	-	-	15776/2023	O	3932	01060	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	77747-1	GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	11.000,00
12/12/2023	-	-	15777/2023	O	3932	01060	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	77747-1	GUERRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI	6.000,00
13/12/2023	-	-	15808/2023	O	5920	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	959,34
19/12/2023	-	-	15942/2023	O	1700	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	16.762,80
10/01/2024	-	-	151/2024	O	2020	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	10.098,00
11/01/2024	-	-	190/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	2.080,00
19/01/2024	-	-	326/2024	O	5250	00000	11.003	08.243.0802.6054	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	529,13
23/01/2024	-	-	372/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	836,73
31/01/2024	-	-	541/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	87944-4	SIMONE CRISTINA GARDA 05777826903	250,00
31/01/2024	-	-	544/2024	O	4640	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	87944-4	SIMONE CRISTINA GARDA 05777826903	1.825,00
31/01/2024	-	-	545/2024	O	5640	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	87944-4	SIMONE CRISTINA GARDA 05777826903	625,00
31/01/2024	-	-	546/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	75990-2	ELISANDRO ROCHA DE PAULA 01813294097	1.000,00
31/01/2024	-	-	551/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	880,00
31/01/2024	-	-	574/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	55696-3	VALTECIR PEREIRA CONSTRUTORA - ME	500,00
08/02/2024	-	-	1245/2024	O	2020	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	10.801,80
16/02/2024	-	-	1404/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	67629-2	GENOIR BEHL 91160103968	850,00
16/02/2024	-	-	1407/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	72511-1	31.795.130. CLECIO KURZ	500,00
19/02/2024	-	-	1461/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	69032-5	MARCOS ROGERIO BEILKE 04876934932	380,00
19/02/2024	-	-	1462/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	69032-5	MARCOS ROGERIO BEILKE 04876934932	660,00
21/02/2024	-	-	1557/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	69032-5	MARCOS ROGERIO BEILKE 04876934932	55,00
29/02/2024	-	-	1900/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	907,51
07/03/2024	-	-	2505/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	756,76
12/03/2024	-	-	2591/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	13.802,30
12/03/2024	-	-	2599/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.337,36
12/03/2024	-	-	2600/2024	O	2020	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	73,28
12/03/2024	-	-	2601/2024	O	4740	00000	11.002	08.241.0801.2467	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	73,28
12/03/2024	-	-	2602/2024	O	4260	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
12/03/2024	-	-	2603/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.186,80
12/03/2024	-	-	2604/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	421,36
12/03/2024	-	-	2605/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
12/03/2024	-	-	2606/2024	O	5640	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
12/03/2024	-	-	2607/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	3.810,56
12/03/2024	-	-	2608/2024	O	4260	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	146,56
12/03/2024	-	-	2609/2024	O	2750	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	73,28
12/03/2024	-	-	2610/2024	O	5930	00000	13.001	04.121.0402.2022	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	238,16

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equipliano

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
12/03/2024	-	-	2611/2024	O	180	00000	02.001	04.122.0402.2020	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
14/03/2024	-	-	2679/2024	O	3390	03494	09.001	10.302.1001.2353	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.374,00
14/03/2024	-	-	2680/2024	O	2750	00000	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	146,56
15/03/2024	-	-	2723/2024	O	570	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	551,53
21/03/2024	-	-	2863/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	39950-7	SINDIA LUCIANE TAVARES LTDA	230,00
21/03/2024	-	-	2869/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	197,97
21/03/2024	-	-	2870/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	1.720,58
21/03/2024	-	-	2905/2024	O	4260	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	1.943,00
22/03/2024	-	-	2927/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	1.501,42
03/04/2024	-	-	3729/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	5.791,19
10/04/2024	-	-	3984/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	16,00
10/04/2024	-	-	3985/2024	O	570	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	40,00
10/04/2024	-	-	3986/2024	O	5250	00000	11.003	08.243.0802.6054	3.3.90.39.16.00	53861-2	MARLENE PEREIRA - ME	80,00
10/04/2024	-	-	3997/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	1.018,30
12/04/2024	-	-	4052/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	1359-5	AUTO SOM FRANZOI LTDA	450,00
15/04/2024	-	-	4107/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	246,40
18/04/2024	-	-	4229/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	839,10
19/04/2024	-	-	4267/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	52231-7	ALBERTO BIEGER 74651510906	2.000,00
26/04/2024	-	-	4519/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	146,56
26/04/2024	-	-	4520/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.247,32
26/04/2024	-	-	4521/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	570,04
26/04/2024	-	-	4522/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	109,92
29/04/2024	-	-	4573/2024	O	2761	00380	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	394,00
29/04/2024	-	-	4574/2024	O	180	00000	02.001	04.122.0402.2020	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	73,28
29/04/2024	-	-	4575/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
29/04/2024	-	-	4576/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	5.422,72
29/04/2024	-	-	4577/2024	O	5640	00000	11.005	08.244.0801.2043	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	36,64
29/04/2024	-	-	4578/2024	O	4640	00000	11.002	08.241.0801.2458	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	109,92
30/04/2024	-	-	4653/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	15.602,60
03/05/2024	-	-	5171/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	92380-0	50.338.039 CRISTIANI MICHELI ROESE BERTE	180,00
06/05/2024	-	-	5271/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	72511-1	31.795.130. CLECIO KURZ	1.000,00
08/05/2024	-	-	5465/2024	O	4260	00000	10.001	20.606.2001.2210	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	4.487,36
10/05/2024	-	-	5541/2024	O	2020	00000	08.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	13.522,26
14/05/2024	-	-	5605/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	377,17
21/05/2024	-	-	5889/2024	O	2761	00380	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	48726-1	GILMAR HUNHOFF MOREIRA - ME	152,00
24/05/2024	-	-	6036/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	3.461,93
24/05/2024	-	-	6050/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	4.178,98
04/06/2024	-	-	6676/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	905,14
04/06/2024	-	-	6798/2024	O	570	00000	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	111-2	MESUL MOVEIS ESQUADRIAS SUDOESTE LTDA - ME	1.158,00

046

Município de Capanema - 2024

Relação da despesa líquida empenhada

Período: 12/07/2022 até 12/07/2024

Equiplano

Data	Reversão estorno	Estorno empenho	Empenho	Tipo	Conta	Fonte	Unidade	Projeto/Atividade	Natureza	Fornecedor		Valor
06/06/2024	-	-	6885/2024	O	1080	00000	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	507,94
10/06/2024	-	-	6975/2024	O	1090	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	91361-8	FUNDO PENITENCIÁRIO DO PARANÁ	12.002,00
14/06/2024	-	-	7148/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	600,94
17/06/2024	-	-	7191/2024	O	1090	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	3.336,84
17/06/2024	-	-	7192/2024	O	1090	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	1.913,52
17/06/2024	-	-	7193/2024	O	580	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	86549-4	PARADZINSKI & ALEXSANDER SILVA LTDA	1.923,51
19/06/2024	-	-	7294/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	50890-0	EDER JUNIOR GONCALVES	4.360,92
19/06/2024	-	-	7299/2024	O	580	00510	05.001	04.122.0402.2023	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	238,16
19/06/2024	-	-	7300/2024	O	6230	00000	15.001	27.812.2701.2497	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	3.059,44
21/06/2024	-	-	7445/2024	O	1090	00103	07.001	12.361.1201.2102	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	1.298,32
21/06/2024	-	-	7446/2024	O	1500	00103	07.001	12.365.1202.2118	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	806,08
21/06/2024	-	-	7447/2024	O	1830	00000	07.003	13.392.1301.2131	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	274,80
21/06/2024	-	-	7448/2024	O	2020	00000	06.001	26.782.2601.2262	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	366,40
21/06/2024	-	-	7449/2024	O	2290	00000	08.002	15.452.1501.2154	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	824,40
21/06/2024	-	-	7450/2024	O	2762	00399	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	808,72
28/06/2024	-	91/2024	7450/2024	O	2762	00399	09.001	10.301.1001.2081	3.3.90.39.16.00	88016-7	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	(0,01)
											TOTAL:	**824.608,65**

Critérios de seleção

Natureza da despesa: 3.3.90.39.16.00 até 3.3.90.39.16.00

O 304-1

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal da Administração

ESTIMATIVA DE CONSUMO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

Em atenção ao disposto no art. 36, § 4º, da LCM 14/2022, destacamos que os quantitativos previstos para a efetiva aquisição do objeto Materiais Elétricos e Mão de obra elétrica é o que segue:

LOTE ÚNICO					
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Previsão de aquisição anual (julho/24 a julho/25)
1		ARAME GALVANIZADO 14MM	10	KG	10
2		BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	UN	300
3		CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300	M	300
4		CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50	M	50
5		CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40	M	40
6		CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50	M	50
7		CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3	UN	3
8		CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400	UN	400
9		CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200	UN	200
10		CORDOALHA 6MM	100	M	100
11		DISJUNTOR 2X50 NEMA	20	UN	20
12		DISJUNTOR 3X100A NEMA	10	UN	10
13		DISJUNTOR 3X200A	2	UN	2
14		DISJUNTOR 3X50A NEMA	5	UN	5
15		ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20	UN	20
16		FIO 10MM	3.000	M	3.000
17		FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30	M	30
18		FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100	M	100
19		FIO 6MM	2.000	M	2.000
20		FIO PARALELO 2,5MM	4.000	M	4.000
21		FIO PARALELO 4MM	2.000	M	2.000

22		FITA ISOLANTE 20M	300	UN	300
23		GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6	UN	6
24		GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5	UN	5
25		HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3	UN	3
26		ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6	UN	6
27		LÂMPADAS 50 WHATS	300	UN	300
28		MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900	H	700
29		PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200	UN	200
30		POSTE B-600 12 METROS	1	UN	1
31		POSTE D-150 10,5 METROS	1	UN	1
32		RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500	M	500
33		TERMINAL OLHAL 95MM	4	UN	4
34		TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400	UN	400
35		TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1	UN	1

Os quantitativos totais compreendem o número aproximado de itens para disponibilização e fornecimento.

Os quantitativos definidos tratam-se de uma estimativa aproximada e poderão sofrer alterações, de acordo com o planejamento e mudanças da Secretaria demandante.

Por essa mesma razão, processa-se o presente através do Sistema de Registro de Preços, sendo possível que não haja necessidade de utilização do total estimado no período de vigência da Ata de Registro de Preços, circunstância esta legalmente autorizada e insuscetível de impugnação pelo(a) eventual contratado(a).

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, 12 de julho de 2024.

Gilmar Gobato
Secretário Municipal de Administração

HOJE

As mensagens são protegidas com a criptografia de ponta a ponta e ficam somente entre você e os participantes desta conversa. Nem mesmo o WhatsApp pode ler ou ouvi-las. Clique para saber mais.

Bom dia, tudo bem? 11:36 AM

Eu sou Raquel, trabalho na prefeitura
O Município realizará um processo licitatório para aquisição de transformador e manutenção de alta tensão. Vocês fariam a gentileza de passar um email corporativo, para deixarmos registrado, e para que eu envie um pedido de cotação? E também a gentileza de responder a cotação justificando o tempo de entrega, por favor?
11:36 AM

Bom dia 11:57 AM

Tudo bem 11:57 AM

+55 46 9980-1013 ~Ademir Werlang
Tudo bem

que bom!! 2:42 PM

o senhor teria interesse? 2:42 PM

Boa tarde 3:02 PM

So trabalho com baixa texção 3:03 PM

Obrigado 3:03 PM

Obrigada 3:14 PM

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

06.051

De Secretaria Municipal de Administração
Para fioforteeletrica@gmail.com
Data 21/06/2024 10:07
Prioridade Alta

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR (2).docx (~32 KB)

Bom dia!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

06. 052

De Secretaria Municipal de Administração
Para edman.eletricidade@yahoo.com
Data 21/06/2024 09:31
Prioridade Alta

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR (2).docx (~32 KB)

Bom dia!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

RES: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

06.053

De kimarki@kimarki.com.br
Para 'Secretaria Municipal de Administração'
Data 20/06/2024 17:16

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

Olá, Boa tarde!!!

A Kimarki não fabrica transformadores de média tensão (13,8 Kv)
Fabricamos somente transformadores de baixa pra baixa.

Indico: - WEG Transformadores - www.weg.net. (eles só fazem cotação pelo site)
- Transformadores Itaipu - fone: (16) 3263-9400 - www.itaiputransformadores.com.br
- Romagnole - fone: (11) 3864-7633 - www.romagnole.com.br

Narli - Depto. Comercial
Fone: (11) 2914-8388
E-mail: narli@kimarki.com.br
Site: www.kimarki.com.br

De: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>
Enviada em: quinta-feira, 20 de junho de 2024 15:20
Para: kimarki@kimarki.com.br
Assunto: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

Boa tarde!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico.**

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Favor justificar no corpo do E-mail, condições especificas do item cotado, como: garantia, entrega, marca, modelo, novo/recondicionado, ou outra informação que achar necessária.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

0 B 054

De Secretaria Municipal de Administração
Para marcio.oliveira@partnersp.com.br
Data 20/06/2024 15:15
Prioridade Alta

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR.docx (~30 KB)

Boa tarde!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Favor justificar no corpo do E-mail, condições especificas do item cotado, como: garantia, entrega, marca, modelo, novo/recondicionado, ou outra informação que achar necessária.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

06 055

De Secretaria Municipal de Administração
Para patricia@rizzonecia.com.br
Data 20/06/2024 14:59

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR.docx (~30 KB)

Boa tarde!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Favor justificar no corpo do E-mail, condições especificas do item cotado, como: garantia, entrega, marca, modelo, novo/recondicionado, ou outra informação que achar necessária.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

06.056

De Secretaria Municipal de Administração
Para felipe.vendas@unitrafo.com.br
Data 21/06/2024 09:28

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR (2).docx (~32 KB)

Bom dia!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Fwd: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

0 3 . 057

De Secretaria Municipal de Administração
Para simonegarda@hotmail.com
Data 21/06/2024 16:05
Prioridade Alta

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO TRANSFORMADOR (2).docx (~32 KB)

-------- Mensagem original --------

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO
Data: 21/06/2024 15:58
De: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>
Para: simonegarda@hotmail.com

Boa tarde!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Prezados, quanto ao item TRANSFORMADOR, favor acrescentar a informação 75KWA, desta forma, o objeto a ser cotado é: Transformador trifásico 75KWA, tensão de entrada de 13,8 KV, tensão de saída nas buchas secundárias 127/220.

Atenciosamente;
Raquel Albano

0 B 058

ORÇAMENTO

Razão social: D PARADZINSKI

CNPJ: 23.167.771/0001-73

Endereço: RUA ANTONIO NEHEUS, 607 – CENTRO, CAPANEMA PR.

Telefone: (46) 99915-2819

E-mail: simonegarda@hotmail.com

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Transformador trifásico, tensão de entrada de 13,8 KV, tensão de saída nas buchas secundárias 127/220	1	UN		**R$ 19.050,00**	**R$19.050,00**
Cordoalha 6mm	100	M		**R$ 7,90**	**R$ 790,00**
Cabo 25mm com isolação de 15KV rede compacta de alta tensão	300	M		**R$ 7,00**	**R$ 2.100,00**
Espaçador para rede de alta tensão	20	UN		**R$ 30,50**	**R$ 610,00**
Chave fusível 13,8 KV	3	UN		**R$ 337,00**	**R$ 1.011,00**
Isolador bastão 13,8 KV	6	UN		**R$ 60,00**	**R$ 360,00**
Grampo de ancoragem para cabo isolado 25 mm 15KV	6	UN		**R$ 49,00**	**R$ 294,00**
Conector perfurante 10-120mm	400	UN		**R$ 13,00**	**R$ 5.200,00**
Conector perfurante 120-120mm	200	UN		**R$ 19,00**	**R$ 3.800,00**
Fio paralelo 2,5mm	4.000	M		**R$ 4,50**	**R$ 18.000,00**
Fio paralelo 4mm	2.000	M		**R$ 6,90**	**R$ 13.800,00**
Fio 6mm	2.000	M		**R$ 5,50**	**R$ 11.000,00**
Fio 10 mm	3.000	M		**R$ 9,10**	**R$ 27.300,00**
Bocal preto emborrachado	300	UN		**R$ 7,90**	**R$ 2.370,00**
Arrame galvanizado 14 mm	10	KG		**R$ 24,00**	**R$ 240,00**
Cabo semi rígido 95mm cobre	40	M		**R$ 95,00**	**R$ 3.800,00**
Ramal quadruplex 120mm	500	M		**R$ 94,50**	**R$ 47.250,00**
Tomadas de sobrepor 20A	400	UN		**R$ 8,00**	**R$ 3.200,00**
Plug macho para tomada 20A	200	UN		**R$ 3,50**	**R$ 700,00**
Fita isolante 20m	300	UN		**R$ 5,00**	**R$ 1.500,00**
Lâmpadas 50 whats	300	UN		**R$ 21,00**	**R$ 6.300,00**

Disjuntor 3x200A	2	UN		**R$ 425,00**	**R$ 850,00**
Cabo de cobre semi rígido HEPR 1KV 70mm	50	M		**R$ 72,00**	**R$ 3.600,00**
Cabo semi rígido HEPR 1KV 25mm	50	M		**R$ 27,00**	**R$ 1.350,00**
Fio 10mm sólido de cor preta ou vermelha	100	M		**R$ 9,50**	**R$ 950,00**
Fio 10mm sólido de cor azul	30	M		**R$ 9,50**	**R$ 285,00**
Disjuntor 3x50A NEMA	5	UN		**R$ 96,00**	**R$ 480,00**
Disjuntor 3x100A NEMA	10	UN		**R$ 144,00**	**R$ 1.440,00**
Disjuntor 2x50 NEMA	20	UN		**R$ 85,00**	**R$ 1.700,00**
Haste de aterramento 5/8 2,4m	3	UN		**R$ 35,00**	**R$ 105,00**
Grampo de conexão para haste de aterramento	5	UN		**R$ 6,00**	**R$ 30,00**
Terminal olhal 95mm	4	UN		**R$ 12,00**	**R$ 48,00**
Mão de obra elétrica/eletricista	100	H		**R$ 50,00**	**R$ 5.000,00**
Poste B-600 12 metros	1	UN		**R$ 1.500,00**	**R$ 1.500,00**
Poste D-150 10,5 metros	1	UN		**R$ 765,00**	**R$ 765,00**

D PARADZINSKI LTDA:23167771000173

Assinado de forma digital por D PARADZINSKI LTDA:23167771000173
Dados: 2024.06.28 09:24:12 -03'00'

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

RES: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

08 . 060

De Schwan Heberle
Para Secretaria Municipal de Administração
Data Sex. 11:29

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO_TRANSFORMADOR_(2)[1]..pdf (~149 KB)

Bom dia
Segue orçamento conforme solicitado.

De: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>
Enviada em: sexta-feira, 21 de junho de 2024 16:06
Para: schwaneheberleenergiasolar@hotmail.com
Assunto: Fwd: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO
Prioridade: Alta

-------- Mensagem original --------

Assunto: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO
Data: 21/06/2024 10:49
De: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>
Para: schwaneheberleenergiasolar@hotmail.com

Bom dia!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, nº 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

--

Atenciosamente,

Raquel Albano

Prezados, quanto ao item TRANSFORMADOR, favor acrescentar a informação 75KWA, desta forma, o objeto a ser cotado é: Transformador trifásico 75KWA, tensão de entrada de 13,8 KV, tensão de saida nas buchas secundárias 127/220.

Carregando...

Atenciosamente;

ORÇAMENTO

Razão social: PRIMOSOL LTDA

CNPJ: 37.559.965/0001-29

Endereço: AV. Espirito Santo, 909, Centro Capanema Paraná

Telefone: (46) 9 9114-2690

E-mail: schwaneheberleenergiasolar@hotmail.com

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Transformador trifásico, tensão de entrada de 13,8 KV, tensão de saída nas buchas secundárias 127/220	1	UN		**26.773,45**	**26.773,45**
Cordoalha 6mm	100	M		**13,64**	**1.364,00**
Cabo 25mm com isolação de 15KV rede compacta de alta tensão	300	M		**12,73**	**3.819,00**
Espaçador para rede de alta tensão	20	UN		**86,15**	**1.723,00**
Chave fusível 13,8 KV	3	UN		**744,15**	**2.232,45**
Isolador bastão 13,8 KV	6	UN		**125,33**	**751,98**
Grampo de ancoragem para cabo isolado 25 mm 15KV	6	UN		**47,43**	**284,58**
Conector perfurante 10-120mm	400	UN		**17,45**	**6.980,00**
Conector perfurante 120-120mm	200	UN		**29,59**	**5.918,00**
Fio paralelo 2,5mm	4.000	M		**6,36**	**25.440,00**
Fio paralelo 4mm	2.000	M		**10,26**	**20.520,00**
Fio 6mm	2.000	M		**7,35**	**14.700,00**
Fio 10 mm	3.000	M		**12,68**	**38.040,00**
Bocal preto emborrachado	300	UN		**10,34**	**3.102,00**
Arrame galvanizado 14 mm	10	KG		**25,14**	**251,40**
Cabo semi rígido 95mm cobre	40	M		**131,05**	**5.242,00**
Ramal quadruplex 120mm	500	M		**79,71**	**39.855,00**
Tomadas de sobrepor 20A	400	UN		**9,67**	**3.868,00**
Plug macho para tomada 20A	200	UN		**5,39**	**1.078,00**
Fita isolante 20m	300	UN		**5,58**	**1.674,00**
Lâmpadas 50 whats	300	UN		**36,76**	**11.028,00**
Disjuntor 3x200A	2	UN		**553,24**	**1.106,48**
Cabo de cobre semi rígido HEPR 1KV 70mm	50	M		**99,13**	**4.956,50**
Cabo semi rígido HEPR 1KV 25mm	50	M		**40,61**	**2.030,50**
Fio 10mm sólido de cor preta ou vermelha	100	M		**13,28**	**1.328,00**
Fio 10mm sólido de cor azul	30	M		**13,28**	**398,40**
Disjuntor 3x50A NEMA	5	UN		**101,32**	**506,60**
Disjuntor 3x100A NEMA	10	UN		**156,06**	**1.560,60**
Disjuntor 2x50 NEMA	20	UN		**94,81**	**1.896,20**

Haste de aterramento 5/8 2,4m	3	UN		**41,28**	**123,84**
Grampo de conexão para haste de aterramento	5	UN		**7,90**	**39,50**
Terminal olhal 95mm	4	UN		**13,72**	**54,88**
Mão de obra elétrica/eletricista	100	H		**90,00**	**9.000,00**
Poste B-600 12 metros	1	UN		**2.335,00**	**2.335,00**
Poste D-150 10,5 metros	1	UN		**1.595,00**	**1.595,00**

-Transformador novo, cotação para aquisição.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, n° 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho, deverão ser apagados da cotação.**

Pré-visualização de mensagem

Responder | Responder ... | Encaminhar | Excluir | Imprimir | Marcar | Mais | Anterior | Próximo

Re: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

08.063

De Rakel Martins
Para Secretaria Municipal de Administração
Data 24/06/2024 13:59

Resumo | Cabeçalhos | Texto simples

COTAÇÃO-TRANSFORMADOR-(2).pdf (~309 KB)

Boa tarde
Segue orçamento solicitado
Att
Rakel

Obter o Outlook para Android

De: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>
Enviado: sexta-feira, junho 21, 2024 9:25:34 AM
Para: Eletro <eletro@eletromanutencao.com.br>; Rakel Martins6 <rakel_martins6@hotmail.com>
Assunto: SOLICITAÇÃO DE ORÇAMENTO PARA PROCESSO LICITATÓRIO

Bom dia!

Prezados,

O Município de Capanema/PR realizará um processo licitatório para aquisição de **transformador trifásico e manutenção de rede de alta tensão**.

Desta forma, solicito vossa gentileza em nos fornecer orçamento.

Encaminho anexo tabela com os itens a serem cotados, favor preencher, datar, assinar, carimbar (se houver) e nos devolver até dia 24/06/2024, segunda-feira.

Observações:

- **Este orçamento poderá seguir o padrão da empresa, mantendo a descrição do produto/serviço;**
- **O item TRANSFORMADOR deverá sem entregue até dia 15 (quinze) de agosto de 2024, no Parque de Exposições Armândio Guerra, sito à Avenida Geraldo Fulber, n° 614 – Santa Cruz, Capanema – PR, CEP 85.760-000.**
- **Para o item Transformador, favor justificar se houver condições especificas do item cotado, como: garantia, novo/recondicionado, cotação de aquisição e/ou locação por diária.**
- **A quantidade dos itens poderá ser alterada de acordo com ajustes no levantamento realizado pela Secretaria;**
- **Caso não atenda algum item, favor deixar em branco ou escrever "NÃO ATENDE", não deve-se apagá-lo.**
- **Os subitens escritos em vermelho na tabela anexa, deverão ser apagados da cotação.**

–

Atenciosamente,

Raquel Albano

0 6 06-1

ORÇAMENTO

Razão social: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

CNPJ:48.368.808/0001-52

Endereço: RUA ALDO BIGATON 1021, SANTA BARBARA, CAPANEMA – PARANÁ

Telefone: (46)99912-1403 E (46)99903-9283

E-mail: rakel_martins6@hotmail.com

PRODUTO/SERVIÇO	QUANTIDADE	UNIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Transformador trifásico, tensão de entrada de 13,8 KV, tensão de saída nas buchas secundárias 127/220	1	UN	**Novo entrega: previsão dezembro 2024**	**19040,00**	**19040,00**
Cordoalha 6mm	100	M	-	**7,80**	**780,00**
Cabo 25mm com isolação de 15KV rede compacta de alta tensão	300	M	-	**7,67**	**2301,00**
Espaçador para rede de alta tensão	20	UN	-	**30,00**	**600,00**
Chave fusível 13,8 KV	3	UN	-	**336,30**	**1008,90**
Isolador bastão 13,8 KV	6	UN	**Germer**	**60,60**	**363,60**
Grampo de ancoragem para cabo isolado 25 mm 15KV	6	UN	-	**48,86**	**293,16**
Conector perfurante 10-120mm	400	UN	**CDP**	**16,72**	**6688,00**
Conector perfurante 120-120mm	200	UN	**CDP**	**21,71**	**4342,00**
Fio paralelo 2,5mm	4.000	M	**Corfio**	**4,78**	**19120,00**
Fio paralelo 4mm	2.000	M	**Corfio**	**7,58**	**15160,00**
Fio 6mm	2.000	M	**Corfio**	**5,54**	**11080,00**
Fio 10 mm	3.000	M	**Corfio**	**9,59**	**28770,00**
Bocal preto emborrachado	300	UN	**germer**	**7,62**	**2286,00**
Arrame galvanizado 14 mm	10	KG	**BWG**	**22,23**	**222,30**
Cabo semi rígido 95mm cobre	40	M	**Corfio**	**97,78**	**3911,20**
Ramal quadruplex 120mm	500	M	**Liga cal**	**65,10**	**32550,00**
Tomadas de sobrepor 20A	400	UN	**germer**	**7,52**	**3008,00**
Plug macho para tomada 20A	200	UN	**Weg**	**4,78**	**956,00**
Fita isolante 20m	300	UN	**germer**	**4,40**	**1320,00**

Lâmpadas 50 whats	300	UN	**empalux**	**19,50**	**5850,00**
Disjuntor 3x200A	2	UN	**Weg**	**444,00**	**888,00**
Cabo de cobre semi rígido HEPR 1KV 70mm	50	M	**Corfio**	**70,40**	**3520,00**
Cabo semi rígido HEPR 1KV 25mm	50	M	**Corfio**	**25,97**	**1298,50**
Fio 10mm sólido de cor preta ou vermelha	100	M	**Corfio**	**9,76**	**976,00**
Fio 10mm sólido de cor azul	30	M	**Corfio**	**9,76**	**292,80**
Disjuntor 3x50A NEMA	5	UN	**Soprano**	**98,97**	**494,85**
Disjuntor 3x100A NEMA	10	UN	**Soprano**	**142,89**	**1428,90**
Disjuntor 2x50 NEMA	20	UN	**Soprano**	**85,95**	**1719,00**
Haste de aterramento 5/8 2,4m	3	UN	-	**37,37**	**112,11**
Grampo de conexão para haste de aterramento	5	UN	**Gar**	**5,45**	**27,25**
Terminal olhal 95mm	4	UN	**BSINO**	**11,46**	**45,84**
Mão de obra elétrica/eletricista	100	H	-	**60,00**	**6000,00**
Poste B-600 12 metros	1	UN	-	**1511,00**	**1511,00**
Poste D-150 10,5 metros	1	UN	-	**767,00**	**767,00**

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989:48368808000152

Assinado de forma digital por TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989:48368808000152
Dados: 2024.06.25 15:56:48 -03'00'

Item 1

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: materiais elétricos

Pesquisa realizada em 18/07/2024 16:21:02

Relatório gerado no dia 18/07/2024 16:22:49 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: arame galvanizado 14mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 23,40 (un)	-	R$ 23,40	R$ 23,40

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE NIPOA	49107725000172-1-000015/2024	14/06/2024	R$ 23,40
Valor Unitário				**R$ 23,40**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 23,40

Média dos Preços Obtidos: R$ 23,40

Valor Global: **R$ 23,40**

Detalhamento dos Itens

Item 1: arame galvanizado 14mm

Preço Estimado: R$ 23,40 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 23,40 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 23,40

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	arame galvanizado 14mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 23,40**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: arame galvanizado 14mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE NIPOA

Objeto: Ata de Registro de Preços para eventual aquisição de materiais de construção para atender a demanda dos setores pelo período de 12 (doze) meses

Descrição: **ARAME GALVANIZADO 14MM** - ARAME GALVANIZADO 14MM

Data: 14/06/2024 08:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: SIM
Identificação: 49107725000172-1-000015/2024
Lote/Item: 1/251
Ata: N/A
Homologação: 14/06/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 20
Unidade: KG
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
09.539.656/0001-51	ENGEARQ NIPOA COMERCIO E CONSTRUCAO LTDA	R$ 23,40

VENCEDOR

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(17) 3277-1133

Email:
lhzanata@uol.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

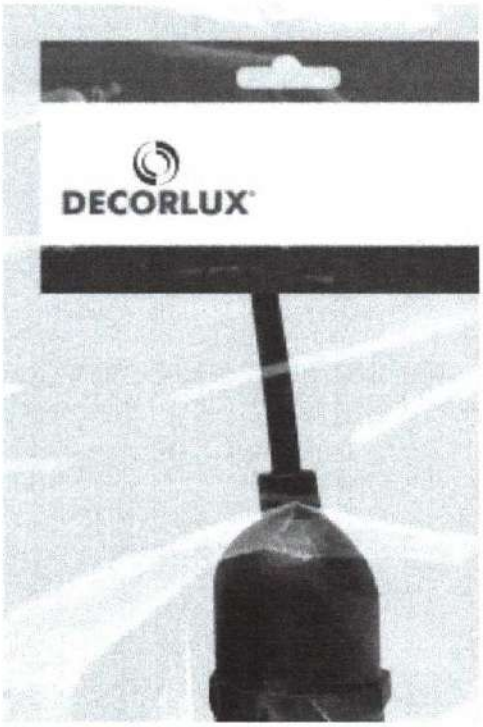
1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 18/07/2024 16:21:55***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

o 08.06'

Frete grátis acima de R$ 1.200,00
para todo o Brasil

Central de atendimento

ITEM 2



Bocal base E27, emborrachado, tipo pendente c/ rabicho, 4A/0-250V, cor preto, (bl 1un)

REF: MT3085B MARCA: DECORLUX

Seja o primeiro a opinar

Data de lançamento: 29/07/2022

R$ 9,88

ou 1x de R$ 9,39 (com desconto) Sem juros Cartão Elo

1 COMPRAR

Dúvidas sobre o produto

Frete e prazo de entrega

85760-000 CALCULAR

Frete	Valor	Prazo de Entrega e *Observações:*

0 B070

Encomenda PAC	R$ 25,50	Até 10 dias úteis após a confirmação do pagamento.

Descrição Geral

Garantia

Formas de Pagamento

Avaliações

Produtos relacionados

Base G13, plástico, tipo pressão, p/ lâmp.tubular T8-T12 2A/0-600V, cor branco, (bl 2un)

R$ 8,59

ou 1x de **R$ 8,16** (com desconto) Sem juros Cartão Elo

1 + Comprar

Dúvidas sobre o produto

Base G13, plástico c/ rabicho, p/ lâmp. tu 2A/0-250V, cor branco, (bl 2u

R$ 3,77

ou 1x de **R$ 3,58** (com desconto) Sem juros

1 + Compr

Dúvidas sobre o produto

Produtos visualizados



Bocal base E27, emborrachado, tipo pendente c/ rabicho, 4A/0-250V, cor preto, (bl 1un)

Páginas: 1

0 071



CADASTRE-SE EM NOSSA NEWSLETTER
e receba novidades e promoções

Seu nome

Seu e-mail

CADASTRE-SE

DECORLUX®

Os melhores materiais elétricos
para sua loja.

INSTITUCIONAL

ATENDIMENTO

FORMAS DE PAGAMENTO
SELOS DE SEGURANÇA

Decorlux. Rua Gino Benuzzi, 140 - CIC | Curitiba - PR | Fone: (41) 3029-1144 - loja@decorlux.com.br |
Copyright - Todos os direitos reservados - 2024. Atendimento das 08h as 18h.

Desenvolvido por plugoo

Tecnologia TrayCommerce

0.072

B

ITEM 3

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 57

Pesquisa realizada em 19/07/2024 15:01:36

Relatório gerado no dia 19/07/2024 15:05:09 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: cabo cobre protegido xlpe 15kv 16mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 7,08 (un)	-	R$ 7,08	R$ 7,08

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE BALNEARIO DE PICARRAS	83102335000148-1-000091/2024	10/05/2024	~~R$ 7,05~~ R$ 7,08
Valor Unitário				**R$ 7,08**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 7,08

Média dos Preços Obtidos: R$ 7,08

Valor Global: **R$ 7,08**

Detalhamento dos Itens

Item 1: cabo cobre protegido xlpe 15kv 16mm

Preço Estimado: R$ 7,08 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 7,08 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 7,08

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	cabo cobre protegido xlpe 15kv 16mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 7,05~~

Valor corrigido em 0,46% pelo índice IPCA. (Data de atualização: 18/06/2024) R$ 7,08

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: cabo 15kv; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE BALNEARIO DE PICARRAS

Objeto: FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE MELHORIAS E AMPLIAÇÕES DE REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS/SC.

Descrição: **CABO COBRE PROTEGIDO XLPE 15KV 16MM** - CABO COBRE PROTEGIDO XLPE 15KV 16MM

Data: 10/05/2024 08:29

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 83102335000148-1-000091/2024

Lote/Item: 1/23

Ata: N/A

Homologação: 10/06/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 200

Unidade: METRO (MT)

UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.614.582/0001-69 *VENCEDOR*	MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA	R$ 7,05

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(47) 3348-1313 / (47) 3348-1313

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 15:04:03***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 4

0 B 075

DESDE 1998 DISTRIBUINDO QUALIDADE E CONFIANÇA.

ELETROSUL®
MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS

O que deseja procurar?

Envio Rápido
para todo o Brasil

Compre no Site
Retire na Loja

Você está em: Home > MATERIAIS ELÉTRICOS > CABOS DE COBRE > Cabo de Cobre Rígido 1kV > Cabo de Cobre Rígido 70mm HEPR 1KV Preto Corfio - Metro

Ver vídeo





Cabo de Cobre Rígido 70mm HEPR 1KV Preto Corfio - Metro

REF: 03911 MARCA: CORFIO

Seja o primeiro a opinar

R$ 79,89

R$ 75,90 à vista com desconto Pix

1 + -

COMPRAR

Frete e prazo de entrega

Informe seu cep CALCULAR

0 β 076

Descrição Geral

Características

Formas de Pagamento

Produtos relacionados

Cabo de Cobre Rígido 70mm HEPR 1KV Azul Corfio - Metro

(0)

R$ 72,36

R$ 68,74 à vista com desconto Pix

− 1 + Comprar

Cabo de Cobre Rígido 120mm HEPR 1KV Preto Metro

(0)

R$ 114,06

R$ 108,36 à vista com desconto Pix

− 1 + Comprar

Produtos visualizados



Cabo de Cobre Rígido 70mm HEPR 1KV Preto Corfio - Metro



Fio Sólido 10mm Preto rl 100 metros Corfio



Disjuntor Nema Trifásico 3X50A Soprano

Páginas: 1 2

CADASTRE-SE EM NOSSA NEWSLETTER

e receba novidades e promoções

0

0 . 077
B

Seu nome

Seu e-mail

CADASTRE-SE

ELETROSUL®
MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS

Atuando no mercado desde 1998 a Eletrosul é uma das principais distribuidoras do sul do Brasil, atendendo no atacado e varejo com milhares de itens para sua obra ou revenda. Através de convênio com as principais transportadoras, atendemos todo o país com entrega rápida e segura, sendo uma das principais opções para lojistas que utilizam o nosso estoque para atenderem seus clientes.

INSTITUCIONAL

ATENDIMENTO

FORMAS DE PAGAMENTO

SELOS DE SEGURANÇA

ELETROSUL DISTRIBUIDORA LTDA. ELETROSUL DISTRIBUIDORA LTDA | CNPJ: 02.554.116/0002-89 | Av. Marginal Percy de Oliveira Junior, 8560 (BR 467 km 109) - CEP: 85811-699 - Cascavel/PR Copyright© 2022 Eletrosul Materiais Elétricos e Hidráulicos - Todos os direitos reservados

Desenvolvido por plugoo

TECNOLOGIA TRAYCOMMERCE

~~ITEM 4~~ ITEM 5

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 56

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:57:54

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:58:30 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 137,49 (un)	-	R$ 137,49	R$ 137,49

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE GUAXUPE	18663401000197-1-000094/2023	03/10/2023	~~R$ 133,00~~ R$ 137,49
Valor Unitário				**R$ 137,49**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 137,49

Média dos Preços Obtidos: R$ 137,49

Valor Global: **R$ 137,49**

Detalhamento dos Itens

Item 1: cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre

Preço Estimado: R$ 137,49 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 137,49 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 137,49

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre cabos flexíveis de 95mm² 100% cobre	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 133,00~~

*Valor corrigido em 3,38% pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* R$ 137,49

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: CABO 95MM COBRE; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE GUAXUPE

Objeto: Seleção e contratação de empresa para fornecimento e instalação de Gerador Trifásico de 75 KVA, 220 VAC, Cabinado e Silenciado para atender o Data Center e a Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Guaxupé

Descrição: **CABOS FLEXÍVEIS DE 95MM² 100% COBRE Cabos Flexíveis de 95mm² 100% cobre** - CABOS FLEXÍVEIS DE 95MM² 100% COBRE Cabos Flexíveis de 95mm² 100% cobre

Data: 03/10/2023 09:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 18663401000197-1-000094/2023
Lote/Item: 1/2
Ata: N/A
Homologação: 18/10/2023 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 45
Unidade: MT
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
24.797.158/0001-00 *VENCEDOR*	RODOAGRO MOTORES GERADORES E REPRESENTACAO LTDA	R$ 133,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(31) 3439-5650

Email:
senhas@moreiracoelho.com

0 B. 080

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 08:45:34***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 6

B 081

SANTIL
TUDO EM MATERIAL ELÉTRICO

MINHA CONTA (0)

Busque por produto, m

TODOS OS DEPARTAMENTOS LÂMPADAS ILUMINAÇÃO FIOS E CABOS

INTERRUPTORES E TOMADAS KITS DE PRODUTOS INFRAESTRUTURA AUTOMAÇÃO FERRAMENTAS

MARCAS

HOME › FIOS E CABOS › FIOS E CABOS POR METRO

HOME › **FIOS E CABOS** › **FIOS E CABOS POR METRO** › CABO FLEXIVEL HEPR 25MM PRETO ...

CABO FLEXIVEL HEPR 25MM PRETO 1KV VENDIDO POR METRO - SIL

Sil

Ref: SIL HEPR 25 PT BOB

★ ★ ★ ★ ★ 0 avaliações


CABO FLEXÍVEL SILNAX 0,6/ 1kV HEPR 90°C



0 8 08:3

SELECIONE UMA COR:

CABO FLEXIVEL HEPR 25MM PRETO 1KV VENDIDO POR METRO - SIL

Sil

Ref: SIL HEPR 25 PT BOB

★★★★★ 0 avaliações

R$ 23,90

00000-000 OK

QUANTIDADE:

ADICIONAR AO CARRINHO

♡ Adicionar a Lista de Desejo

Compartilhe:

Facebook WhatsApp

INFORMAÇÕES BÁSICAS CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO AVALIAÇÕES

Quando o assunto é cabo, a Sil é referência no assunto! São inúmeros modelos para todas as suas necessidades!

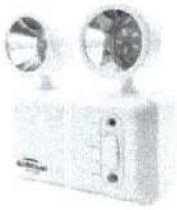
O cabo flexível Silnax é indicado para uso em circuitos de alimentação e distribuição de energia elétrica em prédios residenciais, comerciais, subestações transformadoras e em redes subterrâneas que exijam [illegible]s com maior flexibilidade.

Ele pode ser instalado em bandejas, canaletas, eletrodutos ou dutos subterrâneos. Sua característica de autoextinção do fogo garante total segurança para suas instalações.

OS CABOS COM CORTE ESPECIAL NÃO PODERÃO SER TROCADOS POR SE TRATAREM DE PRODUTOS COMPRADOS SOB MEDIDA!

FOTO ILUSTRATIVA

OFERTAS ESPECIAIS



LUMINARIA DE EMERGENCIA LED 2 FAROIS 3W 6500K BIVOLT - BLUMENAU

de ~~R$ 89,50~~

R$ 78,80

COMPRAR



PLACA DE SAIDA LED 1 FACE VERMELHO 1W BIVOLT - BLUMENAU

de ~~R$ 71,50~~

R$ 63,60

COMPRAR



SPOT EMBUTIR PARA 3 I ^ AR111 GZ10 RECUADC GOLI

de ~~R$ 207,53~~

R$ 178,30

COMPRAR

LEVE JUNTO

B 085



CONECTOR 5 POLOS 32A 450V PARA CONDUTORES ATE 4MM TRANSPARENTE COM 4 PECAS - WAGO

R$ 19,49

COMPRAR



Fita Isolante Imperial Slim Preta 18mm x 10m - 3M

R$ 4,42

COMPRAR



PLUG IDENTIFICADOR TENSAO CHAVEIRO - MAF

R$ 11,42

COMPRAR

NEWSLETTER

Cadastre seu e-mail para ficar por dentro de todas nossas **novidades** e **promoções**

Nome

Email*

CADASTRAR

**Ao se cadastrar você concorda em receber e-mails promocionais e novidades. Saiba mais na nossa Política de Privacidade*

INSTITUCIONAL

Nossas Lojas

DÚVIDAS

Entregas

CENTRAL DE RELACIONAMENTO

0 086
8

Clube de Vantagens Santil Pro
Política de Privacidade
Política de Segurança
Trabalhe Conosco
Venda Corporativa
Termos de Uso Santil
Cookies

Rastreio de Pedidos(compras no site)
Pagamento
Trocas e Devoluções
Retira na Loja
Cupom de Desconto
Dúvidas Frequentes

Preparada para esclarecer suas dúvidas e problemas.

De Segunda a Sexta-feira das 8h30 às 18h00

SAC: (11) 3998-3000

FALE CONOSCO

NOSSAS LOJAS

TRABALHE CONOSCO

GA NOS

FORMAS DE PAGAMENTO

Preços, condições de pagamento e frete válidos somente para compras no site, não para as lojas físicas. Ofertas válidas enquanto durarem os estoques. Preços e condições comerciais sujeitos à alterações sem aviso prévio. *Frete grátis para as compras acima de R$400,00 exclusivamente para a cidade de São Paulo e Grande São Paulo (faixas de cep de 01000-999 a 09999-999) A Santil adverte: a instalação de materiais elétricos deve ser realizada por profissionais capacitados.

Rua Henrique Ongari, 214, Água BrancaÁgua Branca | 05037-150-São Paulo-SP | CNPJ: 49.474.398/0008-63

ITEM 7

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 55

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:52:03

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:52:14 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
"Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: chave fusivel: da rede 13,8 sub. 25kva

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 406,86 (un)	-	R$ 406,86	R$ 406,86

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO SIGEFRETO PACHECO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	02593588000160-1-000004/2024	22/05/2024	~~R$ 405,00~~ R$ 406,86
Valor Unitário				**R$ 406,86**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 406,86

Média dos Preços Obtidos: R$ 406,86

Valor Global: **R$ 406,86**

Detalhamento dos Itens

Item 1: chave fusivel: da rede 13,8 sub. 25kva

Preço Estimado: R$ 406,86 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 406,86 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 406,86

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	chave fusivel: da rede 13,8 sub. 25kva	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço

~~R$ 405,00~~

*Valor corrigido em **0,46%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

R$ 406,86

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: chave fusível 13,8; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO SIGEFRETO PACHECO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA O SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Descrição: **CHAVE FUSIVEL: da Rede 13,8 sub. 25kva** - CHAVE FUSIVEL: da Rede 13,8 sub. 25kva

Data: 22/05/2024 08:30

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 02593588000160-1-000004/2024

Lote/Item: 1/15

Ata: N/A

Homologação: 18/06/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 10

Unidade: PÇ

UF: PI

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
18.870.703/0001-36 *VENCEDOR*	AMSD CONSTRUCOES MATERIAS ELETR E SERV LTDA	R$ 405,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

08

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 14:52:04***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 8

0 . 080
8

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 36

Pesquisa realizada em 18/07/2024 16:34:12

Relatório gerado no dia 18/07/2024 16:35:08 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: conector derivaçao perfurante 10-120mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 12,27 (un)	-	R$ 12,27	R$ 12,27

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICÍPIO DE MORUNGABA	00015223	30/01/2024	~~R$ 12,00~~ R$ 12,27
Valor Unitário				**R$ 12,27**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 12,27

Média dos Preços Obtidos: R$ 12,27

Valor Global: **R$ 12,27**

Detalhamento dos Itens

Item 1: conector derivaçao perfurante 10-120mm

Preço Estimado: R$ 12,27 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 12,27 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 12,27

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	conector derivaçao perfurante 10-120mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 12,00~~

*Valor corrigido em 2,27% pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* R$ 12,27

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: conector perfurante 10-120mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICÍPIO DE MORUNGABA
Objeto: MATERIAIS ELÉTRICOS E ILUMINAÇÃO PÚBLICA
Descrição: **CONECTOR DERIVAÇAO PERFURANTE 10-120MM** - CONECTOR DERIVAÇAO PERFURANTE 10-120MM

Data: 30/01/2024 00:00
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
SRP: SIM
Identificação: 00015223
Lote/Item: 1/26
Ata: Link Ata
Homologação: 07/02/2024 00:00
Fonte: servicos.morungaba.sp.gov.br:5800/transparencia/
Quantidade: 800
Unidade: UN
UF: SP

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.492.610/0001-43	WEB ELETRICA EIRELI	R$ 12,00

VENCEDOR

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(67) 9270-6804

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Prefeitura Municipal da Estância Climática de Morungaba/SP *Data: 19/06/2024 11:29:47*
servicos.morungaba.sp.gov.br:5800/transparencia/ **Acessar a fonte aqui**

ITEM 9

0 B. 093

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO — AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 37

Pesquisa realizada em 18/07/2024 16:36:02

Relatório gerado no dia 18/07/2024 16:36:18 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: conector perfurante 120 x 120mm.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 30,50 (un)	-	R$ 30,50	R$ 30,50

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE TERRA BOA	75793786000140-1-000077/2024	06/06/2024	R$ 30,50
Valor Unitário				**R$ 30,50**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 30,50

Média dos Preços Obtidos: R$ 30,50

Valor Global: **R$ 30,50**

Detalhamento dos Itens

Item 1: conector perfurante 120 x 120mm.

Preço Estimado: R$ 30,50 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 30,50 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 30,50

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	conector perfurante 120 x 120mm.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 30,50**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: conector perfurante 120-120mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE TERRA BOA

Objeto: Registro de Preço para eventual aquisição de Materiais elétricos, para atendimento das necessidades das secretarias municipais.

Descrição: **CONECTOR PERFURANTE 120 X 120MM.** - CONECTOR PERFURANTE 120 X 120MM.

Data: 06/06/2024 08:30 0 B 09-1

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: 75793786000140-1-000077/2024

Lote/Item: 1/75

Ata: N/A

Homologação: 11/06/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 30

Unidade: Unidade

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.200.977/0001-79 *VENCEDOR*	VALMIR F GAVIOLI MATERIAIS ELETRICOS	R$ 30,50

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 18/07/2024 16:36:03***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

Bem vindo a plataforma Rede Mercado, aqui você encontra produtos nas lojas parceiras
ENTENDI
Você está navegando pela loja Comercial Terra Prometida
Ceps Atendidos Horários (62) 3518-2667

0B 096

ITEM 10



Encontre o produto
Menu
buscar
Lojas
Minha Conta
0
Faça login para ver os itens do carrinho
CEPs
Horários
Entrar

- Início
  - Departamentos
  - Itens com Preços de Atacado
    Itens com Preços de Atacado
    Itens com Preços de Atacado

CORDOALHA COBRE NU 6MM

0 097
B



Oferta Clube

CORDOALHA COBRE NU 6MM

8,21
1 metro
R$ 8,21
ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Adicionar

Código: #7896689019166 | Marca: SANTA LUISA

* Preços de produtos pesáveis podem sofrer variação de acordo com o peso.
* Imagem meramente ilustrativa.
* Sujeito à disponibilidade de estoque.

Compartilhar

PRODUTOS VISTOS POR QUEM PROCURA ESTE ITEM

Oferta Clube



FIO PARA CORTAR GRAMA 3.0 MM 1 metro
R$ 1,80

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube

0 . 098
B

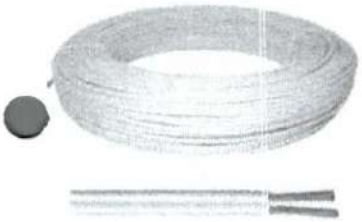


FIO FLEXIVEL 1 LINHA 01.5MM PRETO 1 metro
R$ 1,98

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube



FIO PARALELO 2X 1MM
R$ 2,49

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube

Tintas Esmaltes e Acessorios
Tintas Esmaltes e Acessorios
Tintas Spray e Vernizes
Tintas e Acessórios
Thiner, Aguaraz/Solvente,
Rolos, Baldes e Silicones
Pinceis e Espatulas
Lixas e Palhas de Aço e Estopa
Massa PVA



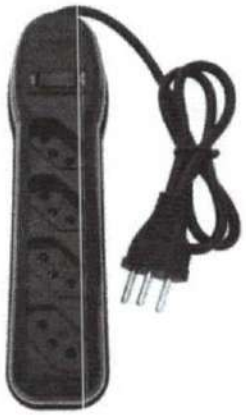
FIO PARALELO 2X1,5mm 1 metro
R$ 3,49

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube

- Louças Pias e Tanques



FILTRO DE LINHA BIVOLT 3 TOMADAS (1MT)
R$ 26,80

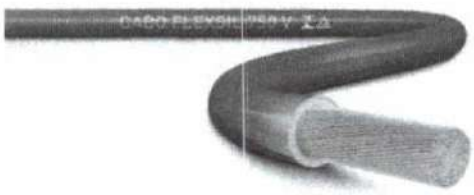
ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

- Tubos e Conexões

1

Tubos
Tee e Fita veda rosca
Luvas e Adaptadores
Junções e Cans

Oferta Clube



FIO FLEXIVEL 1 LINHA 04MM VERMELHO 1 metro
R$ 3,90

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

- Material Elétrico
- Torneiras Registros e Acessórios
- Ferramentas Elétricas
- Ferramentas Manuais
- Acessorios e EPIs
- Parafusos Brocas e Buchas
- Pvite Gratis
- Rastos e Juntas de Aço

1

Oferta Clube



CORDOALHA COBRE NU 10MM 1 metro
R$ 11,49

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube

08. 100



FIO ANTENA BRANCO TV 67% 1 metro
R$ 2,51

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube



FIO PARALELO 2X2,5mm SIL 1 metro
R$ 5,49

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube



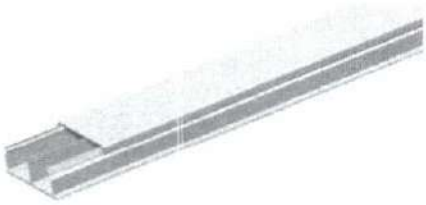
CABO PP 3 X 2,5MM
R$ 8,49

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube

0B 101



CANALETA PARA FIO 2 MT
R$ 8,00

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Oferta Clube



FIO FLEXÍVEL 1 LINHA 10MM VERMELHO 1 metro
R$ 9,50

ATINGIU O LIMITE MÁXIMO

1

Ver mais produtos do departamento **Fios, Cabos e Extensões**

ISSO PODE TE INTERESSAR

Maquinas

Encartes

Preços de Atacado

0B. 102

Ferragens

Janelas

Premoldados

Departamentos



Frete Grátis

Redes Sociais

Atendimento

(62) 3518-2667

(62) 99207-6277

@redemercado.com.br

Horário de Atendimento:

- ***Segunda á Sexta: das 07:00 as 18:00***
  Sabado das 07:00 as 12:00

Links

- Departamentos / Categorias
- Ofertas Clube
- Sobre a Empresa
- Parceiros
- Politica de privacidade

Formas de pagamento

Na Entrega:

Na Retirada:

Valor mínimo do pedido: R$ 100,00

0B 103

Baixe Nosso App

Download na App Store Download no Google Play

Site seguro

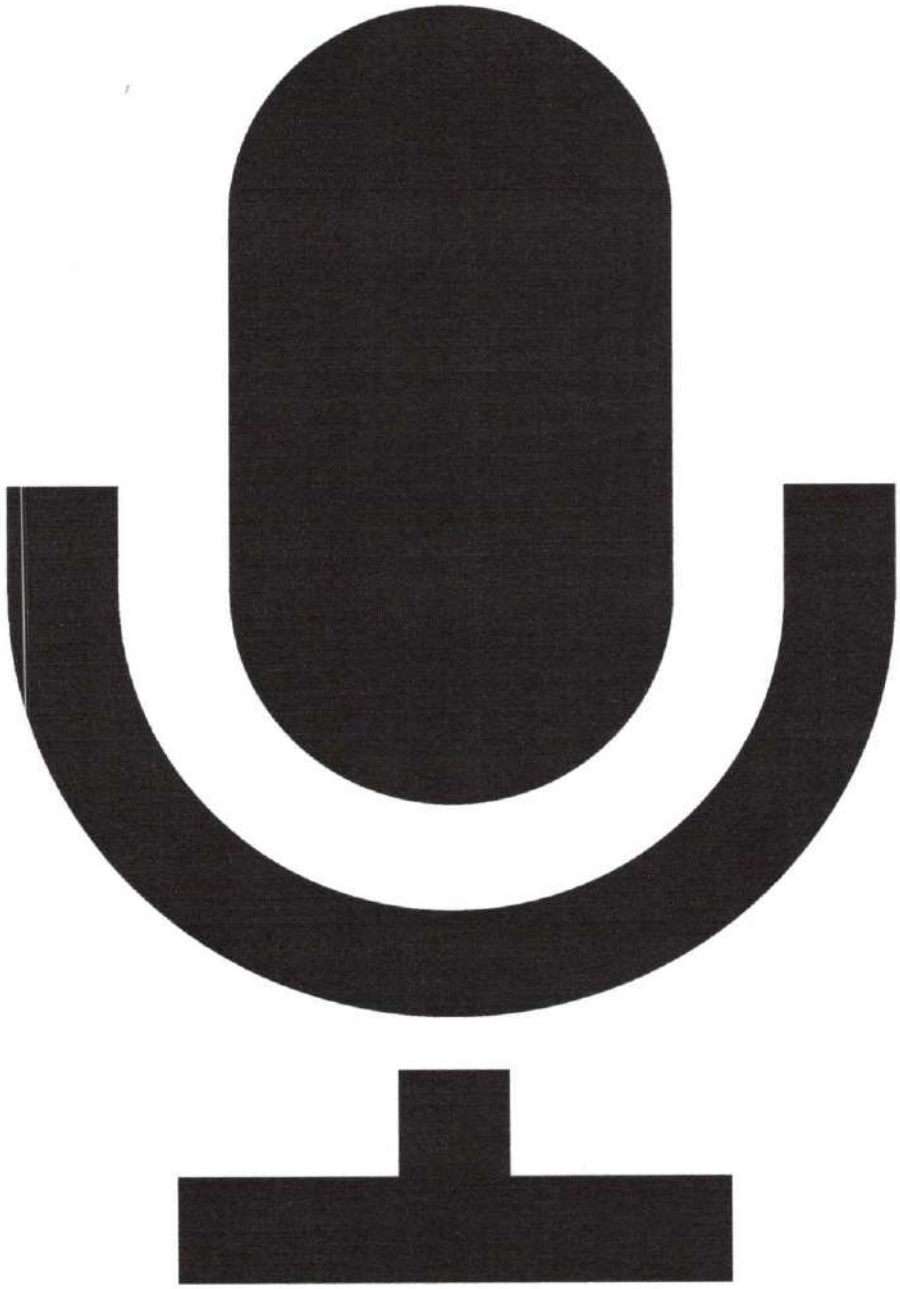
CLOUDFLARE®

Site Seguro Google

© Comercial Terra Prometida / Avenida Quimbita Abrantes S/N, Bairro Terra Prometida, QUADRA 1 LOTE 3 e 4, 74982-855 - Aparecida de Goiânia/GO / CNPJ: 06.554.850/0001-18

0 B 10·1

0 6 105



Diga o nome de algum produto, marca ou departamento...

Não conseguimos ouvir, verifique seu microfone.
Tentar novamente
×

Horários de retirada

Segunda-feira 07:00 até 18:00

Terça-feira 07:00 até 18:00

Quarta-feira 07:00 até 18:00

Quinta-feira 07:00 até 18:00

Sexta-feira 07:00 até 18:00

Sábado 07:00 até 12:00

Horários de entrega

Informe o CEP:
_____-___
×

Bem vindo!

Em qual das lojas deseja comprar?

Comercial Terra Prometida Ir às compras

o encontrou a loja? No momento, o serviço de delivery está atendendo à algumas regiões.

Conheça todas as lojas disponíveis para as compras.

×

CEPs Atendidos - Comercial Terra Prometida

Os valores de frete podem variar de acordo com as regras da loja.

Fechar

Utilizamos cookies para melhorar a experiência na navegação e obter estatísticas das visitas. Ao continuar a navegação você aceita nossa política de privacidade.
Aceitar e fechar

Marsango Casa e Decoração: 5% de DESCONTO na primeira compra pelo site! Veja como utilizar

0 B 107

MARSANGO MATERIAIS

R$0,00

Estou procurando por...

HOME › MATERIAIS ELETRICOS

Item 11



Deixe sua opinião

INÍCIO | MINHA CONTA | ENTREGA | ATENDIMENTO

DISJUNTOR 2X50 NEMA — SOPRANO

0 8 108

R$82,49

Em estoque

− 1 +

COMPRAR

SKU: 574

CATEGORIA: MATERIAIS ELETRICOS

DESCRIÇÃO INFORMAÇÃO ADICIONAL

ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

O disjuntor é um dispositivo eletromecânico que tem a função de proteger as instalações elétricas, ou seja, assim que a corrente elétrica que passa por ele ultrapassa o seu valor nominal, ele interrompe o circuito impedindo o fornecimento de energia para as cargas do circuito, evitando assim que elas e o circuito danifiquem.

Produtos relacionados

Deixe sua opinião

0 10'



CABECOTE 3/4

MATERIAIS ELETRICOS

R$1,35 COMPRAR



CURVA P/ELETRODUTO 180 1.1/4

MATERIAIS ELETRICOS

R$63,49 COMPRAR



SUPORTE P/ FIXAR 1 DISJUNTOR MODELO FIO DENTAL

MATERIAIS ELETRICOS

R$9,17 COMPRAR



CURVA P/ELETRODUTO 135 1.1/2

MATERIAIS ELETRICOS

R$2,50 COMPRAR

Deixe sua opinião

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a Sexta: 7:30 às 12:00
13:15 às 18:00
Sábado: 7:30 às 12:00, exceto feriados.

contato@marsangomateriais.com.br

0 B 110

Quem somos

Termos e condições

Política de privacidade

Minha conta

Esqueci minha senha

Entregas

Minhas compras

FORMAS DE PAGAMENTO

ATÉ 06 VEZES SEM JUROS

SITE SEGURO

Deixe sua opinião

Eventuais promoções, descontos e prazos de pagamento expostos aqui são válidos apenas para compras via internet. As fotos, textos e layout aqui veiculados são de propriedade da loja. É proibida a utilização total ou parcial sem nossa autorização.

LUISA MARSANGO & CIA LTDA. CNPJ: 30.444.064/0001-42.
Avenida Brasil, 1210, Santo Antônio do Sudoeste - PR, CEP 85710-000. Telefone: (46) 3563-2286.

Desenvolvido por Tytânio Tecnologia

ITEM 02

0 3

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 39

Pesquisa realizada em 18/07/2024 16:39:59

Relatório gerado no dia 18/07/2024 16:40:45 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: disjuntor 3x100a nema

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 77,40 (un)	-	R$ 77,40	R$ 77,40

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Município de Sapopema	MS-42024-Pregão Eletrônico	27/02/2024	~~R$ 76,00~~ R$ 77,40
Valor Unitário				**R$ 77,40**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 77,40 | Média dos Preços Obtidos: R$ 77,40

Valor Global: **R$ 77,40**

Detalhamento dos Itens

Item 1: disjuntor 3x100a nema

Preço Estimado: R$ 77,40 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 77,40 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 77,40

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	disjuntor 3x100a nema	

0 6 112

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 76,00~~

*Valor corrigido em **1,84%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* **R$ 77,40**

Inc. II Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: disjuntor 3x100a nema; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: Município de Sapopema

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO E ELÉTRICO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

Descrição: **DISJUNTOR 3X100a NEMA** - DISJUNTOR 3X100a NEMA

Data: 27/02/2024 00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: NÃO

Identificação: MS-42024-Pregão Eletrônico

Lote/Item: 64/1

Ata: Link Ata

Fonte: http://168.228.239.26:7474/transparencia/licitacoes

Quantidade: 20

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
43.471.316/0001-74 *VENCEDOR*	GRAND COMMERCE LTDA	R$ 76,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(48) 3380-1938

Email:
ceo.grandcommerce@gmail.com

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Prefeitura Municipal de Sapopema/PR — ***Data: 22/05/2024 09:10:19***
http://168.228.239.26:7474/transparencia/licitacoes — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 13

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO — AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 40

Pesquisa realizada em 18/07/2024 16:44:29

Relatório gerado no dia 18/07/2024 16:44:43 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: disjuntor caixa moldada 3x200a

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 370,22 (un)	-	R$ 370,22	R$ 370,22

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Guairaçá	PMG-832023-Pregão Eletrônico	18/12/2023	~~R$ 359,99~~ R$ 370,22
Valor Unitário				**R$ 370,22**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 370,22

Média dos Preços Obtidos: R$ 370,22

Valor Global: **R$ 370,22**

Detalhamento dos Itens

Item 1: disjuntor caixa moldada 3x200a

Preço Estimado: R$ 370,22 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 370,22 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 370,22

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	disjuntor caixa moldada 3x200a	

0 8 . 115

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 359,99~~

*Valor corrigido em **2,84%** pelo índice **IPCA.** (Data de atualização: 18/06/2024)* **R$ 370,22**

Inc. II Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Período: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: disjuntor 3x200a; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: Prefeitura Municipal de Guairaçá

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE GUAIRAÇÁ-PR.

Descrição: **DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 3x200A** - DISJUNTOR CAIXA MOLDADA 3x200A

Data: 18/12/2023 00:00

Modalidade: Pregão Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: PMG-832023-Pregão Eletrônico

Lote/Item: 182/1

Ata: N/A

Fonte: http://45.71.167.55:7474/transparencia/licitacoes

Quantidade: 2

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.944.942/0001-81 *VENCEDOR*	M M M M MATERIAIS DE	R$ 359,99

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Prefeitura Municipal de Guairaçá/PR — ***Data: 18/07/2024 16:44:30***
http://45.71.167.55:7474/transparencia/licitacoes — **Acessar a fonte aqui**

FRETE GRÁTIS NAS COMPRAS ACIMA DE 399,00** APROVEITAR

OB. 117

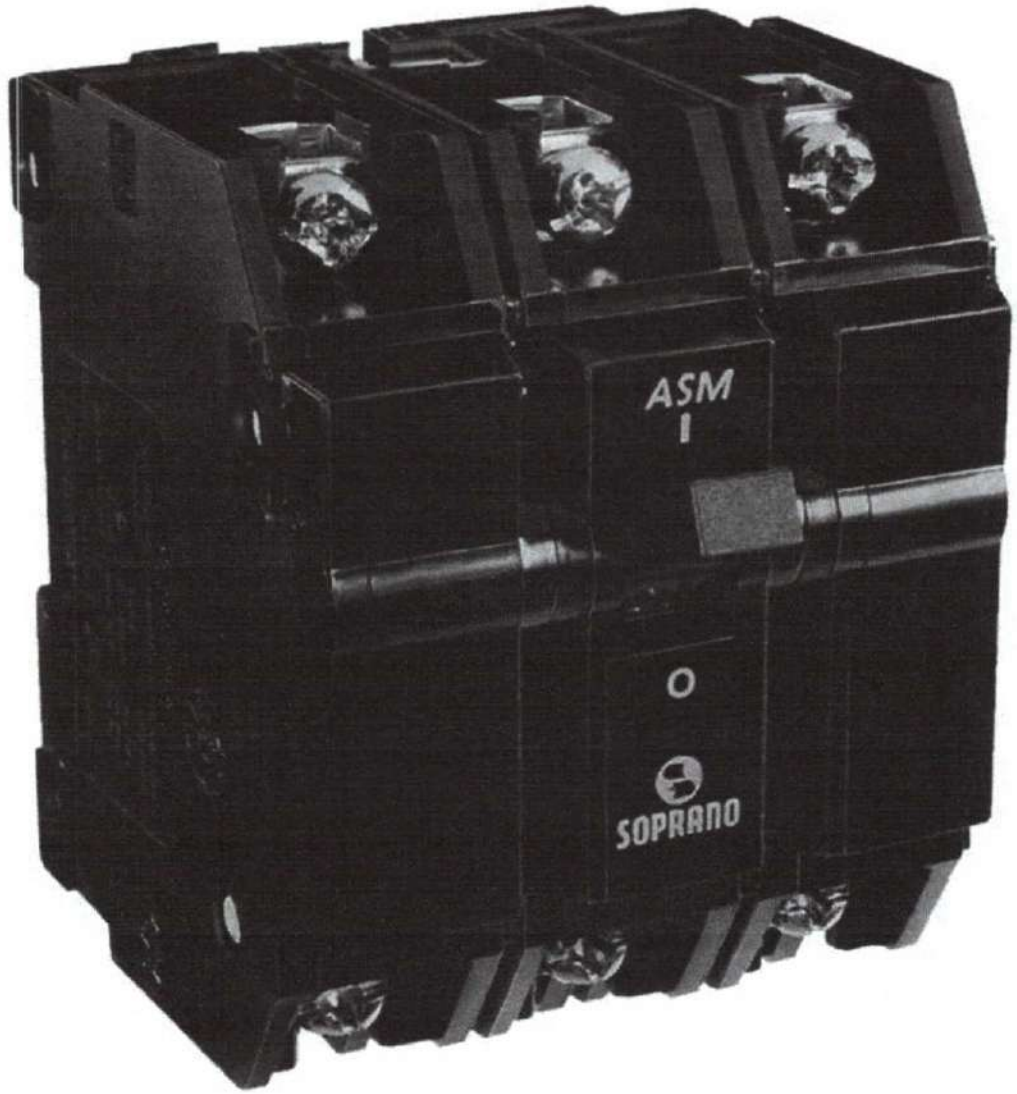
ELETRORASTRO
EXPERIMENTE TER CERTEZA.

Pesquise aqui e receba em casa ou retire na loja...

ITEM 14

Feedback

0 8 118









Feedback

DISJUNTOR NEMA TRIPOLAR 50A SOPRANO

0 de 5 (0)

Compartilhe

SOPRANO

Mais info do produto

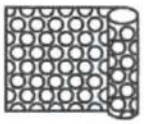
Por

Parcele em até 10x
R$ 97,85
(Consulte Políticas de Parcelamento)

0 6 11

Total Seguranca na sua entrega!

Acomodação Adequada | **Almofadas de Ar** | Conferência e Teste | Garantia



FRETE E PRAZO saiba +

N, NE e CO - a partir de 5 dias úteis
Sul-Sudeste - a partir de 3 dias úteis
São Paulo - a partir de 3 dias úteis
Curitiba e Região - a partir de 4 horas úteis ***
FRETE GRÁTIS - Região Sul e Sudeste para pedidos acima de R$399,00

NÃO PERCA essa oferta, e selecione a quantidade!

Quantidade

− 1 +

Feedback

Informações do Produto

Cor:	Preto
Corrente Elétrica:	50A
Garantia da Fabricante:	24 meses
Modelo:	ASM3-P 50A
Produto:	Disjuntor Nema
Quantidade de Pólos:	3 Pólos
Tipos de Pólos:	Tripolar
Tensão Máxima de Isolamento:	380Vca

Pergunte e veja opiniões de quem já comprou

A Trustvox certifica que a nota média da empresa Eletrorastro é:

4.7 /5

NOTA DA EMPRESA

★★★★★

Baseado em 1072 avaliações

A empresa Eletrorastro se preocupa tanto com você consumidor que contratou uma empresa independente para auditar as avaliações. Legal, né? ;)

Avaliações reais, auditadas por trustvox

Perguntas e respostas

Você tem alguma pergunta?

Escreva uma pergunta

Feedback

Perguntar

ELETRORASTRO

Central de Atendimento Eletrorastro

Tire suas dúvidas sobre: compras, trocas, devoluções, contatos, entre outros clicando aqui

Mais Informações

* Parcele em até 10x sem juros os produtos que contemplam a categoria Iluminação Decorativa. Os demais produtos podem ser parcelados em até 10x com juros. * Parcelamento em boleto somente para clientes com crédito pré-aprovado. O limite é o mesmo já utilizado em outras plataformas de compra, como televendas e compras presenciais (Importante: o limite é compartilhado entre as plataformas, ou seja, o limite é único). O parcelamento em boleto faturado é em até 3 vezes, respeitando o valor mínimo de R$ 800,00 (oitocentos reais) por boleto, e, boleto faturado para 28 dias, o valor mínimo é de R$ 100,00 (cem reais). *** Entrega/Retirada expressa em Curitiba e Região Metropolitana para pedidos com pagamento aprovado até as 15:00 em dias úteis.

Eletrorastro é a maior Especialista em Material Elétrico e Iluminação LED do Paraná, e com mais de 30 anos de mercado é considerada referência no Paraná e no Brasil em vender os melhores produtos pelo menor preço em Materiais Elétricos, Iluminação Decorativa e LED, Ferramentas e Automação Industrial. Atualmente, a sua megaloja de Curitiba é a maior loja física do sul do país, e além desta, possui mais 4 megalojas físicas na região metropolitana de Curitiba (Pinhais, São José dos Pinhais, Araucária e Fazenda Rio Grande) e a megaloja online eletrorastro.com.br que está preparada para ser referência no Brasil (aonde realizando sua compra nela você pode optar por receber em casa em todas as cidades do Brasil ou retirar em qualquer uma das 5 megalojas físicas). Só vende as melhores marcas do mercado, entre elas: philips, empalux, foxlux, luminatti, metaltex, schneider, siemens, corfio, 3m, tigre, ventidelta, iriel, intelbras, enerbras, fame, eletrorastro, lorenzetti, vonder, makita, starrett, weg, arquitetizze, bella, dital, taschibra, bronzeart, avant, accord, brilia, startec, new line, save energy, segurimax, spotline, stella, dwt, worker, bella, tramontina. Além de vender os melhores produtos pelo menor preço, na Eletrorastro você encontra sempre promoção de lustres, promoção de luminárias LED, promoção de pendentes, promoção de painéis de LED, promoção de spots de LED, promoção de plafons, promoção de lâmpadas de LED, promoção de fios e cabos, promoção de tomadas e interruptores, promoção de duchas e chuveiros, promoção de projetores e refletores LED, promoção de disjuntores, promoção de ventiladores, promoção de fitas de LED. As melhores ofertas em iluminação LED são na Eletrorastro. As melhores ofertas em lâmpadas de LED são na Eletrorastro. Aproveite e compre na promoção da Eletrorastro agora, pois entregamos para todo o Brasil com agilidade, garantia e segurança.

Feedback

© Todos os direitos reservados. Eventuais promoções, descontos e prazos de pagamento expostos aqui são válidos apenas para compras via internet. As fotos, textos e layout aqui veiculados são de propriedade da Loja. É proibida a utilização total ou parcial sem nossa autorização. Eletrorastro Comércio de Materiais Elétricos Ltda - CNPJ 85.014.793/0007-46 - Endereço: Rodovia Deputado João Leopoldo Jacomel, n° 11.922 - Centro - Pinhais / PR

ELETRORASTRO wake // commerce

ITEM 15

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 58

Pesquisa realizada em 19/07/2024 15:10:16

Relatório gerado no dia 19/07/2024 15:10:27 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: espaçador losangular para rede compacta15kvcom anel de amarração

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 40,37 (un)	-	R$ 40,37	R$ 40,37

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE GAROPABA	82836057000190-1-000057/2024	07/05/2024	~~R$ 40,19~~ R$ 40,37
Valor Unitário				**R$ 40,37**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 40,37 | Média dos Preços Obtidos: R$ 40,37

Valor Global: **R$ 40,37**

Detalhamento dos Itens

Item 1: espaçador losangular para rede compacta15kvcom anel de amarração

Preço Estimado: R$ 40,37 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 40,37 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 40,37

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	espaçador losangular para rede compacta15kvcom anel de amarração	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 40,19~~

*Valor corrigido em **0,46%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* **R$ 40,37**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: espaçador de rede; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE GAROPABA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA SERVIÇO CONTÍNUA DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E MELHORIA DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE GAROPABA, INSTALADOS NA REDE DE DISTRIBUIÇÃO (RD) DE ENERGIA ELÉTRICA NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-DISTRIBUIÇÃO DE TUBARÃO - CELESC-D ARTUB E DA COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES - CERPALO, COMPREENDENDO TODOS OS SERVIÇOS RELACIONADOS AO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, INCLUSIVE A ELABORAÇÃO DE PROJETOS, CADASTRO DE UNIDADES, ATENDIMENTO A EVENTOS, FORNECIMENTO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

Descrição: **ESPAÇADOR LOSANGULAR PARA REDE COMPACTA15KVCOM ANEL DE AMARRAÇÃO** - ESPAÇADOR LOSANGULAR PARA REDE COMPACTA15KVCOM ANEL DE AMARRAÇÃO

Data: 07/05/2024 14:00
Modalidade: Concorrência - Eletrônica
SRP: NÃO
Identificação: 82836057000190-1-000057/2024
Lote/Item: 1/247
Ata: N/A
Homologação: 21/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 5
Unidade: UNIDADE (UN)
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
82.094.640/0001-72 *VENCEDOR*	QUANTUM ENGENHARIA LTDA	R$ 40,19

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone: (48) 3271-0200

Email: suprimentos@quantumpar.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 15:10:17***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 16

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO — AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 41

Pesquisa realizada em 18/07/2024 17:04:26

Relatório gerado no dia 18/07/2024 17:06:56 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: fio 10mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 10,00 (un)	-	R$ 10,00	R$ 10,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE MORRO REDONDO	91558650000102-1-000164/2024	15/06/2024	R$ 10,00
Valor Unitário				**R$ 10,00**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 10,00 | Média dos Preços Obtidos: R$ 10,00

Valor Global: **R$ 10,00**

Detalhamento dos Itens

Item 1: fio 10mm

Preço Estimado: R$ 10,00 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 10,00 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 10,00

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	fio 10mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 10,00**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 18/07/2023 à 18/07/2024; Palavra Chave: fio 10mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE MORRO REDONDO
Objeto: Aquisição de peças e serviços para uso na manutenção da moto niveladora Case 845B
Descrição: **Fio 10mm** - Fio 10mm

Data: 15/06/2024 01:05
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 91558650000102-1-000164/2024
Lote/Item: 1/10
Ata: N/A
Homologação: 09/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 11
Unidade: metro
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
17.859.779/0001-06 *VENCEDOR*	JORGE VALNEI FERREIRA DA FONSECA	R$ 10,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(53) 8124-0392

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 18/07/2024 17:04:38***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

Marsango Casa e Decoração: 5% de DESCONTO na primeira compra pelo site! Veja como utilizar

6 B 128

MARSANGO MATERIAIS

R$0,00

Estou procurando por...

HOME > MATERIAIS ELETRICOS

Item 17



Deixe sua opinião

FIO SOLIDO 10MM BOBINA AZUL — CONTROLLER

R$9,99

Em estoque

0 6 12'

− 1 +

COMPRAR

SKU: 11208

CATEGORIA: MATERIAIS ELETRICOS

DESCRIÇÃO INFORMAÇÃO ADICIONAL

ESPECIFICAÇÕES DO PRODUTO

É indicado para instalações elétricas internas, industriais, comerciais, residências e muitas outras. Para uma boa utilização do produto é fundamental o conhecimento das características, garantindo entender os termos de qualidade e segurança sobre o uso. O Fio Cabo Elétrico além de toda qualidade, é um condutor elétrico antichama.

Deixe sua opinião

Produtos relacionados



BUCHA PARA ELETRODUTO 1.1/2

MATERIAIS ELETRICOS

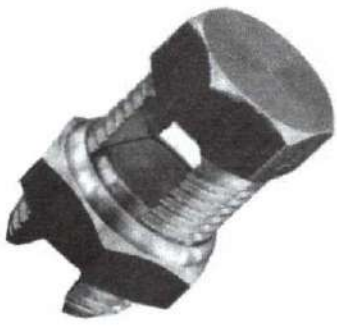
R$1,09 COMPRAR



CURVA P/ELETRODUTO 180 1.1/4

MATERIAIS ELETRICOS

R$63,49 COMPRAR



SPLIT BOLT 16MM

MATERIAIS ELETRICOS

R$7,60 COMPRAR

06. 130



CURVA P/ELETRODUTO
135 1.1/2

MATERIAIS ELETRICOS

R$2,50 COMPRAR

Deixe sua opinião

HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Segunda a Sexta: 7:30 às 12:00
13:15 às 18:00
Sábado: 7:30 às 12:00, exceto feriados.

(46) 3563-2286 / (46) 9934-2179

contato@marsangomateriais.com.br

Quem somos

Termos e condições

Política de privacidade

Minha conta

Esqueci minha senha

Entregas

Minhas compras

0 6 131

ATÉ 06 VEZES SEM JUROS

SITE SEGURO

Eventuais promoções, descontos e prazos de pagamento expostos aqui são válidos apenas para compras via internet. As fotos, textos e layout aqui veiculados são de propriedade da loja. É proibida a utilização total ou parcial sem nossa autorização.

LUISA MARSANGO & CIA LTDA. CNPJ: 30.444.064/0001-42.
Avenida Brasil, 1210, Santo Antonio do Sudoeste - PR, CEP 85710-000. Telefone: (46) 3563-2286.

Desenvolvido por Tytânio Tecnologia

Deixe sua opinião

0 . 132
B

DESDE 1998 DISTRIBUINDO QUALIDADE E CONFIANÇA.

ELETROSUL®
MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS

O que deseja procurar?

ITEM 18

Envio Rápido
para todo o Brasil

Compre no Site
Retire na Loja

Você está em: Home > MATERIAIS ELÉTRICOS > CABOS DE COBRE > Fio Rigido 750V > Fio Sólido 10mm Preto rl 100 metros Corfio

Ver vídeo





Fio Sólido 10mm Preto rl 100 metros Corfio

REF: 00313 MARCA: CORFIO

Seja o primeiro a opinar

Rolo de 100 metros. Para outras medidas consulte nosso televendas

R$ 1.149,01

R$ 1.091,56 à vista com desconto Pix

→ D 1.149,01 ÷ 100 m = R$ 11,49 m

1 + -

COMPRAR

Frete e prazo de entrega

Informe seu cep CALCULAR

0B 133

Descrição Geral

Características

Formas de Pagamento

Produtos relacionados

Fio Sólido 10mm Amarelo rl 100 metros Corfio

(0)

R$ 1.189,34

R$ 1.129,87 à vista com desconto Pix

− 1 + Comprar

Fio Sólido 10mm Branco rl 100 metros Co

(0)

R$ 1.149,01

R$ 1.091,56 à vista com desconto Pix

− 1 + Comprar

Produtos visualizados



Fio Sólido 10mm Preto rl 100 metros Corfio



Disjuntor Nema Trifásico 3X50A Soprano



Cabo de Cobre Rígido 70mm HEPR 1KV Preto Corfio - Metro

Páginas: 1 2

CADASTRE-SE EM NOSSA NEWSLETTER
e receba novidades e promoções

06.134

Seu nome

Seu e-mail

CADASTRE-SE

ELETROSUL®
MATERIAIS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS

Atuando no mercado desde 1998 a Eletrosul é uma das principais distribuidoras do sul do Brasil, atendendo no atacado e varejo com milhares de itens para sua obra ou revenda. Através de convênio com as principais transportadoras, atendemos todo o país com entrega rápida e segura, sendo uma das principais opções para lojistas que utilizam o nosso estoque para atenderem seus clientes.

INSTITUCIONAL

ATENDIMENTO

FORMAS DE PAGAMENTO
SELOS DE SEGURANÇA

ELETROSUL DISTRIBUIDORA LTDA. ELETROSUL DISTRIBUIDORA LTDA | CNPJ: 02.554.116/0002-89 | Av. Marginal Percy de Oliveira Junior, 8560 (BR 467 km 109) - CEP: 85811-699 - Cascavel/PR Copyright© 2022 Eletrosul Materiais Elétricos e Hidráulicos - Todos os direitos reservados

Desenvolvido por plugoo

TECNOLOGIA TRAYCOMMERCE

ITEM 19

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 42

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:00:58

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:01:31 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: fio 6mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 7,90 (un)	-	R$ 7,90	R$ 7,90

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE BUTIA	88117718000103-1-000324/2024	06/07/2024	R$ 7,90
Valor Unitário				**R$ 7,90**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 7,90

Média dos Preços Obtidos: R$ 7,90

Valor Global: **R$ 7,90**

Detalhamento dos Itens

Item 1: fio 6mm

Preço Estimado: R$ 7,90 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 7,90 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 7,90

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	fio 6mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 7,90**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: fio 6mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE BUTIA

Objeto: Aquisição de materiais para reforma dos postos de saúde e demais setores desta secretaria, em caráter emergencial.

Descrição: **FIO 6MM** - FIO 6MM

08 136

Data: 06/07/2024 01:07
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 88117718000103-1-000324/2024
Lote/Item: 1/15
Ata: N/A
Homologação: 24/06/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 90
Unidade: metro
UF: RS

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.476.309/0001-79 *VENCEDOR*	VANDERLEI C. MARION	R$ 7,90

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(51) 3652-1705/ (51) 3652-1565

Email:
ecgenz@terra.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 08:01:19***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 20

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 43

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:02:30

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:02:40 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: fio paralelo 2,5mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 4,67 (un)	-	R$ 4,67	R$ 4,67

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE APORE	000000022024-APORÉ-GO-MUNICIPIO DE APORE-PREGÃO ELETRÔNICO	18/04/2024	~~R$ 4,67~~ R$ 4,67
Valor Unitário				**R$ 4,67**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 4,67

Média dos Preços Obtidos: R$ 4,67

Valor Global: **R$ 4,67**

Detalhamento dos Itens

Item 1: fio paralelo 2,5mm

Preço Estimado: R$ 4,67 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 4,67 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 4,67

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	fio paralelo 2,5mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 4,63~~

*Valor corrigido em **0,84%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* R$ 4,67

Inc. II Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: fio paralelo 2,5mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE APORE

Objeto: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO A AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO E PARA AS DEMAIS SECRETARIAS E ÓRGÃOS MUNICIPAIS, EM ATENDIMENTO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE APORÉ/GO, NAS QUANTIDADES, QUALIDADES E CONDIÇÕES DESCRITAS NO ANEXO

Descrição: **FIO PARALELO 2,5MM** - FIO PARALELO 2,5MM

Data: 18/04/2024 09:30

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Identificação: 000000022024-APORÉ-GO-MUNICIPIO DE APORE-PREGÃO ELETRÔNICO

Lote/Item: 164/

Ata: Link Ata

Fonte: https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

Quantidade: 500

Unidade: MT

UF: GO

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
50.568.513/0001-71 *VENCEDOR*	CONSOMAR MATERIAL ELETRICO E HIDRAULICO LTDA	R$ 4,63

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa de Licitações e Leilões *Data: 03/06/2024 12:29:36*
https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 **Acessar a fonte aqui**

ITEM 21

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 44

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:03:45

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:03:58 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: fio paralelo 4mm

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 6,89 (un)	-	R$ 6,89	R$ 6,89

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE IGUATU	062-2023-IGUATU-PR-MUNICIPIO DE IGUATU-PREGÃO ELETRÔNICO	01/12/2023	~~R$ 6,70~~ R$ 6,89
Valor Unitário				**R$ 6,89**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 6,89

Média dos Preços Obtidos: R$ 6,89

Valor Global: **R$ 6,89**

Detalhamento dos Itens

Item 1: fio paralelo 4mm

Preço Estimado: R$ 6,89 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 6,89 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 6,89

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	fio paralelo 4mm	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 6,70~~ R$ 6,89

*Valor corrigido em **2,84%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização. 18/06/2024)*

Inc. II Art. 5° da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei n° 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: fio paralelo 4mm; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE IGUATU

Objeto: Registro de Preços visando à aquisição de materiais elétricos a ser utilizados em obras e reparos de todo porte, sendo o prazo de execução/vigência de 12 (doze) meses.

Descrição: **Fio paralelo 4mm** - Fio paralelo 4mm

Data: 01/12/2023 09:00

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Identificação: 062-2023-IGUATU-PR-MUNICIPIO DE IGUATU-PREGÃO ELETRÔNICO

Lote/Item: 97/

Ata: Link Ata

Homologação: 20/12/2023 10:27

Fonte: https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

Quantidade: 3.000

Unidade: Metros

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
01.329.877/0001-93 *VENCEDOR*	MADECAZZO MATERIAIS DE CONSTRUCAO - EIRELI	R$ 6,70

Marca: Blucabos
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(45) 3245-1142/ (45) 9107-1353

Email:
madecazzo.adm@gmail.com

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa de Licitações e Leilões *Data: 19/07/2024 08:03:46*
https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 **Acessar a fonte aqui**

0 B 141

ITEM 22

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 45

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:04:48

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:05:00 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: fita isolante 20m.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 3,70 (un)	-	R$ 3,70	R$ 3,70

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE PERDOES	38-2024-PERDÕES-MG-MUNICIPIO DE PERDOES-PREGÃO ELETRÔNICO	11/07/2024	R$ 3,70
Valor Unitário				**R$ 3,70**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 3,70

Média dos Preços Obtidos: R$ 3,70

Valor Global: **R$ 3,70**

Detalhamento dos Itens

Item 1: fita isolante 20m.

Preço Estimado: R$ 3,70 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 3,70 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 3,70

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	fita isolante 20m.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 3,70**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: fita isolante 20m; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE PERDOES
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO E OUTROS
Descrição: **Fita isolante 20m.** - Fita isolante 20m.

Data: 11/07/2024 13:00
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
SRP: SIM
Identificação: 38-2024-PERDÕES-MG-MUNICIPIO DE PERDOES-PREGÃO ELETRÔNICO
Lote/Item: 94/
Ata: Link Ata
Homologação: 15/07/2024 16:21
Fonte: https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1
Quantidade: 300
Unidade: Unidade
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
19.779.579/0001-60 *VENCEDOR*	WCA EMPREENDIMENTOS ESPORTIVOS EIRELI	R$ 3,70

Marca: BARTOFIL
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Nome de Contato:	Telefone:	Email:
CARLA	(31) 3534-2826	carlapalhares26@yahoo.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa de Licitações e Leilões *Data: 17/07/2024 19:29:47*
https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 **Acessar a fonte aqui**

OB. 147

GIGAMAX
CONDUTORES ELÉTRICOS

ITEM 24

Menu

INÍCIO > LOJA > ACESSÓRIOS > CONECTORES > GRAMPO PARA ATERRAMENTO DUPLO – HASTE 1/2 A 5/8









GRAMPO PARA ATERRAMENTO DUPLO – HASTE 1/2 A 5/8

R$7.22

GAT-11.94 E

Grampo para aterramento duplo para haste 1/2 a 5/8 – Estanhado
Material: Liga Latão – Grampo U 5/16 Estanhado

Em estoque

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

0 6 148

1

Total: R$7.22

SKU: GRADUP1258001
Categorias: **Acessórios, Conectores, Grampo Aterramento**

Calcular Frete

85760000 Ok

Loggi: R$10.05 (Entrega em 10 dias úteis)
Transportadora: R$12.39 (Entrega em 9 dias úteis)
Mini Envios : R$17.15 (Entrega em 13 dias úteis)
Jadlog Package: R$21.58 (Entrega em 12 dias úteis)
Correios PAC: R$25.01 (Entrega em 13 dias úteis)
Correios Sedex: R$46.73 (Entrega em 9 dias úteis)
Generoso: R$271.11 (Entrega em 10 dias úteis)

Descrição

Informação adicional

Avaliações (0)

DESCRIÇÃO

GAT-11.94 E

Grampo para aterramento duplo para haste 1/2 a 5/8 – Estanhado
Material: Liga Latão – Grampo U 5/16 Estanhado

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

08. 14



Conector Split Bolt Fendido Para Cabos De 10mm²

R$3.84

Comprar



Conector Bimetálico Para Cabos De 6mm²

R$3.81

Comprar



Conector Perfurante Grande CDP 150-35 – INTELLI

R$18.53

Comprar

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

0 B 150



CONTATOS

Tel.: 11- 2912 9225
Whatsapp: 11- 96254 4356 / 11- 93143 4426
gigamax@gigamaxcondutores.com.br
Horário de Funcionamento
De Segunda a Quinta, das 8h às 18h,
Sexta, das 8h às 17h.

MENU

Início
Nossa História
Loja
Minha conta
Carrinho
Cadastro Eletricista
Contato
Perguntas Frequentes

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

0 6 151

Google Safe Browsing
SITE 100% SEGURO

SIGA NOSSAS REDES

Cadastre seu e-mail para receber novidades!

e-mail

Enviar

© Gigamax 2024

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

ITEM 25

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO — AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 46

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:09:45

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:09:54 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: haste de aterramento 5/8" x 2,40m

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 33,50 (un)	-	R$ 33,50	R$ 33,50

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBORIU	11500340000106-1-000039/2024	28/06/2024	R$ 33,50
Valor Unitário				**R$ 33,50**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 33,50

Média dos Preços Obtidos: R$ 33,50

Valor Global: **R$ 33,50**

Detalhamento dos Itens

Item 1: haste de aterramento 5/8" x 2,40m

Preço Estimado: R$ 33,50 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 33,50 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 33,50

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	haste de aterramento 5/8" x 2,40m	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço **R$ 33,50**

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: haste de aterramento 5/8; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAMBORIU

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ALTERAR O PADRÃO MONOFÁSICO PARA TRIFÁSICO DO CENTRO MÚLTIPLO USO ALICE TESTONI. ALTERAÇÃO NECESSÁRIA PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DO GRUPO DA TERCEIRA IDADE.

Descrição: **HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M** - HASTE DE ATERRAMENTO 5/8" X 2,40M

Data: 28/06/2024 15:33
Modalidade: Dispensa
SRP: NÃO
Identificação: 11500340000106-1-000039/2024
Lote/Item: 1/6
Ata: N/A
Homologação: 28/06/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 6
Unidade: PEÇA (PÇ)
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.777.214/0001-22 *VENCEDOR*	PNS MATERIAIS ELETRICOS LTDA ME	R$ 33,50

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://www.gov.br/pncp/pt-br

Data: 16/07/2024 10:59:42
Acessar a fonte aqui

08 155

ITEM 26

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 54

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:42:25

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:42:38 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: isolador bastão

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 86,63 (un)	-	R$ 86,63	R$ 86,63

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	COMANDO DA MARINHA	00394502000144-1-010258/2023	16/11/2023	~~R$ 84,00~~ R$ 86,63
Valor Unitário				**R$ 86,63**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 86,63

Média dos Preços Obtidos: R$ 86,63

Valor Global: **R$ 86,63**

Detalhamento dos Itens

Item 1: isolador bastão

Preço Estimado: R$ 86,63 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 86,63 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 86,63

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	isolador bastão	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 84,00~~

*Valor corrigido em **3,13%** pelo índice **IPCA.** (Data de atualização: 18/06/2024)* R$ 86,63

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: isolador bastão; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: COMANDO DA MARINHA

Objeto: Registro de preços para eventual aquisição Materiais Elétricos necessários para a manutenção da Rede de Média Tensão.

Descrição: **Isolador bastão** - Isolador bastão

Data: 16/11/2023 09:00 06 156

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 00394502000144-1-010258/2023

Lote/Item: 1/2

Ata: N/A

Homologação: 29/11/2023 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 30

Unidade: Unidade

UF: RJ

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
26.507.653/0001-55 *VENCEDOR*	VOLT MATERIAIS ELETRICOS EIRELI	R$ 84,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Nome de Contato:	Telefone:	Email:
DIOGO	(31) 2515-5066	volteletrica1@gmail.com

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas
https://www.gov.br/pncp/pt-br

Data: 19/07/2024 14:42:26
Acessar a fonte aqui

ITEM 27

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 53

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:34:12

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:34:26 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: lâmpada led 50 whats

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 26,81 (un)	-	R$ 26,81	R$ 26,81

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	18.114.280/0001-24 - MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS/MG	74896	08/11/2023	~~R$ 26,00~~ R$ 26,81
Valor Unitário				**R$ 26,81**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 26,81

Média dos Preços Obtidos: R$ 26,81

Valor Global: **R$ 26,81**

Detalhamento dos Itens

Item 1: lâmpada led 50 whats

Preço Estimado: R$ 26,81 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 26,81 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 26,81

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	lâmpada led 50 whats	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 26,00~~ R$ 26,81

*Valor corrigido em 3,13% pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: LÂMPADAS 50 WHATS; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

CNPJ: 18.114.280/0001-24
Órgão: MUNICÍPIO DE FARIA LEMOS/MG
Objeto: Registro de Preços para a Aquisição de Material de Construção
Descrição: **LÂMPADA LED 50 WHATS** - LÂMPADA LED 50 WHATS

Data: 08/11/2023 12:30
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
SRP: SIM
Identificação: 74896
Lote/Item: 99/99
Ata: Link Ata
Fonte: licitanet.com.br
Quantidade: 100
Unidade: UND
UF: MG

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.921.263/0001-97 *VENCEDOR*	MINAS MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	R$ 26,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(32) 3741-4110

Email:
adcontagui@carangola.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Licitanet - Licitações Eletrônicas 4.0 *Data:*
licitanet.com.br **Acessar a fonte aqui**

ITEM 28

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 59

Pesquisa realizada entre 22/07/2024 10:57:50 e 22/07/2024 10:59:31

Relatório gerado no dia 22/07/2024 10:59:55 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: mão de obra para serviços eletricos

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 90,41 (un)	-	R$ 90,41	R$ 90,41

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO	01612812000150-1-000085/2024	27/05/2024	~~R$ 90,00~~ R$ 90,41
Valor Unitário				**R$ 90,41**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 90,41

Média dos Preços Obtidos: R$ 90,41

Valor Global: **R$ 90,41**

Detalhamento dos Itens

Item 1: mão de obra para serviços eletricos

Preço Estimado: R$ 90,41 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 90,41 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 90,41

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	mão de obra para serviços eletricos	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 90,00~~ R$ 90,41

*Valor corrigido em **0,46%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 22/07/2023 à 22/07/2024; Palavra Chave: MÃO DE OBRA ELÉTRICA; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE SAO BERNARDINO

Objeto: O OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO CONSISTE NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUTAR A REFORMA DA PARTE ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS NO PRÉDIO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E JUNTO A ESTRUTURA FÍSICA DO NÚCLEO ESCOLAR ALDINO LÉO SCHEID INCLUINDO O AUDITÓRIO.

Descrição: **MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS ELETRICOS** - MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS ELETRICOS

Data: 27/05/2024 07:45
Modalidade: Concorrência - Eletrônica
SRP: NÃO
Identificação: 01612812000150-1-000085/2024
Lote/Item: 1/21
Ata: N/A
Homologação: 27/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 20
Unidade: HORA
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
22.292.126/0001-10	ADRIANO CAPELETTI ENERGY SET	R$ 90,00

VENCEDOR

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(49) 9994-6850/ (49) 3567-9535

Email:
contato@energyset.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 21/06/2024 11:34:05***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 29

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 47

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:12:59

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:13:11 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: plug tomada macho 20a

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 5,02 (un)	-	R$ 5,02	R$ 5,02

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS	02177287000155-1-000035/2024	28/05/2024	~~R$ 5,00~~ R$ 5,02
Valor Unitário				**R$ 5,02**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 5,02 | Média dos Preços Obtidos: R$ 5,02

Valor Global: **R$ 5,02**

Detalhamento dos Itens

Item 1: plug tomada macho 20a

Preço Estimado: R$ 5,02 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 5,02 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 5,02

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	plug tomada macho 20a	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 5,00~~ R$ 5,02

*Valor corrigido em **0,46%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: plug macho para tomada 20a; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

Objeto: Contratação de empresa especializada para eventual compra de materiais elétricos, para uso nas dependências da Câmara Municipal de Quatro Barras, nos termos do ANEXO 1 – termo de referência, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Descrição: **PLUG TOMADA MACHO 20A** - PLUG TOMADA MACHO 20A

Data: 28/05/2024 08:55 0 B 165

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 02177287000155-1-000035/2024

Lote/Item: 1/1389404

Ata: N/A

Homologação: 28/05/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 50

Unidade: UND

UF: PR

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
11.300.287/0001-91 *VENCEDOR*	J10 COMERCIAL DO BRASIL LTDA	R$ 5,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Nome de Contato:	Telefone:	Email:
Jeferson	(41) 3672-3532	mmcomercial@bol.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 13/06/2024 13:39:09***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

ITEM 30

08 167

CERTIFICADO

AUTENTICIDADE

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 52

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:27:43

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:33:23 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 11,00 m, resistencia de 600 dan, tipo b

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 2.449,75 (un)	-	R$ 2.449,75	R$ 2.449,75

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE JUAZEIRO	103-2023-JUAZEIRO-BA-MUNICIPIO DE JUAZEIRO-PREGÃO ELETRÔNICO	13/03/2024	~~R$ 2.425,43~~ R$ 2.449,75
Valor Unitário				**R$ 2.449,75**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 2.449,75

Média dos Preços Obtidos: R$ 2.449,75

Valor Global: **R$ 2.449,75**

Detalhamento dos Itens

Item 1: poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 11,00 m, resistencia de 600 dan, tipo b

Preço Estimado: R$ 2.449,75 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 2.449,75 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 2.449,75

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 11,00 m, resistencia de 600 dan, tipo b	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço

~~R$ 2.425,43~~

*Valor corrigido em **1,00%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

R$ 2.449,75

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: poste b-600; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE JUAZEIRO

Objeto: Contratação de empresa PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA SOB DEMANDA RELATIVOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA OU CORRETIVA NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO – BAHIA

Descrição: **POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 600 DAN, TIPO B** - POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 11,00 M, RESISTENCIA DE 600 DAN, TIPO B

Data: 13/03/2024 10:30

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO

SRP: SIM

Identificação: 103-2023-JUAZEIRO-BA-MUNICIPIO DE JUAZEIRO-PREGÃO ELETRÔNICO

Lote/Item: 1/501

Ata: Link Ata

Homologação: 14/03/2024 15:14

Fonte: https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

Quantidade: 2

Unidade: UN

UF: BA

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
10.593.378/0001-08 *VENCEDOR*	COMPAC CONSTRUCOES LTDA	R$ 2.425,43

Marca: CONFORME TR
Fabricante: Fabricante não informado
Modelo: CONFORME TR
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(71) 9685-5394

Email:
jrcontabilidade@globo.com

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Bolsa de Licitações e Leilões *Data: 19/07/2024 14:33:00*

https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1 **Acessar a fonte aqui**

0 . 170

ITEM 31

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 51

Pesquisa realizada em 19/07/2024 14:26:28

Relatório gerado no dia 19/07/2024 14:26:42 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.
Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 10,00 m, resistencia de 150 dan, tipo d

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 1.433,11 (un)	-	R$ 1.433,11	R$ 1.433,11

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE SAO JOSE	82892274000105-1-000009/2024	06/03/2024	~~R$ 1.418,88~~ R$ 1.433,11
Valor Unitário				**R$ 1.433,11**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 1.433,11 | Média dos Preços Obtidos: R$ 1.433,11

Valor Global: **R$ 1.433,11**

Detalhamento dos Itens

Item 1: poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 10,00 m, resistencia de 150 dan, tipo d

Preço Estimado: R$ 1.433,11 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 1.433,11 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 1.433,11

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	poste de concreto armado de secao duplo t, extensao de 10,00 m, resistencia de 150 dan, tipo d	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 1.418,88~~ R$ 1.433,11
*Valor corrigido em **1,00%** pelo índice **IPCA.** (Data de atualização: 18/06/2024)*
Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: poste tipo d 150 dan; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE SAO JOSE

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) DE ENGENHARIA PARA CONSTRUÇÃO DE PARQUES LINEARES NOS LOCAIS: BAIRRO PICADAS DO SUL (LOTE 01), LIGANDO OS LOTEAMENTOS MORAR BEM E JARDIM ZANELATTO NO BAIRRO SERRARIAS (LOTE 02) E NO LOTEAMENTO RECANTO DA NATUREZA BAIRRO FORQUILHAS (LOTE 03), NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA.

Descrição: **POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 10,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D** - POSTE DE CONCRETO ARMADO DE SECAO DUPLO T, EXTENSAO DE 10,00 M, RESISTENCIA DE 150 DAN, TIPO D

Data: 06/03/2024 14:00
Modalidade: Concorrência - Eletrônica
SRP: NÃO
Identificação: 82892274000105-1-000009/2024
Lote/Item: 1/180
Ata: N/A
Homologação: 15/03/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 10
Unidade: UNIDADE (UN)
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
28.468.873/0001-42 *VENCEDOR*	CONQUISTAR SERVICOS E CONSTRUCAO EIRELI	R$ 1.418,88

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(48) 9971-9895

Email:
fernando@conquistarservicos.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas — ***Data: 19/07/2024 14:26:29***
https://www.gov.br/pncp/pt-br — **Acessar a fonte aqui**

08 173

GIGAMAX
CONDUTORES ELÉTRICOS

Menu

(ITEM 32)
ITEM 32



Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

CABO ALUMÍNIO QUADRUPLEX 120MM – NEUTRO ISOLADO

R$61.53

Cabo para Ramal – Alumínio Quadruplex 120mm Neutro Isolado (Trifásic

Cabo vendido por metro.

Informe a **quantidade metros** que precisa no campo abaixo. Um rolo **SEM**

Cabo composto por três condutores fase de alumínio 1350, encapados com polietileno termoplástico (PE), unidos a um cabo condutor neutro isolado de alumínio duro (H19) (CA).

Indicados para circuitos elétricos de baixa tensão (isolamento de **0,6 à 1kv**)

1 COMPRAR

Total: R$61.53

SKU: QUA120NI
Categorias: **Eletrica, Fios e Cabos, Multiplexado Aluminio, Quadruplex Isolado**

Calcular Frete

85760000 Ok

Transportadora: R$17.64 (Entrega em 9 dias úteis)
Loggi: R$21.02 (Entrega em 10 dias úteis)
Jadlog Package: R$28.11 (Entrega em 12 dias úteis)
Correios PAC: R$31.86 (Entrega em 13 dias úteis)
Correios Sedex: R$61.94 (Entrega em 9 dias úteis)
Generoso: R$271.49 (Entrega em 10 dias úteis)

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

Descrição

Informação adicional

Avaliações (0)

DESCRIÇÃO

Cabo para Ramal – Alumínio Quadruplex 120mm Neutro Isolado (Trifásico)

polietileno termoplástico (PE), unidos a um cabo condutor neutro isolado de alumínio duro (H19) (CA).

Indicados para circuitos elétricos de baixa tensão (isolamento de **0,6 à 1kv**)

Resistência à tração: **105 – 120 Mpa.**
Temperatura Máxima em Regime Permanente: **70°C**
Temperatura Máxima em Sobrecarga: **90°C**
Temperatura Máxima em Curto Circuito: **130°C**

Cabos de alumínio, também são conhecidos como cabos autossustentados, e destinam-se a instalações de distribuição secundárias e entradas de serviços, como as fixadas em postes e fachadas.

Cabo para Ramal – Alumínio Quadruplex 120mm Neutro Isolado (Trifásico)

Produtos relacionados

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme



Cabo De Cobre Flexível 95mm 450V/750V Por Metro

R$74.04

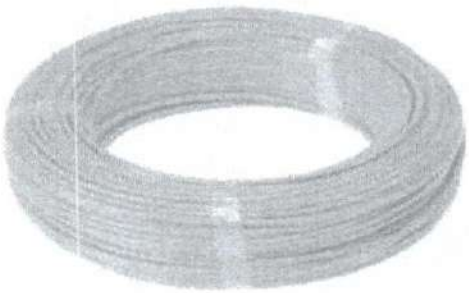
Ver Opções



Cabo De Cobre Flexível 1mm 450V/750V – 100m

R$99.44

Ver Opções



Cabo De Cobre Flexível 2.5mm 450V/750V – 100m

R$201.62

Ver Opções

Ligue já!

Alex

Jessica

Guilherme

GIGAMAX CONDUTORES ELÉTRICOS

9 8 177



CONTATOS

Tel.: 11- 2912 9225
Whatsapp: 11- 96254 4356 / 11- 93143 4426
gigamax@gigamaxcondutores.com.br
Horário de Funcionamento
De Segunda a Quinta, das 8h às 18h,
Sexta, das 8h às 17h.

MENU

Início
Nossa História
Loja
Minha conta
Carrinho
Cadastro Eletricista
Contato
Perguntas Frequentes
Políticas de Privacidade
Termos e Condições

Ligue já!
Alex
Jessica
Guilherme

0 9 178

Google Safe Browsing
SITE 100% SEGURO

SIGA NOSSAS REDES

Cadastre seu e-mail para receber novidades!

e-mail

Enviar

© Gigamax 2024

Ligue já!

Alex

Jessica

Guilherme

0B. 17

Digite o produto... ITEM 33

(./) › ELETRICA (eletrica) › CONECTORES E TERMINAIS (eletrica/conectores-e-terminais) › COMPI

IMAGENS ▶ VÍDEOS

TERMINAL OLHAL COMPRESSAO COBRE ESTANHADO 95MM INTELLI

Ref.: 1087 Cód. EAN 1001012010871 Outros produtos **INTELLI (fabricante-intelli)**

☆☆☆☆☆ **(avaliar-produto?cod=1066)**Escrever a primeira avaliação (avaliar-produto?cod=1066)

Perguntas (0) (terminal-compressao-9500mm2-intelli-tm-95-510/p#alvoPerguntas)

R$ 8,57

à vista **(5% desconto já calculado)** no boleto bancário ou Pix.

ou em até 3x De R$3,01 Sem juros

Ver Parcelas

Frete e Prazo:

85760-000 CALCULAR

Não sei meu cep (https://buscacepinter.correios.com.br/app/endereco/index.php)

Entrega	Frete	Prazo
PAC.	27,43	9 dia(s) úteis
SEDEX.	51,24	6 dia(s) úteis
Jadlog - Frete econ	24,46	9 dia(s) úteis
Jadlog - Frete expre	24,32	8 dia(s) úteis
éFácil	63,17	7 dia(s) úteis
Amanhã	78,36	6 dia(s) úteis
e-commerce	69,30	8 dia(s) úteis

08. 180

Informações do produto

TERMINAL OLHAL COMPRESSAO COBRE ESTANHADO 95MM INTELLI

TERMINAL DE COBRE À COMPRESSÃO (UM FURO / BARRIL CURTO)

Nosso site usa cookies para melhorar sua experiência de navegação. Ao continuar navegando, você concorda com a nossa Política de Privacidade e Cookies (noticia-politica-de-privacidade-e-cookies)

ENTENDI

Finalidade: Terminação [illegible]ndutores de cobre.

Características: Alta condutibilidade elétrica e resistência à corrosão. Sapata com diversas opções de furação e ótimo contato elétrico.

Aplicações: Painéis elétricos, ligações de chaves disjuntoras, motores, máquinas, barramentos, quadros de distribuição elétrica, entre outras.

Material: Cobre eletrolítico.

Acabamento: Estanhado.

Normas: ABNT NBR-5370 / ABNT NBR-5410

Especificações Técnicas

Avaliações dos Clientes

(https://wa.me/+5516993412748?text=Olá, estou no site da loja online e precisava de uma ajuda)

ITEM 34

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 48

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:22:01

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:22:12 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: tomada sobrepor 20a

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 8,93 (un)	-	R$ 8,93	R$ 8,93

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	MUNICIPIO DE MAREMA	78509072000156-1-000028/2024	13/05/2024	~~R$ 8,89~~ R$ 8,93
Valor Unitário				**R$ 8,93**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 8,93 | Média dos Preços Obtidos: R$ 8,93

Valor Global: **R$ 8,93**

Detalhamento dos Itens

Item 1: tomada sobrepor 20a

Preço Estimado: R$ 8,93 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 8,93 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 8,93

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	tomada sobrepor 20a	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço ~~R$ 8,89~~

*Valor corrigido em **0,46%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)* R$ 8,93

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: tomadas de sobrepor 20a; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: MUNICIPIO DE MAREMA

Objeto: [Portal de Compras Públicas] - Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais elétricos para manutenção de prédios e espaços públicos do Município de Marema.

Descrição: **TOMADA SOBREPOR 20A** - TOMADA SOBREPOR 20A

Data: 13/05/2024 13:00
Modalidade: Pregão - Eletrônico
SRP: NÃO
Identificação: 78509072000156-1-000028/2024
Lote/Item: 1/41
Ata: N/A
Homologação: 22/05/2024 00:00
Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br
Quantidade: 40
Unidade: Unidade
UF: SC

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
43.081.244/0001-59 *VENCEDOR*	JONATHAN CARLOS NUNES DO NASCIMENTO	R$ 8,89

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

Telefone:
(53) 8414-0396

Email:
contato@eletriengenharia.com.br

Extrato de fontes utilizadas neste relatório

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas *Data: 20/06/2024 11:08:19*
https://www.gov.br/pncp/pt-br **Acessar a fonte aqui**

ITEM35

06.181

Município de Capanema - PR
Secretaria Municipal de Contratações Públicas

CERTIFICADO AUTENTICIDADE

CNPJ: **75.972.760/0001-60** Responsável: **Felipe Carvalho Romero** Departamento: **Secretário Municipal de Contratações Públicas**

Relatório de Cotação: cotação rápida 49

Pesquisa realizada em 19/07/2024 08:27:10

Relatório gerado no dia 19/07/2024 08:28:44 (IP: 187.49.135.78)

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133).

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado Item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133), no Artigo 3º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: transformador de distribuição de potência 75kva aéreo oml, tipo trifásico, potência nominal mt 13.8kv, classe de tensão 15kv, tensão nominal bt 220/127 v. suporte para fixação de para-raios. unidade.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	1	R$ 29.009,65 (un)	-	R$ 29.009,65	R$ 29.009,65

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	ESTADO DE MATO GROSSO	03507415002864-1-000002/2024	24/01/2024	~~R$ 28.366,00~~ R$ 29.009,65
Valor Unitário				**R$ 29.009,65**

Mediana dos Preços Obtidos: R$ 29.009,65

Média dos Preços Obtidos: R$ 29.009,65

Valor Global: **R$ 29.009,65**

Detalhamento dos Itens

Item 1: transformador de distribuição de potência 75kva aéreo oml, tipo trifásico, potência nominal mt 13.8kv, classe de tensão 15kv, tensão nominal bt 220/127v. suporte para fixação de para-raios. unidade.

Preço Estimado: R$ 29.009,65 (un) **Percentual:** - **Preço Estimado Calculado:** R$ 29.009,65 **Média dos Preços Obtidos:** R$ 29.009,65

Quantidade	Descrição	Observação
1 Unidade	transformador de distribuição de potência 75kva aéreo oml, tipo trifásico, potência nominal mt 13.8kv, classe de tensão 15kv, tensão nominal bt 220/127v. suporte para fixação de para-raios. unidade.	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Menor Preço

~~R$ 28.366,00~~

*Valor corrigido em **2,27%** pelo índice **IPCA**. (Data de atualização: 18/06/2024)*

R$ 29.009,65

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021 (Lei nº 14.133)

Filtros Utilizados: Periodo: 19/07/2023 à 19/07/2024; Palavra Chave: transformador trifásico 75kva ; Apenas Materiais; Operador: IgualQtdFornecedor:

Órgão: ESTADO DE MATO GROSSO

Objeto: Aquisição de transformadores de distribuição

Descrição: **TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE POTÊNCIA 75KVA AÉREO OML, TIPO TRIFÁSICO, POTÊNCIA NOMINAL MT 13.8KV, CLASSE DE TENSÃO 15KV, TENSÃO NOMINAL BT 220/127V. SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE PARA-RAIOS. UNIDADE.** - TRANSFORMADOR DE DISTRIBUIÇÃO DE POTÊNCIA 75KVA AÉREO OML, TIPO TRIFÁSICO, POTÊNCIA NOMINAL MT 13.8KV, CLASSE DE TENSÃO 15KV, TENSÃO NOMINAL BT 220/127V. SUPORTE PARA FIXAÇÃO DE PARA-RAIOS. UNIDADE.

Data: 24/01/2024 00:00

Modalidade: Pregão - Eletrônico

SRP: SIM

Identificação: 03507415002864-1-000002/2024

Lote/Item: 1/455687

Ata: N/A

Homologação: 26/02/2024 00:00

Fonte: https://www.gov.br/pncp/pt-br

Quantidade: 2

Unidade: UN

UF: MT

CNPJ	Razão Social do Fornecedor	Valor da Proposta Final
46.182.456/0001-10 *VENCEDOR*	46.182.456 THIAGO WILLIAN DO CARMO NABARRETE	R$ 28.366,00

Marca: Marca não informada
Fabricante: Fabricante não informado
Descrição: Descrição não informada

ATENÇÃO - O Banco de Preços é uma solução tecnológica que atende aos parâmetros de pesquisa dispostos em Leis vigentes, Instruções Normativas, Acórdãos, Regulamentos, Decretos e Portarias. Sendo assim, por reunir diversas fontes governamentais, complementares e sites de domínio amplo, o sistema não é considerado uma fonte e, sim, um meio para que as pesquisas sejam realizadas de forma segura, ágil e eficaz.

Fontes utilizadas nesta cotação:

1 - Portal Nacional de Contratações Públicas *Data: 06/06/2024 15:59:00*
https://www.gov.br/pncp/pt-br **Acessar a fonte aqui**

DESPACHO INICIAL

Ao(À) Sr.(a)
Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Recebida a documentação preliminar da Secretaria interessada, procedo à autuação do processo.

De acordo com a divisão interna de trabalho da SELOG, encaminho o presente processo de contratação à Assessoria para a confecção/conferência/juntada da pesquisa de preços, além da elaboração/emissão dos respectivos relatórios e eventuais justificativas, se necessário, bem como do orçamento definitivo.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 19 de julho de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

TERMO DE JUNTADA

Ao(À) Sr.(a)
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Constam dos autos os relatórios emitidos da pesquisa de preços realizada pela Sra. Raquel Albano e Sr. Gabriel Julio Alexandre Schuingel, bem como vai anexo o orçamento definitivo do presente processo de contratação, com a indicação do(s) respectivo(s) código(s) do(s) item(ns) que compõe(m) o objeto da contratação, devidamente cadastrado(s) no sistema.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 19 de julho de 2024.

Fabiana S. Padilha

Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

ORÇAMENTO DEFINITIVO

AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

LOTE ÚNICO

Item	Código do Produto/ Serviço	Descrição do Produto/Serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo unitário	Preço máximo total	PESQUISA DE PREÇOS REALIZADA PELA SECRETARIA DEMANDANTE					
							D PARADZINSKI	PRIMOSOL LTDA	TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	BANCO DE PREÇOS	MENOR PREÇO	PREÇO MÉDIO
1	69039	ARAME GALVANIZADO 14MM	10	KG	R$ 23,69	R$ 236,90	R$ 24,00	R$ 25,14	R$ 22,23	R$ 23,40		**R$ 23,69**
2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	UN	R$ 8,94	R$ 2.682,00	R$ 7,90	R$ 10,34	R$ 7,62	R$ 9,88		**R$ 8,94**
3	69041	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300	M	R$ 8,62	R$ 2.586,00	R$ 7,00	R$ 12,73	R$ 7,67	R$ 7,08		**R$ 8,62**
4	69042	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50	M	R$ 80,36	R$ 4.018,00	R$ 72,00	R$ 99,13	R$ 70,40	R$ 79,89		**R$ 80,36**
5	69043	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40	M	R$ 115,33	R$ 4.613,20	R$ 95,00	R$ 131,05	R$ 97,78	R$ 137,49		**R$ 115,33**
6	69044	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50	M	R$ 29,37	R$ 1.468,50	R$ 27,00	R$ 40,61	R$ 25,97	R$ 23,90		**R$ 29,37**
7	69045	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3	UN	R$ 360,05	R$ 1.080,15	R$ 337,00	**R$ 744,15**	R$ 336,30	R$ 406,86		**R$ 360,05**
8	69046	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400	UN	R$ 14,86	R$ 5.944,00	R$ 13,00	R$ 17,45	R$ 16,72	R$ 12,27		**R$ 14,86**
9	69047	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200	UN	R$ 25,20	R$ 5.040,00	R$ 19,00	R$ 29,59	R$ 21,71	R$ 30,50		**R$ 25,20**
10	69048	CORDOALHA 6MM	100	M	R$ 9,39	R$ 939,00	R$ 7,90	R$ 13,64	R$ 7,80	R$ 8,21		**R$ 9,39**
11	69049	DISJUNTOR 2X50 NEMA	20	UN	R$ 87,06	R$ 1.741,20	R$ 85,00	R$ 94,81	R$ 85,95	R$ 82,49		**R$ 87,06**
12	69050	DISJUNTOR 3X100A NEMA	10	UN	R$ 130,09	R$ 1.300,90	R$ 144,00	R$ 156,06	R$ 142,89	R$ 77,40		**R$ 130,09**
13	69051	DISJUNTOR 3X200A	2	UN	R$ 448,12	R$ 896,24	R$ 425,00	R$ 553,24	R$ 444,00	R$ 370,22		**R$ 448,12**
14	69052	DISJUNTOR 3X50A NEMA	5	UN	R$ 98,54	R$ 492,70	R$ 96,00	R$ 101,32	R$ 98,97	R$ 97,85		**R$ 98,54**
15	69053	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20	UN	R$ 46,76	R$ 935,20	R$ 30,50	R$ 86,15	R$ 30,00	R$ 40,37		**R$ 46,76**
16	69054	FIO 10MM	3000	M	R$ 10,34	R$ 31.020,00	R$ 9,10	R$ 12,68	R$ 9,59	R$ 10,00		**R$ 10,34**
17	69055	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30	M	R$ 10,63	R$ 318,90	R$ 9,50	R$ 13,28	R$ 9,76	R$ 9,99		**R$ 10,63**
18	69056	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100	M	R$ 11,01	R$ 1.101,00	R$ 9,50	R$ 13,28	R$ 9,76	R$ 11,49		**R$ 11,01**
19	69057	FIO 6MM	2000	M	R$ 6,57	R$ 13.140,00	R$ 5,50	R$ 7,35	R$ 5,54	R$ 7,90		**R$ 6,57**
20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	4000	M	R$ 5,08	R$ 20.320,00	R$ 4,50	R$ 6,36	R$ 4,78	R$ 4,67		**R$ 5,08**
21	69059	FIO PARALELO 4MM	2000	M	R$ 7,91	R$ 15.820,00	R$ 6,90	R$ 10,26	R$ 7,58	R$ 6,89		**R$ 7,91**
22	69060	FITA ISOLANTE 20M	300	UN	R$ 4,67	R$ 1.401,00	R$ 5,00	R$ 5,58	R$ 4,40	R$ 3,70		**R$ 4,67**
23	69061	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6	UN	R$ 47,43	R$ 284,58	R$ 49,00	R$ 47,43	R$ 48,86		**R$ 47,43**	

09.18

24	69062	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5	UN	R$ 6,64	R$ 33,20	R$ 6,00	R$ 7,90	R$ 5,45	R$ 7,22		**R$ 6,64**
25	69063	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3	UN	R$ 36,79	R$ 110,37	R$ 35,00	R$ 41,28	R$ 37,37	R$ 33,50		**R$ 36,79**
26	69064	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6	UN	R$ 83,14	R$ 498,84	R$ 60,00	R$ 125,33	R$ 60,60	R$ 86,63		**R$ 83,14**
27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	300	UN	R$ 26,02	R$ 7.806,00	R$ 21,00	R$ 36,76	R$ 19,50	R$ 26,81		**R$ 26,02**
28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900	H	R$ 72,60	R$ 65.340,00	R$ 50,00	R$ 90,00	R$ 60,00	R$ 90,41		**R$ 72,60**
29	69067	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200	UN	R$ 4,67	R$ 934,00	R$ 3,50	R$ 5,39	R$ 4,78	R$ 5,02		**R$ 4,67**
30	69068	POSTE B-600 12 METROS	1	UN	R$ 1.948,94	R$ 1.948,94	R$ 1.500,00	R$ 2.335,00	R$ 1.511,00	R$ 2.449,75		**R$ 1.948,94**
31	69069	POSTE D-150 10,5 METROS	1	UN	R$ 1.140,03	R$ 1.140,03	R$ 765,00	R$ 1.595,00	R$ 767,00	R$ 1.433,11		**R$ 1.140,03**
32	69070	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500	M	R$ 75,21	R$ 37.605,00	R$ 94,50	R$ 79,71	R$ 65,10	R$ 61,53		**R$ 75,21**
33	69071	TERMINAL OLHAL 95MM	4	UN	R$ 11,44	R$ 45,76	R$ 12,00	R$ 13,72	R$ 11,46	R$ 8,57		**R$ 11,44**
34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400	UN	R$ 8,53	R$ 3.412,00	R$ 8,00	R$ 9,67	R$ 7,52	R$ 8,93		**R$ 8,53**
35	69073	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1	UN	R$ 23.468,28	R$ 23.468,28	R$ 19.050,00	R$ 26.773,45	R$ 19.040,00	R$ 29.009,65		**R$ 23.468,28**
VALOR MÁXIMO ESTIMADO			**R$ 259.721,89**									

Certifico que confeccionei a planilha do orçamento definitivo com os dados dos orçamentos enviados pela secretaria demandante, utilizando como metodologia o preço médio, conforme instrui o Art. 38 .§ 3° da Lei Complementar 14/2022, destacando o item 23 que foi utilizado como metodologia o menor preço dentre os orçamentos obtidos pois não houve forma combinada dos parâmetros de pesquisa de preços, seguindo para esse item o Art. 38. § 2° da Lei Complementar 14/2022, no item 7 encontra-se destacado e em negrito o orçamento descartado da média devido ao valor muito superior quando comparado aos demais preços obtidos.

Fabiana Schulz Padilha

Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

0191

TERMO DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Ao Departamento Contábil e Financeiro
Sr.(a) Contador(a) Público(a)

Solicito a indicação de recursos de ordem orçamentária para fazer frente a despesa e a análise do cumprimento das regras da Lei de Responsabilidade Fiscal, para fins da contratação do seguinte objeto: **AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 19 de julho de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

PARECER CONTÁBIL

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Em atenção à solicitação de parecer realizada pelo Departamento de Contratações Públicas acerca da **existência de dotação(ões) orçamentária(s)** para a contratação do objeto acima referido, informamos que a contratação em espeque **cumpre** o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).

Ademais, **informamos a existência** de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da contratação, cujo pagamento será efetuado por intermédio da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) abaixo descrita(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	520	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	570	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	580	05.001.04.122.0402.2023	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	990	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1000	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1010	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1080	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1090	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1100	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1450	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1500	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1670	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1700	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1790	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1830	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2260	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2290	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2680	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2690	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2750	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2024	2760	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3000	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3020	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3320	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3370	09.001.10.302.1001.2353	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3380	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4210	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4260	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4420	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4430	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4620	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4640	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4710	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4740	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4770	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4800	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5000	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5020	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5760	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5790	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5890	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5930	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6190	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6230	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6531	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6533	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Por oportuno, ressaltamos que o(s) crédito(s) orçamentário(s) **serão liberados no momento da formalização do(s) contrato(s)** – quando aplicável –, ou pela **etapa de empenho.**

Isso porque, não obstante haja apontada a existência de créditos orçamentários, a análise da disponibilidade de recursos financeiros para cumprimento da obrigação fica reservada às etapas da despesa acima elencadas, consoante disposto no caput do art. 59 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, observada a possibilidade de frustração na previsão de arrecadação capaz de afetar a cobertura financeira destinada à quitação do contrato.

Por seu turno, não compete à contabilidade o juízo do mérito da contratação quanto à análise e determinação do objeto da compra, cuja decisão é discricionária do Gestor Municipal de cada pasta. Daí a imprescindibilidade de planejamento por parte desses agentes, a fim de que não contraiam despesas sem a devida cobertura financeira dentro do exercício corrente, sob pena de submeter o *Fisco* a um *Déficit Orçamentário e Financeiro.*

Destarte, alertamos aos Secretários que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações acima indicadas, poderá haver limitação de empenho e movimentação financeira para realização das despesas correspondentes, por força do § 3° do art. 9° da Lei 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Os apontamentos realizados neste Parecer ficam vinculados às informações apresentadas no processo em anexo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que eventualmente possam ocorrer durante o trâmite do certame até a formalização da contratação, **salvo** se as alterações forem formalmente encaminhadas a este Departamento em tempo hábil para emissão de novo parecer.

Devolva-se os autos para diligências posteriores.

É o parecer.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 19 de julho de 2024.

Vanessa Trento
CRC PR 079544/O-4

VANESSA TRENTO
Contadora
CRC/PR 079544/O-4

DESPACHO FINAL DA ETAPA PRELIMINAR

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Analisando a documentação acostada aos autos, vislumbra-se a necessidade de algumas adaptações no TR e seus anexos, para atender ao disposto na Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022, motivo pelo qual junto, como anexo, o **Termo de Referência Definitivo**, com as adaptações realizadas por este órgão.

No mais, o procedimento até o momento está regular, com a existência dos documentos pertinentes, sem necessidade de outros apontamentos por este órgão.

Por seu turno, destaco que a presente contratação está de acordo com o planejamento estratégico das contratações públicas municipais e vai ao encontro das diretrizes e objetivos do "Programa Compras Capanema".

Destarte, defiro o prosseguimento do processo de contratação.

Colham-se as assinaturas do(a) Secretário(a) da pasta indicado no TR e do(s) Fiscal(is) da Contratação.

Por fim, considerando que o caso requer análise jurídica do órgão competente, para fins de controle prévio da contratação, encaminhem-se os autos à PGM.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 31 de julho de 2024.

FELIPE CARVALHO ROMERO

Assinado de forma digital por FELIPE CARVALHO ROMERO
Dados: 2024.07.31 09:37:29 -03'00'

Felipe Carvalho Romero
Secretário Municipal de Logística e Contratações

TERMO DE REFERÊNCIA (TR) DEFINITIVO

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

1. IDENTIFICAÇÃO DO(S) ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S) E AGENTES PÚBLICOS

1.1. ÓRGÃO(S) PÚBLICO(S) INTERESSADO(S)

1.1.1. Órgão gestor: Secretaria Municipal de Administração - SECAD.

1.1.2. Órgãos participantes:

a) Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação - SECON;

b) Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA.

1.2 RESPONSÁVEL(EIS) PELO TERMO DE REFERÊNCIA E ANEXOS

1.2.1. Gilmar Gobato.

1.2.2. Felipe Carvalho Romero.

1.2.3. Gabriel Julio Alexandre Schuingel.

1.2.4. Raquel Albano.

2. DA MODALIDADE E DO FORMATO DA CONTRATAÇÃO

2.1. DA MODALIDADE DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.1.1. Indica-se o **Pregão.**

2.2. DA FORMA DA LICITAÇÃO/CONTRATAÇÃO

2.2.1. Indica-se a forma **Presencial**.

2.2.2. A opção pela modalidade de pregão presencial deriva do disposto no art. 26, incisos III e V, da Lei Complementar Municipal n.º 14/2022:

> *"**Art. 26**. As contratações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, **admitida a utilização da forma presencial** nas seguintes hipóteses:*
>
> *(...) **III - aquisição de materiais elétricos para manutenção predial**;*
>
> *(...) **V - serviços de manutenção elétrica predial**, de iluminação pública e de aparelhos de ar condicionado, **com ou sem fornecimento de material**;*
>
> *(...) **X - aquisição de produtos, contratação de serviços e realização de obras e serviços de engenharia, em que haja três ou mais fornecedores com sede no Município de Capanema/PR**, devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores Locais e que manifestem interesse em participar do certame, por meio de declaração **ou por meio de fornecimento de orçamento na fase interna do processo de contratação**. (grifo nosso)*

2.2.3. Além da previsão legal supramencionada, considerando-se as peculiaridades do objeto da contratação para utilização da Secretaria Municipal de Administração e de todas demais Secretarias, as peculiaridades administrativas locais de recebimento do objeto da contratação, vislumbrou-se a possibilidade de se realizar o Pregão presencial.

2.2.4. A forma presencial tem o potencial de fomentar a participação de maior quantidade de empresas locais, indo ao encontro dos anseios e objetivos da Política Municipal de Contratações Públicas. Nesse rumo, foi considerada mais adequada a realização do Pregão na forma presencial.

2.2.5. De todo modo, as contratações no formato presencial estão justificadas na Política Municipal de Contratações Públicas, independentemente de motivação específica no processo de contratação (inteligência dos arts. 5º, § 3º e 26, § 4º, da LCM 14/2022).

2.2.6. Destaca-se, por fim, que a sessão pública do certame será gravada em áudio e vídeo, bem como terá transmissão ao vivo pela internet, conferindo total transparência no procedimento adotado.

3. RESUMO DO OBJETO

3.1. **SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

3.2. **Justificativas do parcelamento ou não do objeto e da participação**

3.2.1. Na pretendida contratação a Administração Municipal avaliou a desvantajosidade para proceder com o parcelamento do objeto, pois a prestação de serviços e o fornecimento dos bens estão correlacionados e guardam similaridade no mercado fornecedor (empresas que prestam o serviço também fornecem os bens).

3.2.2. Ganha a Administração (Princípio da Celeridade) em gerir apenas um contrato, pois possibilitará a apuração de responsabilidades caso ocorra alguma inconformidade durante e posteriormente à execução dos serviços relacionados com a garantia do objeto.

3.2.3. A aglutinação num único **lote** possibilita uma logística mais efetiva, o que impede que os itens sejam entregues separadamente (por fornecedores variados) e em momentos distintos, o que traria prejuízo às demandas rotineiras de entrega e execução dos materiais/serviços para a Secretaria demandante.

3.2.4. Justifica-se ainda o agrupamento dos diversos itens em apenas um lote por existir compatibilidade entre si e serem de naturezas semelhantes, observando-se, inclusive, as regras de mercado para a comercialização dos produtos, de modo a manter a competitividade necessária à disputa, ampliando-se a participação e a competitividade no curso do certame, que é estimulada pela legislação de regência (arts. 4°, LCM n° 14/2022 e 5° da Lei Federal n° 14.133/21)

3.2.5. Desse modo, percebe-se que a contratação com inúmeros fornecedores, com maior probabilidade da ocorrência de transtornos referentes a entregas separadas, descontínuas e não sincronizadas, em nada contribuem para o alcance do interesse público. Ademais, os itens objeto deste Termo, num total de 35 (trinta e cinco), estão distribuídos em 1 (um) único lote, o que garantirá uma gestão de contrato mais racional no emprego dos recursos humanos envolvidos na fiscalização de contratos.

3.2.6. Na hipótese de uma licitação por itens, corre-se o risco de obter 35 (trinta e cinco) contratos, ao invés dos 1 (um), o que demandaria uma quantidade substancialmente maior de fiscais ou uma maior quantidade de contratos a serem fiscalizados. Acrescenta-se que, como serão contratadas grandes quantidades, não haverá perda de economia de escala.

3.2.7. Além do mais, justifica-se a aglutinação em um único lote tendo em vista que a presente contratação visa o fornecimento de produtos juntamente com a contratação de serviços (mão de obra) de engenheiro elétrico/eletricista. Em razão disso, sendo o mesmo fornecedor a entregar os produtos e fornecer os serviços, a Administração garante maior eficiência na entrega/execução dos bens/serviços pretendidos e dentro dos prazos solicitados, em atendimento ao interesse público envolvido na presente contratação.

3.2.8. Validando este argumento, segue abaixo jurisprudência do TCU acerca da problemática:

> *"É legítima a adoção da licitação por lotes formados com elementos de mesma característica, quando restar evidenciado que a licitação por itens isolados exigirá elevado número de processos licitatórios, onerando o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a administração."*
>
> Acórdão 5301/2013-Segunda Câmara, TC 009.965/2013-0, relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, 3.9.2013. (grifo nosso)

3.2.9. Apesar da divisibilidade do objeto, não será efetuada reserva de cota exclusiva para ME/EPP sediadas no Município de Capanema/PR. Também não será reservada cota de 25% (vinte e cinco por cento) para ME/EPP sediadas no Município de Capanema/PR ou fora dele, conforme preconizam os arts. 12, incisos I e III e 15 da LCM nº 14/22, uma vez que pode acarretar prejuízo para o conjunto ou o complexo do objeto, já que os serviços descritos nos itens deverão ser prestados em conjunto pela empresa vencedora, não sendo possível a divisão dos itens em 2 ou mais lotes.

3.2.10. Assim, ao que tudo indica, se mostra temerária a tomada de decisão em favor da exclusividade, sendo prudente não restringir a competição. Caso conceda a exclusividade (territorial ou não), a Administração poderá conduzir uma licitação que culminará numa contratação arriscada caso as empresas não compareçam em sessão pública, circunstância esta capaz de comprometer a escorreita entrega de objeto tão necessário ao alcance das atividades precípuas da Secretaria demandante.

3.2.11. Como é sabido, a discriminação da cota supracitada tem como propósito fomentar o desenvolvimento dos pequenos e médios empreendedores locais, critério que já será atendido com a aplicação da LCM nº 14/22, que viabiliza, de forma positivada, a competição com condições favoráveis e privilegiadas na ampla concorrência, bem como cabe frisar que tal decisão preserva a competitividade, garante a isonomia e possibilita a obtenção da proposta mais vantajosa para o Município de Capanema/PR.

4. IDENTIFICAÇÃO DOS ITENS, QUANTITATIVOS E DOS VALORES DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

LOTE ÚNICO						
Item	Código do produto/ serviço	Nome do produto/serviço	Quanti-dade	Uni-dade	Preço máximo unitário (R$)	Preço máximo total (R$)
1	69039	ARAME GALVANIZADO 14MM	10	KG	R$ 23,69	R$ 236,90
2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	UN	R$ 8,94	R$ 2.682,00
3	69041	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300	M	R$ 8,62	R$ 2.586,00
4	69042	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50	M	R$ 80,36	R$ 4.018,00
5	69043	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40	M	R$ 115,33	R$ 4.613,20
6	69044	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50	M	R$ 29,37	R$ 1.468,50
7	69045	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3	UN	R$ 360,05	R$ 1.080,15
8	69046	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400	UN	R$ 14,86	R$ 5.944,00
9	69047	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200	UN	R$ 25,20	R$ 5.040,00
10	69048	CORDOALHA 6MM	100	M	R$ 9,39	R$ 939,00
11	69049	DISJUNTOR 2X50 NEMA	20	UN	R$ 87,06	R$ 1.741,20
12	69050	DISJUNTOR 3X100A NEMA	10	UN	R$ 130,09	R$ 1.300,90

13	69051	DISJUNTOR 3X200A	2	UN	R$ 448,12	R$ 896,24
14	69052	DISJUNTOR 3X50A NEMA	5	UN	R$ 98,54	R$ 492,70
15	69053	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20	UN	R$ 46,76	R$ 935,20
16	69054	FIO 10MM	3.000	M	R$ 10,34	R$ 31.020,00
17	69055	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30	M	R$ 10,63	R$ 318,90
18	69056	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100	M	R$ 11,01	R$ 1.101,00
19	69057	FIO 6MM	2.000	M	R$ 6,57	R$ 13.140,00
20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	4.000	M	R$ 5,08	R$ 20.320,00
21	69059	FIO PARALELO 4MM	2.000	M	R$ 7,91	R$ 15.820,00
22	69060	FITA ISOLANTE 20M	300	UN	R$ 4,67	R$ 1.401,00
23	69061	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6	UN	R$ 47,43	R$ 284,58
24	69062	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5	UN	R$ 6,64	R$ 33,20
25	69063	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3	UN	R$ 36,79	R$ 110,37
26	69064	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6	UN	R$ 83,14	R$ 498,84
27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	300	UN	R$ 26,02	R$ 7.806,00
28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900	H	R$ 72,60	R$ 65.340,00
29	69067	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200	UN	R$ 4,67	R$ 934,00
30	69068	POSTE B-600 12 METROS	1	UN	R$ 1.948,94	R$ 1.948,94
31	69069	POSTE D-150 10,5 METROS	1	UN	R$ 1.140,03	R$ 1.140,03
32	69070	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500	M	R$ 75,21	R$ 37.605,00
33	69071	TERMINAL OLHAL 95MM	4	UN	R$ 11,44	R$ 45,76
34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400	UN	R$ 8,53	R$ 3.412,00
35	69073	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1	UN	R$ 23.468,28	R$ 23.468,28
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO						**R$ 259.721,89**

4.1. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

4.1.1. O Contratado deverá observar às seguintes orientações para os itens objeto deste Termo:

a) Os equipamentos/materiais devem ser de primeiro uso, em linha de fabricação, devendo atender rigorosamente às especificações técnicas exigidas neste instrumento. Assim sendo, somente será permitido equipamento/material novo de acordo com o especificado, não se admitindo, sob qualquer hipótese, material defeituoso, fora do padrão ou de qualidade duvidosa.

b) A qualidade dos produtos deverá ser rigorosamente àquele descrito no Termo de Referência, não sendo aceito em nenhuma hipótese, outro diverso daquele.

c) Em se tratando dos itens utilizados na mão de obra: terminais, tomadas, postes, plugs, lâmpadas, isoladores, hastes, grampos, fios, cabos, espaçadores, disjuntores, cordoalhas, chaves, conectores, arames e bocais, deverão ser utilizados materiais de melhor qualidade e em conformidade com o padrão e normas técnicas para instalações

elétricas do serviço que será realizado, ou seja, utilização de postes de concreto, cabos/fios de cobre e/ou de alumínio, disjuntores padrão e etc.

d) Fica subentendido, mesmo que não especificamente mencionado, que todos os materiais a serem empregados na execução dos serviços deverão ser novos, da melhor qualidade disponível no mercado, devendo ser aplicados em conformidade com as normas técnicas pertinentes e instruções dos respectivos fabricantes ou fornecedores.

e) Os materiais deverão estar em conformidade com as normas vigentes. Na entrega serão verificadas as suas condições.

f) Os objetos deverão obedecer às exigências legais, normas do fabricante, padrões de qualidade e especificações técnicas exigidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e demais legislações correlatas.

g) O **item 35** (transformador trifásico) deverá ser entregue/instalado contendo as informações de identificação do produto, conforme modelo abaixo:



k) Com relação aos itens em que seja necessária a responsabilidade técnica de profissional de Engenharia Elétrica, a respectiva ART deve ser registrada pelo profissional antes do início da atividade técnica (conforme os dados desta contratação), no CREA-PR.

5. MODELO E CONDIÇÕES GERAIS DE EXECUÇÃO DA CONTRATAÇÃO

5.1. CONDIÇÕES GERAIS:

5.1.1. A empresa contratada deverá fornecer/prestar os produtos/serviços solicitados em até **2 (dois) dias** úteis após o recebimento de requerimento formal do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta.

5.1.1.1. Diante de situação excepcional ou diante da impossibilidade fática mercadológica, o prazo indicado no subitem 5.1.1 poderá ser reduzido ou ampliado, respectivamente, conforme constar no requerimento a que se refere o subitem seguinte.

5.1.1.2. **O prazo de entrega/instalação do transformador trifásico (item 35) é de 15 (quinze) dias corridos contados do recebimento do requerimento formal e deverá ser entregue/instalado no seguinte endereço: Parque de Exposições Armândio Guerra - Avenida Geraldo Fulber, nº, Santa Cruz, Capanema/PR. O local exato de instalação, dentro do Parque, será indicado pelo Fiscal Técnico da Contratação.**

5.1.2. O requerimento mencionado no subitem anterior será emitido, preferencialmente, em formato digital, e deverá conter as seguintes informações:

a) Identificação da Secretaria Municipal solicitante;

b) Descrição dos objetos ou serviços a serem fornecidos ou prestados;

c) Local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;

d) Prazo para entrega dos objetos ou para a execução dos serviços;

e) Quantidade, medidas, especificações, marca etc. dos objetos ou dos serviços, quando for o caso;

f) Justificativa da quantidade requisitada;

g) Justificativa da necessidade do objeto, identificando, especificamente, em qual serviço/atividade/local será utilizado/destinado o objeto;

h) Assinatura da(o) Fiscal da Contratação e/ou do(a) Secretário(a) da pasta.

5.1.2.1. O requerimento, em regra, somente poderá ser enviado ao Contratado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente, constituindo responsabilidade do Fiscal Administrativo da Contratação, da respectiva Secretaria contratante, a realização das diligências necessárias.

5.1.3. O requerimento indicado no subitem 5.1.1. será encaminhado ao Contratado por e-mail ou por WhatsApp.

5.1.4. A empresa licitante deve negar o fornecimento ou a prestação dos serviços caso sejam solicitados sem a elaboração do requerimento e as informações previstas no subitem 5.1.2.

5.1.4.1. A recusa fundamentada neste subitem não gera responsabilidade ou penalização para a empresa vencedora do certame.

5.1.5. O não cumprimento do disposto neste item enseja a nulidade da contratação e possibilita a responsabilização dos envolvidos.

5.1.6. O fornecimento/prestação do produto/serviço pelo Contratado sem o prévio recebimento do requerimento indicado neste item, configura a concorrência da empresa para a nulidade do ato, configurando a má-fé da contratação, possibilitando a anulação de eventual nota de empenho emitida e o não pagamento dos produtos, sem prejuízo da adoção das medidas cabíveis para aplicação das penalidades previstas na Lei 12.846/2013.

5.1.7. O(s) requerimento(s) deverá(ão) ser conferido(s) pela comissão de recebimento da Secretaria contratante, para fins de recebimento definitivo, preferencialmente de forma digital.

5.1.8. Os requerimentos emitidos pela(s) Secretaria(s), após o recebimento definitivo, deverão ser armazenados em arquivo próprio da Secretaria contratante e/ou nos arquivos contábeis da SEFAZ, preferencialmente de forma digital, permitindo a fiscalização de órgãos internos e externos.

5.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

5.2.1. Da entrega dos itens e execução dos serviços:

5.2.1.1. Os serviços deverão ser executados obedecendo ao disposto nas últimas versões das normas da COPEL e, sobretudo, ao disposto nas normas regulamentadoras NR-10 (segurança em instalações elétricas e serviços em eletricidade), NR-6 (equipamentos de proteção individual – EPI) e NR-35 (trabalho em altura).

5.2.1.2. Os equipamentos, componentes, acessórios e materiais a serem fornecidos e instalados, deverão obedecer ao padrão COPEL de qualidade.

5.2.1.3. Os serviços deverão ser executados obedecendo as normas regulamentadoras expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

5.2.1.4. Para todos os efeitos, considerar-se-ão as versões mais atualizadas (vigentes à época do fornecimento) das referidas normas técnicas e regulamentadoras.

5.2.1.5. Os funcionários do Contratado deverão estar uniformizados e com todos os equipamentos de segurança individual, tais como capacete, botas, luvas, óculos de proteção e equipamentos de proteção coletiva.

5.2.1.6. Todo material a ser retirado deverá ser entregue ao fiscal da contratação, para posterior armazenado/descarte em local a ser definido pelo Contratante.

5.2.1.7. Quando da realização dos serviços houver a necessidade de troca de materiais já instalados nos espaços/equipamentos públicos, estes deverão ser solicitados junto à Secretaria Municipal de Administração.

5.2.1.8. A medição referente ao **item 28 (mão de obra de engenharia elétrica/eletricista)**, se dará de acordo com o quantitativo de horas/minutos despendidas na execução de cada serviço solicitado, cabendo ao Fiscal Técnico responsável atestar o quantitativo de horas/minutos utilizadas para execução do serviço.

5.2.1.8.1. Serão pagos proporcionalmente os serviços executados que não atingirem 1 (uma) hora completa.

5.2.1.9. Os profissionais que realizarão os serviços deverão ser capacitados/treinados e quando estiverem executando os serviços, obrigatoriamente deverão usar equipamentos de segurança, conforme legislação vigente sobre o tema.

5.2.1.10. Os itens deverão ser entregues por meio de transporte do(s) Contratado(s) e através de seus próprios funcionários ou por intermédio de empresa contratada pelo(s) licitante(s) vencedor(es), ficando sob inteira responsabilidade desta(s) o ressarcimento de eventuais danos provenientes de acidente(s) porventura sofridos por seus colaboradores ou por interpostas pessoas.

5.2.1.11. O prazo de garantia dos produtos/serviços, contra vício(s), defeito(s) de fabricação, imperfeições, bem como desgastes anormais dos mesmos, suas partes e acessórios, não poderão ser inferior a 90 dias, ou aquele indicado pelo fabricante, contados a partir do recebimento definitivo. **Especificamente, para o item 35 objeto deste Termo, considera-se o prazo de garantia estipulado no item 5.2.2. deste Termo**.

5.2.2. **Da garantia, manutenção e assistência técnica relativa ao item 35 objeto deste termo (Transformador Trifásico):**

5.2.2.1. O prazo de garantia contratual do bem, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.2.2.2. A garantia será prestada no intuito de manter o equipamento fornecido em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.2.2.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva do bem pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.2.2.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelo bem, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.2.2.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.2.2.6. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.2.2.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.2.2.8. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos durante a execução dos reparos.

5.2.2.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.2.2.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.2.2.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

5.2.3. **O Contratado deverá observar às seguintes orientações para a execução dos serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista:**

a) Os serviços (mão de obra) de engenharia elétrica/eletricista contemplam a realização de serviços de reparos, substituição e manutenção da parte elétrica, de lâmpadas, disjuntores, interruptores, fiação, instalação e/ou manutenção de transformador trifásico e todas as demais atividades relacionadas à parte elétrica que possam necessitar de reparos.

b) As ferramentas (luvas, alicates, instrumentos de corte, trena, etc) e os equipamentos (escadas, furadeiras, parafusadeiras, veículo para locomoção e transporte, etc), são de responsabilidade do Contratado.

c) O material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser disponibilizado ao Fiscal Técnico para conferência, através de documento emitido pelo Contratado que contenha sua relação detalhada, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade, quantidade e forma de uso.

d) Os serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista somente serão executados mediante solicitação da Secretaria demandante.

e) Para execução dos serviços serão obedecidas às normas de segurança do trabalho.

f) Os funcionários farão o devido uso dos EPIs necessários.

g) Os serviços serão executados por profissionais que possuem o devido conhecimento das técnicas necessárias e com a devida ordem no local.

5.2.4. **Do regime de plantão dos serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista na 22ª Feira do Melado:**

a) Considerando a necessidade da Secretaria, os serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista nos dias 4, 5, 6, 7, 8 e 9 de setembro de 2024 (**22ª Feira do Melado**) passará a funcionar em regime de plantão 24 (vinte e quatro) horas, garantindo o atendimento do período noturno, quando solicitados.

b) O regime de plantão **inicia** às 00h01min do dia 4/9/2024 e **encerra** às 6h00min do dia 9/9/2024, inclusive aos sábados, domingos e feriados.

c) A execução dos serviços em regime de plantão nos dias específicos faz-se necessária em virtude da realização da **22ª Feira do Melado**. Sendo assim, o Contratado deverá disponibilizar mão de obra de engenharia elétrica/eletricista em regime de plantão, a fim de realizar atendimentos e/ou manutenções que porventura vierem a ocorrer em horário diverso do expediente comercial.

d) O Contratado deverá disponibilizar número de telefone de contato para Secretaria demandante, o qual deverá estar em condições de recebimento de chamadas telefônicas nos dias específicos do regime de plantão.

e) Após o recebimento do chamado, o Contratado terá o prazo de 15 (quinze) minutos para apresentar-se no local estipulado pela Secretaria demandante, a fim de realizar os atendimentos e/ou manutenções necessárias.

f) Os serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista somente serão executados mediante solicitação da Secretaria demandante.

g) Para execução dos serviços serão obedecidas às normas de segurança do trabalho.

h) Os funcionários farão o devido uso dos EPIs necessários.

i) Os serviços serão executados por profissionais que possuem o devido conhecimento das técnicas necessárias e com a devida ordem no local.

j) **O Contratado deverá possuir o número de profissionais, as ferramentas e os materiais elétricos necessários para a prestação dos serviços durante o regime de plantão, devendo realizar um planejamento adequado, previamente ao evento, a respeito de todos os materiais e ferramentas usualmente necessários para a manutenção da parte elétrica de todo o Parque de Exposições Armândio Guerra e instalações provisórias ao seu entorno, relativas à 22ª Feira do Melado, não relacionadas com a estrutura da arena (área) dos shows.**

5.2.4.1. Durante o regime de plantão indicado na alínea "b" do subitem 5.2.4, o Contratado perceberá o valor integral das horas de prestação dos serviços, isto é, fará jus à percepção do valor correspondente à 126 (cento e vinte e seis) horas, independentemente do número de profissionais e de horas efetivamente trabalhados.

6. OBRIGAÇÕES DO(S) CONTRATADO(S) NA EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. OBRIGAÇÕES GERAIS:

6.1.1. Aplicam-se as obrigações gerais da Contratada estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo naquilo que não conflitarem com o descrito neste Termo de Referência.

6.2. **OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS:**

6.2.1. Será de inteira responsabilidade do Contratado quaisquer danos que venham a ocorrer à Secretaria demandante ou a terceiros, decorrentes da incorreta execução do(s) produto(s), serviço(s) contratado(s).

6.2.2. Respeitar as normas, procedimentos de controle e acesso às dependências do Contratante.

6.2.3. Consultar e certificar-se com antecedência junto ao(s) seu(s) fornecedor(es) quanto aos prazos de entrega de materiais, não cabendo, portanto, a alegação de atraso do fornecimento devido ao não cumprimento da entrega por parte do fornecedor.

6.2.4. Zelar pela fiel execução deste Termo, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários.

6.2.5. Comunicar o Contratante, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a execução do serviço.

6.2.6. Reparar, corrigir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste Termo, em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou que forem entregues em desacordo com as especificações contidas neste Termo.

6.2.7. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Contratante, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução deste contrato.

6.2.8. Entregar os produtos de acordo com os prazos e especificações constantes neste Termo.

6.2.9. Providenciar, em prazo definido pela Administração, correção das deficiências apontadas pelo setor competente do Contratante.

6.2.10. Arcar com as despesas de qualquer natureza, em todo caso de devolução ou extravio dos bens.

6.2.11. Responsabilizar-se pelas despesas referentes ao manuseio e transporte do objeto, desde o fabricante até o local de entrega previsto neste instrumento.

6.2.12. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

6.2.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

6.2.14. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.

6.2.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

6.2.16. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações contidas neste Termo.

6.2.17. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.

6.2.18. Assegurar à Contratante os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, das documentações produzidas e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

6.2.19. Assegurar à Contratante, o direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de

forma permanente, permitindo à contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações.

6.2.20. Manter equipe técnica para a prestação dos serviços, assistência técnica e manutenção, durante o prazo de entrega dos produtos.

6.2.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

7. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

7.1. CONDIÇÕES GERAIS:

7.1.1. Aplicam-se as condições gerais de gestão e de fiscalização estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo, aprovadas pela PGM.

7.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

7.2.1. O Contratante exercerá a fiscalização dos serviços, por meio do(s) fiscal(is), de modo assegurar o efetivo cumprimento da execução do objeto contratado, podendo ainda, realizar a supervisão das atividades desenvolvidas pelo Contratado, efetuando avaliação periódica da execução do objeto da contratação.

7.2.2. Os Fiscais Administrativos da contratação poderão realizar vistoria *in loco*, nas dependências do estabelecimento do Contratado, a qualquer momento, durante a vigência da ata/contrato, bem como exigir a comprovação da natureza e da qualidade das mercadorias.

7.2.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.2.4. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.3. PREPOSTO

7.3.1. O Contratado designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

7.3.2. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

7.4. REUNIÃO INICIAL

7.4.1. Após a assinatura do Contrato e a designação dos Fiscal(is) da Contratação (caso não tenham sido designados no TR), será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos, Edital, se houver, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto da contratação.

7.4.2. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério do Contratante.

7.4.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Presença, física ou virtual, do representante legal do Contratado, que apresentará o(s) seu(s) preposto(s);

b) Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de ciência, se houver;

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

d) Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto ao Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, se houver, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada no termo de referência, se houver.

7.5. **FISCALIZAÇÃO**

7.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) ou pelos respectivos substitutos, nos termos do regulamento, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

7.5.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no disposto neste item.

IAP – ÍNDICE DE ATENDIMENTO NO PRAZO	
Tópico	**Descrição**
Finalidade	Medir o tempo de atraso na execução do objeto da contratação, de acordo com o disposto neste TR .
Meta a cumprir	IAP igual ou superior a (90)%.
Instrumento de medição	Deve ser aferido por meio de ferramentas, procedimentos de amostragem ou outros procedimentos de inspeção.
Forma de acompanhamento	É apurado pelos fiscais do contrato avaliando a quantidade atendida dentro do prazo em relação à quantidade total atendida no período de referência.
Periodicidade	Mensal
Mecanismo de Cálculo (métrica)	**IAP = 100 * (ΣQtap / ΣQtr)** Onde: IAP = Indicador de atendimento aos prazos do serviço; ΣQtap = Somatório do quantitativo atendido no prazo máximo estabelecido no TR com previsão de encerramento para o período de referência; ΣQtr = Somatório do quantitativo total registrado com previsão de encerramento para o período de referência.
Observações	Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.
Início de Vigência	A partir da assinatura do contrato.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	IAP >= 90%: sem descontos sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 80% e < 90%: 10% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP >= 70% e < 80%: 20% de desconto sobre o valor da fatura mensal. IAP < 70%: 30% de desconto sobre o valor da fatura mensal.

7.5.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

a) não produzir os resultados acordados;

b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.5.4. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.5.5. A Contratação será gerida e fiscalizada pelo(s) seguinte(s) agente(s) público(s):

FUNÇÃO	SERVIDOR (A)	CARGO	PROVIMENTO	LOTAÇÃO
Fiscal Técnico da Contratação	Vanderlei Pettenon	Auxiliar de Serviços Gerais II	Efetivo	Coordenadoria da Defesa Civil
Fiscal Administrativo da Contratação	Vanderlei Pettenon	Auxiliar de Serviços Gerais II	Efetivo	Coordenadoria da Defesa Civil
Gestor da Contratação	Gabriel Julio Alexandre Schuingel	Analista de Contratações	Efetivo	SELOG

7.5.6. A escolha como Fiscal Técnico do servidor **Vanderlei Pettenon** se dá em razão de que suas atribuições incluem a fiscalização dos contratos administrativos na Secretaria em que está lotado, bem como em virtude de o servidor possuir maior controle dos materiais entregues em razão de seu cargo, além de possuir conhecimentos técnicos acerca do objeto desta contratação, com capacidade de atestar a qualidade dos mesmos e dos serviços prestados.

7.5.7. Ao(s) Fiscal(is) Administrativo(s) da contratação incumbem as seguintes atribuições:

a) atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega ou a execução dos serviços;

b) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no contrato ou na ata de registro de preços;

c) verificar se o prazo de fornecimento dos produtos ou de execução dos serviços, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual ou na ata de registro de preços;

d) comunicar ao gestor eventuais atrasos nos prazos de entrega e/ou execução do objeto, bem como os pedidos de prorrogação, se for ocaso;

e) acompanhar e controlar, quando for o caso, o estoque de materiais de reposição, destinado à execução do objeto contratado/registrado, relativamente à qualidade e quantidade necessárias e/ou previstas contratualmente/no registro;

f) observar que os funcionários se apresentem uniformizados e/ou com crachá de identificação quando estipulado em contrato/registro;

g) acompanhar a execução contratual ou da ata de registro de preços, informando ao(à) gestor(a) as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento da obra, do fornecimento ou da prestação do serviço, por meio do termo anexado a presente instrução;

h) informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do contrato ao(à) gestor(a) do contrato/ata de registro de preços;

i) emitir e controlar, periodicamente, as ordens de compras/serviços necessárias para a execução do objeto contratado/registrado.

7.5.8. O objeto da contratação fornecido/prestado pelo Contratado estará sujeito à fiscalização e controle de qualidade durante toda a vigência da contratação, de ofício ou por requerimento, por meio da realização de testes, avaliação de sua conformidade com a especificação declarada ou das normas técnicas aplicáveis, respeitando-se o contraditório e a ampla defesa.

7.5.9. O Município de Capanema poderá contratar empresa especializada para a realização de testes e avaliações, a qualquer tempo, após o fornecimento/prestação.

7.5.10. Respeitado o contraditório e a ampla defesa, constatando-se a inconformidade do objeto da contratação, a empresa contratada será responsável pelo ressarcimento das despesas relacionadas aos testes/avaliações realizados, sem prejuízo da apuração de sua responsabilidade administrativa, cível e criminal.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

8.1. CONDIÇÕES GERAIS:

8.1.1. Aplicam-se as condições gerais de recebimento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

8.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

8.2.1. DA EMISSÃO DE RELATÓRIOS DE FORNECIMENTO.

8.2.1.1. Em não sendo adotada a regra estabelecida **no subitem 5.1.2.1** para o fornecimento do objeto, **caberá ao Contratado apresentar, mensalmente, quinzenalmente ou outra periodicidade acordada entre as partes, para conferência e aprovação pelo gestor da contratação, um relatório de fornecimento de materiais**.

8.2.1.2. O relatório de fornecimento de materiais (planilha) conterá, no mínimo:

a) Identificação do produto/serviço;
b) Quantitativo de cada produto/serviço;
c) Identificação de qual Secretaria foi responsável pelo requerimento de cada produto/serviço;
d) Identificação do agente público responsável pelo requerimento e recebimento de cada produto/serviço;
e) Local de entrega de cada produto;
f) Data e hora;
g) Dados do Contratado;
h) Dados do contrato;
i) Valor unitário e total de todos os produtos/serviços.

8.2.1.3. O relatório de fornecimento de materiais deverá ser encaminhado mensalmente, ou na periodicidade acordada entre as partes, pelo Contratado ao Gestor da Contratação e/ou ao Fiscal Administrativo, via e-mail oficial.

8.2.2. Independente da obrigação do **subitem 8.2.1.3**, o Contratado será responsável pelas seguintes obrigações:

a) Todas as entregas dos produtos deverão conter um romaneio/termo próprio, que deverá ser assinado pelo agente público designado para recebê-los.
b) Deverá ser entregue uma via impressa do romaneio/termo, devidamente assinado pelo responsável do Contratado pela entrega dos produtos, com a identificação do nome completo tanto do agente público que recebeu os produtos, quanto do responsável do Contratado pela respectiva entrega;
c) Poderá ser emitida uma via digital do romaneio/termo, a qual será encaminhada ao Gestor da Contratação, via e-mail oficial.

8.2.3. No caso do romaneio/termo ser impresso, o agente público responsável pelo recebimento provisório do produto deverá entregar a via física assinada do romaneio/termo ao Gestor da Contratação, que manterá o controle de toda a documentação.

8.2.4. Na hipótese em que um agente público, devidamente autorizado, realizar a retirada do produto na sede do Contratado, este deverá coletar assinatura dos servidores designados

pelo Município de Capanema/PR para coletar o(s) material(is) na sede da empresa, para fins de recebimento provisório do material. O romaneio/termo servirá de base para início dos processos de medição / pagamento.

8.2.5. O Contratado deve considerar que o recebimento definitivo (medição) poderá ser realizada mensalmente ou no prazo de 5 (cinco) dias úteis após a data do efetivo fornecimento/prestação de serviços, conforme a periodicidade dos procedimentos acordados entre as partes.

8.2.6. Cabe ao Gestor da Contratação coordenar os trabalhos e procedimentos de recebimento definitivo das Comissões de Recebimento de cada Secretaria, devendo observar os prazos legais e os prazos previstos neste instrumento.

8.2.7. De posse dos dados informados pelo Contratado, o Gestor da Contratação encaminhará a documentação à comissão de recebimento, para conferência, inclusive para análise da existência e adequação dos requerimentos de fornecimento, conforme subitem 5.1.2 deste TR. Se regular, a comissão emitirá o termo de recebimento definitivo.

8.2.7.1. Compete à comissão de recebimento realizar a inspeção nos produtos fornecidos, conferindo a adequação das características dos produtos entregues com a descrição contida neste Termo de Referência e na proposta vencedora do certame.

8.2.7.2. Caso não seja possível aguardar a reunião da comissão para realizar a aferição do produto a que se refere o subitem anterior, é o servidor responsável pelo recebimento que deverá conferir a adequação das características dos produtos entregues com a descrição contida neste Termo de Referência e na proposta vencedora do certame, no âmbito do recebimento provisório, competindo à comissão de recebimento atestar a regularidade do procedimento.

8.2.8. Emitido o termo de recebimento definitivo pela comissão, o Gestor da Contratação informará ao Contratado e à SEFAZ.

8.2.9. Cabe ao Gestor da Contratação, com apoio dos Fiscais Administrativos da Contratação, encaminhar e acompanhar a documentação necessária para a SEFAZ, para liquidação contábil até o pagamento.

8.2.10. A emissão da nota fiscal pelo Contratado observará as diretrizes e orientações da SEFAZ.

8.2.11. O recebimento poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando a execução do objeto da contratação estiver em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.2.12. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade civil a ele relativa pela sua perfeita execução.

8.2.13. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 199, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022.

8.2.14. O recebimento provisório e/ou definitivo do objeto será feito por responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação, e se dará se satisfeitas as seguintes condições:

a) Os produtos deverão estar devidamente embalados, acondicionados, identificados, dentro do prazo de validade e em conformidade com as especificações contidas neste TR;

b) Quantidade em conformidade com o que foi requisitado pela Secretaria;

c) No prazo, local e horário de entrega agendados, conforme previsto neste termo de referência.

8.2.15. O Município não receberá qualquer produto com defeitos ou imperfeições, em desacordo com as especificações e condições constantes neste Termo de Referência ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao objeto, cabendo ao Contratado efetuar as substituições necessárias, sob pena de aplicação das sanções previstas e/ou rescisão contratual.

8.2.16. Havendo atrasos na entrega dos produtos, o Fiscal Administrativo da Contratação deverá consignar formalmente o atraso no âmbito do termo de recebimento provisório ou a comissão deverá constar o atraso no termo de recebimento definitivo, para aferição dos parâmetros estabelecidos no subitem 7.5 e aplicação das penalidades, se cabível.

8.2.17. O recebimento definitivo dos produtos ocorrerá após verificação da conformidade do objeto com as exigências e especificações do Termo de Referência, Edital e pedido de fornecimento (requisição).

8.2.18. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á o Termo de Recebimento Definitivo.

8.2.19. Caso sejam insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual serão consignadas as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo máximo de **72 (setenta e duas) horas**, contados a partir da solicitação da troca, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

8.2.20. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o Contratado incorrendo em atraso na entrega e sujeito à aplicação das sanções previstas no Edital.

8.2.21. Os custos com o recolhimento e substituição do material recusado serão arcados exclusivamente pelo Contratado.

8.2.22. Ao material não recolhido no prazo estipulado será dado destino que melhor convier ao Município.

8.2.23. Os produtos, mesmo entregues e aceitos, ficam sujeitos à substituição, desde que comprovada a má-fé do Contratado ou a pré-existência de irregularidades ou defeitos constatados quando de seu uso.

8.2.24. Os produtos fornecidos em desacordo com as especificações que integram este Termo de Referência não serão aceitos.

8.2.25. O Contratante reserva-se no direito de devolver no todo ou em parte, sem nenhum ônus, qualquer produto entregue que não esteja em conformidade com o solicitado e com as especificações deste Termo de Referência.

9. DO PAGAMENTO

9.1. CONDIÇÕES GERAIS:

9.1.1. Aplicam-se as condições gerais de pagamento estabelecidas na minuta padrão do contrato administrativo.

9.2. CONDIÇÕES ESPECÍFICAS:

9.2.1. Não há condições específicas de pagamento para esta contratação.

10. DA DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Os valores despendidos com a presente contratação estão de acordo com o planejamento orçamentário.

10.2. A dotação orçamentária específica será indicada no Parecer Contábil.

11. JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO

11.1. DA NECESSIDADE E DA ESCOLHA DO OBJETO:

11.1.1. O objeto do presente procedimento é a compra de materiais elétricos (cabos, hastes, conectores, etc), para uso nos trabalhos de recuperação e reconstrução parcial da rede de energia do Parque de Exposições Armândio Guerra, em decorrência dos temporais e eventos climáticos ocorridos no segundo semestre de 2023. Entre os danos, o temporal derrubou uma árvore sobre os postes de sustentação de rede elétrica de alta tensão, danificando a rede e o transformador.

11.1.2. Além dos eventos climáticos ocorridos, o Parque de Exposições possui uma ampla infraestrutura, sendo assim, são necessárias manutenções diárias e algumas destas demandas necessitam de serviços de manutenção e conservação da parte elétrica predial e de manutenção e prevenção.

11.1.3. É dever de o gestor manter as edificações públicas em boas condições de conservação e funcionamento. Para isso é necessária a adoção de ações de manutenção corretiva e preventiva visando o melhoramento de instalações, estruturas e ambientes, mantendo os em permanente condição de atender adequadamente às demandas institucionais e da sociedade usuária.

11.1.4. Ademais, executar serviços de manutenção elétrica predial é essencial com vistas a manter e conservar as edificações do Município. O objetivo da licitação é realizar de forma ágil e eficiente a entrega de materiais para os serviços de manutenção necessárias, proporcionando maior conforto e melhores condições de infraestrutura ao perfeito funcionamento das atividades desenvolvidas no âmbito Municipal.

11.1.5. Destaca-se que o fornecimento de energia elétrica se caracteriza como prestação de serviço público essencial, conforme disciplina a Lei Federal n° 7.783/89, em seu art. 10, inciso I, ao dispor que são considerados serviços ou atividades essenciais:" *tratamento e abastecimento de água;* ***produção e distribuição de energia elétrica****, gás e combustíveis.*"

11.1.6. Além de fornecer uma estrutura de qualidade, a aquisição de um novo transformador é de suma importância para restabelecer o fornecimento adequado de energia elétrica no Parque de Exposições, garantindo o pleno funcionamento de suas atividades. O atual cenário impõe limitações significativas, prejudicando o desenvolvimento das atividades administrativas.

11.1.7. Outrossim, a readequação da rede elétrica garantirá o funcionamento integral do Parque de Exposições, garantindo à realização da **22ª Feira do Melado** que acontecerá entre os dias 04 a 08 de Setembro de 2024, sendo caracterizado como o evento bienal mais importante do Município, pela tradição e pelo seu reconhecimento regional, bem como pela necessidade de cumprir com a obrigação da municipalidade assumida, conforme Plano de Trabalho aprovado através do Acordo de Cooperação n° 01/2024, celebrado entre o Município de Capanema – PR, a ACEC – Associação Comercial e Empresarial de Capanema e a Sociedade Rural de Capanema.

11.1.8. Por fim, os produtos e mão de obra especializada estão destinadas à adequação da rede de alta tensão do Parque de Exposições, contudo, a mão de obra também prevê demais serviços relacionados no mesmo local conforme determinado pela Secretaria.

11.2. DO PREÇO:

11.2.1. Os valores máximos de cada item foram definidos através da **média de preços** alcançados na pesquisa de preços realizada mediante cotação formal, por meio de proposta orçamentária enviada por fornecedores cadastrados no Cadastro de Fornecedores Locais

e/ou de empresas prestadoras de serviços na região, bem como de pesquisa de preço no sistema Banco de Preços e utilização de dados extraídos de sítios eletrônicos de domínio amplo, cujo relatório e cotação encontram-se na fase interna do presente procedimento de contratação. Assim dispõe o art. 38, incisos I, III e VII, da LCM 14/22:

> *"**Art. 38**. No processo de contratação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, **o valor estimado será definido, em regra, com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não**:*
> *I - contratações similares feitas pela Administração Pública de quaisquer entes federados, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;*
> *(...)*
> *III - utilização de dados extraídos de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;*
> *(...)*
> *VII - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou da formalização da contratação direta;"* (grifo nosso)

11.2.2. Deve-se notar que a utilização de fonte única para coletar preços pode gerar distorções que refletirão negativamente no processo licitatório, pois uma cotação mal planejada pode afastar potenciais interessados, mitigando o princípio da ampla concorrência, podendo ainda gerar dificuldades na futura execução do contrato, uma vez que preços muito abaixo do padrão do mercado podem gerar a inexequibilidade do objeto. No mesmo sentido, preços acima dos praticados pelo mercado geram prejuízo ao erário e não cumprem o princípio da vantajosidade que se busca nas licitações.

11.2.3. Nessa seara, na realização da estimativa de preços, foram realizadas consultas em sítios eletrônicos de domínio amplo e Banco de Preços para alcançar o valor mais próximo do praticado pelo mercado e, para tanto, utilizado a multiplicidade de fontes para se alcançar parâmetros mínimos em busca da estimativa de preços.

11.2.4. Nesse rumo, foram utilizados parâmetros de forma combinada para alcançar o valor máximo estimado da contratação. Sendo assim, a média dos preços foi utilizada como metodologia para definição do valor estimado do objeto da contratação, uma vez que quando ocorrer a adoção de forma combinada dos parâmetros de pesquisa de preços a média dos preços é a metodologia prioritária.

11.2.5. Ademais, há que se estabelecer uma pesquisa de preços aceitável, que deve ser analisada de forma crítica, em especial neste processo licitatório em que houve grande variação nos valores apresentados nos 3 (três) orçamentos definitivos.

11.2.6. À guisa de balizamento, o Tribunal de Contas da União já decidiu:

> *"**31.** Não obstante tais considerações, concordo com o ACE da Serur quando afirma que "o paradigma, seja para aferição de sobrepreço de um produto ou para definir sua adequação aos valores de mercado, **não é o 'preço de adjudicação' de um determinado pregão**" (fl. 78 – Anexo 5), **mas, sim, o valor que se encontra dentro de uma faixa de preços praticada pelos fornecedores desse mesmo produto**, o que "pressupõe um valor mínimo e um valor máximo de mercado para cada produto" (fl. 76 – Anexo 5). O sobrepreço ficaria caracterizado, nesses termos, se o valor adjudicado ultrapassasse o máximo da faixa de preços aceitáveis praticada para o produto a ser adquirido pela Administração."*
> "**32. Esclareço que preço aceitável é aquele que não representa claro viés em relação ao contexto do mercado, ou seja, abaixo do limite inferior ou acima do maior valor constante da faixa identificada para o produto (ou serviço)**. Tal consideração leva à

> conclusão de que as estimativas de preços prévias às licitações, os valores a serem aceitos pelos gestores antes da adjudicação dos objetos dos certames licitatórios, bem como na contratação e posteriores alterações, por meio de aditivos, e mesmo os parâmetros utilizados pelos órgãos de controle para caracterizar sobrepreço ou superfaturamento em contratações da área de TI **devem estar baseados em uma "cesta de preços aceitáveis"**. A velocidade das mudanças tecnológicas do setor exige esse cuidado especial."
> Tribunal de Contas da União. ACÓRDÃO 2170/2007 - PLENÁRIO.

11.2.7. Por outro lado, para o item **23** foi utilizado o **menor preço** obtido, uma vez que não houve grande variação de preço para o respectivo item e o menor preço caracteriza uma contratação mais vantajosa para a Administração Pública municipal, conforme prescrevem os arts. 5°, inciso I e § 1°, inciso I e art. 38, §2°, ambos da LCM 14/22.

11.2.8. Cumpre salientar que a cotação realizada através dos orçamentos recebidos pela Secretaria não seguiu uma ordem para empresas cotadas, sendo disparados e-mails para todos os fornecedores conhecidos. Nesse passo, os preços máximos de cada item foram definidos através da média do preço e do menor preço em atenção aos objetivos das contratações públicas, previstos no art. 5°, inciso I e § 1° da LCM 14/22.

11.2.9. Ademais, conforme cotações de preços anexas a este Termo de Referência, fica demonstrado o esforço da Administração em alcançar preços justos para a estimativa dos valores máximos para a contratação. Desse modo, para que produzam todos os efeitos legais esperados, foram observados os princípios e objetivos previstos no art. 4° da LCM 14/22.

11.3. **DA RAZÃO DA(S) EMPRESA(S) COTADA(S):**

11.3.1. Foi realizada busca de empresas locais que laboram diariamente com os itens objeto deste processo, por meio de contratações anteriores, conhecimento da localidade e Cadastro de Fornecedores Locais, sendo encaminhadas solicitações de orçamentos pela Secretaria de Administração para as empresas conhecidas do ramo objeto deste Termo, bem como para todas as empresas sediadas no Município de Capanema/PR cadastradas no sistema de tributação municipal, conforme regramento disposto no art. 38, inciso VI, da LCM 14/22.

11.3.2. Em vista disso, salienta-se que a Secretaria da Administração labutou na busca de cotações perante ao empresariado local. As empresas cotadas foram:

a) D Paradzinski;
b) Primosol LTDA;
c) Tiago Rogerio Ledur;
d) Edman Eletricidade;
e) Fio Forte Elétrica;
f) Kimarki;
g) Partner SP;
h) Rizzon e Cia;
i) Unitrafo;
j) Werlang.

11.3.4. Optou-se pela cotação local em virtude da proximidade, da agilidade e da facilidade de futura entrega dos produtos adquiridos pelo município, bem como pela praticidade em caso de eventual irregularidade em que se exija a substituição (troca) de algum item, sem comprometer o cronograma da administração pública municipal.

11.4. **DEMAIS JUSTIFICATIVAS PARA A CONTRATAÇÃO DIRETA:**

11.4.1. Não se aplica.

12. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Faz-se necessária a adoção do Sistema de Registro de Preços em razão da necessidade de contratação fracionada do objeto da contratação, não havendo estimativa exata de necessidade do quantitativo total contratado. Dessa forma, a existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar (arts. 83, da Lei nº 14.133/2021 e 118, da LCM 14/2022).

12.2. Justifica-se ainda a motivação para utilização do Sistema de Registro de Preços em razão de a demanda ser eventual e futura, sendo utilizado o registro de acordo com a necessidade dos serviços demandados.

12.3. Outro ponto que merece destaque é o emprego de recursos financeiros somente para o atendimento imediato da demanda.

12.4. O sistema de registro de preço é uma ferramenta que permite a aquisição de materiais de forma simplificada e ágil, uma vez que já foram realizados os procedimentos licitatórios para o estabelecimento dos preços e fornecedores registrados. Dessa forma, o Município de Capanema/PR poderá adquirir os produtos e contratar os serviços necessários de acordo com sua demanda, evitando a realização de licitações individuais, economizando tempo e recursos administrativos.

12.5. As demais regras aplicáveis serão indicadas na ata de registro de preços e/ou regulamento próprio.

13. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DAS ALTERAÇÕES DA CONTRATAÇÃO

13.1. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

13.2. **A ata de registro de preços poderá ser convertida em contrato, nos termos do art. 119 da LCM 14/22 e regulamento.**

13.3. Convertida a ata em contrato, a vigência do contrato respeitará o regime dos contratos administrativos.

13.4. Será possível extinguir o contrato, sem ônus, quando o contrato não oferecer vantagem ao Município.

13.4.1. A extinção mencionada no subitem 13.4. ocorrerá apenas na próxima data de aniversário do contrato e somente poderá ser efetivada pela Administração até dois meses antes da referida data.

13.4.2. Para evitar a extinção do contrato, na hipótese em que a Administração entender que a contratação não mais lhe oferece vantagem, poderá ser aberta negociação com o contratado, objetivando a sua adequação e o restabelecimento da vantajosidade da contratação.

13.5. Na hipótese de conversão da ata em contrato, em não havendo indicação do cronograma de execução do objeto, a Administração não será obrigada a adquirir ou contratar o quantitativo integral previsto no contrato, sendo devido ao Contratado somente o que for efetivamente consumido.

13.6. Com relação às alterações contratuais, aplicam-se as disposições gerais previstas no Edital, na minuta da Ata de Registro de Preços e na minuta do Contrato Administrativo.

14. INFORMAÇÕES PARA COMPLEMENTAÇÃO DO EDITAL

14.1. **Será exigida a seguinte documentação relativa à qualificação técnica:**

14.1.1. Comprovação da capacitação técnico-operacional mediante apresentação de um ou mais **Atestados de Capacidade Técnica**, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito

público ou privado, devidamente identificada, **em nome do profissional (pessoa física)**, onde fique comprovado que o profissional que realizará os serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista tenha prestado serviços em eventos, feiras, festivais, festas e cerimônias de grande porte, compatível com o objeto deste TR.

14.1.1.1. Considera-se *"compatível com o objeto deste TR"* os serviços anteriormente prestados pelo profissional em eventos, feiras etc., os quais possuíam prazo de duração, tamanho e/ou complexidade dos serviços de forma similar ou próxima das características da Feira do Melado, cabendo ao licitante o ônus da prova acerca das semelhanças do evento, sendo admitidos quaisquer meios de prova, desde que idôneos.

14.1.2. Comprovação de conclusão de curso e/ou especialização em manutenção de redes de alta tensão, **em nome do profissional (pessoa física)**, que será o responsável pela execução dos serviços, compatível com o objeto deste Termo.

14.1.3. Apresentação de **nome e número de cadastro de profissional(is)** devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART.

14.1.3.1. O(s) profissional(is) habilitado, indicado(s) na forma dos **itens 14.1.1, 14.1.2** e **14.1.3** deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente e por escrito pela Administração.

14.1.3.2. O profissional que for executar os serviços devidamente identificado como detentor de **Atestado de Capacidade Técnica** referido no **item 14.1.1** deverá pertencer ao quadro de pessoal do licitante, na data prevista para entrega da proposta, entendendo-se como tal:

a) o sócio que comprove seu vínculo por intermédio de contrato/estatuto social;

b) o administrador ou o diretor do licitante;

c) o empregado devidamente registrado em Carteira de Trabalho e Previdência Social;

d) o prestador de serviços com contrato escrito firmado com o licitante, sendo este o responsável pela execução dos serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista; ou

e) declaração, firmada pelo profissional, de que se o licitante se sagrar vencedor do certame, esse profissional é quem executará o serviço.

14.1.4. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da empresa, de que dispõe de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para a realização das atividades.

14.2. Da subcontratação:

14.2.1. O Contratado somente poderá subcontratar os serviços objeto deste Termo com expresso e prévio consentimento da Administração, desde que respeitadas as exigências contidas no **item 14.1**, sendo vedada a subcontratação de serviços para empresas que tenham participado da licitação na condição de licitante.

14.2.2. Se e quando autorizada a efetuar a subcontratação dos serviços, o Contratado realizará a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, respondendo perante o Município de Capanema pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

15. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

15.1. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do **MUNICÍPIO DE CAPANEMA** (CNPJ: 75.972.760/0001-60), sito na Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1080, Centro, Capanema - PR, CEP: 85.760-000.

15.2. As informações técnicas sobre os itens que compõem o objeto da contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Administração, por meio do e- mail: adm@capanema.pr.gov.br

15.3. As informações técnicas sobre as regras e procedimentos estabelecidos para o presente processo de contratação devem ser solicitadas à Secretaria Municipal de Contratações Públicas, por meio dos e-mails: smcp@capanema.pr.gov.br e licitacao@capanema.pr.gov.br

15.4. Dos mecanismos formais de comunicação.

15.4.1. São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre o Contratante e o Contratado, os seguintes:

a) Ordem de Serviço;
b) Ata de Reunião;
c) Ofício;
d) Sistema de abertura de chamados;
e) E-mails;
f) Mensagens por meio do aplicativo WhatsApp entre o Fiscal da Contratação e o responsável legal ou preposto do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, 31 de julho de 2024.

Gilmar Gobato
Secretário Municipal de Administração

FELIPE CARVALHO ROMERO
Assinado de forma digital por FELIPE CARVALHO ROMERO
Dados: 2024.07.31 20:10:56 -03'00'

Felipe Carvalho Romero
Secretária Municipal de Logística e Contratações

Gabriel Julio Alexandre Schuingel
Analista de Contratações

Raquel Albano
Assessora Especial de Processamento de Dados

Ciência do(a)(s) Fiscal(is) da Contratação em: 31 / 07 / 2024

Vanderlei Pettenon
Fiscal Técnico e Administrativo da Contratação

Gabriel Julio Alexandre Schuingel
Gestor da Contratação

08. 21

TERMO DE EMISSÃO DA MINUTA DO EDITAL E ANEXOS

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Nesta data, junto a minuta do edital e anexos, devidamente cadastrado(s) no sistema, conforme modelos mais atualizados disponibilizados pela PGM.
Seguem as informações de preenchimento do edital:

1.1. **ÓRGÃO(S) INTERESSADO(S):**
1.1.1. Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Administração.
1.1.2. Órgãos Participantes:
Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação - SECON;
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA.

1.2. **RESUMO DO OBJETO:**
SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1.3. **VALOR MÁXIMO ESTIMADO**: R$ 259.721,89 (Duzentos e Cinquenta e Nove Mil, Setecentos e Vinte e Um Reais e Oitenta e Nove Centavos).

1.4. **MODALIDADE:** Pregão.

1.5. **FORMA:** Presencial.

1.6. **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor peço por lote.

1.7. **PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES) UTILIZADO(S) NESTE PROCESSO**:
1.7.1. Processado pelo sistema de registro de preços.

1.8. **PARTICIPAÇÃO:** Ampla concorrência.

Encaminho o presente processo de contratação ao Secretário Municipal de Logística e Contratações para análise e encaminhamentos cabíveis.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 30 de julho de 2024.

Rosélia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Município de Capanema - PR
Procuradoria-Geral do Município - PGM

PARECER JURÍDICO Nº 178/2024

REQUERENTE: SELOG.
ÁREA ADMINISTRATIVA: Licitações e Contratos Administrativos.
ÓRGÃO INTERESSADO: SECAD e outros.
ASSUNTO: Análise de processo de contratação. Etapa de controle prévio. Pregão. Forma presencial. SRP.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: aquisição de cestas básicas.

EMENTA: CONTROLE DE LEGALIDADE. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO. FORMA ELETRÔNICA. ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. NÃO PARCELAMENTO DO OBJETO. MENOR PREÇO POR LOTE. PARTICIPAÇÃO AMPLA CONCORRÊNCIA. MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ME E EPP LOCAIS. APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 14, DE 2022 (LCM 14/22). PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA. JUSTIFICATIVAS E DOCUMENTAÇÃO EM ORDEM. VERSÃO 3.24 DAS MINUTAS. PARECER FAVORÁVEL.

1. CONSULTA:

A SELOG encaminha, para análise da PGM, o presente processo de contratação para fins de controle prévio da licitação, nos termos do art. 31, inc. IV, da LCM 14/22. Constam no PA:

I) Portaria nº 8.546/2023;
II) Solicitação da abertura do processo de contratação;
III) Termo de referência;
IV) Acordo de cooperação;
V) Plano de trabalho;
VI) Relatório de despesa;
VII) Estimativa de consumo;
VIII) Pesquisa de preços;
IX) Despacho inicial:
X) Termo de juntada;
XI) Orçamento definitivo;
XII) Termo de encaminhamento do processo;
XIII) Parecer contábil;
XIV) Termo de emissão da minuta do edital e anexos;
XV) Despacho final da etapa preliminar;
XVI) Termo de Referência Definitivo.

É o relatório.

2. PRESSUPOSTOS E FUNDAMENTOS DE FATO E DE DIREITO.

2.1. Informações preliminares.

Importante asseverar, inicialmente, que compete à Procuradoria-Geral, nos termos do art. 45 da Lei Complementar Municipal nº 14, de 2022 (LCM 14/22), realizar o controle prévio de legalidade do processo de contratação, pela análise da presença e da legalidade do conteúdo dos documentos essenciais para a realização da contratação pública, responsabilizando-se apenas o ordenador da despesa e os responsáveis pela contratação quanto à veracidade das informações contidas no processo, ressalvando, portanto, que todo procedimento deverá observar a legislação apontada no corpo deste parecer, principalmente no tocante a prazos e atos essenciais.

Outrossim, calha esclarecer que, em regra, não compete à Procuradoria-Geral tecer considerações acerca do mérito da presente contratação, tendo em vista a incidência do princípio da discricionariedade motivada da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos objetos e das contratações entendidos como necessários, ressalvadas as hipóteses de flagrante incompatibilidade, desarrazoabilidade ou equívoco na descrição do objeto, especialmente quando em confronto com os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e/ou com os princípios que orientam as contratações públicas.

08 221

2.2. Da Legislação aplicável.

Tendo em vista a entrada em vigor da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, vislumbra-se que este é o diploma legal a reger a contratação.

2.3. Da tramitação dos processos de contratação.

Com relação à tramitação dos processos, assim prevê a LCM 14/22:

> ***Art. 30.*** *O processo de contratação pública inicia-se, em regra, com a realização do estudo técnico preliminar ou com a confecção do termo de referência, do anteprojeto ou do projeto básico, de responsabilidade do órgão público interessado.*
> *(...)*
> ***Art. 31.*** *Confeccionado o termo de referência, o anteprojeto ou o projeto básico, o órgão interessado o remeterá ao Órgão Central de Contratações Públicas, que autuará o processo, preferencialmente em meio eletrônico, e o encaminhará ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada, para o deferimento ou não do prosseguimento do processo de contratação.*
> *§ 1º Deferido o prosseguimento do processo de contratação, será observado o seguinte procedimento:*
> *I - o Órgão Central de Contratações Públicas, ou o órgão público designado em regulamento, realizará a pesquisa de preços completa e definitiva de todos os itens que compõem o objeto da contratação, conforme o disposto nos artigos 37 a 43 desta Lei;*
> *II - caso não haja indicação da dotação orçamentária e dos demais requisitos da Lei de Responsabilidade Fiscal no termo de referência, no anteprojeto ou no projeto básico, o processo será encaminhado para a Secretaria Municipal de Finanças, a qual, por meio do Departamento de Contabilidade, emitirá o parecer contábil;*
> *III - o Órgão Central de Contratações Públicas elaborará a minuta do edital e de seus anexos, na hipótese de licitação, ou, em se tratando de contratação direta, as minutas necessárias para subsidiar o processo, observando-se os modelos dos documentos confeccionados pela Procuradoria-Geral do Município (PGM);*
> *IV - cumprido o disposto nos incisos anteriores e com todos os documentos assinados inseridos no processo, este será encaminhado à PGM, para o cumprimento do disposto no art. 45 desta Lei.*
> *(...)*

Com efeito, em relação à tramitação do processo, verifica-se a sua regularidade até o momento.

Por seu turno, teceremos os apontamentos pertinentes a cada etapa da fase interna do processo de contratação, conforme documentação acostada aos autos, bem como aos demais elementos entendidos como indispensáveis ao prosseguimento do processo.

2.4. Da etapa preparatória do processo de contratação.

Dispõe o art. 32, da LCM 14/22:

> ***Art. 32.*** *A etapa preparatória do processo de contratação é caracterizada pelo planejamento e deve compatibilizar-se com o plano de contratações anual de que trata o inciso VII do* ***caput*** *do art. 28 desta Lei, sempre que este for elaborado, bem como com as leis orçamentárias, devendo abordar as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos:*
> *I - a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar ou justificativa que caracterize o interesse público envolvido;*
> *II - a definição pormenorizada do objeto da contratação para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;*
> *III - a indicação e a justificativa do quantitativo necessário do objeto que será licitado/contratado, com a definição dos critérios e parâmetros utilizados, incluindo o eventual consumo desse mesmo objeto, pela Administração, nos 24 (vinte e quatro) meses que antecedem a elaboração do documento;*
> *IV - a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas, das condições de recebimento e das penalidades aplicáveis, devidamente adaptadas ao objeto do certame;*
> *V - o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;*
> *VI - a elaboração do edital de licitação;*
> *VII - a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;*
> *VIII - o regime de execução do objeto da contratação, observados os potenciais de economia de escala;*
> *IX - a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto da contratação e a as normas da Política Municipal de Contratações Públicas;*
> *X - a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;*
> *XI - a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;*
> *XII - a indicação de dotação orçamentária, quando não houver adoção ao Sistema de Registro de Preços, bem como de adequação às normas de responsabilidade fiscal, por meio de parecer contábil.*

Nesse rumo, independente da nomenclatura dos documentos acostados na etapa preparatória, mister analisar o seu conteúdo, para verificar o cumprimento dos requisitos legais, especialmente sob o aspecto formal, sem olvidar do aspecto material, mediante a aferição da suficiência do conteúdo dos documentos.

2.5. <u>Dos requisitos obrigatórios dos documentos de planejamento da contratação (TR/ETP)</u>

Com relação ao Termo de Referência (TR), assim dispõe o art. 36 da LCM/22:

> ***Art. 36.*** *O termo de referência é o documento técnico-jurídico obrigatório nos processos de contratação envolvendo compras, prestação de serviços, locações, contratações de tecnologia da informação e de comunicação, que deve conter os seguintes parâmetros e elementos descritivos:*
>
> *I - os elementos que embasam a avaliação do custo pela administração pública, a partir dos padrões de desempenho e qualidade estabelecidos e das condições de entrega do objeto, com as seguintes informações:*
>
> *a) definição resumida e detalhada do objeto da contratação, com todas as suas características, incluindo especificações técnicas, ilustrações fotográficas, se possível, e outros recursos que permitam a sua identificação clara e precisa;*
>
> *b) o quantitativo do objeto da contratação e sua justificativa;*
>
> *c) as exigências, requisitos e métodos para a execução do objeto da contratação, com as definições de como a contratação deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento, vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame;*
>
> *d) o valor estimado do objeto da contratação demonstrado em planilhas, de acordo com o preço de mercado, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado;*
>
> *e) o cronograma físico-financeiro, se necessário;*
>
> *II - adequação orçamentária, se cabível.*
>
> *III - fundamentação da contratação, que consiste na referência aos estudos técnicos preliminares correspondentes ou, quando não for possível divulgar esses estudos, no extrato das partes que não contiverem informações sigilosas;*
>
> *IV - o prazo da vigência do contrato, o prazo para execução do objeto da contratação e, se for o caso, a possibilidade de sua prorrogação;*
>
> *V - critérios de medição, recebimento e de pagamento;*
>
> *VI - a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica e econômico-financeira, se necessária;*
>
> *VII - forma e critérios de seleção do fornecedor;*
>
> *VIII - os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato ou da ata de registro de preços;*
>
> *IX - as sanções administrativas previstas de forma objetiva, suficiente e clara;*
>
> *X - os deveres do contratado e do contratante.*
>
> ***§ 1º*** *O termo de referência deverá conter os elementos previstos nos incisos do* ***caput*** *deste artigo, além das seguintes informações, quando cabível:*
>
> *I - especificação do produto, preferencialmente conforme catálogo eletrônico de padronização, observados os requisitos de qualidade, rendimento, compatibilidade, durabilidade e segurança;*
>
> *II - indicação dos locais de execução do objeto da contratação, incluindo as regras específicas de recebimento provisório e definitivo, quando for o caso;*
>
> *III - especificação da garantia exigida e das condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso.*
>
> *(...)*
>
> ***§ 3º*** *Na indicação do quantitativo a que se refere a alínea "b" do inciso I do* ***caput*** *deste artigo será observado o detalhamento do consumo/contratação do objeto por parte da Administração, com o estabelecimento de cronograma de execução do objeto da contratação, salvo o disposto no § 4º deste artigo.*
>
> ***§ 4º*** *Na hipótese de adoção do Sistema de Registro de Preços, será exigida a indicação, apenas, da estimativa total do objeto da contratação, durante a vigência da ata de Registro de Preços, e da previsão estimada do seu consumo mensal.*
>
> ***§ 5º*** *Na hipótese de adoção do Sistema de Registro de Preços, considerando-se a natureza do objeto da contratação e a imprevisibilidade da sua necessidade mensal pela Administração, será admitida a estimativa total para fins de eventual consumo, em quantitativo razoável, de acordo com regras de experiência comum subministradas pela observação do que ordinariamente acontece.*
>
> ***§ 6º Quando não precedido de ETP, o termo de referência conterá as informações exigidas para o ETP, no que couber, permitindo-se a assinatura do termo de referência pelos profissionais técnicos da área do objeto da contratação.***

Tendo em vista o disposto no § 6º do art. 36 transcrito acima, faz-se necessário averiguar, também, o preenchimento dos requisitos obrigatórios do ETP, consoante o disposto no art. 34 da LCM 14/22. Vejamos.

> ***Art. 34.*** *O ETP deverá evidenciar o problema a ser resolvido com a contratação e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação, e conterá os seguintes elementos:*
>
> *I - descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;*
>
> *(...)*
>
> *III - descrição do objeto da contratação, com os detalhes e requisitos técnicos necessários;*
>
> *(...)*
>
> *VII - descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso;*
>
> *VIII - justificativas para o parcelamento ou não da contratação, quando aplicável;*
>
> *(...)*
>
> *XIII - posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.*
>
> ***Parágrafo único.*** *O ETP deverá conter, ao menos, os elementos previstos nos incisos I, III, VII, VIII e XIII do* ***caput*** *deste artigo.*

Com efeito, trazendo a exegese legal para o caso em mesa, os principais elementos dos documentos juntados nos autos serão abordados na sequência. Vejamos.

2.5.1. Da definição e quantidade do objeto.

O termo de referência e os seus documentos incluídos no processo descrevem o objeto da contratação, indicando o quantitativo, com a sua justificativa geral, o valor unitário e o valor total do objeto da contratação, além das respectivas especificidades técnicas.

Considerando a ausência de dados desarrazoáveis, nos limites dos conhecimentos deste órgão consultivo, é oportuno registrar que a responsabilidade pela descrição técnica do(s) item(ns) que compõe(m) o objeto da presente contratação é de responsabilidade exclusiva do(s) subscritor(es) do documento.

Por se tratar de processo com adoção do sistema de registro de preços, há a necessidade de cumprimento do disposto no inciso III do art. 32 e no § 4º do art. 36, ambos da LCM. Desse modo, pela documentação incluída no processo, vislumbra-se o cumprimento das exigências legais.

2.5.2. Do parcelamento ou não do objeto.

Em se tratando de processo de contratação visando à prestação de serviços, assim dispõe o art. 56 da LCM 14/22:

> ***Art. 56.*** *As contratações de serviços atenderão aos princípios:*
> *I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*
> *II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, considerando-se as normas da Política Municipal de Contratações Públicas;*
> *§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:*
> *I - a responsabilidade técnica;*
> *II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens.*
> *§ 2º Na licitação de serviços de manutenção e assistência técnica, o edital deverá definir o local de realização dos serviços, admitida a exigência de deslocamento de técnico ao local da repartição ou a exigência de que o contratado tenha unidade de prestação de serviços em distância compatível com as necessidades da Administração.*

Nesse rumo, extrai-se do TR a existência de justificativa razoável para a reunião dos itens que compõem o objeto da contratação em lotes, considerando a natureza do objeto e a forma de fornecimento.

2.5.3. Condições de execução do objeto da contratação.

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais de execução do objeto do contratação e de regras específicas.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se que as regras gerais e as regras específicas incluídas no TR estão adequadas ao caso, permitindo a transparência e a aferição da integridade da execução contratual.

2.5.4. Das obrigações do Contratado.

Consta no TR a indicação de aplicação das obrigações gerais na execução do objeto do contratação, além de obrigações específicas.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a suficiência das obrigações gerais previstas na minuta do instrumento contratual e, também, das obrigações específicas, contidas no TR.

2.5.5. Da fiscalização da contratação.

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais de fiscalização da execução do objeto da contratação.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a suficiência das regras gerais previstas na minuta do Edital e anexos, sem prejuízo da aplicação das disposições da LCM 14/22.

Além disso, no que tange à função de Fiscal da Contratação, destaca-se que, em regra, faz-se necessário que o Fiscal seja um servidor público de provimento efetivo, a fim de permitir a continuidade do serviço público e garantir, em tese, a maior impessoalidade na fiscalização das contratações públicas, nos termos do art. 221, § 4º, da LCM 14/22, que assim dispõe:

> ***Art. 221.*** *(...)*
> .....

§ 4º Os fiscais de contratação serão designados, preferencialmente, dentre servidores efetivos, salvo em situações excepcionais, devidamente justificadas por escrito, em que será permitida a designação de servidores comissionados para a realização da função, com assunção da responsabilidade pessoal do respectivo Secretário.

(...)

§ 6º Os fiscais de contratação e os membros das comissões de recebimento serão permanentemente capacitados e treinados para realizarem as respectivas funções, especificamente para realização do controle da execução das contratações públicas e estabelecer a comunicação e o relacionamento profissionalizado com as pessoas físicas e jurídicas contratadas.

Com efeito, vislumbra-se que o(a)(s) servidor(a)(es) indicado(a)(s) no Termo de Referência para o exercício das funções de Fiscal(is) da presente contratação é(são) servidor(a)(es) de provimento efetivo, o que, portanto, cumpre com o regramento legal.

2.5.6. Do recebimento do objeto da contratação.

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais e específicas de recebimento do objeto do contratação.

2.5.7. Do pagamento.

Consta no TR a indicação de aplicação das regras gerais de pagamento.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a adequação das regras gerais, na forma do disposto na minuta do Edital.

2.5.8. Da adequação orçamentária.

Consta no TR a declaração de adequação orçamentária, remetendo-se ao Parecer Contábil a indicação da(s) dotação(ões) orçamentária(s) existentes e aplicáveis ao caso concreto, bem como a análise do cumprimento das disposições da LRF.

Nesse rumo, depreende-se dos autos a existência de Parecer Contábil, suprindo-se, portanto, as exigências legais.

2.5.9. Da justificativa para a contratação e da escolha do objeto da contratação.

A justificativa constante no TR é suficiente para demonstrar o interesse público da realização da presente contratação, considerando-se, especialmente, o acordo de cooperação celebrado e o plano de trabalho da pareceria realizada com a ACEC e com a Sociedade Rural de Capanema, para fins de realização da 22ª Feira do Melado.

Alerto para a necessidade de alteração formal do Plano de Trabalho, em procedimento próprio, em razão de possível conflito de informações e de responsabilidades das partes e o objeto da presente contratação.

2.5.10. Da justificativa e pesquisa dos preços.

Consta no TR a justificativa dos preços e foi juntado aos autos toda a documentação relativa à pesquisa de preços realizada.

A metodologia adotada para a atribuição do valor máximo que o Município de Capanema está disposto a pagar pelo objeto da contratação foi a média de preços encontrados na pesquisa.

Nesse rumo, cumpre trazer à baila o disposto nos incisos do caput e nos §§ 2º e 3º do art. 38 da LCM 14/22:

Art. 38. *No processo de contratação para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, o valor estimado será definido, em regra, com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não:*

(...)

III - utilização de dados extraídos de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

(...)

VII - pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital ou da formalização da contratação direta;" (grifo nosso)

(...)

*§ 2º O menor preço aferido na pesquisa de preços será a metodologia prioritária para a definição do valor estimado do objeto da contratação, nos termos do **caput** deste artigo, todavia, excepcionalmente, diante das peculiaridades do caso concreto e mediante justificativa, poderá ser utilizada outra metodologia, como a média ou a mediana dos preços obtidos.*

> *§ 3º Quando ocorrer a adoção de forma combinada dos parâmetros de pesquisa de preços indicados nos incisos do **caput** deste artigo, a média dos preços obtidos será a metodologia prioritária para a definição do valor estimado do objeto da contratação.*

Com efeito, diante das diligências realizadas pela equipe da SELOG, considero adequada a opção pelo(s) critério(s) indicado(s) na justificava da formação do preço.

2.5.11. Da justificativa da escolha de fornecedores para cotação direta.

A justificativa constante no TR é suficiente para demonstrar a impessoalidade na busca dos preços do objeto da presente contratação, cumprindo satisfatoriamente a legislação de regência.

2.5.12. Da adoção do sistema de registro de preços

No caso vertente, o termo de referência indica a adoção do sistema de registro de preços. O caso é mesmo de adoção do SRP. Vejamos.

A esse respeito, cumpre observar o regramento insculpido na LCM 14/22:

> ***Art. 53.** O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*
> *(...) II - processamento por meio de sistema de registro de preços, quando pertinente;*

Para regulamentação da contratação por registro de preços, foi editado o Decreto Federal nº 11.462/2023, que estabelece as hipóteses de contratação suscetíveis de serem processadas por esta sistemática. É o que estabelece o art. 3º:

> ***Art. 3º** O SRP poderá ser adotado quando a Administração julgar pertinente, em especial:*
> *I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;*
> *II - quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;*
> *III - quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;*
> *IV - (...)*
> *V - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.*

Neste prisma, verifica-se que o objeto da presente contratação atende aos requisitos legais para a adoção do SRP, notadamente o incisos II e V supramencionados.

Além disso, a minutas do Edital e da Ata de Registro de Preços, conforme modelos confeccionados pela PGM, indicam a as normas aplicáveis a respeito do sistema de registro de preços, adotada para esta contratação, o que supre a exigência legal, na visão desta Procuradoria, considerando a suficiência e adequação das regras estabelecidas, observando-se o disposto no inciso II do art. 292 da LCM.

2.5.13. Da indicação de vigência da contratação.

O prazo de vigência da contratação de doze meses, como indicado no TR, está de acordo com as disposições legais que regem o tema, não havendo outras considerações necessárias.

2.5.14. Das garantias.

Não consta no TR a exigência de garantia de proposta e nem de execução.

Por sua vez, há exigência de garantia do produto e do serviço, além de exigência de manutenção e assistência técnica relativa ao item 35 do objeto do termo (Transformador Trifásico), cujas cláusulas previstas no TR são adequadas ao caso, devendo o licitante apresentar, juntamente com a documentação de habilitação ou da proposta definitiva de preços, uma declaração de garantia técnica, conforme exigências do TR, constando no Anexo VI da minuta do Edital o modelo da referida declaração.

2.5.15. Das sanções administrativas.

Não consta no TR a indicação de sanções específicas, aplicando-se, portanto, as regras gerais, na forma do disposto na minuta do Edital.

Analisando-se o objeto da contratação, vislumbra-se a suficiência das regras gerais.

2.5.16. Dos requisitos de habilitação.

Em qualquer contratação pública exige-se do(s) futuro(s) contratado(s) a apresentação de documentos essenciais previstos no art. 87, da LCM 14/22.

A propósito, a regra geral adotada por esta municipalidade é a exigência apenas dos documentos relativos à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e à trabalhista, conforme minuta padrão do Edital de Pregão confeccionado pela PGM.

Para fins de qualificação econômico-financeira e de qualificação técnica exige-se previsão expressa no TR, com as justificativas cabíveis.

No caso em mesa, não houve previsão de qualificação econômico-financeira.

Por sua vez, extrai-se do TR a previsão de qualificação técnica.

A exigência de qualificação técnica, como prevista no TR, está de acordo com o disposto no art. 87, § 4º, e artigos seguintes da LCM 14/22, pois as exigências estabelecidas visam à seleção de fornecedor com capacidade técnica e experiência para a execução dos serviços, o que possui plausibilidade e razoabilidade quando observada a natureza do objeto e a dinâmica do fornecimento do objeto.

2.5.17. Da apresentação de amostras

No caso em mesa, não há exigência de apresentação de amostras do licitante vencedor para a participação na licitação.

Destarte, como mecanismo de planejamento e organização do processo de contratação, limitando-se a examinar a presença dos elementos essenciais do documento, verifica-se que o Termo de Referência atende de maneira suficiente aos requisitos legais, pois indica os dados necessários para a execução satisfatória do objeto da contratação, além de atender o disposto no parágrafo único do art. 34 da LCM 14/22, considerando-se, especialmente, a estrutura administrativa e a realidade local.

2.6. Da Minuta do Edital.

Deve ser utilizada a minuta padrão denominada: "Edital Pregão Versão LCM 3.24".

2.6.1. Da Modalidade da Licitação.

No tocante à escolha da modalidade pregão, os fundamentos estão assentados no disposto no art. 73, da LCM 14/22, que dispõe:

> ***Art. 73.*** *A concorrência e o pregão seguem o rito procedimental comum a que se refere o art. 32 desta Lei,* ***adotando-se o pregão sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.***

Além disso, a LCM 14/22 também conceitua o pregão, em seu art. 6º, inc. XXIX, como *"modalidade de licitação preferencial para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto".*

Com efeito, o pregão deve ser adotado considerando três fatores:

> **(i)** o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital;
> **(ii)** a possibilidade jurídica de caracterização do objeto da licitação como um bem/serviço comum;
> **(iii)** o critério de julgamento deve ser o menor preço ou o maior desconto.

Pois bem.

As características do objeto da contratação podem ser aferidas objetivamente por meio da descrição contida no TR.

Por seu turno, atualmente, é possível concluir que quase todos os bens e serviços vêm sendo considerados comuns pela doutrina. Portanto, é mais adequado averiguar as hipóteses em que não se aplica o pregão, para análise de legalidade da escolha.

Nesse rumo, assim dispõe o Parágrafo único do art. 73 da LCM 14/22:

> *Art. 73. (...)*
> ***Parágrafo único.*** *O pregão não se aplica às contratações de:*
> *I - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual;*
> *II - de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea "a" do inciso II do* ***caput*** *do art. 60 desta Lei.*

Logo, em virtude do objeto pretendido pela Administração, conforme descrito no Termo de referência, infere-se a regularidade da adoção do pregão como modalidade desta licitação.

2.6.2. Da Forma da Licitação.

Considerando-se que o presente certame adotou a forma presencial, em razão das hipóteses previstas no art. 26, incisos III, V e X, da LCM 14/22.

> ***Art. 26.*** *As contratações serão realizadas preferencialmente sob a forma eletrônica, admitida a utilização da forma presencial nas seguintes hipóteses:*
> *(...)*
> *III - aquisição de materiais elétricos para manutenção predial;*
> *(...)*
> *V - serviços de manutenção elétrica predial, de iluminação pública e de aparelhos de ar condicionado, com ou sem fornecimento de material;*
> *(...)*
> *X - aquisição de produtos, contratação de serviços e realização de obras e serviços de engenharia, em que haja três ou mais fornecedores com sede no Município de Capanema/PR, devidamente inscritos no Cadastro de Fornecedores Locais e que manifestem interesse em participar do certame, por meio de declaração ou por meio de fornecimento de orçamento na fase interna do processo de contratação.*

Nesse diapasão, não é demasiado trazer à baila o disposto no § 4º do mesmo artigo, que assim dispõe:

> ***Art. 26.*** *(...)*
> ***§ 4º*** *As contratações no formato presencial, desde que fundadas em um dos incisos do* ***caput*** *deste artigo, estão justificadas na Política Municipal de Contratações Públicas, independentemente de motivação específica no processo de contratação.*

Com efeito, apesar de a LCM 14/22 prever a realização das contratações na forma, preferencialmente, eletrônica, o próprio texto legal trouxe algumas exceções, visando ao atendimento das diretrizes e objetivos da Política Municipal de Contrações Públicas.

Isto é, o legislador capanemense, instituindo normas de interesse local, indicou na própria Lei as hipóteses em que a licitação poderia ser realizada na forma presencial, o que é o caso em mesa.

Noutro giro, cumpre registrar que há muito tempo o Município de Capanema adota a gravação, em áudio e vídeo, bem como a disponibilização da sessão pública ao vivo, para acesso livre e em tempo real ao público, cumprindo, deveras, o disposto no § 1º do art. 26 do diploma legal de regência.

Por derradeiro, considerando-se o preenchimento dos requisitos da LCM 14/22, entendo adequada a opção pela realização do certame em forma presencial.

2.6.3. Do critério de julgamento.

O critério de julgamento da licitação deve ser o menor preço por lote.

2.6.4. Da participação no certame.

O critério de participação neste certame deve ser a ampla concorrência.

2.6.5. Da margem de preferência para ME e EPP sediadas no Município de Capanema.

O tratamento diferenciado para ME e EPP sediadas no Município de Capanema, conforme previsto no item 9 da minuta do Edital, está de acordo com as diretrizes da Política Municipal de Contratações Públicas, em respeito ao disposto no art. 18 da LCM 14/22.

2.6.6. Dos demais tópicos do edital e seus anexos.

No mais, verifica-se que foram preenchidos os requisitos essenciais espalhados pela LCM 14/22, especificando pormenorizadamente todas as etapas da fase externa do processo de contratação e as regras gerais aplicáveis durante a execução do objeto da contratação, além de atender satisfatoriamente o disposto no art. 114 da LCM 14/22.

2.7. Da minuta da ata e/ou do contrato.

Vislumbro adequadas as minutas da ata e do contrato anexas ao edital, visto que preveem as cláusulas essenciais dispostas no art. 153 e art. 113, inc. II, ambos da LCM 14/22, conforme modelos confeccionados pela PGM, anexos à minuta do Edital.

2.8. Das normas de controle e da fiscalização das contratações

Pela relevância do tema, faz-se necessário consignar, desde já, a necessidade de observância e cumprimento dos procedimentos de controle e de fiscalização das contratações públicas, especialmente o disposto nos artigos 217 a 221 da LCM 14/22.

06. 228

2.9. Do prazo para apresentação das propostas

Assim dispõe a LCM 14/22:

> ***Art. 51.*** *Os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do extrato do edital de licitação no Diário Oficial Eletrônico do Município e da divulgação do inteiro teor do ato convocatório e de seus anexos em sítio eletrônico oficial, ou do que ocorrer por último, são de:*
>
> *(...)*
>
> *II - no caso de serviços e obras:*
>
> *a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;*
>
> *(...)*

Com efeito, o prazo entre a publicação do edital e a sessão pública deverá respeitar, no mínimo, **10 (dez) dias úteis.**

2.10. Recomendações.

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos agentes públicos e privados envolvidos.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública e/ou em razão de descumprimento das obrigações legais, contratuais e editalícias,** possibilitando a configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429, de 1992, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. CONCLUSÃO:

Diante do exposto, a Procuradoria-Geral se manifesta pela satisfatória legalidade e regularidade do processo de contratação, considerando-se, especialmente, a estrutura administrativa e a realidade local, devendo-se utilizar a minuta do Edital do Pregão e anexos de acordo com **"Versão LCM 3.24"**, disponibilizada no sistema.

Resta, ainda:

a) a decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal, nos termos dos artigos 31, inc. VI, 47 e 48, todos da LCM 14/22;

b) as diligências de publicação oficial, por parte do Departamento de Contratações Públicas, nos termos do art. 31, VII, observando-se o disposto nos artigos 49 a 52, da LCM 14/22.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 31 de julho de 2024.

Alvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
OAB/PR 68.807

Alvaro Skiba Júnior
Procurador Municipal
de Capanema - PR
Dec. Nº 5588/2014
OAB/PR 68.807

0 8 22

EDITAL DO PREGÃO Nº 43/2024

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.972.760/0001-60, sediado à Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.080, centro, Capanema, Estado do Paraná, por intermédio do Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Sr. Américo Bellé, torna pública a realização deste processo de contratação.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS DESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

1.1. ORGÃO(S) INTERESSADO(S):

1.1.1. Órgão Gestor: Secretaria Municipal de Administração

1.1.2. Órgão(s) Participante(s): Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação-SECON e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente- SEAMA

1.2. RESUMO DO OBJETO: SERVIÇO DE MÃO DE OBRO DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELETRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

1.3. VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 259.721,89 (Duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos).

1.4. MODALIDADE: Pregão.

1.5. FORMA: PRESENCIAL

1.6. CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por LOTE|.

1.7. PROCEDIMENTO(S) AUXILIAR(ES) UTILIZADO(S) NESTE PROCESSO:

1.7.1. Processado pelo Sistema Registro de Preços.

1.8. PARTICIPAÇÃO: AMPLA CONCORRÊNCIA.

1.9. DATA, HORA E LOCAL DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

14/08/2024 às 08h30min
LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA/PR.
Sala de Licitações, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, nº 1.080, centro.

1.10. PREGOEIRO(A): Roselia Kriger Becker Pagani.

1.11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e, de forma subsidiária, a Lei nº 14.133/2021 e a Lei Complementar nº 123/2006.

2. DO OBJETO

2.1. O resumo do objeto está descrito no subitem 1.2 deste Edital e a descrição pormenorizada do objeto encontra-se no Termo de Referência anexo a este Edital.

2.2. O Edital, os seus Anexos e o Termo de Referência poderão ser acessados por meio da Internet nos seguintes endereços eletrônicos:
www.comprasgovernamentais.gov.br e www.capanema.pr.gov.br
(https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao)

2.3. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto da contratação descrito no portal Compras Governamentais (CATMAT) ou as especificações constantes deste Edital, seus anexos e Termo de Referência, prevalecerão as previstas no Termo de Referência.

2.4. As informações administrativas relativas a este Edital poderão ser obtidas junto ao Departamento de Contratações Públicas pelo telefone nº (46) 3552-1321.

2.5. As questões estritamente técnicas referentes ao objeto da licitação serão prestadas pela Secretaria Municipal indicada no Termo de Referência.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos ou providências em relação ao presente Edital, ou, ainda, para fins de **impugnação ao Edital,** desde que o faça com antecedência de até **3 (três) dias úteis**, da data fixada para a abertura da sessão pública do certame.

3.1.1. As impugnações ao Edital deverão ser dirigidas ao(à) pregoeiro(a) e encaminhadas, até às 23h59min. da data limite, por e-mail, no endereço eletrônico: *licitacao@capanema.pr.gov.br*

3.1.2. Caberá ao(à) pregoeiro(a), auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame;

3.1.3. O(a) pregoeiro(a) deverá decidir sobre a impugnação antes da abertura do certame.

3.1.4. Quando o acolhimento da impugnação implicar alteração do Edital capaz de afetar a formulação das propostas, incluindo ou excluindo requisitos ou exigências, ou que implique modificação do Termo de Referência, previamente a redesignação de nova data para a realização da sessão pública, o processo será encaminhado à Procuradoria-Geral do Município, para emissão de parecer.

3.1.5. A impugnação deverá, obrigatoriamente, estar acompanhada de CPF ou RG, em se tratando de pessoa física, e de CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica (por documento original ou cópia autenticada), bem como do respectivo ato constitutivo e procuração, na hipótese de procurador, que comprove que o signatário, efetivamente, representa e possui poderes de representação da impugnante.

3.2. Os pedidos de **esclarecimentos** referentes a este processo de contratação deverão ser dirigidas ao(à) pregoeiro(a) e encaminhadas, até às 23h59min., **do terceiro dia que anteceder** a data designada para abertura da sessão pública, por e-mail, no endereço eletrônico: *licitacao@capanema.pr.gov.br*

3.2.1. O(a) pregoeiro(a) responderá aos pedidos de esclarecimentos no **prazo de dois dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

3.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo(a) pregoeiro(a), nos autos do processo.

3.3.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os licitantes e a Administração.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO NESTE PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

4.1. Poderão participar deste processo de contratação o licitante cujo ramo de atividade previsto no seu ato constitutivo ou documento equivalente seja compatível com o objeto do presente processo de contratação, desde que cumpra todos os requisitos e condições previstos neste Edital, Termo de Referência e anexos.

4.1.1. Somente poderão participar deste certame os licitantes que se enquadrarem nos critérios estabelecidos no subitem 1.8 deste Edital.

4.1.2. Independentemente do disposto no subitem 1.8 deste Edital, será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488/2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e, especialmente, na Lei Complementar Municipal nº 14/2022, mediante apresentação de declaração, conforme modelo anexo a este Edital.

4.1.2.1. Nos itens/lotes exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a não apresentação da declaração impedirá o prosseguimento no certame.

4.1.2.2. Nos itens/lotes em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a não apresentação da declaração apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006 e na LCM 14/22, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.1.2.3. Para usufruir do tratamento favorecido em razão do Programa Compras Capanema (LCM 14/22), o licitante apresentará, como anexo da proposta de preços, a Licença (Álvara) de Funcionamento, certidão ou outro documento válido que comprove que o licitante possui sede ou unidade de atendimento permanente no Município de Capanema, no ramo do objeto da contratação, há, pelo menos, um ano, considerando a data da sessão pública. O(s) documento(s) apresentado(s) para essa finalidade deverão comprovar tanto que a sede do licitante quanto o ramo de atividade empresarial cumprem o requisito temporal, permitindo a apresentação do histórico de alvarás ou as alterações do ato constitutivo/contrato social para o cumprimento da exigência.

4.2. **Não poderão participar desta licitação** os interessados:

a) proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhes foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

b) estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

c) que se enquadrem nas vedações previstas no art. 281 da LCM nº 14/22;

d) que estejam sob falência, recuperação judicial ou extrajudicial, em processo de dissolução ou liquidação;

e) que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

f) entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

g) pessoas jurídicas que não cumpram as condições indicadas no subitem 4.1 deste Edital;

h) Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

4.2.1. Nos certames cujo objeto da contratação seja o **fornecimento simples de bens, sem prestação de serviços**, a pessoa jurídica em recuperação judicial ou extrajudicial poderá participar do certame, excepcionalmente, desde que consiga demonstrar a capacidade econômica da empresa licitante, sendo exigível, para fins de **qualificação econômico-financeira**, no mínimo, os seguintes documentos:

a) **balanço patrimonial,** demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhada de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste que a empresa possui os índices econômicos adequados e capacidade financeira para cumprir com as obrigações previstas neste edital e anexos, relacionadas com a execução do objeto da contratação e eventuais garantias;

b) **certidão** emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório **(não apenas** a certidão de homologação/deferimento da recuperação judicial).

4.2.2. Em não havendo vedação expressa no Termo de Referência e salvo a hipótese prevista na alínea "a", do subitem 4.2 deste Edital, **poderão participar** deste certame as organizações e entidades do terceiro setor (**instituições sem fins lucrativos**), respeitadas as seguintes condições:

a) efetiva existência de nexo entre o objeto da contratação e os objetivos estatutários da instituição sem fins lucrativos.

b) Quando da contratação de instituição sem fins lucrativos, o serviço contratado deverá ser executado obrigatoriamente pelos profissionais pertencentes aos quadros funcionais da instituição ou deverão possuir vínculo associativo com a instituição.

4.2.3. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência, indicando as regras aplicáveis, poderão participar deste certame **pessoas físicas**.

4.3. As vedações indicadas na **alínea "a" do subitem 4.2** também são aplicadas:

a) ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante;

b) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado;

c) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro ou os filhos do sócio-administrador, ou do sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado.

4.4. Como **requisitos para participação** neste processo de contratação, o licitante apresentará as seguintes DECLARAÇÕES (na forma do modelo de Declaração Unificada constante no Anexo III):

a) de ciência e de concordância do licitante com as condições contidas no Edital e seus anexos, de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital e anexos;

b) de ciência e de concordância do licitante com as obrigações e regras de execução, de recebimento e de pagamento previstas no Edital e no Termo de Referência, assumindo a responsabilidade de cumpri-las;

c) de que o licitante não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos; de que caso o licitante empregar menores de 16 (dezesseis) anos, estes estão contratados na condição de jovem aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

d) de que o licitante e os seus sócios e/ou administradores não se encontre(m), ao tempo do processo de contratação, impossibilitado(s) de participar da licitação/contratação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

e) de que o licitante não teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração Pública municipal, no âmbito do processo de contratação anterior para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

f) de que o licitante não mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

g) de que o licitante não integra um grupo econômico, de fato ou de direito, com outro(s) licitante(s) ou contratado(s) deste processo de contratação;

h) de que o licitante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de

trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

i) de que inexistem fatos impeditivos para a habilitação do licitante no certame e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de conflito de interesses previstas na Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, durante toda a vigência da contratação;

j) de que o orçamento e a proposta comercial apresentados pelo licitante neste processo de contratação foram elaborados de forma independente, se aplicável;

k) de que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1° e no inciso III do artigo 5° da Constituição Federal;

l) de que **NENHUM** sócio e/ou administrador do licitante exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública;

m) de que o licitante não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante n° 13 do STF;

n) de que o licitante e seus sócios não se encontram em estado de insolvência civil, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

o) a ciência de que sobre o valor devido ao contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.

4.5. Como **requisitos para participação** neste processo de contratação, o licitante indicará as seguintes informações:

a) o(a) responsável legal da pessoa jurídica, a sua qualificação completa e a sua função na empresa;

b) e-mail, número de telefone, Whatsapp e Telegram, para que em caso de qualquer comunicação referente ao processo de contratação, bem como em caso de eventual contratação, a comunicação oficial do Município seja encaminhada de forma eletrônica;

c) caso altere os endereços ou números mencionados acima, o licitante deverá protocolizar pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerado como intimado, conforme os dados anteriormente fornecidos;

d) o(a)(s) responsável(eis) para acompanhar a execução da presente contratação e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório e seus anexos, em nome do licitante.

4.6. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA ELETRÔNICA**, de acordo com o disposto no subitem 1.5 desde Edital, além do cumprimento do disposto nos subitens 4.1 a 4.5 acima, o interessado em participar do certame deverá estar com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, conforme disposto no art. 9° da IN SEGES/MP n° 3, de 2018.

4.6.1. As empresas não cadastradas no SICAF, que tiverem interesse em participar do presente PREGÃO, deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação de acordo com as orientações que seguem no link: https://central.e-sicafweb.com.br/fornecedores/sicafnet.html, até o dia útil anterior a data da sessão pública de abertura do certame.

4.6.2. A regularidade do cadastramento do licitante será confirmada por meio de consulta ao Portal **COMPRASNET**, no ato da abertura do Pregão.

4.6.3. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.6.4. Em se tratando de Pregão sob a **FORMA ELETRÔNICA**, como **requisito para participação**, o licitante assinalará "sim" ou "não", em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às declarações exigidas no sistema.

4.6.4.1. Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.6.4.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar n° 123/2006 e na LCM 14/22, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.6.4.3. Para usufruir do tratamento favorecido em razão do Programa Compras Capanema (LCM 14/22), o licitante apresentará, como anexo da proposta de preços, a Licença

(Álvara) de Funcionamento, certidão ou outro documento válido que comprove que o licitante possui sede ou unidade de atendimento permanente no Município de Capanema, no ramo do objeto da contratação, há, pelo menos, um ano, considerando a data da sessão pública. O(s) documento(s) apresentado(s) para essa finalidade deverão comprovar tanto que a sede do licitante quanto o ramo de atividade empresarial cumprem o requisito temporal, permitindo a apresentação do histórico de alvarás ou as alterações do ato constitutivo/contrato social para o cumprimento da exigência.

4.7. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição, requisito de participação ou das vedações expressas neste item 4, sujeitará a exclusão do licitante do certame, o cancelamento da ata ou a extinção do contrato, o descredenciamento, quando for o caso, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em Lei, neste Edital e seus anexos.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL:**

5.1.1. O licitante, ou o seu representante, deverá, no local, data e horário indicados no preâmbulo deste Edital, apresentar-se ao(à) Pregoeiro(a) para efetuar seu credenciamento como participante deste Pregão, munido da sua carteira de identidade, ou de outro documento equivalente, e do documento que lhe dê poderes para manifestar-se durante a sessão pública em nome do licitante.

5.1.2. O licitante ou o seu representante que não se credenciar ou não comprovar seus poderes estará impedido de apresentar lances, formular intenção de recurso ou manifestar-se, de qualquer forma, durante a sessão.

5.1.3. Considera-se como representante do licitante qualquer pessoa habilitada, nos termos do estatuto ou contrato social, do instrumento público de procuração, ou particular com firma reconhecida, ou documento equivalente.

5.1.4. O estatuto, o contrato social ou o registro como empresário individual devem ostentar a competência do representante do licitante para representá-lo perante terceiros.

5.1.5. O instrumento de procuração público, ou particular com firma reconhecida, deve ostentar os poderes específicos para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes a licitações, devendo vir acompanhado dos documentos de constituição da empresa ou do registro como empresário individual.

5.1.6. **Em atendimento a Lei Federal nº 13.726/2022, o reconhecimento de assinatura no instrumento de procuração particular, poderá ser realizado perante a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que apresentado, via original ou cópia autenticada em cartório, de Documento Oficial com foto e assinatura do subscrevente (Ex. Cédula de RG, CNH, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Passaporte e Cédula de identidade Profissional), somente sendo admitido o reconhecimento da assinatura na forma grafada no documento apresentado.**

5.1.7. Cada credenciado poderá representar apenas um licitante.

5.1.8. Cada licitante poderá credenciar apenas um representante.

5.2. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA ELETRÔNICA:**

5.2.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

5.2.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio **www.comprasnet.gov.br**, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP - Brasil ou outro formato de acesso permitido pelo sistema.

5.2.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.2.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do

órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

5.2.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

5.2.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

6.1. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL:**

6.1.1. O processo de contratação tramitará no Departamento de Contratações Públicas, por meio do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

6.1.2. Os documentos serão produzidos por escrito, com data e local de sua realização e assinatura dos responsáveis.

6.1.3. Todos os documentos exigidos, quando físicos, deverão ser apresentados no original ou por qualquer processo de cópia reprográfica autenticada ou em publicação de órgão da imprensa, na forma da lei, ou ainda, por meio de cópia acompanhada do original para autenticação pelo(a) Pregoeiro(a) ou por membro da equipe de apoio, e serão retidos para oportuna juntada aos autos do processo administrativo pertinente a esta contratação.

6.1.4. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular poderá ser feita perante a Agente de Contratação, mediante apresentação de original ou de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

6.1.5. O reconhecimento de firma somente será exigido quando houver dúvida de autenticidade, salvo imposição legal.

6.1.6. Todos os documentos físicos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos, de forma mecânica, por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

6.1.7. Os documentos emitidos através da Internet serão conferidos pela Equipe de Apoio.

6.1.8. Os envelopes da proposta de preços e da documentação de habilitação deverão estar separados, fechados e rubricados no fecho, opacos, contendo em suas partes externas e frontais, em caracteres destacados, os seguintes dizeres:

ENVELOPE N° 1 - PROPOSTA DE PREÇOS **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR** PREGÃO N° XX/2023 **(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)** CNPJ N° **XXXX**

ENVELOPE N° 2 - DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO **MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR** PREGÃO N° XX/2023 **(RAZÃO SOCIAL DO LICITANTE)** CNPJ N° **XXXX**

6.1.9. Os envelopes lacrados contendo as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser protocolados no Protocolo-Geral do Município (hall de entrada do Paço Municipal) até a hora marcada para abertura da sessão pública.

6.1.9.1. A sessão pública não será iniciada enquanto houver representantes de licitantes na fila do protocolo dos envelopes.

6.1.9.2. Após o início da sessão, não poderão participar do certame as empresas que não tiverem os seus envelopes devidamente protocolados conforme o subitem 6.1.9.

6.1.9.3. Considera-se o início da sessão a manifestação do(a) Pregoeiro(a), declarando aberta a sessão pública, devendo constar na Ata o efetivo horário da abertura e a justificativa para eventual atraso.

6.1.10. Os envelopes que não forem entregues nas condições acima estipuladas não gerarão efeitos como proposta.

6.1.11. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante à sanções previstas neste Edital.

6.1.12. O desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo.

6.2. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA ELETRÔNICA:**

6.2.1. O processo de contratação tramitará no Departamento de Contratações Públicas, por meio do(a) Pregoeiro(a) e equipe de apoio.

6.2.2. O recebimento das propostas e dos documentos de habilitação, bem como a realização das demais etapas e procedimentos da presente licitação ocorrerão por meio eletrônico, no endereço **www.comprasnet.gov.br**, na data e hora da abertura da sessão pública prevista neste edital, salvo exceções previstas neste Edital e/ou Termo de Referência.

6.2.3. **É VEDADA A IDENTIFICAÇÃO DOS LICITANTES NO SISTEMA ANTES DO TÉRMINO DA ETAPA DE LANCES DO PREGÃO.**

6.2.4. Os licitantes preencherão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição pormenorizada do objeto ofertado (incluindo sua marca e/ou modelo) e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio de propostas.

6.2.4.1. Caso o sistema, onde é preenchida a proposta de preços, **admita** a inclusão de anexos nesta etapa, o licitante deverá encaminhar/juntar no sistema, até o encerramento da etapa de lances, uma declaração que atenda os requisitos de habilitação estabelecidos no item 15 deste Edital e os previstos no Termo de Referência, bem como às demais condições e requisitos de participação previstos neste Edital, na forma do modelo de Declaração Unificada constante no Anexo III.

6.2.4.2. Caso o sistema, onde é preenchida a proposta de preços, **não admita** a inclusão de anexos nesta etapa, o licitante deverá encaminhar, até o encerramento da etapa de lances, a Declaração unificada, devidamente preenchida, com todas as declarações exigidas e aplicáveis ao caso, para os seguintes e-mails: *licitacao@capanema.pr.gov.br* e *licitacao.capanema@gmail.com*

6.2.4.3. O licitante responderá pela veracidade das informações prestadas na Declaração Unificada, por meio da aplicação das sanções administrativas e criminais cabíveis, na forma da lei.

6.2.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.2.6. **Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no SICAF.**

6.2.7. Será estabelecida, nessa etapa do certame, a ordem crescente de classificação entre as propostas apresentadas, para definição da ordem de lances dos licitantes.

6.2.8. Após a etapa de lances, o licitante vencedor encaminhará, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação, a proposta definitiva de preços com a descrição pormenorizada do objeto ofertado (incluindo sua marca e/ou modelo) e o preço, após a convocação do pregoeiro/Agente de Contração, que estabelecerá um prazo para envio.

6.2.9. **O envio da proposta definitiva, acompanhada dos documentos de habilitação, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.**

6.2.9.1. Caso o sistema esteja indisponível, o licitante vencedor deverá encaminhar, após diálogo com o Pregoeiro/Agente de Contratação, a proposta definitiva de preços,

acompanhada dos documentos de habilitação, para os seguintes e-mails: *licitacao@capanema.pr.gov.br* e *licitacao.capanema@gmail.com*

6.2.10. O licitante vencedor poderá deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o acesso aos dados constantes do sistema.

6.2.11. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante vencedor somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o início da etapa de habilitação.

6.2.12. Todos os documentos que exijam assinatura do licitante devem ser assinados digitalmente, sendo vedada a apresentação de documentos assinados fisicamente pelo licitante e, posteriormente, apenas digitalizados, com exceção de documentos que, na sua origem e época de confecção (desde o nascedouro) o sejam e que tenham algum tipo de confirmação de autenticidade da(s) assinatura(s) afixada(s).

6.2.13. É permitida a identificação e assinatura digital ou eletrônica por pessoa física ou jurídica em meio eletrônico, mediante certificado digital emitido em âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).

6.2.14. O arquivo digital dos documentos das contratações, públicos ou privados, que forem assinados digitalmente ou eletronicamente, deverão ser armazenados no banco de dados digital de cada processo de contratação, a fim de permitir o controle da validade e eficácia das assinaturas, bem como da autenticidade e da integridade dos documentos.

6.3. Independentemente da **FORMA DO PREGÃO (presencial ou eletrônica)**, o licitante deverá juntar, como anexo(s) da PROPOSTA DE PREÇOS, o(s) seguinte(s) documento(s):

a) Declaração Unificada (conforme modelo do Anexo III), nos termos do subitem 4.4 deste Edital;

b) Declaração a que se refere o subitem 4.1.2 deste Edital, quando o licitante se enquadrar nos requisitos (em se tratando de Pregão em **forma eletrônica**, será considerada a declaração prevista no subitem 4.6.4);

c) Documento a que se refere os subitens 4.1.2.3 ou 4.6.4.3, quando o licitante se enquadrar nos requisitos.

6.3.1. Caso seja admitido pelo sistema, o licitante deverá encaminhar como anexos da proposta de preços, os documentos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 6.3.

6.3.2. Caso o sistema onde é preenchida a proposta de preços não admita a inclusão de anexos, o licitante deverá encaminhar, até o encerramento da etapa de lances, os documentos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" do subitem 6.3 para os seguintes e-mails: *licitacao@capanema.pr.gov.br* e *licitacao.capanema@gmail.com*

6.3.2.1. Em se tratando de PREGÃO em **FORMA PRESENCIAL**, o não cumprimento do subitem 6.3, alínea "a" sujeitará a exclusão do licitante do certame, o qual será impedido de participar da etapa de lances.

6.3.2.2. Em se tratando de PREGÃO em **FORMA PRESENCIAL**, o não cumprimento do subitem 6.3, alíneas "b" e/ou "c" acarretará a não aplicação do tratamento diferenciado ao licitante.

6.3.2.3. Em se tratando de PREGÃO em **FORMA ELETRÔNICA**, considerando a ausência de identificação do licitante no sistema, o não cumprimento do subitem 6.3, alínea "a" sujeitará a exclusão do licitante após o encerramento da etapa de lances, bem como a aplicação da multa prevista no subitem 6.3.2.5.

6.3.2.4. Em se tratando de PREGÃO em **FORMA ELETRÔNICA**, considerando a ausência de identificação do licitante no sistema, o não cumprimento do subitem 6.3, alíneas "b" e/ou "c" acarretará a não aplicação do tratamento diferenciado ao licitante.

6.3.2.5. A **MULTA** a que se refere o subitem 6.3.2.3 será de **2% sobre o valor máximo estimado do item ou do lote** em que o licitante houver participado durante a etapa de lances.

7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.1. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o "menor preço por item", de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o licitante deverá enviar sua proposta, ou pelo seu preenchimento, no sistema eletrônico, indicando, ao menos, as seguintes informações:

- **a)** Valores unitário e total do item;
- **b)** Marca/modelo do item;
- **c)** Descrição detalhada do item, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.2. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o "menor preço por lote", de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o licitante deverá enviar sua proposta, ou pelo seu preenchimento, no sistema eletrônico, indicando, ao menos, as seguintes informações:

- **a)** Valor total do lote;
- **b)** Valores unitário e total de cada item que compõe o lote;
- **c)** Marca/modelo de cada item que compõe o lote;
- **d)** Descrição detalhada de cada item que compõe o lote, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.3. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o "maior desconto", de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o licitante deverá enviar sua proposta, ou pelo seu preenchimento, no sistema eletrônico, indicando, ao menos, as seguintes informações:

- **a)** Percentual de desconto;
- **b)** Marca/modelo do item ou de cada item que compõe o lote;
- **c)** Descrição detalhada do item ou de cada item que compõe o lote, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.4. Os valores, os preços e os custos utilizados terão como expressão monetária a moeda corrente nacional.

7.5. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o contratado, quando possuírem características iguais ou superiores às previstas no Termo de Referência.

7.6. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

7.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

7.9. Estando o objeto da licitação dividido em lotes ou itens, conforme descrito no Termo de Referência, faculta-se ao licitante a participação em quantos lotes ou itens, respectivamente, forem de seu interesse.

7.10. Ao assinar a Proposta de Preços inicial, o licitante estará assumindo automaticamente o cumprimento de todas as condições lá estabelecidas, **caso as especificações da proposta estejam iguais ou superiores, quanto à vantajosidade para a Administração, do descrito no Termo de Referência.**

7.11. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL**, a proposta de preços na forma e no formato de arquivo padrão disponibilizado pelo sistema, depois de preenchida, deverá ser emitida em formato digital, e deverá ser encaminhada ao(à) Pregoeiro(a) até o momento do Credenciamento, para fins de lançamento no Sistema de julgamento, por e-mail, no endereço eletrônico: *licitacao@capanema.pr.gov.br*

7.11.1. A proposta de preços padrão do sistema, também poderá ser salva em Pen-Drive ou CD-ROM ou outro meio eletrônico, devendo, neste caso, ser entregue/encaminhada ao Pregoeiro no momento do Credenciamento ou dentro do Envelope n° 01 (PROPOSTA DE PREÇOS).

7.12. **O licitante que não atender ao subitens 7.11 ou 7.11.1 será desclassificado.**

8. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL:**

8.1.1. A abertura da sessão pública dar-se-á na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital, após a etapa de credenciamento, e será aberta por comando do(a) pregoeiro(a), com a divulgação das propostas recebidas e início da etapa de lances.

8.1.2. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

8.1.3. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada em Ata.

8.1.4. O(A) Pregoeiro(a) classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos a de menor preço, para participação na etapa de lances.

8.1.5. Classificadas as propostas, de acordo com o Edital, o(a) Pregoeiro(a) dará início à etapa de apresentação de lances verbais pelos licitantes, que deverão ser formulados de forma sucessiva, em valores distintos e decrescentes.

8.1.6. O(A) Pregoeiro(a) convidará individualmente os licitantes classificados, de forma sequencial, a apresentar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor, que terá o prazo de até 1 (um) minuto para a apresentação do seu lance verbal, quando convocado.

8.1.7. A desistência em apresentar lance verbal ou a ausência de lance no prazo previsto no subitem anterior, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e a manutenção do último preço por ele apresentado, para efeito de ordenação das propostas.

8.2. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA ELETRÔNICA:**

8.2.1. No dia e no horário indicados neste Edital, considerando-se o horário de Brasília-DF, a sessão pública na internet será aberta por comando do(a) Pregoeiro(a), com a divulgação das propostas eletrônicas recebidas e início da etapa de lances.

8.2.2. O(a) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.2.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

8.2.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.2.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

8.2.3. O sistema classificará o autor da proposta de menor preço e aqueles que tenham apresentado propostas em valores sucessivos ao de menor preço, para participação na fase de lances.

8.2.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas.

8.2.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

8.2.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.3.7. O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a vinte (20) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a três (3) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema os respectivos lances.

8.2.8. A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

8.2.9. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

8.2.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

8.2.11. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o(a) Pregoeiro(a), assessorado(a) pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

8.2.12. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com os subitens anteriores deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao órgão competente responsável pelo sistema.

8.2.13. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.2.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.2.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

8.2.16. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

8.2.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

8.2.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

8.2.19. Caso o sistema utilizado para o processamento do Pregão em **FORMA ELETRÔNICA** não esteja configurado para atender ao disposto na LCM 14/22, o(a) Pregoeiro(a) poderá encerrar a sessão eletrônica e realizar os atos e procedimentos necessários por meio físico ou outro meio digital disponível.

8.3. REGRAS COMUNS DO PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL E ELETRÔNICA:

8.3.1. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"menor preço por item"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o lance deverá ser ofertado pelo **valor unitário do item**.

8.3.2. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"menor preço por lote"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o lance deverá ser ofertado pelo **valor total do lote**.

8.3.3. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"maior desconto"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o lance deverá ser ofertado **em percentual.**

8.3.4. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.3.5. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

8.3.6. Em não havendo peculiaridades previstas expressamente no Termo de Referência, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R$ 0,01 (um centavo).**

8.3.7. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"maior desconto"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,1% (um décimo por cento).**

8.3.8. Será adotado para o envio de lances no pregão o modo de disputa "ABERTO", em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.

8.3.9. Durante a sessão pública é permitido a um licitante fazer lance igual ao de um concorrente com intuito de empatar o certame, porém somente será possível o lance nestes termos caso um lance menor seja considerado inexequível.

8.3.9.1. Não serão permitidos lances idênticos nos casos não previstos no subitem anterior.

8.3.9.2. O desempate será realizado conforme o disposto no item 11 deste Edital.

8.3.10. **Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente à penalidade de multa de 2% sobre o valor máximo do objeto previsto no termo de referência.**

9. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME E EPP SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR E DA MARGEM DE PREFERÊNCIA

9.1. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Capanema/PR, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial e se ela cumpre os requisitos previstos no subitem 4.1.2.3 ou no subitem 4.6.4.3.

9.2. O sistema ou o(a) Pregoeiro(a) identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Capanema/PR participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, assim como das demais classificadas.

9.3. A microempresa ou a empresa de pequeno porte sediada no Município de Capanema/PR melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da licitação ou dentro do limite percentual da **margem de preferência de 10% (dez por cento)** da melhor proposta ou melhor lance apresentado, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor.

9.3.1. **No caso do subitem 9.3, o(a) Pregoeiro(a), mesmo após o encerramento da etapa de lances, convocará a ME ou EPP, sediada no Município de Capanema/PR, para, querendo, apresentar novo lance, nos termos do subitem anterior.**

9.3.2. Nessas condições, a proposta de ME ou de EPP, sediada no Município de Capanema/PR, que se encontre na faixa de até 10% (dez por cento) da melhor proposta ou melhor lance apresentado, será considerada vencedora da licitação.

9.4. No caso de equivalência dos valores apresentados por microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no Município de Capanema/PR, será oportunizada mais uma rodada de lances, fechados entre elas e, persistindo o empate, será realizado sorteio para a declaração do licitante vencedor.

9.5. Aplica-se a margem de preferência prevista no subitem 9.3, nas licitações cuja participação não seja exclusiva para ME ou EPP sediadas no Município de Capanema.

9.6. A margem de preferência prevista no subitem 9.3, nas licitações cuja participação não seja exclusiva para ME ou EPP, será aplicada tanto na cota reservada como na cota de ampla concorrência.

9.7. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência para produto nacional em relação ao produto estrangeiro previstas no art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021, o benefício previsto no art. 18, da LCM 14/22, será aplicado exclusivamente entre as propostas que fizerem jus às margens de preferência, de acordo com os Decretos Federais aplicáveis, observado o limite de 20% (vinte por cento) estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021.

10. DO TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME, EPP E COOPERATIVAS (COOP) NÃO SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR

10.1. Na hipótese da não contratação da microempresa ou da empresa de pequeno porte sediada no Município de Capanema/PR, serão convocadas as remanescentes que forem sediadas em outros Municípios, na ordem classificatória, para o exercício do direito de preferência de que trata o art. 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, de acordo com o disposto a seguir.

10.2. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial.

10.3. O sistema ou o(a) Pregoeiro(a) identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas.

10.4. Nessas condições, as propostas de ME/EPP/COOP, **NÃO SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR**, que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.5. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

10.6. Caso a ME/EPP/COOP, **NÃO SEDIADA NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR**, melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes ME/EPP/COOP, **NÃO SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR**, que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.7. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME/EPP/COOP, **NÃO SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR**, que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.8. Havendo êxito neste procedimento, a ME/EPP/COOP assumirá a condição de melhor classificada no certame, para fins de aceitação. Não havendo êxito, ou tendo sido a melhor oferta inicial apresentada por ME/EPP/COOP, ou ainda não existindo ME/EPP/COOP participante, prevalecerá a classificação inicial.

11. DAS REGRAS DE DESEMPATE

11.1. Em não havendo aplicação dos itens 9 e 10 deste Edital, em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

- **a)** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação, pelo modo de disputa aberto;
- **b)** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na LCM 14/22;
- **c)** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
- **d)** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

11.2. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

- **a)** empresas sediadas no Município de Capanema/PR;
- **b)** empresas brasileiras;
- **c)** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- **d)** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 2009.

11.3. Somente após o procedimento de desempate, quando houver, e a classificação final dos licitantes, será cabível a negociação de preço junto ao fornecedor classificado em primeiro lugar

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico ou de forma verbal, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, com a finalidade de negociar preços menores do que o apresentado pelo licitante, para que seja obtida melhor proposta para a Administração.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema ou ao vivo, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

12.3. **Na hipótese de o preço máximo do objeto/item/lote da licitação ter sido definido com base na metodologia da média dos preços cotados, somente será adjudicado o objeto/item/lote para a empresa vencedora se o preço ofertado for igual ou menor ao preço apresentado por esta mesma empresa na fase interna da licitação.**

12.4. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

12.5. A negociação será conduzida pelo(a) Pregoeiro(a) e, depois de concluída, terá seu resultado divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

12.6. Após a negociação do preço, o(a) pregoeiro(a) convocará o licitante vencedor para a apresentação da proposta definitiva de preços.

13. DO ENVIO DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

13.1. Encerrada a etapa de lances e de eventual negociação, o(a) pregoeiro(a) convocará o licitante vencedor para que este encaminhe em ARQUIVO ÚNICO (COMPACTADO ex: zip e pdf), no sistema COMPRASNET (em se tratando de Pregão em FORMA ELETRÔNICA) ou para os seguintes e-mails *licitacao@capanema.pr.gov.br* e *licitacao.capanema@gmail.com* (em se trantando de Pregão em FORMA PRESENCIAL), a **PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS (modelo no Anexo V)**, em conformidade com o último lance ofertado.

13.1.1. Em se tratando de Pregão em FORMA ELETRÔNICA, o(a) pregoeiro(a) fará uso de a ferramenta "CONVOCAR ANEXO", devendo o licitante vencedor anexar os documentos utilizando o link "ANEXAR".

13.2. O licitante deverá encaminhar a Proposta Definitiva de Preços no prazo de **até 2 (duas) horas**, contado a partir da convocação pelo(a) pregoeiro(a), em horário de **efetivo funcionamento** do órgão público, ou seja, **das 8h00min às 11h30min e das 13h15min às 17h30min.**

13.3. Em caso de indisponibilidade do sistema utilizado para Pregão em FORMA ELETRÔNICA, será aceito o envio da proposta ajustada por meio do e-mail: **licitacao@capanema.pr.gov.br**. Após o envio do e-mail, o responsável pelo envio deverá entrar em contato com o(a) pregoeiro(a) para confirmar o recebimento do e-mail e do seu conteúdo.

13.4. O(a) pregoeiro(a) não se responsabilizará por e-mails que, por qualquer motivo, não forem recebidos em virtude de problemas no servidor ou navegador, tanto do Município de Capanema/PR quanto do emissor.

13.5. A fim de aplicar o princípio da isonomia entre as licitantes, após transcorrido o prazo de **2 (duas) horas**, não serão considerados, para fins de análise, sob qualquer alegação, o envio da Proposta Definitiva de Preços, sendo realizado, pelo(a) pregoeiro(a), o registro da não aceitação da proposta.

13.6. Em caso de impossibilidade de atendimento ao prazo, o licitante deverá solicitar, **dentro do prazo estipulado**, via chat ou e-mail, a sua prorrogação.

13.7. A Proposta Definitiva de Preços deverá ser subscrita pelo representante legal do licitante, mediante procuração devidamente assinada, se for o caso, com firma reconhecida, que comprove a outorga de poderes, na forma da lei, para formular ofertas e lances de preços, bem como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, devendo ser acompanhada do contrato ou estatuto social.

13.8. **O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste item 13, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas no subitem 8.3.10 deste Edital.**

13.9. A proposta deverá **conter:**

a) **proposta definitiva de preços,** conforme modelo anexo, vedado o preenchimento desta com dados aleatórios, sob pena de desclassificação da proposta;

b) **preços unitários e totais**, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária;

c) indicação de que nos **preços ofertados** já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto;

d) prazo de **validade da proposta definitiva** não inferior ao prazo previsto para a duração da contratação ou para a validade da ata de registro de preços. Caso não haja indicação, o prazo de validade da proposta definitiva de preços será de **1 (um) ano**, contado da data da apresentação da proposta definitiva de preços;

e) **indicação/especificação** do produto, marca/modelo;

f) Em não havendo peculiaridades previstas expressamente no Termo de Referência, o preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional, **com até duas casas decimais (0,00)**.

g) a concessão de garantia do objeto da contratação, conforme definido no Termo de Referência, se aplicável.

h) a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento;

i) Se a mesma empresa vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço, devendo o menor preço constar na proposta definitiva de preços.

13.10. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"maior desconto"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, o desconto proposto deverá ser expresso em percentual.

13.11. Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"menor preço por lote"**, de acordo com o indicado no subitem 1.6 deste Edital, a proposta definitiva de preços deverá discriminar os itens que compõem o lote, com todas as especificações individualizadas, bem como os seus respectivos preços unitários e totais.

13.11.1. Na indicação dos preços unitários dos itens que compõem o lote deverá ser observada a proporcionalidade na redução dos preços unitários de todos os itens, levando-se em consideração o preço total do lote indicado na proposta inicial de preços e o valor total do lote considerado vencedor do certame, sem olvidar do quantitativo de cada um dos itens.

13.12. A **proposta** definitiva de preços, deve atender todas as especificações técnicas obrigatórias do **Edital** e **Anexos** sob pena de desclassificação.

13.13. O(a) pregoeiro(a) reserva o direito de realizar diligências para instrução do processo sobre informações que não estejam claras, bem como de solicitar documentos complementares que julgar necessários para os respectivos esclarecimentos.

13.14. A **proposta** apresentada terá que refletir preços equivalentes aos praticados no mercado no dia de sua apresentação.

13.15. Após a apresentação da proposta definitiva de preços, o(a) pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

14. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA DEFINITIVA DE PREÇOS

14.1. O(a) pregoeiro(a) examinará a Proposta Definitiva de Preços quanto ao preenchimento dos requisitos previstos neste edital, especialmente quanto à adequação às especificações contidas no Termo de Referência e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

14.2. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado, desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

14.2.1. **Considera-se inexequível** a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

14.3. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

14.4. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

14.5. O(a) pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital ou digitalizado complementar, por meio do sistema ou e-mail, **no prazo de 2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.

14.5.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo(a) pregoeiro(a) por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo(a) pregoeiro(a).

14.5.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou

propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo(a) pregoeiro(a), sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

14.5.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima e desde que previsto no Termo de Referência, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local, prazo e condições indicados no termo de referência.

14.5.3.1. Por meio de mensagem no sistema ou e-mail, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

14.5.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema ou e-mail.

14.5.3.3. Serão avaliados os aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade de acordo com o estipulado no Termo de Referência.

14.5.3.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, anexos e Termo de Referência, a proposta do licitante será DESCLASSIFICADA.

14.5.3.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

14.5.3.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

14.5.3.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo indicado no Termo de Referência, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

14.5.3.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

14.6. Havendo necessidade, o(a) pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no "*chat*", ou por outro meio, a todos os licitantes, a nova data e horário para a sua continuidade.

14.7. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência/aplicação do disposto nos itens 9 e 10 deste Edital.

14.8. Serão desclassificadas as propostas que:

a) contiverem vícios insanáveis;

b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Termo de Referência;

c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor estimado para a contratação;

d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital e seus anexos, desde que insanável.

14.9. Se a proposta classificada em primeiro lugar não for aceitável, ou for desclassificada, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

14.10. No julgamento das propostas, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem sua substância, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação.

14.11. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

14.12. Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

15. DA HABILITAÇÃO

15.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- **a)** SICAF;
- **b)** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br);
- **c)** Consulta ao portal do TCE/PR quanto aos impedidos de licitar (https://servicos.tce.pr.gov.br/TCEPR/Municipal/AIL/ConsultarImpedidos.aspx;
- **d)** CNAE (https://cnae.ibge.gov.br/);
- **e)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- **f)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça: (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

15.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

15.2.1. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

15.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitante poderá ser verificada por meio do SICAF ou outro sistema eletrônico disponível, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica, quando for o caso.

15.4.1. O interessado, para efeitos de habilitação eletrônica, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

15.4.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

15.4.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo(a) Pregoeiro(a) lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 92, II, da LCM 14/22.

15.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação/esclarecimento daqueles exigidos neste certame e já apresentados, na forma do item 6 deste Edital, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema ou e-mail, **no prazo de 2 (duas) horas**, ou outro prazo concedido pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de inabilitação.

15.5. Em se tratando de microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), o licitante deverá apresentar toda a documentação relativa à habilitação, porém, em havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, desde que atendidos os demais requisitos do Edital, a(s) empresa(s) nesta condição será(ão) declarada(s) habilitada(s) sob condição de regularização da documentação no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual prazo, a contar do momento em que for declarado vencedor do certame, para regularização da documentação, para pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

15.6. A ausência de algum documento ou a não regularização da documentação no prazo estipulado implicará na inabilitação da empresa.

15.7. Os licitantes deverão encaminhar, pelo sistema ou dentro do envelope, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos subitens a seguir, para fins de habilitação.

15.8. A **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

a) No caso de empresário individual: **inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis**, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

b) No caso de sociedade empresária: **ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede;

c) No caso de sociedade por ações, Cooperativas e Associações:

c.1) ata de fundação, devidamente registrada no órgão competente;

c.2) estatuto social ou ato constitutivo, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente registrados no órgão competente, atualizado;

c.3) última ata **de eleição e posse de seus administradores e/ou diretoria,** devidamente registrado(s) no órgão competente.

d) Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: **Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI**, na forma da Resolução CGSIM nº 16/2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no endereço eletrônico: https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/servicos-para-mei/emissao-de-comprovante-ccmei.

15.9. A **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**:

a) Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), emitido pela Receita Federal do Brasil;

b) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

c) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Estaduais da sede da pessoa jurídica;

d) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos Municipais da sede da pessoa jurídica;

e) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de débitos relativos aos Tributos do Município de Capanema, caso a sede da pessoa jurídica seja em outro Município e já possua cadastro junto ao Departamento da Receita Municipal.

f) Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

g) Certidão negativa ou certidão positiva com efeitos de negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

h) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais, relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.10.1. Na hipótese de se tratar de licitante que não possua cadastro prévio junto ao Departamento da Receita Municipal de Capanema/PR, será dispensada a certidão indicada na alínea "e" do subitem 15.10.

15.10. A **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA** será exigida se e na forma prevista do Termo de Referência.

15.11.1. Na hipótese do subitem 4.2.1 deste Edital, serão exigidos, para fins de qualificação econômico-financeira, os documentos indicados nas alíneas "a" e "b" do referido subitem, além de eventuais outros documentos exigidos no Termo de Referência.

15.11. A **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA** será exigida se e na forma prevista do Termo de Referência.

16. DA VERIFICAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

16.1. Os documentos relacionados no item 15 serão analisados pelo(a) Pregoeiro(a) e sua Equipe de Apoio quanto a sua conformidade com o solicitado neste Edital.

16.1.1. O não atendimento das exigências constantes do item 15 deste Edital implicará a inabilitação do licitante.

16.2. No julgamento da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

16.2.1. É facultado o(a) pregoeiro(a) ou à autoridade competente, em qualquer fase/etapa do processo de contratação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo desde a realização da sessão pública**.

16.2.2. Para fins dos subitens 16.2 e 16.2.1, é permitido ao(à) Pregoeiro(a) consultar os sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões, e, na hipótese de lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3°, do Decreto 10.024, de 2019, não inabilitará o licitante.

16.3. O licitante provisoriamente vencedor em um item ou lote, que estiver concorrendo em outro item ou lote, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, caso necessário, isto é, somando as exigências do item ou lote em que venceu às do item ou lote em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

16.3.1. Será desconsiderada a eventual exigência de apresentação de documento já apresentado em etapa/momento anterior da mesma licitação.

16.4. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) ou lote(s) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

16.5. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

16.6. Em se tratando de PREGÃO EM **FORMA PRESENCIAL**, os documentos de habilitação poderão ser apresentados em original, ou por qualquer processo de cópia desde que autenticada por cartório competente, ou cópia simples que **poderá** ser autenticada pelo(a) Pregoeiro(a) ou membro da Equipe de Apoio, no decorrer da sessão desde que o original esteja na posse do representante credenciado do licitante, ou ainda por meio de publicação em órgão da imprensa oficial, e inclusive expedidos via Internet.

16.7. Em se tratando de PREGÃO EM **FORMA ELETRÔNICA**, a habilitação dos licitantes será comprovada por meio de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, desde que os documentos comprobatórios estejam validados e atualizados.

16.7.1. O cadastro no SICAF substituirá apenas os documentos relativos à **Habilitação Jurídica**, à **Qualificação econômico-financeira** e à **Regularidade fiscal e trabalhista** incluídos no sistema, sendo que para **os demais é obrigatória a sua apresentação.**

16.7.2. Na hipótese dos documentos se encontrarem vencidos no referido sistema (SICAF), o licitante convocado deverá encaminhar, juntamente com os demais, o documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto no subitem 16.10 deste Edital.

16.7.3. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões de regularidade fiscal e trabalhista, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.

16.7.4. Em se tratando de PREGÃO EM **FORMA PRESENCIAL**, também será admitida a habilitação dos licitantes por meio de comprovação de prévia e regular inscrição cadastral no SICAF, devendo essa opção constar no envelope n° 2.

16.8. As certidões de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista dos licitantes deverão ser apresentadas dentro do prazo de validade estabelecido em lei ou pelo órgão expedidor, ou, na hipótese de ausência de prazo estabelecido, deverão estar datadas dos últimos 90 dias contados da data da abertura da sessão pública.

08. 24'

16.9. **As ME/EPP e seus equiparados deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de desclassificação (art. 43 da LC nº 123/06 e nº 147/14).**

16.10. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal da ME/EPP, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa (art. 43, §1°, da LC nº 123/06).

16.11. A declaração do vencedor do certame acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação, aguardando-se os prazos de regularização fiscal ou da etapa de apresentação e aceitação de amostras, nos termos do subitem 14.5.3, para a abertura da fase recursal.

16.11.1. Caso previsto no Termo de Referência ou por meio de decisão do(a) Pregoeiro(a), a etapa de habilitação poderá ser iniciada durante a realização da etapa de apresentação e aceitação de amostra(s), relativa ao licitante cuja proposta foi a melhor classificada, para fins de celeridade e eficiência das licitações públicas.

16.12. A não regularização da documentação, no prazo previsto acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas aplicáveis, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

16.13. Se o licitante não atender às exigências habilitatórias, o(a) Pregoeiro(a) o INABILITARÁ, conforme o caso, e examinará a proposta subsequente e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

16.14. Consideradas cumpridas todas as exigências do edital quanto à apresentação da documentação de habilitação pelo licitante classificado em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) o declarará vencedor.

16.15. Ocorrendo a inabilitação, o(a) Pregoeiro(a) convocará o autor da segunda melhor proposta para apresentar sua documentação de habilitação e, se necessário, observada a ordem de classificação, os demais, desde que atendam ao critério de aceitabilidade estabelecido pelo instrumento convocatório, ou poderá revogar a licitação.

16.15.1. Nas hipóteses de desclassificação e inabilitação, a proposta de preços apresentada pelo licitante desclassificado ou inabilitado não produzirão efeitos válidos, possibilitando a Administração, nessas hipóteses, convocar os demais licitantes, conforme a ordem de classificação, para análise da proposta e/ou da habilitação, de acordo com os preços ofertados pelos respectivos licitantes.

17. DOS RECURSOS

17.1. Declarado o vencedor, e depois de decorrida a fase de regularização fiscal ou da etapa de apresentação e aceitação de amostras, nos termos do subitem 14.5.3, se cabíveis, qualquer licitante poderá, ao final da sessão pública, de forma imediata **e motivada**, manifestar sua intenção de recorrer.

17.2. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer importará na decadência desse direito.

17.3. Uma vez aceita a intenção de recurso será concedido o prazo de 3 (três) dias para a apresentação das razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo intimados para, querendo, apresentarem as contrarrazões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

17.4. Os recursos e contrarrazões deverão ser manifestados exclusivamente por meio eletrônico via internet, no e-mail: *licitacao@capanema.pr.gov.br*

17.5. Aplicam-se as regras previstas nos artigos 268 e 271 da LCM 14/22.

17.6. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o processo licitatório para determinar a contratação.

17.7. Não havendo recurso, o(a) Pregoeiro(a) adjudicará o objeto ao licitante vencedor e encaminhará o procedimento à autoridade superior para homologação.

18. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

18.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do subitem 16.10 deste Edital. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

18.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

18.2.1. A convocação se dará por meio do Diário Oficial Eletrônico do Município e pelo e-mail indicado na Declaração Unificada apresentada por cada licitante.

18.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na Declaração Unificada de cada licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas neste Edital, decididos os eventuais recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, o Chefe do Poder Executivo ou autoridade por ele delegada homologará o procedimento licitatório e adjudicará o objeto ao licitante vencedor.

19.1.1. Após a adjudicação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, no prazo indicado no edital de licitação.

19.1.2. Previamente à formalização da contratação, o órgão público competente poderá realizar consulta nos órgãos cadastrais disponíveis para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público pelo licitante vencedor, bem como verificar a manutenção das condições de habilitação.

19.1.3. Constatado algum impedimento ou suspensão do direito de licitar em nome do licitante vencedor, ou quando este recusar-se a assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, o órgão municipal competente poderá convocar o licitante subsequente

19.2. Será facultado à Administração, quando o convocado não assinar a Ata, Contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

19.3. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no edital sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

19.4. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 19.2, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

19.5. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor da Administração Pública municipal.

19.6. A regra do subitem 19.5 não se aplicará aos licitantes remanescentes convocados na forma da alínea "a" do subitem 19.4.

19.7. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente do objeto da contratação em consequência de rescisão contratual, observados os mesmos critérios estabelecidos nos subitens 19.2 a 19.4.

19.8. Em havendo paralisação na execução do objeto da contratação, em decorrência de descumprimento e/ou ilícito contratual por parte do contratado, a abertura de processo administrativo sancionador autoriza a

Administração iniciar as tratativas com as demais licitantes, na forma estabelecida nos subitens 19.2 a 19.4.

19.9. Ressalvadas as hipóteses em que houver a aplicação de medida cautelar administrativa ou a não atribuição de efeito suspensivo ao recurso ou pedido de reconsideração interposto pelo contratado, a efetiva contratação de licitante remanescente, em razão de extinção do contrato, será realizada somente após a publicação da decisão administrativa definitiva.

20. DA FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

20.1. Em se tratando de licitação com adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP), após homologado o resultado da licitação, o órgão gerenciador, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores a serem registrados, convocará os interessados para, no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da convocação, procederem à assinatura da Ata de Registro de Preços, a qual, após cumpridos os requisitos de publicidade, terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

20.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

20.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pelo licitante convocado, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo órgão gerenciador.

20.4. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido pela Administração, ensejará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das penalidades estabelecidas em lei ou no presente instrumento convocatório e seus anexos.

20.5. Na hipótese do subitem 20.4, é facultado à Administração, ao invés do cancelamento da licitação, aplicar o disposto no item 19.

20.6. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

20.7. Em havendo divisão clara da estimativa de consumo do quantitativo por cada órgão público municipal participante, serão emitidas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias, para melhor organização e controle da execução do objeto da contratação.

20.8. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

20.9. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio da Ata de Registro de Preços, conforme minuta anexa a este Edital.

20.9.1. As condições de contratação constam do Termo de Referência desta licitação e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada aquisição específica, no respectivo requerimento elaborado.

20.9.2. O órgão deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à aquisição.

20.10. O órgão enviará ao fornecedor com preço registrado em Ata, a cada contratação, e dentro do prazo de validade da Ata, o requerimento de contratação e/ou a requisição de empenho.

20.11. Correrão por conta do Contratado quaisquer despesas que incidirem ou venham a incidir para a execução dos serviços ou para o fornecimento dos produtos objeto desta licitação.

20.12. **Nas licitações por Sistema de Registro de Preço (SRP) ou por entregas parceladas, haverá prioridade de aquisição dos produtos das cotas reservadas, ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.**

21. DA ALTERAÇÃO, DO CANCELAMENTO E DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O regime normativo da Ata de Registro de Preços obedecerá à disciplina dos contratos prevista na LCM 14/22, especialmente as regras do seu Título IV, além do disposto neste Edital e seus anexos.

21.2. É permitida a realização de acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, sem prejuízo da possibilidade de alterações dos contratos decorrentes eventualmente firmados.

21.3. Não havendo previsão específica no Termo de Referência, o prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

21.3.1. Na hipótese de prorrogação na forma do subitem 21.3, o quantitativo do objeto consumido durante o primeiro ano de vigência da ata poderá ser o quantitativo de referência para o novo prazo de vigência da ata.

21.4. Se não participarem do processo de contratação, conforme o disposto no art. 120 da LCM 14/22, os órgãos e entidades poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, na forma dos artigos 38 a 43 da LCM 14/22;

c) prévias consulta e aceitação do órgão ou entidade gerenciadora e do fornecedor.

21.4.1. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o subitem 21.4 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

21.4.2. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o subitem 21.4 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

21.5. Aplica-se o disposto no art. 163 da LCM 14/22 no âmbito da execução das atas de registro de preços.

22. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR MEIO DE CONTRATO DERIVADO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO, DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO, CONCLUSÃO E ENTREGA E DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

22.1. A contratação do fornecedor/prestador de serviços poderá ser realizada por meio de contrato, decorrente da conversão da ata de registro de preços, conforme minuta anexa a este Edital.

22.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições contidas no processo de contratação e na LCM 14/22, permitida a previsão, no contrato derivado, do quantitativo total do objeto indicado na ata de registro de preços, mediante justificativa da necessidade e definição do cronograma de execução do objeto, quando cabível.

22.3. A conversão da ata em contrato deverá ser solicitada por escrito pelo Secretário da pasta, descrevendo os seguintes requisitos:

a) demonstração da necessidade do quantitativo do objeto da contratação, possibilitando a comprovação da quantidade ser realizada pelo consumo do objeto da licitação em período anterior, juntando-se os relatórios e as justificativas cabíveis;

b) indicação do prazo de vigência do contrato;

c) comprovação da vantajosidade da contratação, por meio de justificativa e de eventuais documentos comprobatórios para demonstrar que o preço do objeto previsto na ata de registro de preços continua sendo compatível com o preço de mercado no momento da contratação, possibilitando a consulta de sistema de banco de preços ou outros meios aplicáveis;

d) Indicação do modelo de execução da contratação, caso seja necessária a alteração do que consta no Termo de Referência.

e) anuência do contratato e o compromisso de manter o preço vigente na ata de registro de preços durante a vigência contratual, salvo na hipótese de cabimento de reequilíbrio econômico-financeiro;

f) indicação da dotação orçamentária.

22.3.1. Na hipótese de conversão da ata em contrato, em não havendo indicação do cronograma de execução do objeto, a Administração não será obrigada a adquirir ou contratar o quantitativo integral previsto no contrato, sendo devido ao Contratado somente somente o que for efetivamente consumido.

22.4. A documentação encaminhada pela Secretaria será analisada pelo(a) Agente de Contratação, a qual, cumpridos os requisitos, formalizará o(s) contrato(s), de acordo com a minuta anexa a este Edital.

22.5. As demais regras a respeito da execução dos contratos respeitará o regime da LCM 14/22 e o disposto no item seguinte.

23. DO CONTRATO ADMINISTRATIVO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

23.1. Em se tratando de licitação que não adotar o Sistema de Registro de Preços, após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Contrato Administrativo ou emitido instrumento equivalente.

23.2. O adjudicatário terá o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

23.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura por meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

23.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

23.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

a) a referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da LCM 14/22;

b) o contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital, seus anexos e no Termo de Referência;

c) o contratado reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas na LCM 14/22.

23.4. O prazo de vigência da contratação será aquele previsto no Termo de Referência.

23.5. O regime normativo dos Contratos Administrativos obedecerá à disciplina prevista na LCM 14/22, especialmente as regras do seu Título IV, além do disposto neste Edital e seus anexos.

23.6. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

23.7. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

23.8. Na assinatura do contrato será exigida a comprovação da concessão de garantia, se exigida, além das demais condições estabelecidas no edital e seus anexos, que deverão ser mantidas pelo licitante durante toda a vigência do contrato.

23.9. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições exigidas ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis ao licitante, procederá conforme o disposto no item 19 deste Edital.

23.10. O contrato deverá ser assinado pelo representante legal do licitante vencedor (diretor, sócio da empresa ou procurador), mediante demonstração dos seus poderes para tal.

23.11. As demais regras a respeito da execução dos contratos respeitará o regime da LCM 14/22, incluindo as regras de execução, alteração e extinção do contrato, além do disposto no art. 163 da referida Lei.

23.12. Na hipótese de exigência de **garantia** no âmbito do Termo de Referência, aplicam-se as disposições do art. 155 a 161 da LCM 14/22.

23.13. A **alocação dos riscos** contratuais respeitará o disposto no Termo de Referência, na minuta contratual ou outro documento inserido na fase interna do processo de contratação, observando-se, de qualquer forma, a assunção dos riscos ordinários do ramo do objeto da contratação pelo Contratado, incluindo todos os denominados fortuitos internos do negócio, devendo observar todas as regras e normas técnicas aplicáveis ao caso.

23.14. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá **subcontratar** partes do objeto da contratação até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração, conforme o disposto no Termo de Referência.

23.14.1. Em sendo admitida a subcontratação, o contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

23.14.2. Em sendo admitida a subcontratação, o Termo de Referência estabelecerá os critérios e as condições para a subcontratação.

23.14.3. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta se enquadrarem em alguma hipótese de conflito de interesses prevista no inciso V do art. 281 da LCM 14/22.

24. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

24.1. O Contratado deverá fornecer os produtos/prestar os serviços na forma e no prazo previstos no Termo de Referência.

24.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

24.2.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

- **a)** identificação do órgão público solicitante;
- **b)** descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;
- **c)** local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;
- **d)** prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;
- **e)** quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;
- **f)** justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;
- **g)** assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

24.3. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 24.2.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

24.4. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 24.2.1.

24.5. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 24.2.1.

24.6. A recusa fundamentada no subitem 24.5 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

24.7. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

24.8. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 24.2.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

24.9. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 24.2.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

25. DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO/EXECUÇÃO DO OBJETO

25.1. As condições de recebimento do objeto serão previstas no Termo de Referência.

25.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

a) Quando a entrega do objeto for realizada/prestação do serviço for concluída, caberá ao CONTRATADO apresentar comunicação escrita, informando o fato ao fiscal da contratação, o qual verificará o objeto fornecido/serviço prestado e confeccionará um **termo de recebimento provisório**, identificando os objetos/serviços, cuja finalidade é apenas para atestar que o Contratado entregou os objetos/prestou os serviços na data estipulada na solicitação, fornecendo uma cópia do documento ao CONTRATADO.

b) Juntamente com a entrega do objeto/prestação dos serviços, ou no prazo indicado no Termo de Referência, o CONTRATADO deverá apresentar a **nota fiscal** correspondente, nos termos definidos pelas regras contábeis estabelecidas pelo órgão municipal competente.

c) Em se tratando de flagrante incompatibilidade do objeto entregue com as descrições do Termo de Referência e demais documentos constantes no processo de contratação, o servidor responsável poderá negar o recebimento provisório, incluindo o impedimento do descarregamento da mercadoria.

25.3. Após o **recebimento provisório**, o Município, por meio de comissão de recebimento, formada por três servidores, realizará, no prazo de até 15 (quinze) dias, a liquidação da despesa, isto é, a verificação da compatibilidade do objeto entregue/serviço prestado com as especificações do Termo de Referência e do requerimento mencionado no subitem 24.2.1, para fins de **recebimento definitivo**.

25.4. Em substituição à emissão do Termo de Recebimento Definitivo, os requerimentos mencionadas no subitem 24.2.1 poderão ser assinados pela comissão de recebimento, para fins de **recebimento definitivo** do objeto/serviço, preferencialmente em formato digital.

25.5. O termo de recebimento definitivo do objeto da contratação deverá ser emitido e assinado por todos os membros da Comissão, incluindo as eventuais discordâncias apontadas por qualquer um deles.

25.5.1. A Comissão realizará inspeção minuciosa do objeto da contratação, acompanhados dos profissionais encarregados pela requisição da contratação, em caso de necessidade, com a finalidade de verificar a adequação do objeto com as descrições e características previstas no processo de contratação.

25.5.2. Nas contratações em que não haja possibilidade de inspeção do objeto da contratação *in loco*, em razão das suas características, a comissão ou o fiscal examinará os relatórios dos serviços prestados e eventuais requisições de contratação elaborados pelos órgãos municipais, para averiguar a regularidade dos procedimentos adotados e confeccionar o termo de recebimento definitivo.

25.5.3. Sempre que possível, serão registrados em imagens os produtos ou serviços recebidos provisoriamente e/ou definitivamente, as quais serão armazenadas em arquivo próprio de cada órgão público, com registro de data da criação dos respectivos arquivos digitais.

25.6. No caso de a fiscalização encontrar alguma inconsistência ou defeito no objeto da contratação, não será confeccionado o termo de recebimento definitivo, devendo confeccionar relatório e, se cabível, encaminhá-lo ao fiscal da contratação, o qual notificará a empresa para as devidas correções, no prazo estabelecido.

25.6.1. O contratado fica obrigado a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto da contratação em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da sua qualidade, quantidade ou aparência, cabendo à fiscalização não atestar o recebimento até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas.

25.6.2. O documento fiscal relativo ao objeto da contratação recebido de forma parcial, em que haja controvérsia a seu respeito, somente será enviado para liquidação e posterior pagamento a partir do momento em que for executado, de forma regular e total, o objeto da contratação, juntamente com o termo de recebimento definitivo.

25.6.3. Em havendo razões de interesse público, a fiscalização receberá definitivamente o objeto da contratação com defeitos, hipótese em que o fiscal da contratação providenciará as diligências necessárias para comunicação das autoridades competentes, objetivando a abertura de processo

administrativo sancionador e a realização de outras medidas cabíveis, incluindo a retenção de eventuais pagamentos devidos.

25.6.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, à qualidade ou à quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento, salvo o montante necessário para garantir o abatimento de eventuais penalidades pecuniárias aplicáveis e o ressarcimento de eventuais prejuízos sofridos pela Administração, observado o disposto no subitem anterior.

25.7. No caso de rejeição do objeto/serviço, o Contratado deverá providenciar a imediata troca do produto/refazimento do serviço sem vício ou defeito, de acordo com o Termo de Referência e o requerimento indicado no subitem 24.2.1, dentro do prazo de 72 (setenta e duas) horas, contado da notificação eletrônica enviada pelo Município, ou outro prazo indicado no Termo de Referência ou pelo Fiscal da Contratação, em decorrência da natureza do objeto e/ou das circunstâncias da contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, ficando sob sua responsabilidade todos os custos da operação de troca do produto/refazimento do serviço.

25.8. Após a inspeção e eventuais regularizações de pendências, será lavrado Termo de Recebimento Definitivo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma, ambas assinadas pela fiscalização, disponibilizando uma das vias para o Contratado.

25.9. Havendo necessidade de adaptação da Nota Fiscal, em decorrência do conteúdo do Termo de Recebimento Definitivo, a nota fiscal eventualmente emitida pelo Contratado deverá ser alterada/cancelada, adaptando-se às regras e orientações contábeis estabelecidas pelo órgão municipal competente.

25.10. Na hipótese de o termo de recebimento definitivo não ser elaborado tempestivamente, reputar-se-á como realizado, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo, desde que o fato seja comunicado à Secretaria Municipal da Fazenda Pública, pelo e-mail: compras@capanema.pr.gov.br, até 5 (cinco) dias anteriores à exaustão do prazo e desde que seja encaminhada, conjuntamente, a respectiva nota fiscal e algum documento que comprove efetivo fornecimento/prestação do serviço.

25.11. Na hipótese do subitem 25.10, a Secretaria Municipal da Fazenda Pública realizará os procedimentos para a liquidação da despesa e pagamento, sem prejuízo da comunicação ao órgão competente, para a tomada das providências cabíveis em relação aos responsáveis pela ausência do termo de recebimento definitivo de forma tempestiva, nos termos do regulamento.

25.12. O recebimento definitivo do objeto da contratação não exime o CONTRATADO, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor (Código Civil e Código de Defesa do Consumidor).

25.13. É vedado o recebimento provisório ou definitivo do objeto da licitação apenas por agente público sem vínculo efetivo com a Administração, salvo em hipóteses devidamente justificadas por escrito e inseridas no processo de contratação ou na liquidação da despesa, em razão da peculiaridade do objeto da contratação.

25.14. A veracidade das informações contidas no termo de recebimento definitivo é de exclusiva responsabilidade dos membros da comissão ou do servidor designado, se isentando de responsabilidade o membro que consignar no respectivo termo a sua discordância no ponto controverso da fiscalização.

25.15. A ausência de confecção do termo de recebimento provisório ou definitivo poderá ensejar a responsabilização administrativa dos agentes públicos que se omitirem, aplicando-se o disposto no art. 218 da LCM 14/22, no que couber.

26. DO PAGAMENTO

26.1. O pagamento será efetuado através de transferência eletrônica para a conta bancária do Contratado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, **contados da data do recebimento definitivo**, nos termos do item 25 deste Edital, ou conforme disposto no termo de referência ou contrato.

26.1.1. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma única, o pagamento será efetuado, em parcela única, no prazo máximo de 15 (quinze) dias **contados do recebimento definitivo** do objeto da contratação.

26.1.2. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma parcelada, o pagamento será efetuado, **de forma parcelada**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias **contados do recebimento definitivo de cada parcela** do objeto da contratação.

26.1.3. Em se tratando de fornecimento de produto/prestação de serviço de forma contínua, o pagamento será efetuado **mensalmente, até o 15º (décimo quinto) dia do mês** subsequente ao fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, desde que o Contratado encaminhe a **nota fiscal e a documentação para liquidação de despesa até o 1º (primeiro) dia útil de cada mês.**

26.1.3.1. No caso do subitem 26.1.3 O pagamento somente será efetuado após o recebimento definitivo dos produtos/serviços fornecidos/prestados no mês anterior, por meio de termo firmado pelo fiscal da contratação/comissão de recebimento, conforme indicado no Termo de Referência, constatando a regularidade da contratação e a qualidade dos produtos/serviços, o qual será emitido **até o 5º (quinto) dia útil de cada mês.**

26.2. É vedada expressamente a realização de cobrança de forma diversa da estipulada neste Edital, em especial a cobrança bancária, mediante boleto ou mesmo o protesto de título, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e indenização pelos danos decorrentes.

26.3. O pagamento será precedido de consulta ao SICAF, para comprovação de cumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital.

26.3.1. Na hipótese de irregularidade no registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 10 (dez) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e seus anexos e rescisão do contrato.

26.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus ao Contratante.

26.5. No ato de liquidação da despesa, os serviços de contabilidade comunicarão aos órgãos da administração tributária as características da despesa e os valores a serem pagos, conforme o disposto no art. 63 da Lei nº 4.320, de 1964.

26.6. **A Administração somente efetuará o pagamento após a ocorrência das seguintes hipóteses:**

a) mediante a comprovação da quitação dos tributos referentes ao objeto da contratação;

b) mediante a retenção de valores devidos a título de tributos incidentes sobre o objeto da contratação, bem como de créditos tributários inscritos em dívida ativa em nome do contratado, desde que não impugnados ou, se executados judicialmente, a execução fiscal não for embargada pelo contribuinte.

26.7. Ressalvada a retenção dos valores referentes ao ISSQN que incidir sobre os serviços contratados, nos termos da legislação, o Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

26.7.1. Na hipótese de o Contratado ser um MEI, não haverá qualquer retenção de valores referentes a impostos incidentes sobre a execução do objeto da contratação.

26.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto a dimensão, qualidade e quantidade, a parcela incontroversa deverá ser liberada no prazo previsto para pagamento.

26.9. Não se aplica o disposto no subitem 26.8 quando o contratante não tiver exigido garantia do contratado para a execução da contratação, hipótese em que o pagamento da parcela incontroversa somente será liberado após o encerramento do processo administrativo sancionador.

26.10. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pelo contratado.

26.11. Salvo os descontos e retenções de valores relacionados ao recolhimento de tributos incidentes sobre a contratação, qualquer outro desconto ou retenção de valor no pagamento devido ao licitante contratado, incluindo os decorrentes de eventuais multas e indenizações devidas pelo contratado, será precedido de manifestação escrita pela Administração, no âmbito do procedimento de liquidação de despesa, ou de

decisão proferida no âmbito do processo administrativo sancionador, em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.

26.12. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

26.13. Todos os documentos fiscais, contábeis, bem como os relativos ao recebimento do objeto, à liquidação de despesa e ao pagamento serão confeccionados, preferencialmente, em formato digital, para que os procedimentos sejam tramitados e a documentação seja armazenada exclusivamente em formato eletrônico e/ou digital.

26.14. As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município, conforme indicado no processo de contratação.

26.15. **Os agentes públicos lotados na Secretaria Municipal da Fazenda Pública, especialmente os integrantes do Departamento de Contábil e Financeiro e da Tesouraria auxiliarão no controle da observância das normas legais e regulamentares quando da realização da liquidação de despesa e do pagamento das contratações, devendo informar ao Secretário Municipal da Fazenda Pública e ao titular da Controladoria Geral do Município qualquer irregularidade que encontrem ou de documentos obrigatórios faltantes para a realização de suas atribuições.**

26.16. A não observância das normas legais e regulamentares, bem como a omissão no controle da regularidade do processo de liquidação de despesa e de pagamento pode ensejar a responsabilidade solidária dos servidores pela malversação de verbas públicas.

26.17. A recusa na realização dos procedimentos contábeis, de prestação de contas e de pagamentos pelos servidores, em razão da ausência de regularidade no procedimento de liquidação de despesa e de pagamento, não poderá ensejar a responsabilização administrativa dos servidores por insubordinação, desídia ou outra conduta similar tipificada no Estatuto dos Servidores.

26.18. O Contratante não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo Contratado, que porventura não tenha sido prevista no processo de contratação.

26.19. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento, utilizando-se o IPCA como índice de correção monetária, aplicando-se a seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido.

I = Índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

$$I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

N = Número de dias entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento.

VP = Valor da Parcela em atraso.

27. DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

27.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- **a)** dar causa à inexecução parcial do contrato;
- **b)** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- **c)** dar causa à inexecução total do contrato;
- **d)** deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- **e)** não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- **f)** não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços, ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- **g)** ensejar o retardamento ou atraso da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;
- **h)** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- **i)** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- **j)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- **k)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

27.2. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato, serão observadas as regras básicas previstas neste Edital e na LCM 14/22.

27.3. Será(ão) aplicada(s) ao(s) responsável(is) pelo cometimento da(s) infração(ões) administrativa(s) as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com o Município de Capanema/PR;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com qualquer órgão público de qualquer ente federado.

27.4. A sanção de **ADVERTÊNCIA** será aplicada quando ocorrer as infrações administrativas previstas nas alíneas "a" a "g" do subitem 27.1 deste Edital, quando não se tratar de reincidência e quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

27.5. A **MULTA DE MORA**, considerando o objeto da contratação e as informações contidas no Termo de Referência e seus eventuais anexos, sem prejuízo da multa compensatória, observará as seguintes regras:

a) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços em horas, a multa será de **2% (dois por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por hora de atraso;

b) quando houver prazo para o fornecimento do produto/prestação dos serviços em dias, a multa será de **5% (cinco por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, por dia de atraso;

c) quando houver um cronograma para o fornecimento do objeto/prestação dos serviços, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, pelo descumprimento do cronograma, sem prejuízo da multa prevista na alínea "b" acima;

d) quando se tratar de fornecimento de produto ou de prestação de serviço para um determinado evento, em que haja horário marcado para a realização do fornecimento/execução do serviço, a multa será de **até 10% (dez por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação, **por cada 15 (quinze) minutos de atraso**, até o limite de 45 (quarenta e cinco) minutos.

27.5.1. Em todas as hipóteses acima, será tolerado o atraso, com aplicação de multa, até o limite de tempo de atraso correspondente à **30% (trinta por cento)** do valor previsto na requisição de fornecimento/prestação. Caso haja extrapolamento do prazo de tolerância, será considerada a inexecução total da contratação.

27.6. A **MULTA COMPENSATÓRIA**, sem prejuízo da multa de mora, observará as seguintes regras:

a) **multa** de **0,5% (cinco décimos por cento)** até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do processo de contratação, previsto no item 1.3 deste Edital, de acordo com a gravidade e as consequências da conduta do licitante, nos termos do art. 227 a 229 da LCM 14/22, por infração a qualquer cláusula ou condição deste Edital, da Ata de Registro de Preços, do Contrato ou do Termo de Referência, não especificada nas alíneas seguintes, aplicada em dobro na reincidência;

b) **multa de até 15%** (quinze por cento) sobre do valor estimado do processo de contratação previsto no item 1.3 deste Edital, no caso de extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral da Administração, motivado por culpa do Contratado, havendo a possibilidade de cumulação com as demais sanções cabíveis;

c) **multa de até 30%** (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto no item 1.3 deste Edital, quando configurada a inexecução total do fornecimento/prestação.

27.7. A sanção de **IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b" a "g" do subitem 27.1 deste Edital, quando houver necessidade ou reincidência e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, o que impedirá o responsável de licitar ou contratar com o Município de Capanema/PR, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

27.8. A sanção de **DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR** será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "h" a "l" do subitem 27.1

deste Edital, bem como pelas infrações administrativas previstas nas alíneas "b" a "g" do subitem 27.1 deste Edital que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no subitem anterior, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

27.8.1. As sanções de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que:

a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação ou pelo descumprimento das normas federais, estaduais e municipais no desempenho das suas atividades empresariais e/ou profissionais;

c) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

27.9. Sem prejuízo da aplicação das medidas cautelares administrativas, as sanções administrativas serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes, observando-se as regras de aplicação e fixação das sanções e dos procedimento previsto na LCM 14/22.

27.10. A autoridade julgadora observará o limite máximo de sanções pecuniárias, no percentual de 30% (trinta por cento) sobre o valor estimado do processo de contratação previsto no **item 1.3** deste Edital.

27.11. Na hipótese em que a conduta cometida pelo licitante ou contratado causar prejuízos à Administração Pública municipal ou a terceiros, o valor da indenização será calculado independentemente do limite das multas indicadas acima, devendo o valor da indenização corresponder ao real valor do prejuízo causado.

27.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

27.13. As multas aplicadas e as indenizações devidas serão recolhidas em favor do Município de Capanema/PR, no prazo máximo de **30 (trinta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, em caso de inadimplência, inscritas na Dívida Ativa e cobradas judicialmente.

27.14. Na hipótese de cobrança judicial a que alude o subitem anterior, serão observadas as regras estabelecidas no Código Tributário Municipal para fins de correção monetária e juros, devendo ser acrescidos os honorários advocatícios, no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, e todas as custas e despesas processuais.

27.15. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será precedida das fases de instrução e de julgamento do processo administrativo sancionador, porém, somente será aplicada por decisão do Chefe do Poder Executivo municipal, ou por autoridade por ele designada.

27.16. As demais sanções são de competência da Comissão de Julgamento da Administração (CJA), na forma da LCM 14/22 e seu regulamento.

27.17. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF e em outros sistemas disponibilizados pelos órgãos de controle.

27.18. As sanções previstas neste Edital são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

27.19. A aplicação das sanções administrativas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

27.20. Aplicam-se às contratações públicas, no que couber, as disposições dos arts. 408 a 416 do Código Civil.

27.21. As sanções administrativas contratuais previstas neste item 27 não impedem a aplicação, pela Administração Pública municipal, de outras sanções previstas na Lei nº 12.846, de 2013 e na legislação aplicável.

27.22. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

27.23. Em havendo peculiaridades justificáveis, as sanções administrativas observarão as disposições previstas no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços ou no Contrato Administrativo.

28. DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

28.1. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

- **a)** garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
- **b)** o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
- **c)** velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
- **d)** garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

28.2. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

28.3. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.

28.4. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

- **a)** em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
- **b)** em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

28.5. A PGM proporá as medidas judicias cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.

28.6. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

28.7. Em não sendo a hipótese do subitem 28.6 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

28.8. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

- **a)** suspensão e retenção do pagamento;
- **b)** suspensão do direito de licitar e contratar;
- **c)** assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;
- **d)** ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade;

28.9. A medida prevista na alínea "a" do subitem 28.8 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento, nos termos deste Edital e da LCM 14/22.

28.10. Aplicada a medida prevista nas alíneas "c" ou "d" do subitem 28.8, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

29. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

29.1. Fica assegurado ao Município de Capanema o direito de revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulá-la em virtude de vício insanável, nos termos do art. 48, VIII da LCM 14/22.

29.2. A declaração de nulidade de algum ato do procedimento somente resultará na nulidade dos atos que diretamente dele dependam.

29.3. Quando da declaração de nulidade de algum ato do procedimento, a autoridade competente indicará expressamente os atos a que ela se estende.

29.4. A nulidade do procedimento de licitação não gera obrigação de indenizar pela Administração.

29.5. A nulidade da contratação opera efeitos retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que o contrato, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

29.6. Nenhum ato será declarado nulo se do vício não resultar prejuízo ao interesse público ou aos demais interessados.

29.7. A revogação ou anulação será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e formalizada mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.8. A autoridade competente para anular ou revogar a licitação é o Prefeito Municipal.

30. DA RESPONSABILIDADE DO LICITANTE E DO CONTRATADO

30.1. O licitante e o contratado são objetivamente responsáveis, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas em qualquer fase ou etapa do certame e na execução da contratação.

30.2. No âmbito administrativo o licitante e o Contratado são responsáveis pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

30.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.

30.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.

30.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

30.6. **O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.**

30.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.

31. DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES

31.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, os licitantes devem observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

31.2. Para os propósitos deste item, definem-se as seguintes práticas:

- **a)** **"Prática Corrupta":** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- **b)** **"Prática Fraudulenta":** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- **c)** **"Prática Colusiva":** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- **d)** **"Prática Coercitiva":** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- **e)** **"Prática Obstrutiva":**
  - **(i)** destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas ao representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alíneas anteriores e na verificação da qualidade e quantidade do objeto da contratação;
  - **(ii)** atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

31.3. **O servidor público que constatar alguma das condutas prevista acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.**

31.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador

desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

31.5. As vedações de que trata o subitem 31.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

31.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 31.4 e 31.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

31.7. Além do disposto no subitem 4.2 deste Edital, não poderão participar das contratações, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos cinco anos anteriores à divulgação do edital de licitação, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

31.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

31.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 31.8 a vedação de contratação prevista na alínea "e" do subitem 31.7, no que couber.

32. DOS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR

32.1. No âmbito desta contratação serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade, do desenvolvimento sustentável, do desenvolvimento local, da cooperação, da cidadania e, em especial, o princípio republicano, o qual impõe direitos e deveres para todos os cidadãos, assim como as disposições da LINDB.

32.2. Considera-se como concretização do princípio da igualdade material e não viola o princípio da igualdade formal em contratações públicas municipais a aplicação das normas:

a) destinadas ao fomento de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte; e

b) da Política Municipal de Contratações Públicas.

32.3. As contratações públicas municipais têm por objetivos:

a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública municipal, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, observando-se as normas da Política Municipal de Contratações Públicas;

b) assegurar a aplicação da igualdade formal e material entre os licitantes, bem como a justa competição, observando-se as normas da Política Municipal de Contratações Públicas;

c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos;

d) incentivar a inovação e o desenvolvimento local sustentável.

32.4. Compreende-se como mais vantajosa para a Administração Pública municipal a contratação que melhor compatibilize os fatores custo-benefício, levando-se em consideração:

a) a economicidade;

b) a qualidade, durabilidade, eficiência, eficácia do objeto da contratação;

c) o investimento privado e a geração de emprego e renda no âmbito local;

d) o efeito na arrecadação de tributos no âmbito local;

e) o desenvolvimento local e o desenvolvimento sustentável.

33. DA POLÍTICA MUNICIPAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E DO PROGRAMA "COMPRAS CAPANEMA"

33.1. O processo de contração e a execução do objeto contratual observarão as normas da Política Municipal de Contratações Públicas e do Programa "Compras Capanema" estabelecidas na Lei Complementar Municipal nº 14/2022 e seus regulamentos.

33.2. São objetivos do programa "Compras Capanema":

a) a utilização do poder das contratações da Administração Pública municipal como vetor do desenvolvimento econômico e social local e regional;

b) o planejamento dos gastos públicos;

c) a geração de externalidades positivas, como o incentivo à Microempresa e à Empresa de Pequeno Porte, o fomento aos empreendedores locais, bem como a circulação e a manutenção de verbas provenientes do orçamento público dentro do território municipal;

d) a ampliação da eficiência das políticas públicas e dos serviços públicos;

e) o incentivo à inovação tecnológica e a geração de emprego e renda no âmbito municipal e regional.

33.3. São diretrizes do programa "Compras Capanema":

a) instituir o plano estratégico das contratações no âmbito da Administração Pública municipal, por meio de uma visão proativa, multidimensional e que envolva todo o ciclo da contratação;

b) inovar os processos de gestão, buscando mais agilidade, eficiência e transparência no trato dos recursos públicos destinados às contratações públicas, promovendo a padronização dos produtos e serviços, avanços tecnológicos, treinamento e qualificação dos servidores envolvidos, ampliação dos prazos e meios de divulgação das contratações públicas;

c) buscar o aprimoramento contínuo do programa, incluindo o compartilhamento de informações gerais sobre as contratações públicas municipais com os fornecedores locais, instituindo parcerias com entidades de representação empresariais, cooperativas e associações, tendo como finalidade a ampliação e a qualificação das contratações locais e regionais;

d) criar mecanismos para fomentar e facilitar a participação de fornecedores locais nas contratações públicas.

34. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

34.1. O resultado e demais atos do presente certame será divulgado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema através do endereço eletrônico https://www.capanema.pr.gov.br/doe, e no Portal de Transparência do Município através do endereço eletrônico **www.capanema.pr.gov.br/**.

34.2. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município de Capanema não será, em caso algum, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

34.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer etapa da licitação.

34.4. É facultado ao(à) Pregoeiro(a), à Procuradoria-Geral do Município ou à outra autoridade ou órgão competente, durante a fase externa do processo de contratação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar do processo em momento anterior.

34.5. Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, devidamente assinadas pelo(a) pregoeiro(a).

34.6. No julgamento das propostas e da habilitação, o(a) pregoeiro(a) poderá relevar omissões puramente formais, sanar erros ou falhas, desde que não contrariem a legislação vigente.

34.7. Na hipótese de divergência entre este Edital e quaisquer condições apresentadas pelos licitantes, prevalecerão sempre, para todos os efeitos, os termos deste Edital e dos documentos que o integram, especialmente o Termo de Referência.

34.7.1. Em havendo regras específicas e/ou modelo(s) específico(s) de documento(s), expressamente previstos no Termo de Referência, juntado na fase interna, de forma diversa do previsto neste Edital e seus demais anexos, prevalecerão aquelas regras e aqueles documentos específicos, incluindo eventual inversão das etapas da fase externa da licitação.

34.7.2. Caso o documento de planejamento e definição do objeto inserido na fase interna da presente contratação não seja denominado "Termo de Referência", mas, sim, "Projeto Básico" ou outra nomenclatura, todas as disposições deste Edital e seus anexos que remetam às regras previstas no Termo de Referência, passam a remeter as disposições do "Projeto Básico" ou outra nomenclatura porventura utilizada.

34.8. Salvo as exceções previstas neste Edital e/ou na legislação, os documentos exigidos para habilitação não poderão ser substituídos ou apresentados após o momento indicado protocolo, não podendo, ainda, ser remetidos posteriormente ao prazo fixado.

34.9. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente no mesmo horário, desde que não haja comunicação do(a) pregoeiro(a) em sentido contrário.

34.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Capanema.

34.11. Casos omissos e dúvidas que não gerem divergências entre participantes e a Administração serão resolvidos pelo(a) Pregoeiro(a).

34.11.1. Casos omissos e eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste Edital será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

34.12. As normas deste PREGÃO serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, e o desatendimento de exigências formais, desde que não comprometa a aferição da

habilitação do licitante nem a exata compreensão de sua proposta, não implicará o afastamento de qualquer licitante.

34.13. Em se tratando de **PREGÃO EM FORMA PRESENCIAL**, a(s) Sessão(ões) Pública(s) deste certame será(ão) gravada(s) em áudio e vídeo, além de ser(em) transmitida(s) ao vivo pelo canal do Município na plataforma "YouTube".

34.14. Muito embora os documentos estejam agrupados em anexos separados, todos eles se completam, sendo que a proponente deve, para a apresentação da PROPOSTA e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO, bem como dos demais DOCUMENTOS, ao se valer do EDITAL, inteirar-se de sua composição, tomando conhecimento, assim, das condições administrativas e técnicas que nortearão o desenvolvimento das fases e etapas deste processo de contratação e na execução da contratação, de sorte que todos os aspectos mencionados em cada documento deverão ser observados, ainda que não repetidos em outros.

34.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

ANEXO I	Termo de Referência ou Termo de Referência Definitivo, se houver (juntado na fase interna).
ANEXO II	Modelo Procuração para Credenciamento para Pregão na forma PRESENCIAL
ANEXO III	Modelo de Declaração unificada
ANEXO IV	Modelo de Declaração de Enquadramento - ME/EPP.
ANEXO V	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO VI	Modelo de Declaração de Garantia Técnica (se necessário)
ANEXO VII	Modelo de Declaração de Suporte Técnico (se necessário)
ANEXO VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços
ANEXO IX	Minuta do Contrato Administrativo
ANEXO X	Orientação para geração/redação da proposta de preços para Pregão na forma PRESENCIAL

Gabinete do Prefeito Municipal de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 31 de julho de2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ANEXO II
MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO(*)
EXCLUSIVO PARA PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxx, CEP: xxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, a quem confere(imos) amplos poderes para representar a (Razão Social da Empresa) perante o Município de Capanema/PR, no que se referir ao presente **PREGÃO nº xx/202x** , com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases e etapas do **PREGÃO**, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia .....

(Assinatura do representante legal **COM FIRMA RECONHECIDA**)
Nome

**Em papel preferencialmente timbrado com razão social, CNPJ, endereço completo, endereço eletrônico, telefone/WhatsApp, com nome e assinatura do representante legal.*

Recomendação: Na hipótese de apresentação de procuração por instrumento particular, esta deverá vir acompanhada do Contrato Social da proponente ou de outro documento, onde esteja expresso os poderes do outorgante para constituir mandatário.

***Em atendimento a Lei Federal nº 13.726/2022, o reconhecimento de assinatura no instrumento de procuração particular, poderá ser realizado perante a Pregoeira e Equipe de Apoio, desde que apresentado, via original ou cópia autenticada em cartório, de Documento Oficial com foto e assinatura do subscrevente (Ex. Cédula de RG, CNH, Carteira de Trabalho e Previdência Social, Passaporte e Cédula de identidade Profissional), somente sendo admitido o reconhecimento da assinatura na forma grafada no documento apresentado.**

*(*) **NOTA**: DOCUMENTO **OBRIGATÓRIO** - APRESENTAR **FORA DOS ENVELOPES**, NO INÍCIO DA SESSÃO – ACOMPANHADO POR DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO.*

ANEXO III
DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao(À) Agente de Contratação
Município de Capanema, Estado do Paraná
Pregão nº: xxxxxxxxxx
Objeto da Contratação: ...xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx...

I - Pelo presente instrumento e para todos os fins de direito, o CONTRATADO, denominado de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA**:

a) a ciência e concordância do licitante com as condições contidas no Edital e seus anexos, de que cumpre plenamente as condições e requisitos de participação e de habilitação definidos no Edital e anexos, incluindo os definidos no Termo de Referência, se existirem;

b) a ciência e concordância do licitante com as obrigações e regras de execução, de recebimento e de pagamento previstas no Edital e no Termo de Referência, assumindo a responsabilidade de cumpri-las;

c) a ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.

d) que o licitante não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos; de que caso a proponente empregar menores de 16 (dezesseis) anos, estes estão contratados na condição de jovem aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

e) que o licitante e os seus sócios e/ou administradores não se encontre(m), ao tempo do processo de contratação, impossibilitado(s) de participar da licitação/contratação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

f) que o licitante não teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração Pública municipal, no âmbito do processo de contratação anterior para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

g) que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h) que o licitante não integra um grupo econômico, de fato ou de direito, com outro(s) licitante(s) ou contratado(s) deste processo de contratação;

i) que o licitante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

j) que inexistem fatos impeditivos para a habilitação do licitante no certame e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de conflito de interesses previstas na Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, durante toda a vigência da contratação;

k) que o orçamento e a proposta comercial apresentados pelo licitante neste processo de contratação foram elaborados de forma independente, se aplicável;

l) que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

m) que NENHUM sócio e/ou administrador do licitante exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública;

n) que o licitante não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

o) que o licitante e seu(s) sócio(s) não se encontram em estado de insolvência civil, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

p) a ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.

q) que o licitante assegura ao Município o atendimento às obrigações legais, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, ao que se refere às questões sociais e ambientais e às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, garantindo a seguridade social de seus empregados, o atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, o combate ao assédio moral e sexual, além da observância e comprometimento com a conservação e preservação do meio ambiente.

r) ciência de que as vedações indicadas na alínea "e" também são aplicadas:

(i) ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

(ii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado;

(iii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro ou os filhos do sócio-administrador, ou do sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado.

II - Para os fins da presente contratação, indicamos as seguintes informações:

a) o(a) responsável legal da pessoa jurídica, a sua qualificação completa e a sua função na empresa;

b) em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo de contratação, bem como em caso de eventual contratação, **concordo que a comunicação oficial do Município** seja encaminhada de forma eletrônica, para os seguintes endereços e números:

1 - E-mail: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

2 - Telefone: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

3 - Whats App: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

4 - Telegram: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

c) caso altere os endereços ou números mencionados acima, será protocolizado um pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerada validamente intimada conforme os dados anteriormente fornecidos.

....., ..., ... de 202X.

Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa

(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante)

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME/EPP

Pelo presente instrumento, o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA**, sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções administrativas aplicáveis, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Declara, ainda, nos termos do art. 21, §§ 2º a 4º, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, a obtenção de benefícios legais fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratação(ões) com a Administração Pública (União, Estados, Municípios), cujos valores já faturados, somados ao montante que certamente será faturado, no respectivo ano-calendário, não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Para os fins do disposto no parágrafo anterior, não serão somados como montante que certamente será faturado no respectivo ano-calendário, os valores indicados nas contratações públicas que adotarem o sistema de registro de preços.

Para os fins do disposto acima, as eventuais contratações que a empresa possuir com outros entes federados, com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, somente foi considerado o valor anual do contrato para fins de enquadramento nos limites previstos nos parágrafos acima.

....., ..., ... de 202X.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante)

ANEXO V
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

O(A) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, propõe fornecer ao Município de Capanema/PR, em estrito cumprimento ao previsto no Edital de Pregão nº XX/202X e seus anexos, conforme abaixo discriminado:

1. Item/Lote xxxx
2. Especificações de cada item.
3. Quantidade de cada item.
4. Marca e/ou modelo de cada item.
5. Valor unitário e total de cada item;
6. Declarar que a proponente se obriga a cumprir todos os termos da contratação indicadas nos documentos que compõem o processo de contratação.
7. Indicar que a validade da **proposta definitiva de preços é pelo prazo de 1 (um) ano**, ou outro prazo indicado nos documentos que compõem o processo de contratação, contado da data da apresentação da proposta definitiva de preços.

7.1. Se este modelo for utilizado para a confecção da proposta inicial, indicar que a validade da **proposta inicial não será inferior a 90 (noventa) dias,** a contar da data de sua apresentação.

8. Prazo máximo de fornecimento dos produtos/prestação dos serviços, respeitando-se o disposto no Termo de Referência.
9. Declarar que preços ofertados já estão inclusos os tributos, fretes, taxas, seguros, encargos sociais, trabalhistas e todas as demais despesas necessárias à execução do objeto da contratação.

....., ..., ... de 202X.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

OBSERVAÇÕES:

a) Caso o Termo de Referência possua como anexo um modelo próprio de Proposta, não se aplica o presente modelo, devendo ser observadas as disposições do Termo de Referência;
b) Esse modelo pode ser utilizado tanto para a proposta de preços inicial, quanto para a proposta de preços definitiva da licitação;
c) Rubricar todas as folhas e assinar a última, caso não utilize assinatura digital;
d) Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante;
e) O preço proposto deverá ser expresso em moeda corrente nacional (Real), **com até duas casas decimais (0,00), salvo** se previsto de forma diferente no termo de referência;
f) Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"maior desconto",** de acordo com o indicado no item 1 do Edital, o desconto proposto deverá ser expresso em percentual;
g) Em se tratando de licitação cujo critério de julgamento seja o **"menor preço por lote"**, de acordo com o indicado no item 1 do Edital, a proposta definitiva de preços deverá discriminar os itens que compõem o lote, com todas as especificações individualizadas, bem como os seus respectivos preços unitários e totais;

e.1. Na indicação dos preços unitários dos itens que compõem o lote deverá ser observada a proporcionalidade na redução dos preços unitários de todos os itens, levando-se em consideração o preço total do lote indicado na proposta inicial de preços e o valor total do lote considerado vencedor do certame, sem olvidar do quantitativo de cada um dos itens.

ANEXO VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE GARANTIA TÉCNICA

Pregão nº XX/202X

O(A) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA**, sob as penas da Lei, que se obriga a oferecer garantia técnica contratual do objeto da contratação, previsto no Edital do Pregão indicado em epígrafe, conforme descrição dos itens que constam no termo de referência, pelo prazo de xx (xxxxx) meses, contados do recebimento definitivo do objeto e após o escoamento do prazo da garantia legal prevista no CDC, sendo que durante o período de garantia técnica, sempre através de representantes autorizados, realizará as substituições e reparos necessários decorrentes de anomalia, vício ou defeito, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características operacionais ou estéticas, no prazo previsto no Termo de Referência, contado da notificação do problema por parte do Fiscal da Contratação ou Secretaria Municipal interessada, sem qualquer ônus para o Município de Capanema.

....., ..., ... de 202X.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante)

Observação: A declaração de garantia técnica (Anexo VI) somente será obrigatória quando o termo de referência assim o exigir expressamente.

273

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO SUPORTE TÉCNICO

Pregão nº XX/202X

O(A) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, **DECLARA** que dispõe de assistência técnica autorizada, caso seja necessário para a manutenção preventiva ou corretiva do objeto da contratação, nos termo exigidos no Termo de Referência.

....., ..., ... de 202X.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo)

(Obs.: Utilizar, preferencialmente, papel timbrado da licitante)

ANEXO VIII
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XX/202X

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.792.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Américo Bellé, doravante denominado **CONTRATANTE,** e o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação do Pregão nº XX/202X** e em observância às disposições da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (**LCM 14/22**) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1.2. DESCRIÇÃO DO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca/Modelo	Unidade de medida	Quantidade estimada	Preço unitário estimado (R$)	Preço total estimado (R$)
1							
2							
3							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) o Termo de Referência;

b) a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existente(s);

c) a Proposta do contratado;

d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

1.3.2. A quantidade constante no subitem 1.2 é uma mera estimativa, não se obrigando a Administração à contratação.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no termo de referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este instrumento.

2.3. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

2.3.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

a) identificação do órgão público solicitante;
b) descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;
c) local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;
d) prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;
e) quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;
f) justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;
g) assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

2.4. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 2.3.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

2.5. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.6. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.7. A recusa fundamentada no subitem 2.6 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

2.8. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

2.9. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.3.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

2.10. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 2.3.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **xx (xxxxx) meses**, contados a partir da emissão e assinatura deste instrumento pelo Prefeito Municipal.

3.2. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada, uma vez, por mais 1 (um) ano, desde que pesquisa prévia de mercado revele a vantajosidade da prorrogação.

3.2.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, estabelece-se o mesmo quantitativo do objeto previsto no **subitem 1.2** deste instrumento, para o novo prazo de vigência.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).

4.1.1. O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

a) fornecer o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos da cláusula segunda deste instrumento;

b) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;

d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no ato do fornecimento objeto ou no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o fornecimento ou a prestação dos serviços;

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem a observância do disposto neste instrumento;

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no fornecimento do objeto/execução dos serviços;

g) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração;

h) caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratado os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços;

i) o Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

1.1. **j)** em se tratando de aquisição, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

k) Em se tratando de prestação de serviços, manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do objeto.

l) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor da contratação ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Em se tratando de prestação de serviços, prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal da contratação, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

s) Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor da contratação;

t) não contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

u) não contratar pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atue na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

v) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização da contratação, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

w) Comunicar ao Fiscal da contratação, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

y) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

z) Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;

aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da contratação;

bb) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 182, II, d, da LCM 14/22.

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

dd) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência da contratação.

1.2. **ee)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste instrumento, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.3. **ff)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução do objeto da contratação;

1.4. **gg)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.5. **hh)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.6. **ii)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

1.7.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.8. **5.2.1. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência,** é permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e nos limites lá previstos, observando-se as seguintes condições:

1.8.1. **a)** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

1.8.2. **b)** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.9. **5.2.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

1.9.1. **5.2.3.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.10. **5.2.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão da contratação, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Além do disposto no Termo de Referencia, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com este instrumento e demais documentos que integram o processo de contratação;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e normas aplicáveis;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução da contratação e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e seus anexos;

h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ou que não cumprem os requisitos mínimos para avaliação e compreensão do pedido.

j) A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução da contratação, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DO PAGAMENTO

7.1. As regras a respeito do pagamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na(s) dotações indicadas no parecer contábil que integra o processo de contratação.

9. CLÁUSULA **NONA** - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O objeto da contratação deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LCM/14/22, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da contratação, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Preposto.

9.5.1. O Contratado designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

9.6. Reunião Inicial.

9.6.1. Após a assinatura deste instrumento e a designação do Gestor e Fiscal(is) da Contratação (caso não tenham sido designados no TR), será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas neste instrumento, no Termo de Referência e seus anexos, no Edital e seus anexos, se houver, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto da contratação.

9.6.2. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

9.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Presença, física ou virtual, do representante legal da contratada, que apresentará o(s) seu(s) preposto(s);

b) Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, se houver;

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão da contratação;

d) Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução da contratação e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, se houver, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada no termo de referência, se houver.

9.7. Fiscalização.

9.7.1. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da LCM14/22, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

9.8. Fiscalização Técnica da contratação.

9.8.1. O fiscal técnico acompanhará a execução da contratação para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no TR, anexos, instrumento contratual e Edital, se houver, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8.1.1. O fiscal técnico anotará no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.8.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico emitirá notificações para a correção da execução da contratação, determinando prazo para a correção.

9.8.1.3. O fiscal técnico informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor da contratação.

9.8.1.5. O fiscal técnico comunicará ao gestor da contratação, em tempo hábil (**mínimo de dois meses de antecedência**), o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à realização de novo processo de contratação.

9.8.2. Integram as atribuições do fiscal técnico:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor da contratação com informações pertinentes às suas atribuições;

b) anotar no histórico de gerenciamento da contratação todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor da contratação, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor da contratação quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução da contratação nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução da contratação para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor da contratação para ratificação;

g) comunicar ao gestor da contratação, com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência, o término da contratação sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual;

h) auxiliar o gestor da contratação com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

i) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, com o apoio do Fiscal Requisitante;

j) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos no processo de contratação, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

k) identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

l) verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo da contratação;

m) encaminhar as demandas de correção cobertas por garantia ao contratado;

n) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

o) verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão da contratação, em conjunto com o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação; e

p) apoiar o Gestor da contratação na manutenção do Histórico de Gestão da contratação.

9.9. Fiscalização Administrativa da contratação.

9.9.1. O fiscal administrativo verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.9.3. Integram as atribuições do fiscal administrativo:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor da contratação, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados à contratação e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar, se for o caso, a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar a SELOG, a SEFAZ e a PGM, para a tomada das providências cabíveis, incluindo a retenção de pagamentos;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) auxiliar o gestor da contratação com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

f) verificar a aderência aos termos contratuais e atuação tempestiva na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor da contratação para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

g) verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;

h) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

i) apoiar o Gestor da contratação na manutenção do Histórico de Gestão da contratação;

j) no caso de substituição ou inclusão de empregados do contratado, relacionados diretamente à execução do objeto da contratação, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo da contratação os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

9.10. Do Gestor da contratação.

9.10.1. O gestor, além de exercer as atribuições previstas abaixo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da contratação contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da contratação, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da contratação para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10.2. O gestor acompanhará os registros realizados pelos fiscais da contratação, de todas as ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.10.3. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.10.4. O gestor emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.10.5. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão designada e nos termos da LCM 14/22.

9.10.6. O gestor deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10.7. O gestor deverá enviar a documentação pertinente ao Departamento de Contratações Públicas ou outro órgão competente para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos da contratação e demais documentos do processo de contratação.

9.10.8. Integram as atribuições do Gestor da contratação:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais da contratação das ocorrências relacionadas à execução da contratação e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização da contratação, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da contratação para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Contratações Públicas ou outro órgão competente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção da contratação, entre outros;

f) elaborar com as informações obtidas durante a execução da contratação o relatório final de consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

h) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, com o apoio da comissão de recebimento definitivo, se houver, ou em conjunto com o responsável da Secretaria Municipal gerenciadora da contratação;

i) tomar providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções;

j) encaminhar formalmente as demandas ao contratado;

k) manter o Histórico de Gestão da contratação, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução da contratação, por ordem histórica;

l) encaminhar as demandas de correção não cobertas por garantia ao contratado;

m) encaminhar a indicação de glosas e sanções para o órgão competente;

n) autorizar o faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto do contratado; e

o) encaminhar ao Departamento de Contratações Públicas os eventuais pedidos de modificação contratual.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DAS ALTERAÇÕES, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO, DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

10.1. É permitida a realização de prorrogação da contratação, nos termos da LCM 14/22 e do item 21 do Edital.

10.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.11. **10.1.3.** A prorrogação da contratação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, cuja publicação do seu extrato, no diário oficial eletrônico do Município, constituirá a validade da prorrogação, mantendo-se a eficácia suspensa até a assinatura do documento pelas partes.

1.12. **10.1.4.** A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.2. Prorroga-se automaticamente a vigência deste instrumento, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente de publicação oficial, quando necessário para a realização dos atos destinados à formalização da alteração da contratação.

10.3. Toda alteração ou prorrogação da contratação deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e autorizada pela autoridade competente para a celebração deste instrumento.

10.4. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10.5. nas hipóteses de prorrogações contratuais previstas nos artigos 166, 167 e 173, todos da LCM 14/22, por necessidade da Administração ou quando acordado pelas partes, nos casos em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, além dos casos em que a vigência contratual é superior a um ano, é devido o reajustamento em sentido estrito.

10.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema.

10.5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.6. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é procedimento formal para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, como nos casos de alteração unilateral da contratatação pela Administração ou nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no processo de contratação, que observará o disposto no LCM 14/22 e seu regulamento.

10.7. A **repactuação** é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação utilizada para serviços contínuos, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, quando se tratar de custos decorrentes de aumento com a mão de obra;

10.7.1. A repactuação somente é aplicável nas contratações cujo objeto possua natureza de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

10.7.2. Na hipótese de repactuação, observar-se-ão as regras previstas no art. 192, da LCM 14/22 e seu regulamento.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO/CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. As regras a respeito da extinção/cancelamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

11.2. A extinção/cancelamento da contratação, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.2.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do Contratado, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução da contratação, até a data da extinção/cancelamento.

11.3. A extinção/cancelamento da contratação por culpa do Contratado acarretará a retenção de valores eventualmente devidos pelo Contratante, na hipótese de serem devidas multas e indenizações, bem como eventuais prejuízos causados ao Contratante.

11.4. A comunicação da extinção/cancelamento da contratação ao Contratado será feita pelo Agente de Contratações, por meio eletrônico, e o ato de extinção/cancelamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, juntando-se comprovante no processo que deu origem à contratação.
11.5. A extinção/cancelamento da contratação será regulada, subsidiariamente, pelas disposições da LCM 14/22 e de seu regulamento.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

12.1. As regras a respeito do recebimento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras a respeito das infrações e sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS E DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
14.2. O Contratante possui a prerrogativa de aplicar as medidas cautelares administrativas, nos termos dos artigos 245 a 247 da LCM 14/22.
14.3. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

14.4. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
14.5. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.
14.6. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

14.7. A PGM proporá as medidas judicias cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.
14.8. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
14.9. Em não sendo a hipótese do subitem 14.8 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.
14.10. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

a) suspensão e retenção do pagamento;
b) suspensão do direito de licitar e contratar;
c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;
d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução da contratação e necessários à sua continuidade.

14.11. A medida prevista na alínea "a" do subitem 14.10 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento.

14.12. Aplicada a medida prevista nas alíneas "c" ou "d" do subitem 14.10, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste instrumento será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

15.2. Para a solução de casos omissos e para a interpretação das regras e consequências da presete contratação serão observadas as disposições contidas na na LCM 14/22, na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 9.784, de 1999, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais que fazem parte integrante deste documento, independentemente de suas transcrições.

15.3. A contratação regular-se-á pelas cláusulas aqui previstas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 150, da LCM 14/22.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA HABILITAÇÃO

16.1. O Contratado fica obriga a manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as seguintes condições de habilitação e qualificação:

a) jurídica;

b) fiscal e trabalhista; e

c) técnica.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

17.1. O Contratado é objetivamente responsável, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas e omissões na execução da contratação.

17.2. No âmbito administrativo o Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.

17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

17.6. O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.

17.8. Se por qualquer motivo a Administração municipal vier a ser demandada em juízo por terceiros, em razão do fornecimento do produto/prestação do serviço ora contratado, o Município irá se utilizar do instituto da denunciação da lide, oportunidade em que o Contratado irá se responsabilizar exclusivamente por eventuais indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário, mesmo que em desfavor do Município, isentando este de qualquer responsabilidade.

18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES

18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, o Contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução do objeto;

b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução do objeto;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "Prática Coercitiva": Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução da contratação;

e) "Prática Obstrutiva":

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas ao representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alínea anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

18.3. O servidor público que constatar alguma das condutas prevista acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.

18.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.5. As vedações de que trata o subitem 18.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

18.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 18.4 e 18.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

18.7. Não poderão participar desta contratação, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital de licitação ou do início do processo de contratação direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

18.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

18.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 18.8 a vedação de contratação prevista na alínea "e" do subitem 18.7, no que couber.

19. CLÁUSULA **DÉCIMA NONA** - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Considera-se para esta contratação:

19.1.1. Sistema de registro de preços: é o conjunto de procedimentos para realização de registro formal de preços relativos à bens ou serviços para contração futura e eventual com o Contratado.

19.1.2. Ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta aceita do Contratado.

19.1.3. Órgão gerenciador: órgão da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

19.2. Caberá à Secretaria Municipal gestora, com auxílio da Agente de Contratações e equipe de apoio, o controle e a administração dos preços registrados, e ainda o seguinte:

a) Gerenciar a ata de registro de preços;

b) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

19.3. Caberá aos órgãos municipais interessados na requisição da contração a verificação, junto à Secretaria Municipal da Fazenda Pública, a existência de recursos e de dotação orçamentária para emitir o requerimento de fornecimento/prestação de serviços de que trata o Termo de Referência.

19.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações.

19.5. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos da Cláusula Décima deste instrumento, cabendo ao Departamento de Contrações Públicas o controle e o acompanhamento de possíveis alterações dos preços, assim como aos demais órgãos gestor e participantes desta contratação.

19.5.1. Os preços registrados atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

19.6. Os preços registrados serão publicados trimestralmente no órgão de comunicação oficial do Município, para orientação da Administração.

19.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preços constantes do registro de preços, em razão de incompatibilidade destes com os vigentes no mercado.

19.7.1. A impugnação de que trata o subitem 19.7 deverá ser encaminhada, mediante protocolo, ao Agente de Contratações e equipe de apoio, devendo conter a qualificação do impugnante, as razões de fato e elementos probatórios, se houver.

19.8. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração, nos termos da LCM 14/22.

19.8.1. A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.

19.8.2. Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação.

20. CLÁUSULA **VIGÉSIMA** - DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município será providenciada pelo Contratante e a íntegra do processo de contratação direta será divulgada no Portal de Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

21. CLÁUSULA **VIGÉSIMA PRIMEIRA** - DO FORO

21.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Américo Bellé, e pelo(a) **Sr.(a) -------**, representante do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia xx de xxxxxxx de 202x.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

XXXXXXX
Representante Legal do Contratado
XXXXXX

ANEXO IX
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/202X

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.792.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Américo Bellé, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, inscrito(a) no CNPJ sob o nº xxxxxxxxxxxx, sediado(a) no seguinte endereço: xxxxxxxxxxx, nº xxx, bairro: xxxxxxx, CEP: xxxxxxxxxx, no Município de xxxxxxxxxxxxxxx, com o seguinte endereço eletrônico: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: xxxxxxxxxxxx, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). xxxxxxxxxxxxxxxx, CPF Nº xxxxxxxxxx, com função de: xxxxxxxxxxxxxxxxxx, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação do Pregão nº XX/202X** e em observância às disposições da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 **(LCM 14/22)** e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições enunciadas neste instrumento.

ÓRGÃO GESTOR DO CONTRATO:
Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DA CONTRATAÇÃO:
Secretaria Municipal de xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

1.2. DESCRIÇÃO DO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Item	Código	Descrição do produto/serviço	Marca/Modelo	Unidade de medida	Quantidade estimada	Preço unitário estimado (R$)	Preço total estimado: (R$)
1							
2							
3							

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) o Termo de Referência;
b) o Edital da Licitação;
c) a Proposta do contratado;
d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no termo de referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.3. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

2.3.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

a) identificação do órgão público solicitante;
b) descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;
c) local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;
d) prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;
e) quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;
f) justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;
g) assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

2.4. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 2.3.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

2.5. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.6. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.7. A recusa fundamentada no subitem 2.6 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

2.8. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

2.9. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.3.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

2.10. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 2.3.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **xx (xxxxxx) meses**, contados a partir da emissão e assinatura deste instrumento pelo Prefeito Municipal.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R$ XXXXX (XXXXXXX).

4.1.1. O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

a) fornecer o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos da cláusula segunda deste instrumento;

b) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;

d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no ato do fornecimento objeto ou no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o fornecimento ou a prestação dos serviços;

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem a observância do disposto neste instrumento;

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no fornecimento do objeto/execução dos serviços;

g) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração;

h) caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratado os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços;

i) o Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

1.13. **j)** em se tratando de aquisição, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

k) Em se tratando de prestação de serviços, manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

l) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Em se tratando de prestação de serviços, prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

s) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

t) não contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

u) não contratar pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atue na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

v) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

w) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

y) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

z) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;

aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

bb) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 182, II, d, da LCM 14/22.

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

dd) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.14. **ee)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.15. **ff)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

1.16. **gg)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.17. **hh)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.18. **ii)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

1.19.

5.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

1.20. **5.2.1. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência,** é permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e nos limites lá previstos, observando-se as seguintes condições:

1.20.1. **a)** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

1.20.2. **b)** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.21. **5.2.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

1.21.1. **5.2.3.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.22. **5.2.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Além do disposto no Termo de Referencia, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e normas aplicáveis;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o disposto no § 4º do art. 201 da LCM 14/22;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e seus anexos;

h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ou que não cumprem os requisitos mínimos para avaliação e compreensão do pedido.

j) A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. As regras a respeito do pagamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na(s) dotações indicadas no parecer contábil que integra o processo de contratação.

9. CLÁUSULA NONA - DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da LCM/14/22, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

9.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

9.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. Preposto.

9.5.1. O Contratado designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

9.5.2. Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade

9.6. Reunião Inicial.

9.6.1. Após a assinatura do Contrato e a designação do Gestor e Fiscal(is) da Contratação (caso não tenham sido designados no TR), será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Termo de Referência e seus anexos, Edital, se houver, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do objeto da contratação.

9.6.2. A reunião ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

9.6.3. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

a) Presença, física ou virtual, do representante legal da contratada, que apresentará o(s) seu(s) preposto(s);

b) Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência, se houver;

c) esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;

d) Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

e) Apresentação das declarações/certificados do fabricante, se houver, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada no termo de referência, se houver.

9.7. Fiscalização.

9.7.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) da contratação, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da LCM14/22, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

9.8. Fiscalização Técnica.

9.8.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no TR, anexos, instrumento contratual e Edital, se houver, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

9.8.1.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

9.8.1.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

9.8.1.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

9.8.1.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

9.8.1.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil (**mínimo de dois meses de antecedência**), o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à realização de novo processo de contratação.

9.8.2. Integram as atribuições do fiscal técnico:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato com informações pertinentes às suas atribuições;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à prorrogação contratual;

h) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

i) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Provisório quando da entrega do objeto constante na Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens, com o apoio do Fiscal Requisitante;

j) avaliar a qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e justificativas, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos no processo de contratação, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

k) identificar não conformidades com os termos contratuais, em conjunto com o agente público técnico da área ou dos agentes responsáveis pela requisição da contratação;

l) verificar a manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, em conjunto com o Fiscal Administrativo do Contrato;

m) encaminhar as demandas de correção cobertas por garantia ao contratado;

n) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

o) verificar a manutenção das condições definidas nos Modelos de Execução e de Gestão do contrato, em conjunto com o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação; e

p) apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato.

9.9. Fiscalização Administrativa.

9.9.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

9.9.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

9.9.3. Integram as atribuições do fiscal administrativo:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar, se for o caso, a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, informar a SELOG, a SEFAZ e a PGM, para a tomada das providências cabíveis, incluindo a retenção de pagamentos;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado;

f) verificar a aderência aos termos contratuais e atuação tempestiva na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

g) verificar as regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento;

h) apoiar o(s) agente(s) responsável(is) pela requisição da contratação na verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação;

i) apoiar o Gestor do Contrato na manutenção do Histórico de Gestão do Contrato;

j) no caso de substituição ou inclusão de empregados do contratado, relacionados diretamente à execução do objeto da contratação, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

9.10. Do Gestor do Contrato.

9.10.1. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas abaixo, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

9.10.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

9.10.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

9.10.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

9.10.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão designada e nos termos da LCM 14/22.

9.10.6. O gestor do contrato deverá elaborará relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

9.10.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato e demais documentos do processo de contratação.

9.10.8. Integram as atribuições do Gestor do Contrato:

a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;

b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;

c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;

e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente ao Departamento de Contratações Públicas ou outro órgão competente para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;

f) elaborar com as informações obtidas durante a execução do contrato o relatório final de consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

g) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

h) confeccionar e assinar o Termo de Recebimento Definitivo, com base nas informações produzidas no recebimento provisório, na avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e na conformidade e aderência aos termos contratuais, com o apoio da comissão de recebimento definitivo, se houver, ou em conjunto com o responsável da Secretaria Municipal gerenciadora da contratação;

i) tomar providências para a formalização de processo administrativo sancionador para fins de aplicação de sanções;

j) encaminhar formalmente as demandas ao contratado;

k) manter o Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;

l) encaminhar as demandas de correção não cobertas por garantia ao contratado;

m) encaminhar a indicação de glosas e sanções para o órgão competente;

n) autorizar o faturamento, com base nas informações produzidas no Termo de Recebimento Definitivo, a ser encaminhada ao preposto do contratado; e

o) encaminhar ao Departamento de Contratações Públicas os eventuais pedidos de modificação contratual.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DAS ALTERAÇÕES, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO, DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

10.1. É permitida a realização de prorrogação contratual, nos termos da LCM 14/22.

10.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.23. **10.1.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo, cuja publicação do seu extrato, no diário oficial eletrônico do Município, constituirá a validade da prorrogação, mantendo-se a eficácia suspensa até a assinatura do documento pelas partes.

1.24. **10.1.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.2. Prorroga-se automaticamente a vigência do contrato, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente de publicação oficial, quando necessário para a realização dos atos destinados à formalização da alteração contratual.

10.3. Toda alteração ou prorrogação contratual deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.

10.4. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10.5. As supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes, ou na hipótese de o presente contrato derivar de uma ata de registro de preços, poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

10.6. nas hipóteses de prorrogações contratuais previstas nos artigos 166, 167 e 173, todos da LCM 14/22, por necessidade da Administração ou quando acordado pelas partes, nos casos em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, além dos casos em que a vigência contratual é superior a um ano, é devido o reajustamento em sentido estrito do contrato.

10.6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema.

10.6.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.6.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

10.6.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.7. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é procedimento formal para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, como nos casos de alteração unilateral do contrato pela Administração ou nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no processo de contratação, que observará o disposto no LCM 14/22 e seu regulamento.

10.8. A **repactuação** é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro de contrato utilizada para serviços contínuos, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, quando se tratar de custos decorrentes de aumento com a mão de obra;

10.8.1. A repactuação somente é aplicável nas contratações cujo objeto possua natureza de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

10.8.2. Na hipótese de repactuação, observar-se-ão as regras previstas no art. 192, da LCM 14/22.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO/CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. As regras a respeito da extinção/cancelamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

11.2. A extinção/cancelamento da contratação, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.2.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do Contratado, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução da contratação, até a data da extinção/cancelamento.

11.3. A extinção/cancelamento da contratação por culpa do Contratado acarretará a retenção de valores eventualmente devidos pelo Contratante, na hipótese de serem devidas multas e indenizações, bem como eventuais prejuízos causados ao Contratante.

11.4. A comunicação da extinção/cancelamento da contratação ao Contratado será feita pelo Agente de Contratações, por meio eletrônico, e o ato de extinção/cancelamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, juntando-se comprovante no processo que deu origem à contratação.

11.5. A extinção/cancelamento da contratação será regulada, subsidiariamente, pelas disposições da LCM 14/22 e de seu regulamento.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

12.1. As regras a respeito do recebimento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As regras a respeito das infrações e sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS E DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS

14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14.2. O Contratante possui a prerrogativa de aplicar as medidas cautelares administrativas, nos termos dos artigos 245 a 247 da LCM 14/22.

14.3. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;

b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;

c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;

d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

14.4. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.

14.5. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.

14.6. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;

b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

14.7. A PGM proporá as medidas judicias cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.

14.8. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

14.9. Em não sendo a hipótese do subitem 14.8 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.

14.10. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

a) suspensão e retenção do pagamento;

b) suspensão do direito de licitar e contratar;

c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;

d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

14.11. A medida prevista na alínea "a" do subitem 14.10 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento.

14.12. Aplicada a medida prevista nas alíneas "c" ou "d" do subitem 14.10, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste instrumento será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.

15.2. Para a solução de casos omissos e para a interpretação das regras e consequências da presete contratação serão observadas as disposições contidas na na LCM 14/22, na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 9.784, de 1999, bem como nos demais

regulamentos e normas administrativas federais e municipais que fazem parte integrante deste documento, independentemente de suas transcrições.

15.3. O contrato regular-se-á pelas cláusulas aqui previstas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 150, da LCM 14/22.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA HABILITAÇÃO

16.1. O Contratado fica obriga a manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as seguintes condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica.

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

17.1. O Contratado é objetivamente responsável, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas e omissões na execução da contratação.

17.2. No âmbito administrativo o Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.

17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.

17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.

17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

17.6. O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.

17.8. Se por qualquer motivo a Administração municipal vier a ser demandada em juízo por terceiros, em razão do fornecimento do produto/prestação do serviço ora contratado, o Município irá se utilizar do instituto da denunciação da lide, oportunidade em que o Contratado irá se responsabilizar exclusivamente por eventuais indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário, mesmo que em desfavor do Município, isentando este de qualquer responsabilidade.

18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES

18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, o Contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) "Prática Corrupta": Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) "Prática Fraudulenta": A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) "Prática Colusiva": Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) "Prática Coercitiva": Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) "Prática Obstrutiva":

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas ao representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alínea anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

18.3. O servidor público que constatar alguma das condutas prevista acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.

18.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.5. As vedações de que trata o subitem 18.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

18.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 18.4 e 18.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

18.7. Não poderão participar desta contratação, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital de licitação ou do início do processo de contratação direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

18.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

18.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 18.8 a vedação de contratação prevista na alínea "e" do subitem 18.7, no que couber.

19. CLÁUSULA **DÉCIMA NONA** - DA PUBLICAÇÃO

19.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município será providenciada pelo Contratante e a íntegra do processo de contratação direta será divulgada no Portal de Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

20. CLÁUSULA **VIGÉSIMA** - DO FORO

20.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Américo Bellé, e pelo(a) **Sr.(a) -------**, representante do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia xx de xxxxxxx de 202x.

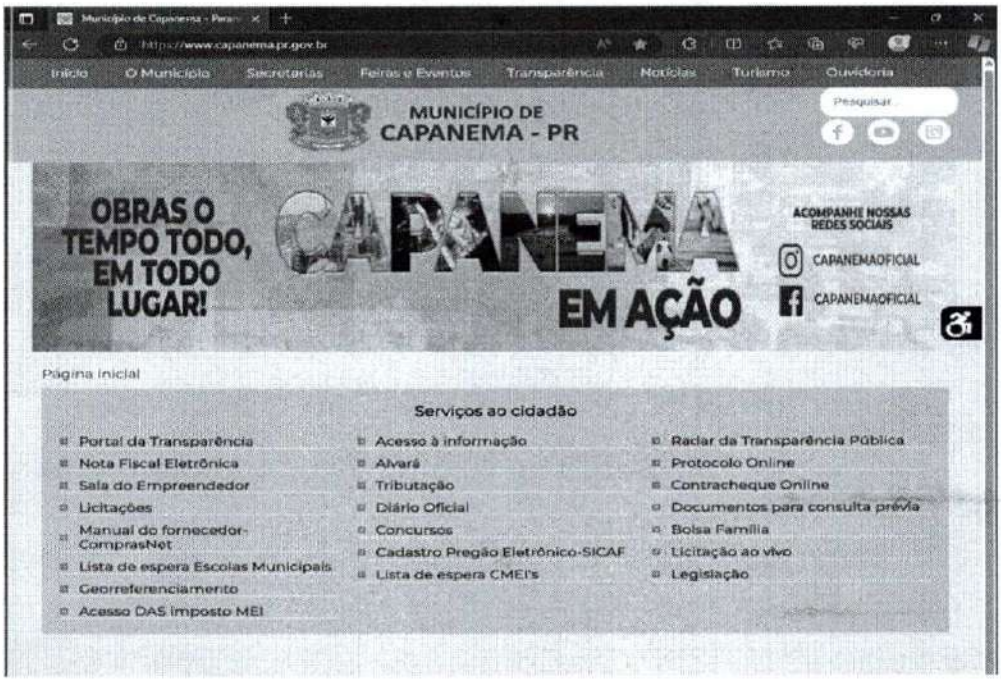
Américo Bellé
Prefeito Municipal

XXXXXXX
Representante Legal do Contratado
XXXXXX

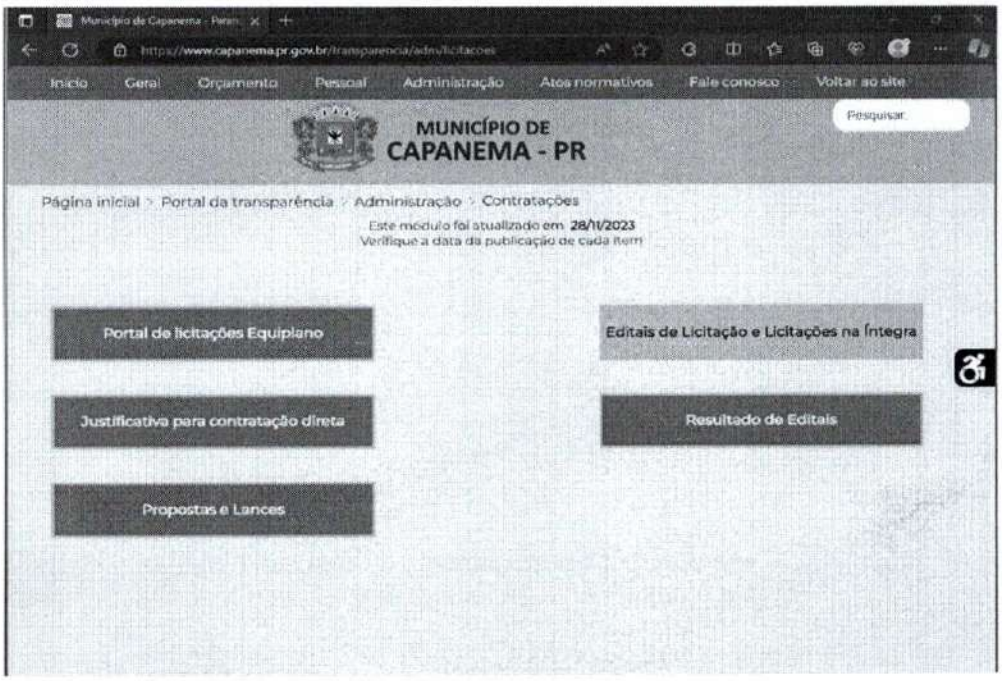
0 6 301

ANEXO X
ORIENTAÇÕES PARA GERAÇÃO/REDAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS EXCLUSIVO PARA PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

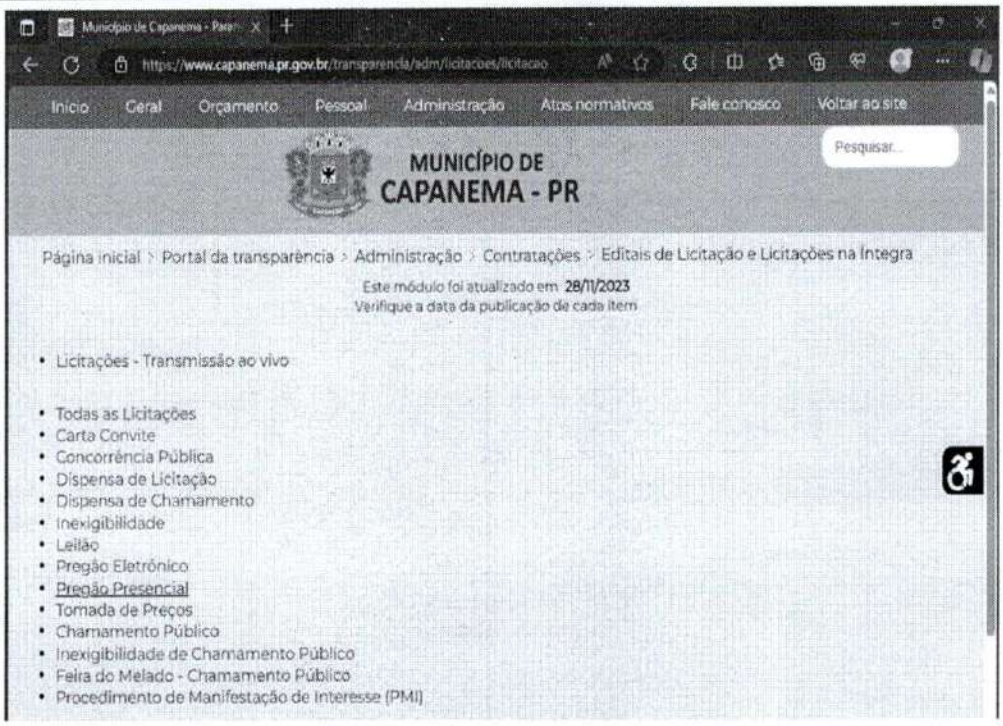
1. Acessar portal eletrônico do Município(www.capanema.pr.gov.br), clique no link "Licitações".



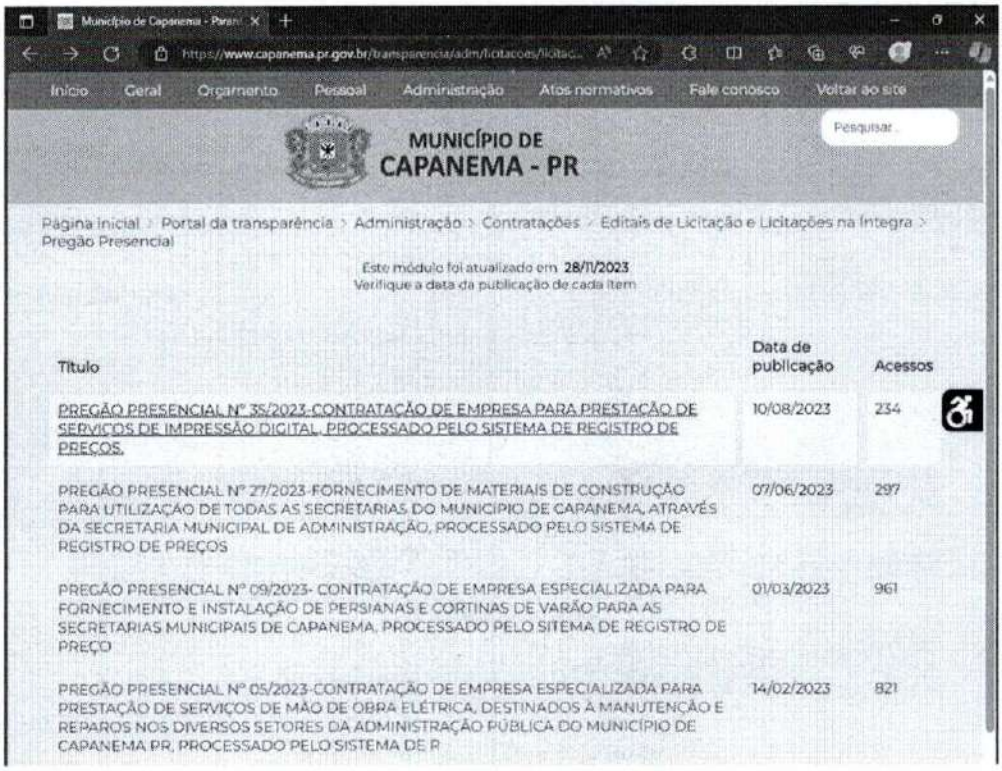
2. Depois de acessar o portal eletrônico do Município, clique no link "Licitações", depois clique em "Editais de Licitação e Licitações na Íntegra".

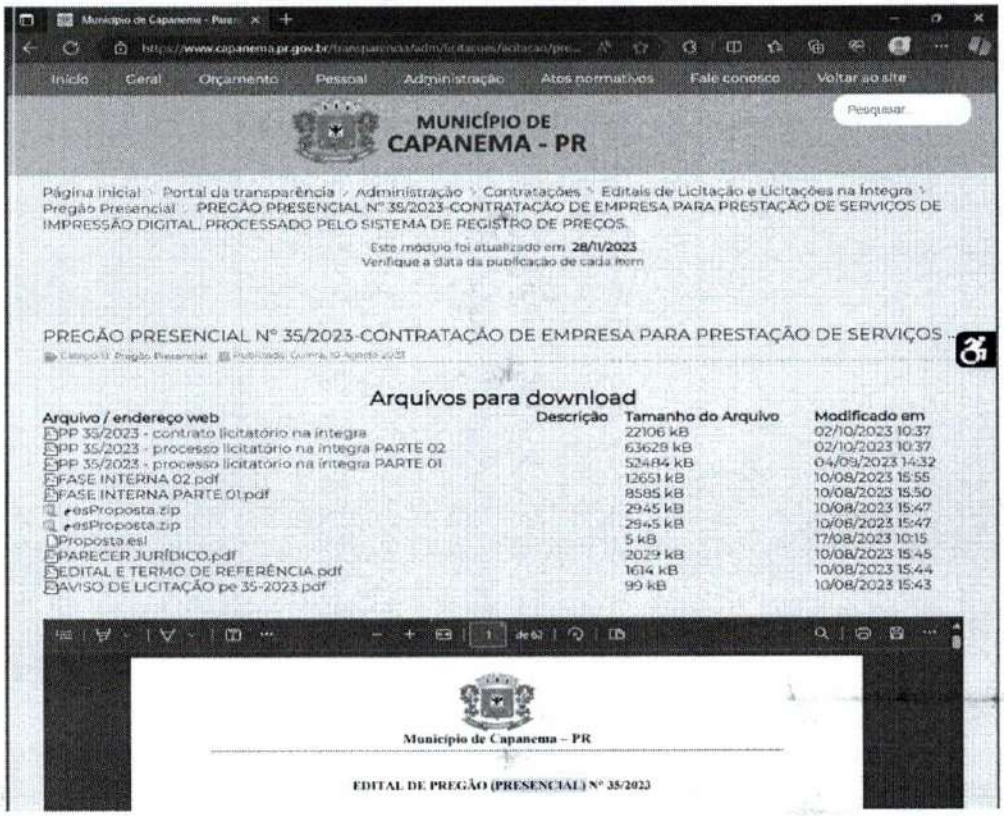


3. Clique em **"Pregão Presencial"** e, depois, a licitação correspondente.

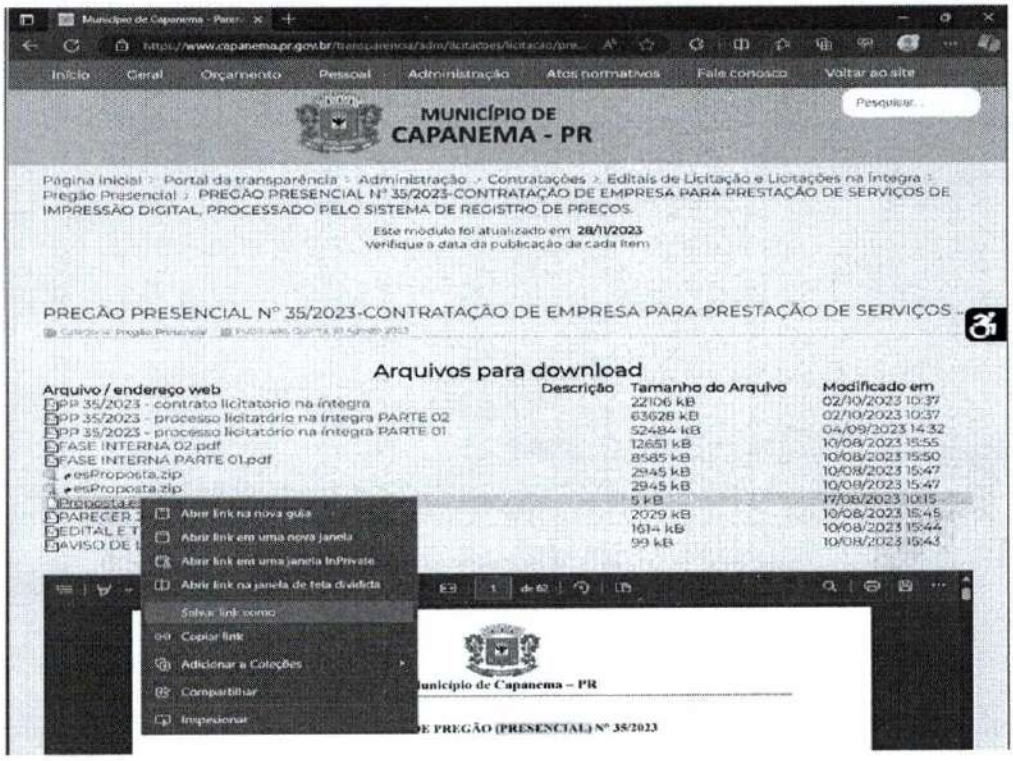

Município de Capanema - Paran
https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitacao
Início Geral Orçamento Pessoal Administração Atos normativos Fale conosco Voltar ao site
Pesquisar...
MUNICÍPIO DE
CAPANEMA - PR
Página inicial > Portal da transparência > Administração > Contratações > Editais de Licitação e Licitações na Íntegra
Este módulo foi atualizado em 28/11/2023
Verifique a data da publicação de cada item
• Licitações - Transmissão ao vivo
• Todas as Licitações
• Carta Convite
• Concorrência Pública
• Dispensa de Licitação
• Dispensa de Chamamento
• Inexigibilidade
• Leilão
• Pregão Eletrônico
• Pregão Presencial
• Tomada de Preços
• Chamamento Público
• Inexigibilidade de Chamamento Público
• Feira do Melado - Chamamento Público
• Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI)

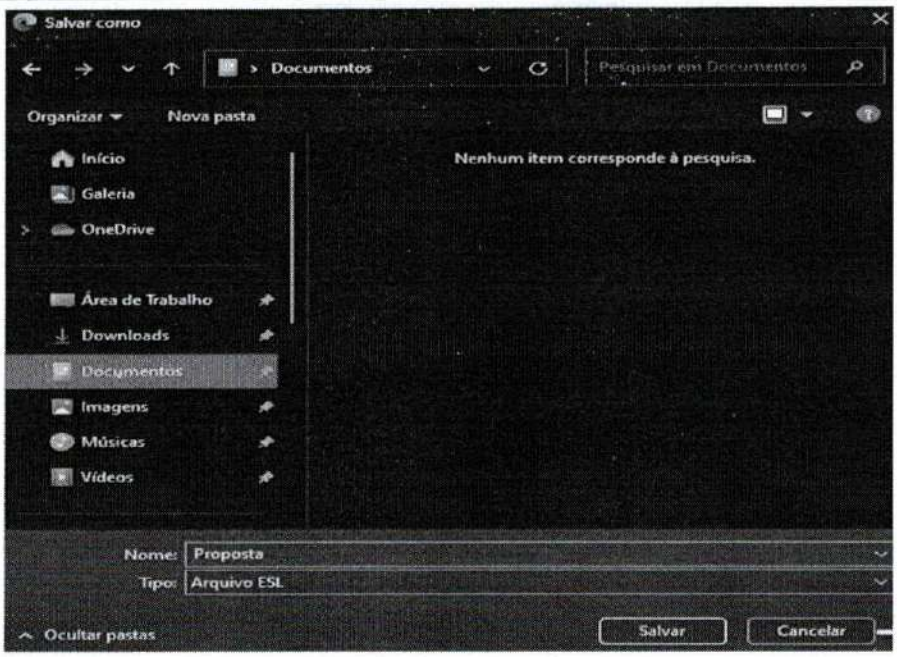
Exemplo:


Município de Capanema - Paran
https://www.capanema.pr.gov.br/transparencia/adm/licitacoes/licitac...
Início Geral Orçamento Pessoal Administração Atos normativos Fale conosco Voltar ao site
Pesquisar...
MUNICÍPIO DE
CAPANEMA - PR
Página inicial > Portal da transparência > Administração > Contratações > Editais de Licitação e Licitações na Íntegra > Pregão Presencial
Este módulo foi atualizado em 28/11/2023
Verifique a data da publicação de cada item
Título
Data de publicação
Acessos
PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2023-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPRESSÃO DIGITAL, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 10/08/2023 234
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2023-FORNECIMENTO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE CAPANEMA, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/06/2023 297
PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/2023- CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE PERSIANAS E CORTINAS DE VARÃO PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CAPANEMA, PROCESSADO PELO SITEMA DE REGISTRO DE PREÇO 01/03/2023 961
PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2023-CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ELÉTRICA, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E REPAROS NOS DIVERSOS SETORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA PR, PROCESSADO PELO SISTEMA DE R 14/02/2023 821



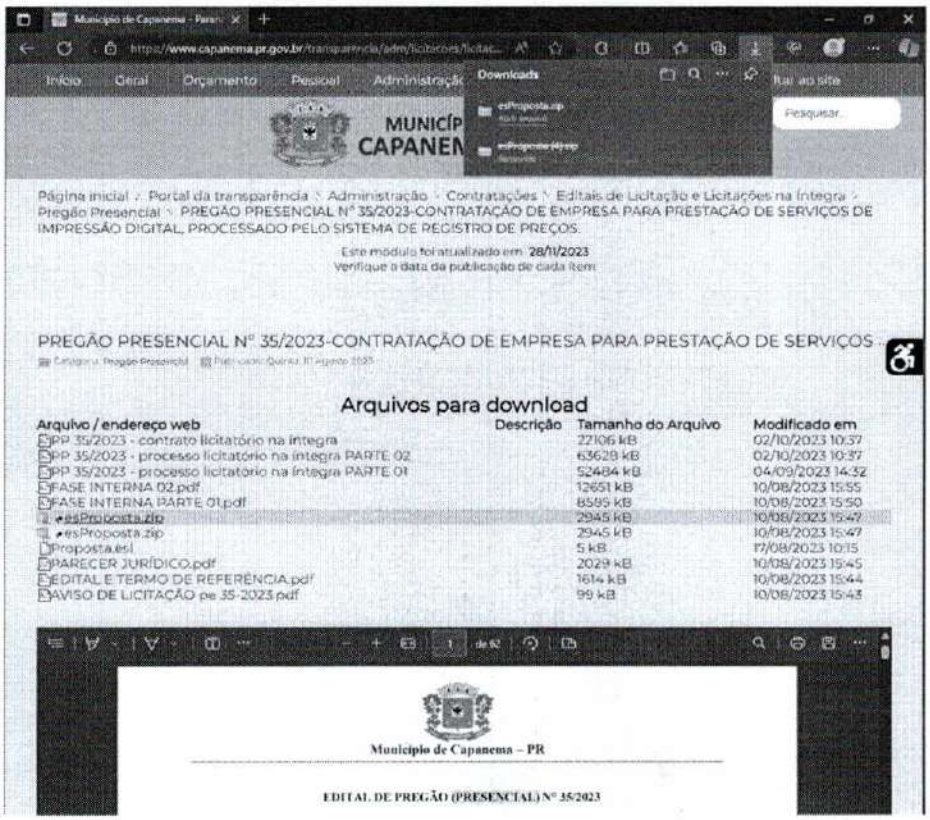
4. Clique com o botão auxiliar do mouse sobre o arquivo "Proposta.esl" e após clique em: "Salvar Link como", conforme tela a seguir:



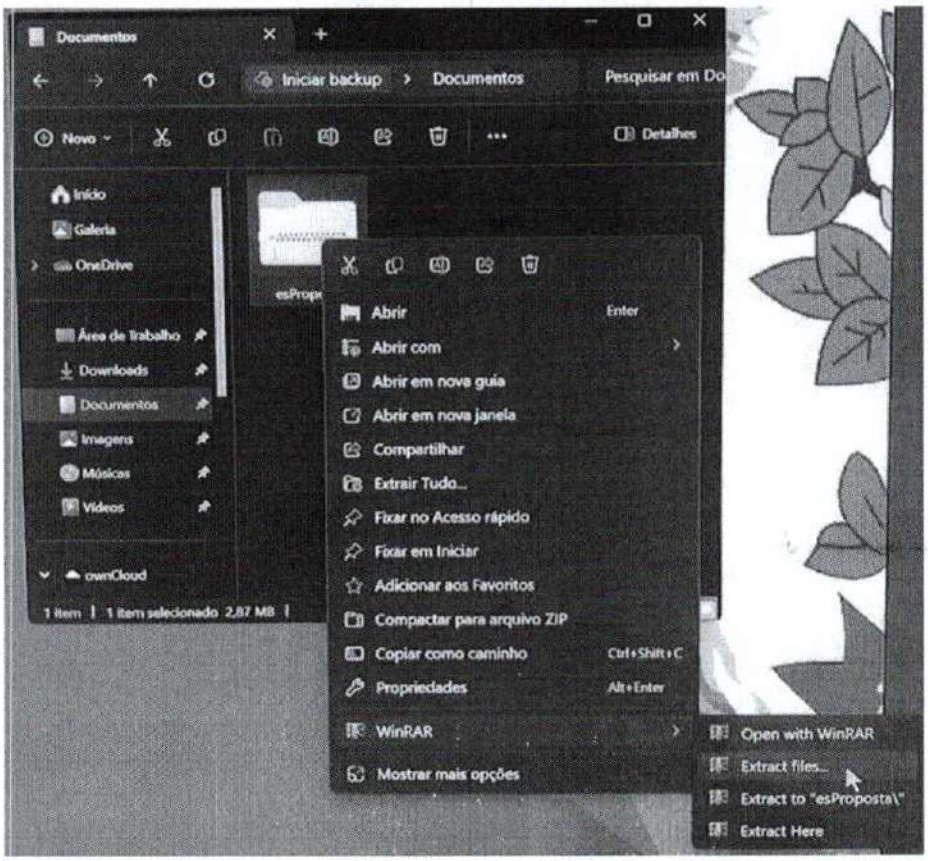


5. Salve o arquivo em um local de fácil acesso no seu seu computador.

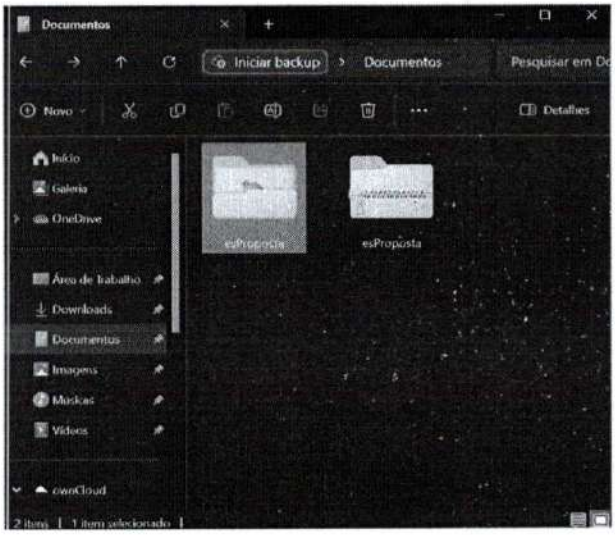
6. Após, volte ao portal eletrônico e clique em: "esProposta.zip" (para baixar o arquivo).

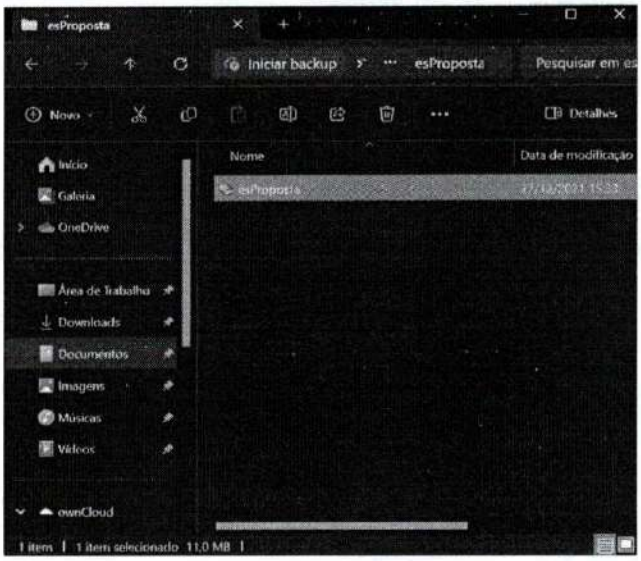


7. No local do seu computador onde foi salvo o arquivo "esProposta.zip", clique com o botão direito do mouse, selecione "WinRAR" e clique em; "Extract files...".



8. Clique em "Ok", abra a pasta correspondente e execute o arquivo.





9. Abrirá a seguinte tela:

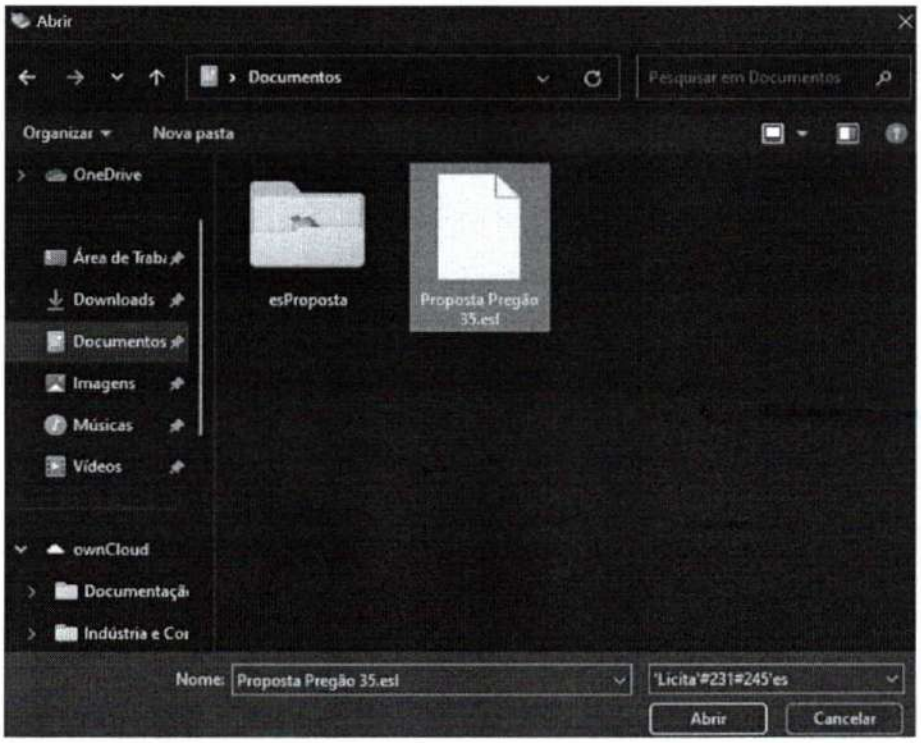


0 6. 307

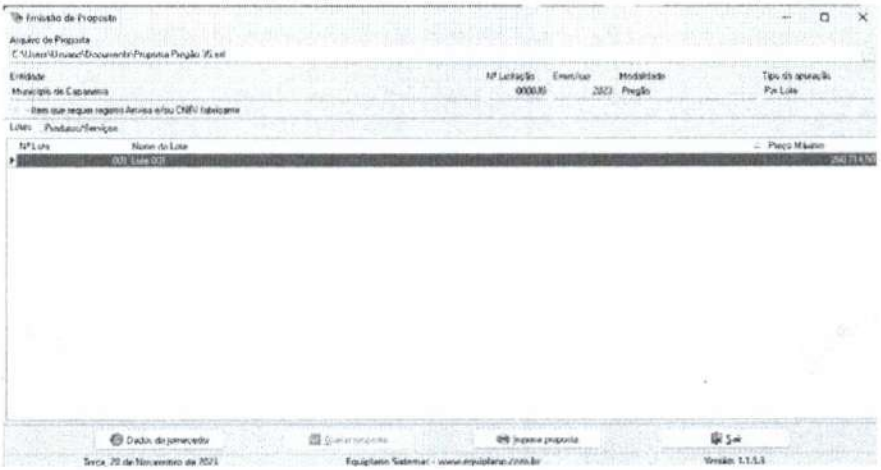
10. PREENCHIMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS: Para informar os valores e as marcas dos produtos contidos no anexo, proceda da seguinte forma:

10.1. Clique nos três pontinhos ao final do espaço em branco abaixo do dizer: "Arquivo da Proposta".

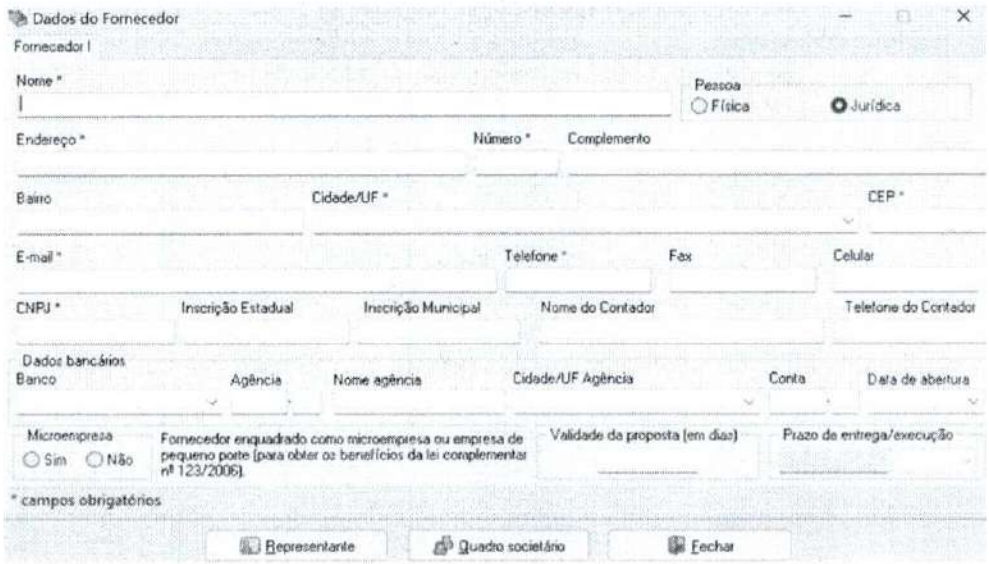
10.2. Busque, em seu computador, o arquivo da proposta, no local onde foi salvo o arquivo baixado do portal eletrônico do Município. Selecionado o arquivo, clique em abrir.



10.3. O sistema irá abrir importar os arquivos e aparecerá a seguinte tela:



10.4. Próximo passo: clique em "Dados do fornecedor", após preencha todos os campos.

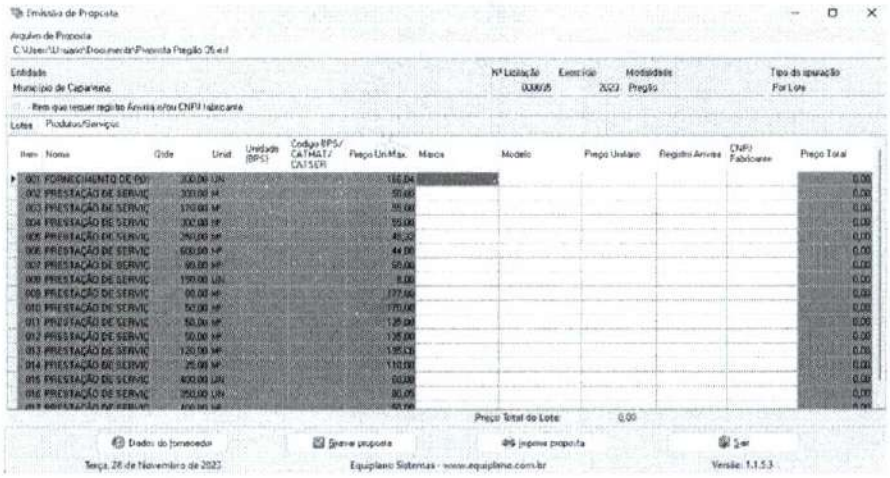


10.5. Após o preenchimento, abra o campo denominado "Representante", preencha, depois abra o campo "quadro societário", preencha todos os dados. Clique em fechar.

10.6. Após clicar em fechar, voltará para a seguinte tela:



10.7. Clique em produtos e serviços: vai abrir todos os lotes e itens da licitação.



10.7.1. Deverão ser preenchidos, obrigatoriamente, os preços, marcas e modelo. O valor deverá ser digitado utilizando o formato 9999,99. Não coloque ponto decimal para separar a casas dos milhares, apenas a virgula para separação dos centavos. Exemplos:

a) 1520,00 (certo)

b) 1.520,00 (errado).

10.7.2. Os valores devem digitados sempre respeitando a coluna de Preços unitário máximo para cada item.

11. TÉRMINO DO PREEENCHIMENTO:

11.1. Após o término da digitação, deve-se clicar em: "Grava proposta";

11.2. Salvar o Arquivo PROPOSTA.ESL gerado (Importante: testar o arquivo que foi gravado);

11.3. O arquivo gerado deverá ser encaminhado ao Departamento de Contratações Públicas na forma dos subitens 7.11 ou 7.11.1 do Edital.

11.4. No Botão imprimir proposta, imprimir o documento e coletar assinatura;

11.5. Acondiciona-los em envelope adequado identificado conforme solicita o Edital.

DECISÃO ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Considerando as informações e pareceres contidos no presente processo, cujos fundamentos integram a presente decisão, **AUTORIZO** o prosseguimento do processo de contratação, com a posterior publicação do Edital da licitação, nos termos da legislação aplicável.

Encaminhe-se ao Departamento de Contratações Púbicas para as providências necessárias.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 31 de julho de 2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº43/2024

Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote

Objeto: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor: R$ 259.721,89 (Duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos).

Abertura das propostas: 08h 30min. do dia 14/08/2024

Local: no Departamento de Contratações Públicas da Prefeitura Municipal de Capanema,

Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080– Capanema – Paraná – Centro.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR, 31 de julho de 2024

Roselia K. B. Pagani-Pregoeira

06 311

0 B 312

		- DOWNLOAD DOS EXAMES APÓS FIM DE CONTRATO, OU ENCAMINHAR PARA OUTRO PACS E OU DOWNLOAD DOS EXAMES ARMAZENADOS NA NUVEM PARA DISCOS FÍSICOS REMOVÍVEIS. - MANUTENÇÃO E SUPORTE 24X7 VINTE E QUATRO HORAS POR DIA 7 DIAS POR SEMANA. - MANUAL DO PACS EM PORTUGUÊS E COM REGISTRO NA ANVISA. - REGISTRO ANVISA Nº 81755870001.					

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 31 de julho de 2024.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

ROBSON ADÃO FAGUNDES DOS SANTOS
Representante Legal
RDICOM SISTEMAS MEDICOS LTDA
Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2024

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO nº42/2024.
Tipo de Julgamento: Menor preço Por Lote.
Modo de Disputa: Aberto
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS, EQUIPAMENTOS E BANHEIROS QUÍMICOS PARA EVENTOS, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

R$ 1.792.943,85 (Um milhão setecentos e noventa e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e oitenta e cinco centavos)

Abertura das propostas: 08:30 Horas do dia 14/08/2024.
Local: https://www.comprasgovernamentais.gov.br, demais informações podem ser adquiridas no Departamento de Contratações Públicas, Prefeitura Municipal de Capanema, sito a Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro de Capanema/PR e também no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema, 31/07/2024

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

O MUNICÍPIO DE CAPANEMA, Estado do Paraná, torna público que realizará Processo Licitatório, nos termos a seguir:

Modalidade: Pregão Presencial nº 43/2024
Tipo de Julgamento: Menor preço por Lote
Objeto: SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.
Valor: R$ 259.721,89 (Duzentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e oitenta e nove centavos).

Abertura das propostas: 08:30 horas do dia 14/08/2024
Local: no Departamento de Contratações Públicas da Prefeitura Municipal de Capanema, Av. Gov. Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - Centro de Capanema/PR.

Demais informações poderão ser obtidas no endereço acima citado em horário normal de expediente e no site www.capanema.pr.gov.br.

Capanema-PR, 31 de julho de 2024.

Roselia K.B.Pagani
Pregoeira

DECRETOS

DECRETO Nº 7.569, DE 25 DE JULHO DE 2024.

Abre Créditos Adicionais Especiais no valor de R$ 4.200,00.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme disposto na Lei Municipal nº 1.887, de 30 de abril de 2024 e na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Ficam abertos os Créditos Adicionais Especiais valor de R$ 4.200,00 (quatro mil e duzentos reais), conforme classificação funcional programática abaixo:

ÓRGÃO: 10.00–SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE - SEAMA
UNIDADE: 10.02 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
ATIV: 18.541.1801.2-532–CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ-CISPAR
CONTA/ELEMENTO: 6559 - 3.3.71.70.00.00 – RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
VALOR: R$ 4.200,00 (recurso por cancelamento)

TOTAL DE SUPLEMENTAÇÕES.....R$ 4.200,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, serão oriundos do cancelamento parcial da seguinte dotação orçamentária, conforme o previsto no § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17/03/1964:

ÓRGÃO: 07.00–SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA - SEMEC
UNIDADE: 07.01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
ATIVIDADE: 12.361.1201-2-114 – ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB
CONTA/ELEMENTO: 1310 - 3.1.90.13.00.00 – CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS
FONTE RECURSO: 000 – RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES – EXERCÍCIO CORRENTE
VALOR: R$ 4.200,00

TOTAL DE CANCELAMENTOS.....R$ 4.200,00

Art. 3º Autoriza o Poder Executivo Municipal a ajustar a Lei nº 1.783/2021 do Plano Plurianual, Lei nº 1.868/2023 de Diretrizes Orçamentárias e a Lei nº 1.875/2023 do Orçamento Anual para o exercício de 2024, autorizando a inclusão da atividade 2-532 - Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná - CISPAR.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono,**

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

0 B. 313

Voltar

Registrar processo licitatório

Informações Gerais

Município: CAPANEMA

Entidade Executora: MUNICÍPIO DE CAPANEMA

Os campos Ano,Nº e Modalidade devem ser iguais aos informados (à informar) no SIM-AM

Ano*: 2024

Modalidade*: Pregão

Nº licitação/dispensa/inexigibilidade*: 43

Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito

A licitação utiliza estes recursos? ☐

Número edital/processo*: 43

Descrição do Objeto*: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Forma de Avalição: Menor Preço

Dotação Orçamentária*: 05001041220102202305203390300

☐ A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação? (artigo 34 da Lei Federal 13.303/2016)

Preço máximo/Referência de preço - R$*: 259.721,89

Data de Lançamento do Edital: 31/07/2024

Data da Abertura das Propostas: 14/08/2024

Há itens exclusivos para EPP/ME? Não

Há cota de participação para EPP/ME? Não

Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME? Não

Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais? Não

Confirmar

CPF: 63225824968 (Logout)

Edital nº 43/2024

Última atualização 01/08/2024

Local: Capanema/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CAPANEMA

Unidade compradora: 23 - Atividades da Secretaria de Administracao

Modalidade da contratação: Pregão - Presencial **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 28, I **Tipo:** Edital

Modo de Disputa: Aberto **Registro de preço:** Não

Data de divulgação no PNCP: 01/08/2024 **Situação:** Divulgada no PNCP

Data de início de recebimento de propostas: 14/08/2024 08:30 (horário de Brasília)

Data fim de recebimento de propostas: 14/08/2024 08:30 (horário de Brasília)

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000117/2024 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Justificativa da Modalidade Presencial:

Objeto:

AQUISICAO DE TRANSFORMADOR TRIFASICO MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA ELETRICISTA PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS.

Informação complementar:

Inexistente

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R$ 259.721,89

Itens | Arquivos | Histórico

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado	Detalhar
1	ARAME GALVANIZADO 14MM	10	R$ 23,69	R$ 236,90	
2	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	R$ 8,94	R$ 2.682,00	
3	CABO 25MM COM ISOLACAO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSAO	300	R$ 8,62	R$ 2.586,00	
4	CABO DE COBRE SEMI RIGIDO HEPR 1KV 70MM	50	R$ 80,36	R$ 4.018,00	
5	CABO SEMI RIGIDO 95MM COBRE	40	R$ 115,33	R$ 4.613,20	



Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e conteúdo das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

Texto destinado à exibição de informações relacionadas à licença de uso.

Assunto: pedido de esclarecimento
De: "Daniela Schlindwein Blasi" <contabil02@blume.com.br>
Data: 05/08/2024, 16:07
Para: <licitacao@capanema.pr.gov.br>

0 B 316

Boa Tarde, tudo bem?

Venho através deste pedir esclarecimento do edital pregão 43/2024, no TR pede atestado de capacidade técnica e curso ou especialização em manutenção de redes de alta tensão. Minha dúvida é estes documentos precisam ser em nome do mesmo profissional ou pode ser o atestado em nome de um e o curso no nome do outro?

Exemplo:
Atestado em nome de João
Curso em nome de José

Favor confirmar recebimento
Obrigada.

Atenciosamente,

Escritório Contábil Blume
Fone (46)3552-1288
Cel. (46)99911-4898
Rua Rio de Janeiro, 1445, centro,
Capanema-PR

Município de Capanema – PR
Departamento de Contratações Públicas

Pregão Presencial nº **43/2024**

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Trata-se de pedido de esclarecimentos formulado por **ESCRITÓRIO CONTÁBIL BLUME**, em face do edital supracitado.

1 – ADMISSIBILIDADE

A proposição é **tempestiva**, eis que apresentada dentro do prazo previsto no **item 3.1** do instrumento convocatório e o disposto no artigo 267 da LCM 14/2022 (3 dias úteis antecedentes à data de abertura da sessão pública).

2 – SINTESE FÁTICA

A solicitante pede esclarecimentos se poderia ser em nome do mesmo profissional ou de profissionais distintos a qualificação técnica relativa ao Atestado de Capacidade Técnica e Curso de Especialização em Manutenção de Redes de Alta Tensão.

Pois bem.

3 - FUNDAMENTOS

Conforme preconiza o item 14 do TR, o **Atestado de Capacidade Técnica**, a **Comprovação** de conclusão de curso e/ou especialização em manutenção de redes de alta tensão e **Apresentação** de nome e número de cadastro de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), **detentor de atestado de responsabilidade técnica** por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 do TR, **poderão ser apresentados em nome de profissionais distintos**, desde que, o(s) profissional(is) habilitado(s), indicado(s) participem do serviço objeto do contrato, conforme prevê o item 14.1.3.1 do TR:

> **14.1.3.1.** O(s) profissional(is) habilitado, indicado(s) na forma dos **itens 14.1.1, 14.1.2** e **14.1.3** deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado previamente e por escrito pela Administração.

4 - MANIFESTAÇÃO

Ante o exposto, conclui-se que, poderão ser apresentados os documentos relativos à qualificação técnica, tanto em nome de um mesmo profissional, quanto em nome de profissionais

distintos, desde que, quando apresentado mais de 1 (um) profissional, estes deverão participar do serviço objeto do contrato.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, 6 de agosto de 2024.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968

Assinado digitalmente por ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.06 14:05:03-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Roselia Becker Kruger Pagani
Pregoeira

Gmail

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com>

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com> 6 de agosto de 2024 às 14:07
Para: "contabil02@blume.com.br" <contabil02@blume.com.br>

Resposta ao pedido de Esclarecimentos - BLUME.pdf
864K

Assunto: Pedido de Esclarecimento
De: Marcia Sufridini <marciasufridini@gmail.com>
Data: 06/08/2024, 15:45
Para: licitacao@capanema.pr.gov.br

08. 320

Pedido de esclarecimento
Prefeitura Municipal de Capanema/PR
Pregão Presencial 43/2024

Prezados,
Segue abaixo pedido de esclarecimentos referente ao processo licitatório em epígrafe.

1. Alusivo à documentação relativa à qualificação técnica:
Quanto ao subitem 14.1.3.:
Para apresentação do nome e número de cadastro do profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica, poderá ser feito por ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de serviço com características semelhantes ao objeto do Termo de Referência?
Interpretando a redação, compreende-se que os atestados indicados nos subitens 14.1.1.(atestado de capacidade técnica) e no 14.1.3. (atestado de responsabilidade técnica) poderão ser de pessoas/profissionais distintos, e não há orientações acerca do atestado de responsabilidade técnica para este subitem.
Em razão disso, estou na dúvida se será aceita apenas ART.

Município de Capanema – PR
Departamento de Contratações Públicas

Pregão Presencial nº **43/2024**

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Trata-se de *Pedido de Esclarecimentos* formulado por **MARCIA SUFRIDINI** em face do edital supracitado.

1 – Admissibilidade.

A proposição é **tempestiva**, eis que apresentada dentro do prazo previsto no **item 3.1** do instrumento convocatório e o disposto no artigo 267 da LCM 14/2022 (3 dias úteis antecedentes à data de abertura da sessão pública).

2 – Síntese fática.

A solicitante pede esclarecimentos acerca da possibilidade do nome e número de cadastro do profissional, detentor de atestado de responsabilidade técnica previsto no item **14.1.3** do Termo de Referência, ser feito por ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de serviço com características semelhantes ao objeto do Termo de Referência.

Questiona se os atestados indicados nos subitens **14.1.1** e **14.1.3** poderão ser de pessoas/profissionais distintos, uma vez que não há orientações acerca do atestado de responsabilidade técnica para o subitem **14.1.3**.

3 – Fundamentos.

Em análise minuciosa aos subitens **14.1.1**, **14.1.2**, **14.1.3** e **14.1.4** verificou-se erro de digitação quanto à exigência de Anotação de Responsabilidade Técnica.

No item **14.1.1** o Termo de Referência exige Atestado de Capacidade Técnica. Por outro lado, da leitura do item **14.1.3** o TR exige "Atestado de Responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes ao serviços contidos no item 4 do TR".

Nesse ponto, convém destacar que a correta exigência do item **14.1.3** seria a de Anotação de Responsabilidade Técnica e não Atestado de Responsabilidade Técnica, conforme se extrai do Termo de Referência.

Nessa linha de raciocínio, quanto ao item **14.1.3** será exigido: "Apresentação de **nome e número de cadastro de profissional(is)** devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de **ANOTAÇÃO** de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART."

Desse modo, o **Atestado de Capacidade Técnica** exigido no item **14.1.1**, bem como a **Anotação de Responsabilidade Técnica** exigida no item **14.1.3** poderão ser apresentados em nome de profissionais distintos, desde que o(s) profissional(is) habilitado(s), indicado(s) participem do serviço objeto do contrato, conforme preconiza o item **14.1.3.1** do Termo de Referência.

4 – Manifestação.

À vista do exposto, é inconteste que no item **14.1.3** a exigência deverá ser de **ANOTAÇÃO** de Responsabilidade Técnica, podendo ser apresentada pelo mesmo profissional ou por profissional(is) distinto(s) daquele que apresentou **ATESTADO** de Capacidade Técnica, previsto no item **14.1.1**.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, 7 de agosto de 2024.

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968

Assinado digitalmente por ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.07 14:19:57-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Roselia Becker Kruger Pagani
Pregoeira

Gmail

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com>

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com> 7 de agosto de 2024 às 14:34
Para: "marciasufridini@gmail.com" <marciasufridini@gmail.com>

2 anexos

Resposta ao pedido de Esclarecimentos - MARCIA SUFRIDINI.pdf
143K

ERRATA 01.pdf
135K

Município de Capanema - PR

ERRATA Nº 01

A Pregoeira Sra. Roselia Kriger Becker Pagani, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024, alterações descritas a seguir.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

NO TERMO DE REFERÊNCIA O ITEM **14.1.3** onde lia-se:
14.1.3. Apresentação de nome e número de cadastro de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART

Leia-se
14.1.3. Apresentação de nome e número de cadastro de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de anotação de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART

Os demais itens permanecem inalterados.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 07 dia(s) do mês de agosto de 2024

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968

Assinado digitalmente por ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.07 14:31:03-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.2

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/Chefe do Departamento de Contratações Públicas do
Município de Capanema

08 325

Processo Dispensa Nº 35/2024

Data da Assinatura: 07/08/2024.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: S D CAPTA MAIS LTDA.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSULTORIA E ASSESSORIA TÉCNICA EM PROL DA EQUIPE ADMINISTRATIVA EM AÇÕES RELACIONADOS À APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.399/2022 - POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA (PNAB).

Valor total: R$8.650,00 (Oito Mil, Seiscentos e Cinqüenta Reais).

Américo Bellé
Prefeito Municipal

ERRATA Nº 01

A Pregoeira Sra. Roselia Kriger Becker Pagani, torna pública, a todas as empresas interessadas em participar do referido certame, a retificação do Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024, alterações descritas a seguir.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

NO TERMO DE REFERÊNCIA O ITEM 14.1.3 onde lia-se:

14.1.3. Apresentação de nome e número de cadastro de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART

Leia-se

14.1.3. Apresentação de nome e número de cadastro de profissional(is) devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de anotação de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART

Os demais itens permanecem inalterados.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 7 de agosto de 2024.

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/Chefe do Departamento de Contratações Públicas

Assunto: ESCLARECIMENTOS PREGÃO 43/2024
De: Adriano Raul Fasolo <arfasolo@gmail.com>
Data: 08/08/2024, 15:43
Para: Licitação <licitacao@capanema.pr.gov.br>

08 326

Boa tarde

Solicitamos esclarecimentos referente ao Pregão nº 43/2024.

Aguardamos retorno.

Cordialmente,

ADRIANO RAUL FASOLO
Engenheiro Eletricista
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-SC 115.946-7/D
Ampére - Paraná
✉ ·e-mail: arfasolo@gmail.com
☎ **cel: 46 99978-3708**
☎ **tel: 46 3547-1117**
🖳 ·http://www.fasoloengenharia.com.br/



Anexos:

ESCLARECIMENTO PREGAO 43-2024.pdf 171KB

FASOLO
ENGENHARIA

Ampére/PR, 08 de agosto de 2024

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
Pregão nº. 43/2024
Ref.: Esclarecimentos a respeito da execução dos serviços técnicos

Prezados,

A empresa A.R. FASOLO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 17.553.685/0001-04, por intermédio de seu administrador e responsável técnico ADRIANO RAUL FASOLO, vem mui respeitosamente e tempestivamente ao vosso expediente, solicitar esclarecimentos a respeito da execução dos serviços técnicos elencados no Pregão nº. 43/2024, conforme indexação abaixo.

1 – Não foi disponibilizado o projeto elétrico das instalações elétricas prediais de baixa tensão, para possibilitar avaliar a complexidade dos trabalhos, bem como a quantidade de elementos (eletricistas) necessários e o correto dimensionamento das instalações, por parte do projetista. Poderia disponibilizar?

2 – A instalação do transformador trifásico de 75kVA-13,8kV/220V-127V está condicionada a "indicação do fiscal no local", conforme descrito no edital. No entanto, sabe-se que, para execução de instalações elétricas em média tensão, com alimentação proveniente da rede COPEL até entrada de energia em média tensão, é necessária a apresentação de projeto elétrico, estudo de proteção e vistoria da unidade consumidora pela COPEL, para então liberar as instalações e o consumo. Diante disso, solicitamos a apresentação do projeto elétrico de média tensão com a instalação do novo transformador (previsto no edital), bem como os protocolos da COPEL de apresentação e aprovação do projeto. A falta dessa documentação implica em possível desligamento da unidade consumidora, haja visto que excesso de demanda pode fazer com que o sistema de proteção atue deliberadamente, interrompendo o fluxo de energia.

3 – Na leitura do edital, não está claro se os materiais elétricos licitados (de baixa tensão, tais como cabos, tomadas e etc) deverão ser instalados pela licitante. Poderia esclarecer? E o projeto, pode ser disponibilizado?

4 – Caso indicada a necessidade de instalação da licitante, existe o projeto elétrico? Pois para toda a instalação elétrica, deve-se ter um responsável técnico, que execute as instalações, seja em média ou baixa tensão, de acordo com as normas técnicas vigentes, sob pena de responder civil e criminalmente caso a instalação venha a causar ônus aos usuários e pessoas, ainda mais se tratando de uma feira onde tem aglomeração de pessoas. Diante da situação, o responsável técnico pela execução deverá vincular a ART do CREA-PR à ART do projeto e manter o documento em local de fácil acesso e fiscalização, pois se ocorrer danos elétricos, haverá algum responsável.

5 – Na relação de materiais apresentada, não está indicada a proteção de média tensão do transformador. Existe somente a chave fusível, mas sem a proteção e o seu dimensionamento (elo fusível). Diante do fato, existe a necessidade de indicação e retificação do presente edital, pois sem o elo fusível (proteção) o transformador não poderá ser energizado.

6 – Na relação de materiais, não consta a cinta de fixação do transformador no poste, impossibilitando a eventual execução/instalação. Diante do fato, qual a cinta dimensionada e a quantidade? O poste de instalação já está no local? Caso negativo, o edital deverá ser retificado.

ADRIANO RAUL FASOLO:04513209992

Assinado de forma digital por ADRIANO RAUL FASOLO:04513209992
Dados: 2024.08.08 15:39:56 -03'00'

ADRIANO RAUL FASOLO
Engenheiro Eletricista
Engenheiro de Segurança do Trabalho
CREA-SC 115.946-7/D
RG: 7.703.655-5 – SSP-PR
CPF: 045.132.099-92
Cargo: Proprietário/ Engenheiro

Município de Capanema – PR
Departamento de Contratações Públicas

Pregão Presencial nº **43/2024**

RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTOS

Trata-se de pedido de esclarecimentos formulado por **A.R FASOLO ENGENHARIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 17.553.685/0001-04, por intermédio de seu administrador e responsável ADRIANO RAUL FASOLO**, em face do edital supracitado.

1 – Admissibilidade.

A proposição é **tempestiva**, eis que apresentada dentro do prazo previsto no **item 3.1** do instrumento convocatório e o disposto no artigo 267 da LCM 14/2022 (3 dias úteis antecedentes à data de abertura da sessão pública).

2 – Questionamentos.

1. *"Não foi disponibilizado o projeto elétrico das instalações elétricas prediais de baixa tensão, para possibilitar avaliar a complexidade dos trabalhos, bem como a quantidade de elementos (eletricistas) necessários e o correto dimensionamento das instalações, por parte do projetista. Poderia disponibilizar?"*

Inicialmente, cumpre esclarecer que é exigido pela COPEL projeto elétrico para a substituição de transformador trifásico, especialmente em casos onde a substituição envolve mudanças significativas no sistema elétrico, tais como: aumento de carga, alterações na configuração, normas de segurança e regularização.

Se a substituição do transformador trifásico for feita sem mudanças significativas no sistema elétrico, como alteração de carga, mudança de tensão, ou reconfiguração do layout, geralmente não é necessário um novo projeto elétrico completo.

Nesse ponto, convém destacar que o transformador trifásico será substituído na rede interna do Parque de Exposições, uma vez que ocorreram eventos climáticos no final do ano de 2023. Entre os danos, o temporal derrubou uma árvore sobre os postes de sustentação de rede elétrica de alta tensão, danificando a rede e o transformador.

Dessa forma, o transformador trifásico será, tão somente, substituído por um novo, tendo em vista os danos que o transformador que lá se encontra sofreu. Com isso, não será exigido projeto elétrico, uma vez que não serão realizadas mudanças significativas no sistema, já que serão mantidas todas as configurações e padrões anteriores.

De mais a mais, em relação à quantidade de eletricistas necessários para realização do serviço, deverá ser dimensionado pelo Contratado, com observância aos prazos de entrega dos serviços. Ainda assim, a minuta do contrato administrativo, em relação ao valor total máximo da contratação, prevê:

> **4. CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
> **4.1.** O valor total máximo da contratação é de R$ xxxxxxxx (xxxxxxxxxx).
> **4.1.1.** O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.
> **4.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
> **4.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

Sendo assim, caberá ao Contratado analisar o quantitativo de eletricistas que realizarão os serviços, observando os prazos de entrega dos serviços, cabendo à Administração Pública municipal realizar o pagamento da mão de obra de engenharia elétrica/eletricista prevista no TR. Vale lembrar, ainda, que o TR aborda no item 5 (modelo e condições gerais da execução da contratação), a seguinte condição:

Item 5.2.1.8, do TR:

> **5.2.1.8.** A medição referente ao **item 28 (mão de obra de engenharia elétrica/eletricista)**, se dará de acordo com o quantitativo de horas/minutos despendidas na execução de cada serviço solicitado, cabendo ao Fiscal Técnico responsável atestar o quantitativo de horas/minutos utilizadas para execução do serviço.
> **5.2.1.8.1.** Serão pagos proporcionalmente os serviços executados que não atingirem 1 (uma) hora completa.

Item 5.2.4., alínea "j", do TR:

> j) **O Contratado deverá possuir o número de profissionais, as ferramentas e os materiais elétricos necessários para a prestação dos serviços durante o regime de plantão, devendo realizar um planejamento adequado, previamente ao evento, a respeito de todos os materiais e ferramentas usualmente necessários para a manutenção da parte elétrica de todo o Parque de Exposições Armândio Guerra e instalações provisórias ao seu entorno, relativas à 22ª Feira do Melado, não relacionadas com a estrutura da arena (área) dos shows.**

2. *"A instalação do transformador trifásico de 75kVA-13,8kV/220V-127V está condicionada a "indicação do fiscal no local", conforme descrito no edital. No entanto,*

sabe-se que, para execução de instalações elétricas em média tensão, com alimentação proveniente da rede COPEL até entrada de energia em média tensão, é necessária a apresentação de projeto elétrico, estudo de proteção e vistoria da unidade consumidora pela COPEL, para então liberar as instalações e o consumo. Diante disso, solicitamos a apresentação do projeto elétrico de média tensão com a instalação do novo transformador (previsto no edital), bem como os protocolos da COPEL de apresentação e aprovação do projeto. A falta dessa documentação implica em possível desligamento da unidade consumidora, haja visto que excesso de demanda pode fazer com que o sistema de proteção atue deliberadamente, interrompendo o fluxo de energia."

Conforme justificativa supradita, o projeto elétrico para a substituição do transformador trifásico é solicitado apenas quando ocorre mudanças significativas na rede, o que não é o caso do Pregão nº 43/2024.

3. *"Na leitura do edital, não está claro se os materiais elétricos licitados (de baixa tensão, tais como cabos, tomadas e etc) deverão ser instalados pela licitante. Poderia esclarecer? E o projeto, pode ser disponibilizado?"*

Deverão ser instalados pelo licitante, uma vez que contemplam os serviços de mão de obra de engenharia elétrica/eletricista a realização de serviços de reparos, substituição e manutenção da parte elétrica, de lâmpadas, disjuntores, interruptores, fiação, instalação e/ou manutenção de transformador trifásico e todas as demais atividades relacionadas à parte elétrica que possam necessitar de reparos, conforme prevê o TR.

O projeto elétrico seria relevante em casos de reformas, ampliações significativas da rede, alterações que envolvem a redistribuição de carga elétrica ou grandes mudanças na estrutura elétrica existente. Para substituir tomadas ou um cabo já existente, o engenheiro e/ou eletricista pode realizar sem projeto elétrico, contudo, sempre seguindo as normas de segurança vigentes.

4. *"Caso indicada a necessidade de instalação da licitante, existe o projeto elétrico? Pois para toda a instalação elétrica, deve-se ter um responsável técnico, que execute as instalações, seja em média ou baixa tensão, de acordo com as normas técnicas vigentes, sob pena de responder civil e criminalmente caso a instalação venha a causar ônus aos usuários e pessoas, ainda mais se tratando de uma feira onde tem aglomeração de pessoas. Diante da situação, o responsável técnico pela execução deverá vincular a ART do CREA-PR à ART do projeto e manter o documento em local de fácil acesso e fiscalização, pois se ocorrer danos elétricos, haverá algum responsável."*

Com relação ao projeto elétrico, segue orientações supramencionadas.

Em relação à ART do projeto caberá ao Contratado a emissão, conforme prevê o TR.

Item 4, alínea "k", do TR:

k) Com relação aos itens em que seja necessária a responsabilidade técnica de profissional de Engenharia Elétrica, a respectiva ART deve ser registrada pelo profissional antes do início da atividade técnica (conforme os dados desta contratação), no CREA-PR.

Item 14.1.3, do TR:

14.1.3. Apresentação de **nome e número de cadastro de profissional(is)** devidamente registrado(s) no conselho profissional competente (CREA ou CRT), detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos serviços contidos no item 4 deste TR, que exigem emissão de ART.

5. *"Na relação de materiais apresentada, não está indicada a proteção de média tensão do transformador. Existe somente a chave fusível, mas sem a proteção e o seu dimensionamento (elo fusível). Diante do fato, existe a necessidade de indicação e retificação do presente edital, pois sem o elo fusível (proteção) o transformador não poderá ser energizado."*

A Administração Pública municipal possui (elo fusível) em estoque no Parque de Exposições.

6. *"Na relação de materiais, não consta a cinta de fixação do transformador no poste, impossibilitando a eventual execução/instalação. Diante do fato, qual a cinta dimensionada e a quantidade? O poste de instalação já está no local? Caso negativo, o edital deverá ser retificado."*

A Administração Pública municipal possui (cinta de fixação do transformador no poste) em estoque no Parque de Exposições.

O poste já está instalado no local.

Ademais, vale lembrar que para 22ª Feira do Melado, serão realizados serviços elétricos de baixa tensão e provisórios, não necessitando de projeto elétrico.

Ainda assim, esta Administração Pública municipal, convida a todos os interessados em participar do Pregão nº 43/2024, a irem ao local de prestação dos serviços, com o intuito de averiguar o local de prestação dos serviços, a fim de analisar e/ou dimensionar sua proposta. A visita poderá ser agendada através do *e-mail*: adm@capanema.pr.gov.br ou através do telefone de contato: +55 46 99974-1999 (Raquel Albano).

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, 12 de agosto de 2024.

Município de Capanema – PR
Departamento de Contratações Públicas

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968

Assinado digitalmente por ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A3, OU=VALID, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI:63225824968
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.12 17:02:09-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

Roselia Becker Kruger Pagani
Pregoeira

06 . 333

Gmail

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com>

Resposta ao pedido de esclarecimento do Pregão Presencial nº 43/2024

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com> 12 de agosto de 2024 às 17:04
Para: Adriano Raul Fasolo <arfasolo@gmail.com>

Resposta ao pedido de Esclarecimentos - FASOLO.pdf
286K

0 B 331

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

P
R

NOME
TIAGO ROGERIO LEDUR

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
101719987 SESP PR

CPF
078.962.459-89

DATA NASCIMENTO
20/12/1991

FILIAÇÃO
AFONSO LEDUR

IVONE FREDI LEDUR

PERMISSÃO

ACC

CAT. HAB.
AB

Nº REGISTRO
04817595726

VALIDADE
16/03/2026

1ª HABILITAÇÃO
09/04/2010

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

2196515640

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CAPANEMA, PR

DATA EMISSÃO
20/03/2021

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

96242563121
PR919680208

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

2196515640

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: https://www.serpro.gov.br/assinador-digital.

SERPRO / SENATRAN

0B. 335

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
TIAGO ROGERIO LEDUR

CPF
078.862.459-89

CNPJ
48.368.808/0001-52

Data de Abertura
21/10/2022

Nome Empresarial
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
21/10/2022

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
85760-000	RUA ALDO BIGATON	1021
Bairro	**Município**	**UF**
SANTA BARBARA	CAPANEMA	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	21/10/2022	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Eletricista em residências e estabelecimentos comerciais, independente

Atividade Principal (CNAE)
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Instalador(a) de antenas de tv independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Técnico(a) de manutenção de eletrodomésticos independente	9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
Instalador(a) de sistema de prevenção contra incêndio, independente	4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
Comerciante independente de material elétrico	4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
Instalador(a) e reparador(a) de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, independente	4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Montador(a) e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, independente	4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
Instalador(a) de máquinas e equipamentos industriais, independente	3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
Torneiro(a) mecânico independente	2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
Instalador(a) de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial, sem prestação de serviços de vigilância e segurança, independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Reparador(a) de geradores, transformadores e motores elétricos, independente	3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
Instalador(a) e reparador(a) de elevadores, escadas e esteiras rolantes, independente	4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
Instrutor(a) de cursos gerenciais, independente	8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Reparador(a) de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, independente	3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
Reparador(a) de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, independente	3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

06 337

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0 338

PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO

Por este instrumento particular de Procuração, FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66, sediada na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, através de sua representante legal, Sra. SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30, telefone whatsapp (46)9 9900-4227e email fioforteeletrica@gmail.com, conforme atos constitutivos da empresa, a quem confere amplos poderes para representar a **FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66,** perante o Município de Capanema/PR, no que se referir ao presente PREGÃO nº 43/2024, ao Sr **ULISSES RICARDO ROEHRS,** portador(a) da Cédula de Identidade RG n.º **8.091.506-3** e CPF n.º **043.576.449-76,** com poderes para tomar qualquer decisão durante todas as fases e etapas do PREGÃO, inclusive apresentar DECLARAÇÃO DE QUE A LICITANTE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS (Nº 01) e DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (Nº 02) em nome da Outorgante, formular verbalmente lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lances, desistir verbalmente de formular lances ou ofertas na(s) etapa(s) de lance(s), negociar a redução de preço, desistir expressamente da intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, manifestar-se imediata e motivadamente sobre a intenção de interpor recurso administrativo ao final da sessão, assinar a ata da sessão, prestar todos os esclarecimentos solicitados pelo(a) Pregoeiro(a), enfim, praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome da Outorgante.

A presente Procuração é válida até o dia 31 de dezembro de 2024.

Capanema, 11 de setembro de 2023.

Tab. Notas Capanema - PR

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
Simone Aparecida Stolarski Feldmann
RG: 10.651.890-4 SESP/PR
CPF: 071.038.689-30
Sócia Administradora

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 14 / 08 / 24

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA PR (46)3552.3710
Selo Digital: SFTN1tGV9b4LjANmv9eaF211q
Consulte esse selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por VERDADEIRA a assinatura indicada de SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN. Dou-fé. Capanema-PR 13 de agosto de 2024
Patricia Franciell Weiler - Escrevente

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 24 / 08 / 12

13.931.696-9

953120024O

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 10.651.890-4



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: **10.651.890-4** DATA DE EXPEDIÇÃO: 27/04/2012

NOME: **SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN**

FILIAÇÃO: VIRGILIO STOLARSKI
CLENI CHAGAS STOLARSKI

NATURALIDADE: PLANALTO/PR DATA DE NASCIMENTO: 12/05/1992

DOC. ORIGEM: COMARCA=CAPANEMA/PR, DA SEDE
C.CAS=3445, LIVRO=18B, FOLHA=9

CPF: 071.038.689-30

CURITIBA/PR

NEWTON TADEU ROCHA
DIRETOR

ASSINATURA DO DIRETOR

É PROIBIDO PLASTIFICAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CNH Digital

Departamento Nacional de Trânsito

0 B 340

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

PR

NOME
ULISSES RICARDO BORGES

DOC. IDENTIDADE/ÓRG EMISSOR/UF
80915063 SESP PR

CPF
063.576.449-76

DATA NASCIMENTO
11/05/1986

FILIAÇÃO
SIRIO BORGE BORGES
EVONIR VIDOTTI BORGES

PERMISSÃO | ACC | CAT. HAB.

Nº REGISTRO | VALIDADE | 1ª HABILITAÇÃO
13/09/2004

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1936068521

HZG

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
CAPANEMA, PR

DATA EMISSÃO
19/09/2019

ASSINADO DIGITALMENTE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO

06913335400
PR916816276

PARANÁ

DENATRAN CONTRAN

1936068521

QR-CODE

Documento assinado com certificado digital em conformidade com a Medida Provisória nº 2200-2/2001. Sua validade poderá ser confirmada por meio do programa Assinador Serpro.

As orientações para instalar o Assinador Serpro e realizar a validação do documento digital estão disponíveis em: < http://www.serpro.gov.br/assinador-digital >, opção Validar Assinatura.

SERPRO / DENATRAN

Tiago mac

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME/EPP

0 8 341

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2024

Objeto: *"SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS."*

A empresa FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66, sediada na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, através do seu representante legal SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30, conforme atos constitutivos da empresa apresentada nos autos, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções administrativas aplicáveis, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Declara, ainda, nos termos do art. 21, §§ 2º a 4º, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, a obtenção de benefícios legais fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratação(ões) com a Administração Pública (União, Estados, Municípios), cujos valores já faturados, somados ao montante que certamente será faturado, no respectivo ano-calendário, não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Para os fins do disposto no parágrafo anterior, não serão somados como montante que certamente será faturado no respectivo ano-calendário, os valores indicados nas contratações públicas que adotarem o sistema de registro de preços.

Para os fins do disposto acima, as eventuais contratações que a empresa possuir com outros entes federados, com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, somente foi considerado o valor anual do contrato para fins de enquadramento nos limites previstos nos parágrafos acima.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Capanema, 13 de agosto de 2024.

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
Simone Aparecida Stolarski Feldmann - Sócia Administradora
RG: 10.651.890-4 SESP/PR
CPF: 071.038.689-30

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

0 B 342

Os abaixo assinados, **Felipe Edgar Christmann**, brasileiro, Empresário, solteiro, natural de Capanema - PR, nascido em 31/03/1989, portador do RG nº 9.353.319-4 expedido em 09/05/2018 pela SSP/PR e do CPF sob nº 065.670.679-18, residente e domiciliado na Rua Brasil, 200, Bairro Sol Nascente, Planalto – PR, CEP 85.750-000, **Ricardo André Reichert Feldmann,** brasileiro, Eletricista, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Capanema - PR, nascido em 02/08/1986, portador da CNH nº 03827283335 expedida em 22/06/2021 pelo DETRAN-PR e do CPF sob nº 047.981.689-12, residente e domiciliado na Rua Loreno Lagemann, 85, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, **Robson Fleury Munhoz,** brasileiro, Empresário, solteiro, natural de Pato Branco - PR, nascido em 14/02/1991, portador do RG nº 9.951.706-9 expedido em 07/10/2019 pela SSP/PR e do CPF sob nº 056.269.919-80, residente e domiciliado na Rua Coritiba, 350, Centro, Planalto – PR, CEP 85.750-000 e **Simone Aparecida Stolarski Feldmann,** brasileira, Empresária, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Planalto - PR, nascida em 12/05/1992, residente e domiciliada na Rua Loreno Lagemann, 85, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, portadora do RG nº 10.651.890-4, expedido em 27/04/2012 pela SSP-PR e CPF nº 071.038.689-30, únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro na Avenida Governador Pedro Viriato Parigot de Souza, 756, Centro, Capanema – PR, CEP 85.760-000, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66 e com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41210219801 em 24/08/2021, **resolvem** através deste instrumento particular de alteração contratual, modificar seu contrato social, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade passa a ter como seu novo endereço a Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000.

CLÁUSULA SEGUNDA: À vista das modificações ora ajustadas, consolida-se o contrato social, com a seguinte redação:

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

0B 343

Os abaixo assinados, **Felipe Edgar Christmann**, brasileiro, Empresário, solteiro, natural de Capanema - PR, nascido em 31/03/1989, portador do RG nº 9.353.319-4 expedido em 09/05/2018 pela SSP/PR e do CPF sob nº 065.670.679-18, residente e domiciliado na Rua Brasil, 200, Bairro Sol Nascente, Planalto – PR, CEP 85.750-000, **Ricardo André Reichert Feldmann,** brasileiro, Eletricista, casado pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Capanema - PR, nascido em 02/08/1986, portador da CNH nº 03827283335 expedida em 22/06/2021 pelo DETRAN-PR e do CPF sob nº 047.981.689-12, residente e domiciliado na Rua Loreno Lagemann, 85, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, **Robson Fleury Munhoz,** brasileiro, Empresário, solteiro, natural de Pato Branco - PR, nascido em 14/02/1991, portador do RG nº 9.951.706-9 expedido em 07/10/2019 pela SSP/PR e do CPF sob nº 056.269.919-80, residente e domiciliado na Rua Coritiba, 350, Centro, Planalto – PR, CEP 85.750-000 e **Simone Aparecida Stolarski Feldmann**, brasileira, Empresária, casada pelo regime de comunhão parcial de bens, natural de Planalto - PR, nascida em 12/05/1992, residente e domiciliada na Rua Loreno Lagemann, 85, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, portadora do RG nº 10.651.890-4, expedido em 27/04/2012 pela SSP-PR e CPF nº 071.038.689-30, únicos sócios da sociedade empresária limitada que gira sob a denominação social de **FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, com sua sede e foro na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66 e com Contrato Social arquivado na Junta Comercial do Paraná sob nº 41210219801 em 24/08/2021, **resolvem** através deste instrumento particular, consolidar seu contrato social e posteriores alterações, de conformidade com as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação social de **FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA**, tendo sua sede na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, podendo abrir filiais em qualquer parte do País, de acordo com os interesses sociais.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem como objetivo social a Instalação e manutenção elétrica, de máquinas e equipamentos industriais, a Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, Instalação de equipamentos para a geração de energia elétrica por fonte solar em instalações prediais, Obras de montagem de instalações industriais, Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios, a Promoção de Vendas, a Representação Comercial de produtos elétricos, os Serviços de engenharia elétrica e o Comércio varejista e atacadista de material elétrico.

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

0 B. 341

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado, sendo que iniciou suas atividades a partir de 1º de setembro de 2021.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social da empresa, totalmente subscrito e integralizado, no valor de **R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**, divididos em de 50.000 (cinquenta mil) quotas com valor nominal de R$ 1,00 (um real) cada, está assim distribuído entre os sócios:

Sócios	Quotas	R$ - Capital	%
Felipe Edgar Christmann	12.500	12.500,00	25%
Ricardo André Reichert Feldmann	12.500	12.500,00	25%
Robson Fleury Munhoz	12.500	12.500,00	25%
Simone Aparecida Stolarski Feldmann	12.500	12.500,00	25%
Total	**50.000**	**50.000,00**	**100%**

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas e, respondem solidariamente, pela integralização do capital social conforme o artigo 1.052 do Código Civil de 2.002.

CLÁUSULA SEXTA: A sociedade é administrada pelos sócios **Felipe Edgar Christmann e Simone Aparecida Stolarski Feldmann**, na qualidade de sócios administradores, aos quais competem, **isoladamente**, o uso da firma e a representação ativa e passiva, judicial e extrajudicial da sociedade, sendo-lhes, entretanto, vedado o seu emprego em operações ou negócios estranhos ao objeto social, como a prestação de garantias fidejussória e real, avais, endossos, fianças e cauções de favor.

Parágrafo Único: Para a realização dos atos a seguir descritos, pelos administradores da sociedade, **é necessária a concordância de todos os sócios** que representem o capital social da empresa, para a assinatura de documentos que obrigam a sociedade:

a) A alienação, hipoteca, oneração, penhor ou locação, inclusive operações de leasing, de quaisquer bens imóveis, principalmente de bens integrantes do ativo permanente;
b) A alienação, hipoteca e/ou oneração de investimentos;
c) Contratação de empréstimos e financiamentos na condição de mutuante ou mutuário, com garantias reais;
d) Prestação de avais, endossos, fianças ou cauções de favor.

CLÁUSULA SÉTIMA: Os sócios e/ou administradoras receberão a título de remuneração *Pró-Labore,* pelos serviços prestados à sociedade, valor que será fixado de comum acordo.

CLÁUSULA OITAVA: O exercício social se estenderá de 1º de janeiro até 31 de dezembro de cada ano, devendo nesta ocasião serem elaboradas as demonstrações exigidas em Lei. Os lucros e perdas apurados poderão ser distribuídos entre os sócios, de forma proporcional ou desproporcional à participação no capital social, ou ficarem em conta de reserva na sociedade.

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

0B 345

Parágrafo Único: A sociedade poderá proceder a balanços intermediários, inclusive mensais, podendo distribuir lucros antecipadamente.

CLÁUSULA NONA: As quotas sociais são indivisíveis e IMPENHORÁVEIS, ou seja, as quotas não responderão por dívidas dos sócios, pois a presente sociedade é formada na confiança pessoal que cada sócio possui um no outro e a penhora e/ou alienação para terceiros quebrará a característica "INTUITU PERSONAE", que de forma única se operou na constituição e os atos seguintes da sociedade.

CLÁUSULA DÉCIMA: É vedada a constituição pelos sócios, de qualquer gravame sobre suas quotas, sem prévia autorização da unanimidade dos sócios.

Parágrafo Único: A cessão de quotas a terceiros, estranhos à Sociedade, deverá ter o consentimento unânime dos sócios, sob pena de dissolução parcial da sociedade, sendo apurados e pagos os valores das quotas, conforme estipulado neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sócio que de qualquer forma ou a qualquer título, no todo ou em parte pretender alienar suas quotas, deverá:

a) Primeiro obter autorização unânime de todos os sócios para o ingresso do novo sócio;

b) Após a obtenção desta autorização, dar, por escrito, às demais sócios, que têm direito de preferência, em igualdade de preço e condições, à aquisição dessas quotas, na proporção de sua participação social, concedendo-lhes o prazo de 30 (trinta) dias para manifestarem seu interesse na compra.

Parágrafo Primeiro: Não exercido por qualquer dos sócios o direito de preferência de que trata o "caput" deste artigo, e depois de autorizado unanimemente o ingresso do novo sócio, poderá o alienante ofertar a este a sua participação. Esta oferta deverá ser em igualdade de condições à ofertada aos sócios.

Parágrafo Segundo: Se não exercido o direito de preferência e não aceito o novo sócio, a sócio alienante tem o direito de exigir a resolução parcial da sociedade, recebendo o valor das suas quotas, que serão calculadas e pagas conforme o estipulado nas cláusulas "*Décima quarta e Décima quinta*" deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: A falência, insolvência civil, liquidação, impossibilidade ou falecimento de qualquer dos sócios não dissolverá a sociedade que remanescerá com os demais sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Na impossibilidade ou falecimento de quaisquer dos sócios, seus herdeiros receberão os haveres (capital, lucros e demais créditos) do sócio impossibilitado ou falecido, com observância das normas estabelecidas nas cláusulas "*Décima quarta e Décima quinta*" ou poderão, desde que com a concordância unânime das demais sócios, ingressar na sociedade.

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

0 8 346

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os haveres do sócio falecido ou impossibilitado, ou do sócio retirante, serão apurados mediante Demonstrações Financeiras Especiais do ativo e do passivo da sociedade, sendo que o ativo permanente será calculado pelos valores contábeis, deduzidas as depreciações e amortizações. Não serão adicionados ao ativo quaisquer valores como bens intangíveis (marca, clientela, *know how,* fundo de comércio) nem lucros cessantes ou outras indenizações.

Parágrafo Único: As demonstrações serão levantadas dentro de 30 (trinta) dias a contar da data do evento, salvo se da data das últimas Demonstrações Financeiras não houver decorrido mais de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O pagamento dos haveres do sócio impossibilitado, falecida ou retirante, será feito em 30 (trinta) parcelas mensais, iguais e sucessivas. A partir do pagamento da primeira parcela, as demais prestações serão corrigidas monetariamente com base na variação mensal do IGPM – FGV e mais 6% (seis pontos percentuais) de juros ao ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ressalvado o disposto no art. 1.030 da Lei nº 10.406/2002, quando a maioria dos sócios, representativa de mais da metade do capital social, entender que um ou mais sócios estão pondo em risco a continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, poderá excluí-los, por justa causa, mediante alteração do Contrato Social.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por justa causa a colocação em risco da continuidade da empresa, em virtude de atos de inegável gravidade, o cometimento de falta grave no cumprimento das obrigações de sócio, a incapacidade superveniente e também a ausência da "*affectio societatis*".

Parágrafo Segundo: A exclusão somente poderá ser determinada em reunião especialmente convocada para este fim, ciente o acusado em tempo hábil para permitir seu comparecimento e o exercício do direito de defesa.

Parágrafo Terceiro: O sócio excluído receberá seus haveres (capital, lucros e demais créditos), com observância das normas estabelecidas nas Cláusulas "*Décima Quarta e Décima Quinta*" do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Para quaisquer divergências, que não estejam contempladas neste contrato social ou no Capítulo IV, da Sociedade Limitada, do Código Civil de 2.002, serão adotadas subsidiariamente as disposições da Lei nº. 6.404/76, em detrimento de qualquer outra disposição.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: Os sócios e administradores declaram sob as penas da Lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, por lei especial, em virtude de condenação criminal ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
TERCEIRA ALTERAÇÃO CONTRATUAL COM CONSOLIDAÇÃO
CNPJ: 43.255.053/0001-66
NIRE: 41210219801

9 B 347

popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Declara sob as penas da Lei, que se enquadra na condição de EMPRESA DE PEQUENO PORTE, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Fica eleito, de comum acordo entre os sócios, o foro da Comarca de Capanema - PR, para resolução dos casos que possam surgir na sociedade.

E, por assim terem justos e contratados, lavram, datam e assinam o presente instrumento em via única, obrigando-se fielmente por si e por seus herdeiros e sucessores a cumpri-lo em todos os seus termos.

Capanema-PR, 31 de outubro de 2022.

Felipe Edgar Christmann
(Assinado digitalmente)

Ricardo André Reichert Feldmann
(Assinado digitalmente)

Robson Fleury Munhoz
(Assinado digitalmente)

Simone Aparecida Stolarski Feldmann
(Assinado digitalmente)

08. 348

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
04798168912	RICARDO ANDRE REICHERT FELDMANN
05626991980	ROBSON FLEURY MUNHOZ
06567067918	FELIPE EDGAR CHRISTMANN
07103868930	SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN

JUCEPAR

CERTIFICO O REGISTRO EM 10/11/2022 11:01 SOB Nº 20227560310.
PROTOCOLO: 227560310 DE 09/11/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12214630222. CNPJ DA SEDE: 43255053000166.
NIRE: 41210219801. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 31/10/2022.
FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais informando seus respectivos códigos de verificação.

Município de Capanema

Pregão 43/2024

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 48.368.808/0001-52 **Fornecedor :** TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 **E-mail:** rakel_martins6@hotmail.com

Endereço : RUA ALDO BIGATON 1021 - SANTA BARBARA - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone:** 46999121403 **Fax:** **Celular:**

Inscrição Estadual: 90981314-07 **Contador:** ELDO BLUME **Telefone contador:** 46999114898

Representante: TIAGO ROGERIO LEDUR **CPF:** 078.862.459-89 **RG:** 101719987

Endereço representante: RUA ALDO BIGATON 1021 - SANTA BARBARA - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone representante:** 46999121403

E-mail representante: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM

Banco: 756 - BANCOOB **Agência:** 4342- - SICOOB CAPANEMA - Capanema/PR **Conta:** 84446-2 **Data de abertura:** 21/11/2022

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	ARAME GALVANIZADO 14MM	10,00	KG	23,69	GERDAU		23,69	236,90
002	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300,00	UN	8,94	BRUART		8,94	2.682,00
003	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300,00	M	8,62	BOREAL		8,62	2.586,00
004	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50,00	M	80,36	CONTROLLER		80,36	4.018,00
005	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40,00	M	115,33	CONTROLLER		115,33	4.613,20
006	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50,00	M	29,37	CONTROLLER		29,37	1.468,50
007	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3,00	UN	360,05	DELMAR		360,05	1.080,15
008	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400,00	UN	14,86	FEK		14,86	5.944,00
009	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200,00	UN	25,20	INCESA		25,20	5.040,00
010	CORDOALHA 6MM	100,00	M	9,39	BELGO		9,39	939,00
011	DISJUNTOR 2X50 NEMA	20,00	UN	87,06	SOPRANO		87,06	1.741,20
012	DISJUNTOR 3X100A NEMA	10,00	UN	130,09	SOPRANO		130,09	1.300,90
013	DISJUNTOR 3X200A	2,00	UN	448,12	SOPRANO		448,12	896,24
014	DISJUNTOR 3X50A NEMA	5,00	UN	98,54	SOPRANO		98,54	492,70
015	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20,00	UN	46,76	TOPMAX		46,76	935,20
016	FIO 10MM	3.000,00	M	10,34	CONTROLLER		10,34	31.020,00
017	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30,00	M	10,63	CONTROLLER		10,63	318,90
018	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100,00	M	11,01	CONTROLLER		11,01	1.101,00
019	FIO 6MM	2.000,00	M	6,57	CONTROLLER		6,57	13.140,00
020	FIO PARALELO 2,5MM	4.000,00	M	5,08	CONTROLLER		5,08	20.320,00
021	FIO PARALELO 4MM	2.000,00	M	7,91	CONTROLLER		7,91	15.820,00
022	FITA ISOLANTE 20M	300,00	UN	4,67	TRX		4,67	1.401,00
023	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6,00	UN	47,43	VICENTINOS		47,43	284,58
024	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5,00	UN	6,64	BETEL		6,64	33,20
025	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3,00	UN	36,79	COBRE		36,79	110,37
026	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6,00	UN	83,14	ISOELETRIC		83,14	498,84
027	LÂMPADAS 50 WHATS	300,00	UN	26,02	GALAXY		26,02	7.806,00
028	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900,00	H	72,60	TIAGO LEDUR		65,00	58.500,00
029	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200,00	UN	4,67	ELETROPLAS		4,67	934,00
030	POSTE B-600 12 METROS	1,00	UN	1.948,94	BP		1.948,94	1.948,94
031	POSTE D-150 10,5 METROS	1,00	UN	1.140,03	BP		1.140,03	1.140,03
032	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500,00	M	75,21	BOREAL		75,21	37.605,00

Pregão 43/2024

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 48.368.808/0001-52 **Fornecedor :** TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 **E-mail:** rakel_martins6@hotmail.com

Endereço : RUA ALDO BIGATON 1021 - SANTA BARBARA - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone:** 46999121403 **Fax:** **Celular:**

Inscrição Estadual: 90981314-07 **Contador:** ELDO BLUME **Telefone contador:** 46999114898

Representante: TIAGO ROGERIO LEDUR **CPF:** 078.862.459-89 **RG:** 101719987

Endereço representante: RUA ALDO BIGATON 1021 - SANTA BARBARA - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone representante:** 46999121403

E-mail representante: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM

Banco: 756 - BANCOOB **Agência:** 4342- - SICOOB CAPANEMA - Capanema/PR **Conta:** 84446-2 **Data de abertura:** 21/11/2022

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
033	TERMINAL OLHAL 95MM	4,00	UN	11,44	AXT		11,44	45,76
034	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400,00	UN	8,53	LUSTER		8,53	3.412,00
035	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1,00	UN	23.468,28	ITAIPU		23.468,28	23.468,28

PREÇO TOTAL DO LOTE : 252.881,89

TOTAL DA PROPOSTA : 252.881,89

Validade da proposta: 90 dias

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
CNPJ: 48.368.808/0001-52

06 351

0 B 351

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 169/2022

O Município de Capanema, conforme protocolo nº 3101/2022 de 18 de Novembro de 2022 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**
CNPJ/CPF: 48.368.808/0001-52 **Inscrição Municipal:** 60674
Nome Fantasia: TR INSTALACOES ELETRICAS E AR CONDICIONADO

Localização: R ALDO BIGATON, 1021 - SANTA BÁRBARA CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica.
3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos.
3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente.
3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial.
3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais.
4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração.
4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio.
4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes.
4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos.
8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial.
9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico.
2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda.
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico.

Horário de funcionamento Comércio e Prestadores de Serviços
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Funcionamento, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,25 de Abril de 2024

Autenticação: 4HHTMMQ2ZZX2H95ES

06. 352

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
TIAGO ROGERIO LEDUR

CPF
078.862.459-89

CNPJ
48.368.808/0001-52

Data de Abertura
21/10/2022

Nome Empresarial
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
21/10/2022

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
85760-000	RUA ALDO BIGATON	1021
Bairro	**Município**	**UF**
SANTA BARBARA	CAPANEMA	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	21/10/2022	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Eletricista em residências e estabelecimentos comerciais, independente

Atividade Principal (CNAE)
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Instalador(a) de antenas de tv independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Técnico(a) de manutenção de eletrodomésticos independente	9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
Instalador(a) de sistema de prevenção contra incêndio, independente	4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
Comerciante independente de material elétrico	4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
Instalador(a) e reparador(a) de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, independente	4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Montador(a) e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, independente	4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
Instalador(a) de máquinas e equipamentos industriais, independente	3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
Torneiro(a) mecânico independente	2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
Instalador(a) de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial, sem prestação de serviços de vigilância e segurança, independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Reparador(a) de geradores, transformadores e motores elétricos, independente	3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
Instalador(a) e reparador(a) de elevadores, escadas e esteiras rolantes, independente	4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
Instrutor(a) de cursos gerenciais, independente	8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Reparador(a) de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, independente	3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
Reparador(a) de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, independente	3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado.
Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

355

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
48.368.808/0001-52 **MATRIZ**		**21/10/2022**

NOME EMPRESARIAL
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ALDO BIGATON	**1021**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SANTA BARBARA**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM	**(46) 9912-1403**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/10/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/08/2024** às **14:10:40** (data e hora de Brasília).

Página: **1/1**

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

ANEXO III

DECLARAÇÃO UNIFICADA

Ao(À) Agente de Contratação

Município de Capanema, Estado do Paraná

Pregão nº: 43/2024

Objeto da Contratação: SERVIÇO DE MÃO DE OBRO DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELETRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

I - Pelo presente instrumento e para todos os fins de direito, o CONTRATADO, denominado de TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado no seguinte endereço: Rua Aldo Bigaton, nº 1021, bairro: Santa Barbara, CEP: 85.760-000, no Município de Capanema-PR, com o seguinte endereço eletrônico: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46) 99912-1403, neste ato representado pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, com função de: empresario, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, DECLARA:

a) a ciência e concordância do licitante com as condições contidas no Edital e seus anexos, de que cumpre plenamente as condições e requisitos de participação e de habilitação definidos no Edital e anexos, incluindo os definidos no Termo de Referência, se existirem;

b) a ciência e concordância do licitante com as obrigações e regras de execução, de recebimento e de pagamento previstas no Edital e no Termo de Referência, assumindo a responsabilidade de cumpri-las;

c) a ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.

d) que o licitante não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos; de que caso a proponente empregar menores de 16 (dezesseis) anos, estes estão contratados na condição de jovem aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;

e) que o licitante e os seus sócios e/ou administradores não se encontre(m), ao tempo do processo de contratação, impossibilitado(s) de participar da licitação/contratação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

f) que o licitante não teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração Pública municipal, no âmbito do processo de contratação anterior para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

g) que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com

Tiago

agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

h) que o licitante não integra um grupo econômico, de fato ou de direito, com outro(s) licitante(s) ou contratado(s) deste processo de contratação;

i) que o licitante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

j) que inexistem fatos impeditivos para a habilitação do licitante no certame e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de conflito de interesses previstas na Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, durante toda a vigência da contratação;

k) que o orçamento e a proposta comercial apresentados pelo licitante neste processo de contratação foram elaborados de forma independente, se aplicável;

l) que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

m) que NENHUM sócio e/ou administrador do licitante exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública;

n) que o licitante não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

o) que o licitante e seu(s) sócio(s) não se encontram em estado de insolvência civil, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

p) a ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.
q) que o licitante assegura ao Município o atendimento às obrigações legais, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, ao que se refere às questões sociais e ambientais e às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, garantindo a seguridade social de seus empregados, o atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, o combate ao assédio moral e sexual, além da observância e comprometimento com a conservação e preservação do meio ambiente.

r) ciência de que as vedações indicadas na alínea "e" também são aplicadas:

(i) ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

(ii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva da pessoa jurídica

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado;

(iii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro ou os filhos do sócio administrador, ou do sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado.

II - Para os fins da presente contratação, indicamos as seguintes informações:

a) o(a) responsável legal da pessoa jurídica, a sua qualificação completa e a sua função na empresa;

b)em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo de contratação, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a comunicação oficial do Município seja encaminhada de forma eletrônica, para os seguintes endereços e números:

1 - E-mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM

2 - Telefone: (46) 99912-1403

3 - Whats App: (46) 99912-1403

c) caso altere os endereços ou números mencionados acima, será protocolizado um pedido de alteração junto ao Município, sob pena de ser considerada validamente intimada conforme os dados anteriormente fornecidos.

Capanema/PR, 09 de agosto de 2024.

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR

EMPRESÁRIO

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

0 B 35

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO - ME/EPP

Pelo presente instrumento, o TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado no seguinte endereço: RUA ALDO BIGATON, nº 1021, bairro: SANTA BARBARA, CEP: 85.760-000, no Município de Capanema-PR, com o seguinte endereço eletrônico: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46)99912-1403, neste ato representado pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, com função de: empresário, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, DECLARA, sob as penas do artigo 299 do Código Penal e demais sanções administrativas aplicáveis, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

Declara, ainda, nos termos do art. 21, §§ 2º a 4º, da Lei Complementar Municipal nº 14/2022, a obtenção de benefícios legais fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratação(ões) com a Administração Pública (União, Estados, Municípios), cujos valores já faturados, somados ao montante que certamente será faturado, no respectivo ano-calendário, não extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Para os fins do disposto no parágrafo anterior, não serão somados como montante que certamente será faturado no respectivo ano-calendário, os valores indicados nas contratações públicas que adotarem o sistema de registro de preços.

Para os fins do disposto acima, as eventuais contratações que a empresa possuir com outros entes federados, com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, somente foi considerado o valor anual do contrato para fins de enquadramento nos limites previstos nos parágrafos acima.

Capanema/PR, 06 de agosto de 2024.

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR

EMPRESÁRIO

Pregão 43/2024

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 43.255.053/0001-66 **Fornecedor :** FIO FORTE SOLAR **E-mail:** FIOFORTEELETRICA@GMAIL.COM

Endereço : AV BOTUCARIS, 292 - SÃO JOSE OPERARIO - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone:** 4626030333 **Fax:** **Celular:**

Inscrição Estadual: **Contador:** **Telefone contador:**

Representante: ULISSES RICARDO ROEHRS **CPF:** 043.576.449-76 **RG:** 80915063

Endereço representante: RUA RIO E JANEIRO 1727 CASA - CNTRO - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone representante:**

E-mail representante: ulisses@iguacu.adm.br

Banco: 748 - BANSICREDI **Agência:** 738- - CAPANEMA - Capanema/PR **Conta:** 5351-9 **Data de abertura:** 05/01/2022

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
001	ARAME GALVANIZADO 14MM	10,00	KG	23,69	GERDAU	GERDAU	21,90	219,00
002	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300,00	UN	8,94	FOX/FAMASTIL		8,15	2.445,00
003	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300,00	M	8,62	K2		8,62	2.586,00
004	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50,00	M	80,36	CORFIO		78,50	3.925,00
005	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40,00	M	115,33	CORFIO		113,50	4.540,00
006	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50,00	M	29,37	CORFIO		28,90	1.445,00
007	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3,00	UN	360,05	BALESTRO		358,00	1.074,00
008	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400,00	UN	14,86	IPC		13,90	5.560,00
009	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200,00	UN	25,20	IPC		18,90	3.780,00
010	CORDOALHA 6MM	100,00	M	9,39	ISOLATEX		8,90	890,00
011	DISJUNTOR 2X50 NEMA	20,00	UN	87,06	ELETROMAR/SOPRANO		74,90	1.498,00
012	DISJUNTOR 3X100A NEMA	10,00	UN	130,09	ELETROMAR/SOPRANO		124,90	1.249,00
013	DISJUNTOR 3X200A	2,00	UN	448,12	ELETROMAR/SOPRANO		399,00	798,00
014	DISJUNTOR 3X50A NEMA	5,00	UN	98,54	ELETROMAR/SOPRANO		94,50	472,50
015	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20,00	UN	46,76	VICENTINOS		45,00	900,00
016	FIO 10MM	3.000,00	M	10,34	CORFIO		10,00	30.000,00
017	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30,00	M	10,63	CORFIO		10,00	300,00
018	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100,00	M	11,01	CORFIO		10,00	1.000,00
019	FIO 6MM	2.000,00	M	6,57	CORFIO		6,50	13.000,00
020	FIO PARALELO 2,5MM	4.000,00	M	5,08	FULLCABOS		4,90	19.600,00
021	FIO PARALELO 4MM	2.000,00	M	7,91	CORFIO		7,89	15.780,00
022	FITA ISOLANTE 20M	300,00	UN	4,67	STECK		4,50	1.350,00
023	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6,00	UN	47,43	VICENTINOS		45,00	270,00
024	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5,00	UN	6,64	BETEL		6,25	31,25
025	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3,00	UN	36,79	3S/SB		34,90	104,70
026	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6,00	UN	83,14	BALESTRO		80,00	480,00
027	LÂMPADAS 50 WHATS	300,00	UN	26,02	ECONO/KIAN		23,50	7.050,00
028	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900,00	H	72,60	PROPRIA		60,00	54.000,00
029	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200,00	UN	4,67	LFP		4,60	920,00
030	POSTE B-600 12 METROS	1,00	UN	1.948,94	BERTOLINE		1.750,00	1.750,00
031	POSTE D-150 10,5 METROS	1,00	UN	1.140,03	BERTOLINE		890,00	890,00
032	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500,00	M	75,21	CMR		69,90	34.950,00

mara

09:36

Página 2

361

PROPOSTA DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS / SERVIÇOS

CNPJ: 43.255.053/0001-66 **Fornecedor :** FIO FORTE SOLAR **E-mail:** FIOFORTEELETRICA@GMAIL.COM

Endereço : AV BOTUCARIS, 292 - SÃO JOSE OPERARIO - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone:** 4626030333 **Fax:** **Celular:**

Inscrição Estadual: **Contador:** **Telefone contador:**

Representante: ULISSES RICARDO ROEHRS **CPF:** 043.576.449-76 **RG:** 80915063

Endereço representante: RUA RIO E JANEIRO 1727 CASA - CNTRO - Capanema/PR - CEP 85760-000 **Telefone representante:**

E-mail representante: ulisses@iguacu.adm.br

Banco: 748 - BANSICREDI **Agência:** 738- - CAPANEMA - Capanema/PR **Conta:** 5351-9 **Data de abertura:** 05/01/2022

Fornecedor enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte (para obter os benefícios da lei complementar nº 123/2006).

Lote : 001 Lote 001

Nº Item	Descrição do Produto / Serviço	Qtde.	Unid.	Preço Máximo	Marca	Modelo	Preço Unitário	Preço Total
033	TERMINAL OLHAL 95MM	4,00	UN	11,44	TCM		10,90	43,60
034	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400,00	UN	8,53	MECTRONIC		7,90	3.160,00
035	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1,00	UN	23.468,28	REFORTRAFO	75KVA	23.468,28	23.468,28

PREÇO TOTAL DO LOTE : 239.529,33

TOTAL DA PROPOSTA : 239.529,33

Validade da proposta: 90 dias

FIO FORTE SOLAR
CNPJ: 43.255.053/0001-66

PROPOSTA DE PREÇO

06 362

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

Objeto: "*SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.*"

A empresa FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66, sediada na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, através do seu representante legal SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30, apresenta sua proposta comercial para o fornecimento dos itens especificados, conforme termos do edital de **Pregão Presencial Nº 43/2024:**

LOTE ÚNICO							
Item	**Código do produto / serviço**	**Nome do produto/serviço**	**Qtde**	**Unid**	**Marca**	**Preço máximo unitário (R$)**	**Preço máximo total (R$)**
1	69039	ARAME GALVANIZADO 14MM	10	KG	GERDAU	R$ 21,90	R$ 219,00
2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	300	UN	FOX/FAMASTIL	R$ 8,15	R$ 2.445,00
3	69041	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	300	M	K2	R$ 8,62	R$ 2.586,00
4	69042	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	50	M	CORFIO	R$ 78,50	R$ 3.925,00
5	69043	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	40	M	CORFIO	R$ 113,50	R$ 4.540,00
6	69044	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	50	M	CORFIO	R$ 28,90	R$ 1.445,00
7	69045	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	3	UN	BALESTRO	R$ 358,00	R$ 1.074,00
8	69046	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	400	UN	IPC	R$ 13,90	R$ 5.560,00
9	69047	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	200	UN	IPC	R$ 18,90	R$ 3.780,00
10	69048	CORDOALHA 6MM	100	M	ISOLATEX	R$ 8,90	R$ 890,00
11	69049	DISJUNTOR 2X50 NEMA	20	UN	ELETROMAR/SOPRANO	R$ 74,90	R$ 1.498,00
12	69050	DISJUNTOR 3X100A NEMA	10	UN	ELETROMAR/SOPRANO	R$ 124,90	R$ 1.249,00
13	69051	DISJUNTOR 3X200A	2	UN	ELETROMAR/SOPRANO	R$ 399,00	R$ 798,00
14	69052	DISJUNTOR 3X50A NEMA	5	UN	ELETROMAR/SOPRANO	R$ 94,50	R$ 472,50
15	69053	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	20	UN	VICENTINOS	R$ 45,00	R$ 900,00

16	69054	FIO 10MM	3.000	M	CORFIO	R$	10,00	R$ 30.000,00
17	69055	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	30	M	CORFIO	R$	10,00	R$ 300,00
18	69056	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	100	M	CORFIO	R$	10,00	R$ 1.000,00
19	69057	FIO 6MM	2.000	M	CORFIO	R$	6,50	R$ 13.000,00
20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	4.000	M	FULLCABOS	R$	4,90	R$ 19.600,00
21	69059	FIO PARALELO 4MM	2.000	M	CORFIO	R$	7,89	R$ 15.780,00
22	69060	FITA ISOLANTE 20M	300	UN	STECK	R$	4,50	R$ 1.350,00
23	69061	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	6	UN	VICENTINOS	R$	45,00	R$ 270,00
24	69062	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	5	UN	BETEL	R$	6,25	R$ 31,25
25	69063	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	3	UN	3S/SB	R$	34,90	R$ 104,70
26	69064	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	6	UN	BALESTRO	R$	80,00	R$ 480,00
27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	300	UN	ECONO/KIAN	R$	23,50	R$ 7.050,00
28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	900	H		R$	60,00	R$ 54.000,00
29	69067	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	200	UN	LFP	R$	4,60	R$ 920,00
30	69068	POSTE B-600 12 METROS	1	UN	BERTOLINE	R$	1.750,00	R$ 1.750,00
31	69069	POSTE D-150 10,5 METROS	1	UN	BERTOLINE	R$	890,00	R$ 890,00
32	69070	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	500	M	CMR	R$	69,90	R$ 34.950,00
33	69071	TERMINAL OLHAL 95MM	4	UN	TCM	R$	10,90	R$ 43,60
34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	400	UN	MECTRONIC	R$	7,90	R$ 3.160,00
35	69073	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	1	UN	REFORTRAFO TRANSFORMADORES	R$ 23.468,28		R$ 23.468,28
VALOR TOTAL GLOBAL						**R$**		**239.529,33**

Declaramos que cumprimos todos os termos da contratação indicadas nos documentos que compõem o processo de contratação;

DECLARAÇÃO UNIFICADA

08. 361

À PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA-PR
A/C: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

Objeto: *"SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA DE ENGENHARIA ELÉTRICA (ELETRICISTA) COM FORNECIMENTO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA O PARQUE DE EXPOSIÇÕES ARMANDIO GUERRA, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS."*

A empresa FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 43.255.053/0001-66, sediada na Avenida Botucaris, 292, Bairro São José Operário, Capanema – PR, CEP 85.760-000, através do seu representante legal SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30, DECLARA, que:

(X) Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se *enquadra na situação de microempresa, **empresa de pequeno porte** ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14*, e na lei complementar municipal nº 14/2022, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

a) A ciência e concordância do licitante com as condições contidas no Edital e seus anexos, de que cumpre plenamente as condições e requisitos de participação e de habilitação definidos no Edital e anexos, incluindo os definidos no Termo de Referência, se existirem;
b) A ciência e concordância do licitante com as obrigações e regras de execução, de recebimento e de pagamento previstas no Edital e no Termo de Referência, assumindo a responsabilidade de cumpri-las;
c) A ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.
d) Que o licitante não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre; de que não emprega menores de 16 (dezesseis) anos; de que caso a proponente empregar menores de 16 (dezesseis) anos, estes estão contratados na condição de jovem aprendiz, nos termos do artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal;
e) Que o licitante e os seus sócios e/ou administradores não se encontre(m), ao tempo do processo de contratação, impossibilitado(s) de participar da licitação/contratação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;
f) Que o licitante não teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração Pública municipal, no âmbito do processo de contratação anterior para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;
g) Que o licitante não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
h) Que o licitante não integra um grupo econômico, de fato ou de direito, com outro(s) licitante(s) ou contratado(s) deste processo de contratação;
i) Que o licitante, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.
j) Que inexistem fatos impeditivos para a habilitação do licitante no certame e de que não se enquadra em nenhuma das hipóteses de conflito de interesses previstas na Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, durante toda a vigência da contratação;

k) Que o orçamento e a proposta comercial apresentados pelo licitante neste processo de contratação foram elaborados de forma independente, se aplicável;

l) Que o licitante não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do artigo 1º e no inciso III do artigo 5º da Constituição Federal;

m) Que NENHUM sócio e/ou administrador do licitante exerce cargo ou função pública impeditiva de relacionamento comercial com a Administração Pública;

n) Que o licitante não contratará empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

o) Que o licitante e seu(s) sócio(s) não se encontram em estado de insolvência civil, falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

p) A ciência de que sobre o valor devido ao Contratado, decorrente da presente contratação, serão retidos os valores referentes aos tributos incidentes, conforme o disposto na legislação.

q) que o licitante assegura ao Município o atendimento às obrigações legais, tanto na esfera federal, quanto estadual e municipal, ao que se refere às questões sociais e ambientais e às Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial, garantindo a seguridade social de seus empregados, o atendimento à Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o cuidado com a saúde e segurança do trabalhador, o combate ao assédio moral e sexual, além da observância e comprometimento com a conservação e preservação do meio ambiente.

r) Ciência de que as vedações indicadas na alínea "e" também são aplicadas:

(i) ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

(ii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, a mesma pessoa física que seja sócia-administradora, ou sócia majoritária, ou sócia exclusiva da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado;

(ii) à pessoa jurídica licitante que possua como sócio, administrador ou não, o cônjuge, o companheiro ou os filhos do sócio administrador, ou do sócio majoritário, ou do sócio exclusivo da pessoa jurídica declarada inidônea ou que for impedida de licitar com a Administração Pública de qualquer ente federado.

II - Para os fins da presente contratação, indicamos as seguintes informações:

a) Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, instaurados por este Município, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a) SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30, cuja função/cargo é administradora(a), responsável pela assinatura do contrato.

b) Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente e este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, concordo que a Ata de Registro de Preços/Contrato seja encaminhado para o seguinte endereço:

PARA CONTATO COMERCIAL:
TELEFONE: (46) 99900-4227
E-MAIL: fioforteeletrica@gmail.com

c) Caso altere o citado e-mail ou telefone comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Sistema de Protocolo deste Município, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos.

d) nomeamos e constituímos o(a) senhor(a) SIMONE APARECIDA STOLARSKI FELDMANN, RG nº 10.651.890-4 SESP/PR e CPF nº 071.038.689-30 para ser o(a) responsável para acompanhar a execução da presente contratação e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório e seus Anexos.

e) Declara ainda que tomou conhecimento do edital e de todas as condições de participação, que se declarados vencedores do certame, nos responsabilizaremos por quaisquer danos causados por nossos empregados ao Municipio, servidores do contratante, ou a terceiros, dentro da área e dependências onde serão prestados os serviços, bem como pelo desaparecimento de bens da Contratante e de terceiros, seja por omissão ou negligência de seus empregados.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente declaração.

Capanema, 13 de agosto de 2024.

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
Simone Aparecida Stolarski Feldmann - Sócia Administradora
RG: 10.651.890-4 SESP/PR
CPF: 071.038.689-30

0B. 367

Município de Capanema

ESTADO DO PARANÁ
75.972.760/0001-60
AV GOV.PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA, 1080 - CENTRO - CAPANEMA - PR

ALVARÁ Nº 103/2022

O Município de Capanema, conforme protocolo nº PRP2268608107 de 12 de Janeiro de 2023 concede alvará de licença para localização a:

Nome: **FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA**
CNPJ/CPF: 43.255.053/0001-66 **Inscrição Municipal:** 59790
Nome Fantasia: FIO FORTE SOLAR

Localização: AV BOTUCARIS, 292 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO CEP: 85760000 Capanema - PR

Atividades
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica.
3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos.
4292-8/02 - Obras de montagem industrial.
4618-4/99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente.
7112-0/00 - Serviços de engenharia.
7319-0/02 - Promoção de vendas.
7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.
4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico.
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico.

Horário de funcionamento Comercio e prestadores de servicos
Segunda à Sexta das 07:30 às 20:00
Sábado das 07:30 às 13:00

Este Alvará possui validade INDETERMINADA somente para a LOCALIZAÇÃO e ATIVIDADES acima descritas.

Observações:

1 - O Contribuinte deve manter o presente Alvará de Licença, em lugar bem visível e o exibirá a autoridade competente sempre que esta o exigir. - Código de Posturas - Lei 03/1970 - Artigo 213.
2 - Será exigida renovação de licença sempre que ocorrer mudanças de ramo de atividade, modificações nas características do estabelecimento ou transferência de local.
3 - Nos casos de alterações tais como: encerramento, mudanças de endereço, razão social, ramos de atividade, etc. O contribuinte será obrigado a comunicar a Prefeitura dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias.

IMPORTANTE:
- Evite multas, auditorias, fiscalização especial e outros aborrecimentos mantendo em dia sua situação perante o fisco. Futuramente você precisará de certidões para fins de aposentadoria, auxílios, pensão, etc. Zele pelo seu futuro.

Capanema,01 de Março de 2023

Autenticação: 4HHT2732JZX2H999H

0B. 368

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO NO MUNICÍPIO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

INSCRIÇÃO MUNICIPAL nº 59790

DADOS CADASTRAIS

Razão Social: FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
Nome Fantasia: FIO FORTE SOLAR
CNPJ: 43.255.053/0001-66

LOCALIZAÇÃO

Endereço: AV. BOTUCARIS, 292 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO 85760000

ATIVIDADES

Atividade Principal:
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

Atividade(s) Secundária(s):
3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos.
4292-8/02 - Obras de montagem industrial.
4618-4/99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente.
7112-0/00 - Serviços de engenharia.
7319-0/02 - Promoção de vendas.
7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários.
4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico.
4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico.

SITUAÇÃO CADASTRAL

Ativo

Este documento foi emitido em 13/08/2024 17:35:00

0 B 36

Município de Capanema - P

CERTIDÃO NEGATIVA 3782/2024

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **11/10/2024**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA CNPJ: 43.255.053/0001-66

ENDEREÇO: AV BOTUCARIS, 292 - SÃO JOSÉ OPERÁRIO Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARA
59790	103	

CNAE/ATIVIDADES
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, 4292-8/02 - Obras de montagem industrial, 4618-4/99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente, 7112-0/00 - Serviços de engenharia, 7319-0/02 - Promoção de vendas, 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários, 4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico, 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico

Capanema, 12 de Agosto de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE
NO LINK *https://capanemapr.equiplano.com.br:8443/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao*
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **4HHTS2QET454X42EAQ**

Certidão emitida 12/08/2024 as 17:28:47

0B. 370

0 8 371

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPANEMA
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO

Empresa Fácil

ALVARÁ DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Número: 2899

Nome Fantasia: FIO FORTE SOLAR

Razão Social: FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA

CNPJ: 43.255.053/0001-66

Inscrição Municipal: 59790

Atividade Principal (CNAE) 4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica (Exerce no endereço)

Atividade(s) Secundária(s) (CNAE): 4618-4/99 - Outros representantes comerciais e agentes do comércio especializado em produtos não especificados anteriormente (Exerce no endereço), 3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos (Exerce no endereço), 7112-0/00 - Serviços de engenharia (Exerce no endereço), 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico (Exerce no endereço), 4673-7/00 - Comércio atacadista de material elétrico (Exerce no endereço), 7490-1/04 - Atividades de intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários (Exerce no endereço), 4292-8/02 - Obras de montagem industrial (Exerce no endereço), 7319-0/02 - Promoção de vendas (Exerce no endereço)

Município: Capanema **Endereço:** AVENIDA BOTUCARIS, 292, SAO JOSE OPERARIO

CEP: 85760000

Local e data: Capanema, sexta, 13 de janeiro de 2023

Validade:

Observação

- INSCRIÇÃO MUNICIPAL 59790
ALVARÁ DE LICENÇA 103/2022

Código de Autenticidade: **23NJLBWD11**

"EMITIDO PELO FUNCIONÁRIO EDINA LUCIANE ESCHER SOTT"

Esse documento deverá permanecer exposto em local visível no estabelecimento empresarial

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ:	**48.368.808/0001-52**
Razão Social:	**TIAGO ROGERIO LEDUR ***.862.459-****
Nome Fantasia:	
Situação do Fornecedor:	**Credenciado** Data de Vencimento do Cadastro: **03/12/2024**
Natureza Jurídica:	**EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**
MEI:	**Sim**
Porte da Empresa:	**Micro Empresa**

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência:	**Nada Consta**
Impedimento de Licitar:	**Nada Consta**

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Juridica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	**03/02/2025**	**Automática**
FGTS	Validade:	**03/09/2024**	**Automática**
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	**03/02/2025**	**Automática**

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	**05/12/2024**
Receita Municipal	Validade:	**06/10/2024**

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: **31/12/2024**

Esta declaração é uma simples consulta e não tem efeito legal

CPF: 078.XXX.XXX-89 Nome: TIAGO ROGERIO LEDUR

Ass: _____

0 6. 373

Certificado da Condição de Microempreendedor Individual

Empresário(a)

Nome Civil
TIAGO ROGERIO LEDUR

CPF
078.862.459-89

CNPJ
48.368.808/0001-52

Data de Abertura
21/10/2022

Nome Empresarial
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Capital Social
10.000,00

Situação Cadastral Vigente
ATIVA

Data da Situação Cadastral
21/10/2022

Endereço Comercial

CEP	Logradouro	Número
85760-000	RUA ALDO BIGATON	1021
Bairro	**Município**	**UF**
SANTA BARBARA	CAPANEMA	PR

Situação Atual
Enquadrado na condição de MEI

Períodos de Enquadramento como MEI

Período	Início	Fim
1º período	21/10/2022	-

Atividades

Forma de Atuação
Porta a porta, postos móveis ou por ambulantes

Ocupação Principal
Eletricista em residências e estabelecimentos comerciais, independente

Atividade Principal (CNAE)
4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica

Ocupações Secundárias	Atividades Secundárias (CNAE)
Instalador(a) de antenas de tv independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Técnico(a) de manutenção de eletrodomésticos independente	9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
Instalador(a) de sistema de prevenção contra incêndio, independente	4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
Comerciante independente de material elétrico	4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico
Instalador(a) e reparador(a) de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, independente	4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração

Montador(a) e instalador de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, independente	4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
Instalador(a) de máquinas e equipamentos industriais, independente	3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
Torneiro(a) mecânico independente	2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda
Instalador(a) de equipamentos de segurança domiciliar e empresarial, sem prestação de serviços de vigilância e segurança, independente	4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica
Reparador(a) de geradores, transformadores e motores elétricos, independente	3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
Instalador(a) e reparador(a) de elevadores, escadas e esteiras rolantes, independente	4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
Instrutor(a) de cursos gerenciais, independente	8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
Reparador(a) de aparelhos e equipamentos para distribuição e controle de energia elétrica, independente	3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
Reparador(a) de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, independente	3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial

Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento

375

Declaro, sob as penas da lei, que conheço e atendo aos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município para a dispensa da emissão do Alvará e Licença de Funcionamento, compreendidos os aspectos sanitários, ambientais, tributários, de segurança pública, uso e ocupação do solo, atividades domiciliares e restrições ao uso de espaços públicos; autorizo a realização de inspeção e fiscalização no local de exercício das atividades para fins de verificação da observância dos referidos requisitos; e declaro, sob as penas da lei, ter ciência de que o não atendimento dos requisitos legais exigidos pelo Estado e pela Prefeitura do Município poderão acarretar o cancelamento deste Termo de Ciência e Responsabilidade com Efeito de Dispensa de Alvará e Licença de Funcionamento.*

* Declaração prestada pelo empreendedor no ato de registro da empresa.

Este Certificado comprova as inscrições, alvará, licenças e a situação de enquadramento do empresário na condição de Microempreendedor Individual. A sua aceitação está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço: https://mei.receita.economia.gov.br/certificado. Certificado emitido com base na Resolução nº 59, de 12 de agosto de 2020, do Comitê para Gestão da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – CGSIM.

ATENÇÃO: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0 p. 376

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
48.368.808/0001-52 **MATRIZ**		**21/10/2022**

NOME EMPRESARIAL
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	**ME**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica √

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico √
43.29-1-03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes
43.29-1-04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos
33.21-0-00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais
95.21-5-00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico
43.22-3-03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial
33.13-9-01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos
33.13-9-99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente
25.39-0-01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
213-5 - Empresário (Individual)

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
R ALDO BIGATON	**1021**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
85.760-000	**SANTA BARBARA**	**CAPANEMA**	**PR**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM	**(46) 9912-1403**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**21/10/2022**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **06/08/2024** às **14:10:40** (data e hora de Brasília). Página: **1/1**

0 B. 377

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
CNPJ: 48.368.808/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:37:16 do dia 07/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/02/2025.
Código de controle da certidão: **7FC4.88E1.926F.5572**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0 B. 378

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034232329-77

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **48.368.808/0001-52**
Nome: **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 05/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (07/08/2024 15:38:25)

06. 37

Município de Capanema - P

CERTIDÃO NEGATIVA 3704/2024

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **06/10/2024**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: CADASTRO E/OU CONCORRÊNCIA E/OU LICITAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 CNPJ: 48.368.808/0001-52

ENDEREÇO: R ALDO BIGATON, 1021 - SANTA BÁRBARA Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARA
60674	169	

CNAE/ATIVIDADES

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, 3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente, 3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, 3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, 4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio, 4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, 9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, 2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda, 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico

Capanema, 07 de Agosto de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE

NO LINK *https://capanemapr.equiplano.com.br:8443/contribuinte/#/stmCertidao/validacaoCertidao* 0 B381
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: **4HHTS2QEMM54X4CBQT**

Certidão emitida 07/08/2024 as 15:41:07

Emissor: << Equiplano Público Web >>

0 B. 381

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.368.808/0001-52
Razão Social: TIAGO ROGERIO LEDUR
Endereço: RUA ALDO BIGATON 1021 / SANTA BARBARA / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:05/08/2024 a 03/09/2024

Certificação Número: 2024080508545951348000

Informação obtida em 07/08/2024 15:43:41

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

382

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 48.368.808/0001-52
Certidão nº: 54222215/2024
Expedição: 07/08/2024, às 15:44:45
Validade: 03/02/2025 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **48.368.808/0001-52, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

06 383

RECEITA ESTADUAL DO PARANÁ

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DA FAZENDA

Comprovante de Inscrição Cadastral - CICAD

Inscrição no CAD/ICMS	Inscrição CNPJ	Início das Atividades
90981314-07	48.368.808/0001-52	01/2023

Empresa / Estabelecimento

Nome Empresarial **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**

Título do Estabelecimento **TR INSTALACOES ELETRICAS E AR CONDICIONADO**

Endereço do Estabelecimento **RUA ALDO BIGATON, 1021 - SANTA BARBARA - CEP 85760-000**
FONE: (46) 9912-1403

Município de Instalação **CAPANEMA - PR, DESDE 01/2023**

(Estabelecimento Matriz)

Qualificação

Situação Atual **ATIVO - SIMPLES NACIONAL / MEI - PRAZO NAO APLICAVEL, DESDE 01/2023**

Natureza Jurídica **213-5 - EMPRESÁRIO (INDIVIDUAL)**

Atividade Econômica Principal do Estabelecimento **4321-5/00 - INSTALACAO E MANUTENCAO ELETRICA**

Atividade(s) Econômica(s) Secundária(s) do Estabelecimento

2539-0/01 - SERVICOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA
3321-0/00 - INSTALACAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS
4742-3/00 - COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAL ELETRICO
4322-3/02 - INSTALACAO E MANUTENCAO DE SISTEMAS CENTRAIS DE AR CONDICIONADO, DE VENTILACAO E REFRIGERACAO
4322-3/03 - INSTALACOES DE SISTEMA DE PREVENCAO CONTRA INCENDIO
4329-1/03 - INSTALACAO, MANUTENCAO E REPARACAO DE ELEVADORES, ESCADAS E ESTEIRAS ROLANTES, EXCETO DE FABRICACAO PROPRIA
4329-1/04 - MONTAGEM E INSTALACAO DE SISTEMAS E EQUIPAMENTOS DE ILUMINACAO E SINALIZACAO EM VIAS PUBLICAS, PORTOS E AEROPORTOS

Quadro Societário

Tipo	Inscrição	Nome Completo / Nome Empresarial	Qualificação
CPF	**078.862.459-89**	**TIAGO ROGERIO LEDUR**	**EMPRESÁRIO**

Este CICAD tem validade até 06/09/2024.

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

CAD/ICMS Nº 90981314-07

Os dados cadastrais deste estabelecimento poderão ser confirmados via Internet **www.fazenda.pr.gov.br**

Emitido Eletronicamente via Internet
07/08/2024 16:29:48

Dados transmitidos de forma segura
Tecnologia CELEPAR

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
C O M A R C A D E CAPANEMA

0 fls. 381

CARTORIO DO DISTRIBUIDOR E ANEXOS
AV. PEDRO VIRIATO PARIGOT DE SOUZA Nº 1212 - CENTRO
CAPANEMA/PR - 85760000

TITULAR
DIRCE STEVENS FACCIO
JURAMENTADOS
MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO
PATRICIA MICHELA THIESEN

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição CÍVEL (Cível, Precatória, Precatória Especial, Juizado Especial), Ações: CONCORDATA E FALENCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

CNPJ 48.368.808/0001-52, no período compreendido desde 14/07/1989, até a presente data.

CAPANEMA/PR, 06 de Agosto de 2024, 12:23:42

Certificação

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO

Assinado digitalmente por MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO
ND: E=muriloks1903@gmail.com, CN=MURILO KWIATKOWSKI SBARDELOTTO, L=CAPANEMA, S=PR, C=BR
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.07 12:24:15-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

Custas = R$ 57,56
Página 0001/0001
Criação da Comarca 29.11.1967

Anotação de Responsabilidade Técnica - ART
Lei nº 6.496, de 7 de dezembro de 1977

CREA-PR

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

ART de Obra ou Serviço
1720244320547

0 6. 385

1. Responsável Técnico

TARLAN MARCOS DALLA VECCHIA

Título profissional: **ENGENHEIRO ELETRICISTA**

RNP: **1718325266**
Carteira: **PR-176778/D**
Registro/Visto: **80753**

Empresa Contratada: **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**

2. Dados do Contrato

Contratante: **LATICINIOS SANTA INEZ LTDA** CNPJ: **09.282.108/0001-99**

LINHA LAGEADO MUNIZ, S/N
ZONA RURAL - PLANALTO/PR 85750-000

Contrato: (Sem número) Celebrado em: 25/07/2024
Valor: R$ 1.000,00 Tipo de contratante: Pessoa Jurídica (Direito Privado) brasileira

3. Dados da Obra/Serviço

LINHA LAGEADO MUNIZ, S/N
ZONA RURAL - PLANALTO/PR 85750-000

Data de Início: 25/07/2024 **Previsão de término:** 05/08/2024

4. Atividade Técnica

	Quantidade	Unidade
[Execução de instalação] *de instalações elétricas em alta tensão para fins industriais*	1,00	OBRAS
[Execução de instalação, Execução de manutenção] *de transformador*	1,00	UNID

Após a conclusão das atividades técnicas o profissional deverá proceder a baixa desta ART

7. Assinaturas

Documento assinado eletronicamente por TARLAN MARCOS DALLA VECCHIA, registro Crea-PR PR-176778/D, na área restrita do profissional com uso de login e senha, na data 31/07/2024 e hora 22h30.

MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN:09019195948

Assinado digitalmente por MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN:09019195948
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=31375316000191, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN:09019195948
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.01 15:34:22-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 12.0.1

LATICINIOS SANTA INEZ LTDA - CNPJ: 09.282.108/0001-99

8. Informações

- A ART é válida somente quando quitada, conforme informações no rodapé deste formulário ou conferência no site www.crea-pr.org.br.

- A autenticidade deste documento pode ser verificada no site www.crea-pr.org.br ou www.confea.org.br

- A guarda da via assinada da ART será de responsabilidade do profissional e do contratante com o objetivo de documentar o vínculo contratual.

Acesso nosso site www.crea-pr.org.br
Central de atendimento: 0800 041 0067

CREA-PR Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná

Registrada em : 31/07/2024

ART Isenta



0 B. 386



Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel
do original.
Capanema, 13 / 08 / 24
Fabiana Schulz Padilha

Tiago

mara

CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS

0 6. 387

Por meio deste instrumento "CONTRATO PARTICULAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS", de um lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 com sede à Capanema-PR, inscrita no C.N.P.J. n.º 48.368.808/0001-52 representada nesta ocasião pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR R.G. n.º 10.171.998-7 C.P.F. n.º 078.862.459-89 doravante denominado de simplesmente Contratante, do outro lado o Sr. TARLAN MARCOS DALLA VECCHIA, brasileiro, R.G.n.º 10.324.400-5, C.P.F.n.º079.777.239-13, com título Profissional de Engenheiro Eletricista, Cart. Crea PR-176778/D, doravante denominado de simplesmente Contratado, tem entre si acertado o seguinte:

Cláusula 1ª - Caberá ao Contratado desenvolver atividades como Responsável Técnico conforme suas atribuições profissionais e compatíveis com os objetivos sociais da empresa, conforme discriminado na ART de Desempenho de Cargo ou Função.

Cláusula 2ª – A vigência do presente contrato será por: 4 anos, a partir da sua assinatura;

Cláusula 3ª - O Contratado terá carga horária de: 8 horas semanais;

Cláusula 4ª - O Contratante assegura ao contratado absoluta independência técnica;

Cláusula 5ª - Os honorários profissionais do contratado será de 2 salários mínimos mensais, correspondentes a R$ 2.604,00 nesta data, conforme Lei Federal n.º 4.950-A de 22 de abril de 1966 e Resolução 397/95 do CONFEA.

Cláusula 6ª - Este Contrato poderá ser rescindido por qualquer das partes mediante aviso prévio de 30 dias.

Cláusula 7ª - Durante a vigência deste contrato e pelo prazo previsto em Lei ficará o contratado responsável pelas atividades técnicas da empresa contratante.

Cláusula 8ª – Para dirimir quaisquer controvérsias oriundas do presente contrato, as partes elegem o foro da Comarca de Capanema;

Por estarem as partes de pleno acordo com o disposto neste instrumento particular de prestação de serviços, assinam-no em duas vias de igual teor.

Capanema, 15 de fevereiro de 2023.

Tiago Rogerio Ledur
Contratante

Tarlan M. Dalla Vecchia
Contratado

TABELIONATO DE NOTAS - CAPANEMA PR (46)3552.3710

Selo Digital SFTNiHGqcbmajfLIQaeG143Bq
Consulte este selo em http://funarpen.com.br
Reconheço por SEMELHANÇA as assinaturas indicadas de TIAGO ROGERIO LEDUR e TARLAN MARCOS DALLA VECCHIA Dou fé.
Capanema-PR, 17 de abril de 2023

Patricia Francieli Weiler - Escrevente

TABELIONATO DE NOTAS DE CAPANEMA
Francisco Secco Giaretta
Tabelião Titular
85760-000 - CAPANEMA - PR

Prefeitura Municipal de Capanema
Este documento é cópia fiel
08/08/2024

Digitalizado com CamScanner

08 384

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A empresa LATICINIOS SANTA INEZ LTDA, inscrita no CNPJ sob número 09.282.108/0001-99, situada na Linha Lageado Muniz, no Município de Planalto/PR., através de seu representante legal MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN, devidamente inscrito no CPF: 090.191.959-48, atesta para os devidos fins que TARLAN MARCOS DALLA VECCHIA CPF: 079.777.239-13 através da empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrita no CNPJ sob número 48.368.808/0001-52, situada na Rua Aldo Bigaton, 1021, Santa Barbara, no Município de Capanema/PR, realizou serviços de troca de rede de alta tensão e instalação/ manutenção em transformador para eventos realizados pela empresa com data início dia 25/07/2024 a 05/08/2024 .

Atesto que tais serviços foram executados satisfatoriamente, não existindo em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

Planalto/PR, 05 de Agosto de 2024.

MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN: 09019195948

Assinado digitalmente por MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN:09019195948
DN: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC SOLUTI Multipla v5, OU=31375316000191, OU=Videoconferencia, OU=Certificado PF A3, CN=MARCO ANTONIO SOUZA ROHDEN:09019195948
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024-08-05 15:27:49
Foxit Reader Versão: 9.4.1

LATICINIOS SANTA INEZ LTDA

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

0 B. 38

ANEXO VI

DECLARAÇÃO DE GARANTIA TÉCNICA

Pregão nº 43/2024

O TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado no seguinte endereço: Rua Aldo Bigaton, nº 1021, bairro: Santa Barbara, CEP: 85.760-000, no Município de Capanema-PR, com o seguinte endereço eletrônico: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46)99912-1403, neste ato representado pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, com função de: empresário, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, DECLARA, sob as penas da Lei, que se obriga a oferecer garantia técnica contratual do objeto da contratação, previsto no Edital do Pregão indicado em epígrafe, conforme descrição dos itens que constam no termo de referência, pelo prazo de 90 (noventa) dias e para o item 35 objeto deste termo 24 (vinte e quatro) meses, contados do recebimento definitivo do objeto e após o escoamento do prazo da garantia legal prevista no CDC, sendo que durante o período de garantia técnica, sempre através de representantes autorizados, realizará as substituições e reparos necessários decorrentes de anomalia, vício ou defeito, bem como falhas ou imperfeições constatadas em suas características operacionais ou estéticas, no prazo previsto no Termo de Referência, contado da notificação do problema por parte do Fiscal da Contratação ou Secretaria Municipal interessada, sem qualquer ônus para o Município de Capanema.

Capanema/PR, 06 de agosto de 2024.

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR

EMPRESÁRIO

ACEC
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

A **ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE CAPANEMA - ACEC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 77.830.370/0001-08, sociedade civil com personalidade jurídica sem fins lucrativos, que visa representar os empresariados locais perante autoridades públicas municipais, estaduais e federais, que constitui uma das organizadoras da **22ª Feira do Melado**, com sede na Av. Espírito Santo, n.º 1053, Centro, na cidade de Capanema – PR, vem, por meio deste, para todos os fins de direito, **ATESTAR** que o profissional **TIAGO ROGÉRIO LEDUR**, inscrito no CPF nº 078.862.459-89, domiciliado na Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Bairro: Santa Bárbara, na cidade de Capanema – PR, prestou serviços compatíveis com o objeto do Pregão nº 43/2024, em tramitação pelo Município de Capanema, na medida em que **realizou serviços de eletricista em alta e baixa tensão no Parque de Exposições Armândio Guerra para a realização da 21ª Feira do Melado, ocorrida no ano de 2022.**

O profissional cumpriu pontual e corretamente com as obrigações assumidas, no tocante aos serviços solicitados, pelo que declaramos estar apto a cumprir com o objeto contratado no certame em referência, nada tendo que o desabone técnica e comercialmente.

Capanema, 13 de agosto de 2024.

Assinado digitalmente por LUIS HENRIQUE KAFER:05288837988
Data: 2024.08.13 09:54:25-03'00'

Luis Henrique Kafer
PRESIDENTE da ACEC
Gestão 2024/2025

CEPS

Centro de Educação Profissional do SINELTEPAR

Certificado

2ª VIA

Conferimos a

Tiago Rogério Ledur

o Certificado de Conclusão do Curso de

QUALIFICAÇÃO DE INSTALADORES EM LINHAS ELÉTRICAS DE ALTA E BAIXA TENSÃO E EM REDE COMPACTA E GSST – LINHA MORTA

realizado em Curitiba - Paraná, por meio de convênio firmado entre o *CEPS/SINELTEPAR,* seguindo as exigências do TAC nº03/05, MP/05, MIT nº163002, de 09/12/09 da COPEL, GSST e Normas Regulamentadoras vigentes durante o período de 05 de Novembro a 03 de Dezembro 2012, perfazendo uma carga horária total de 268 horas-aula.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2012.

Engº. Klaubert Gremaschi Viana
Coordenador de Cursos do CEPS

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 08/08/2024

P/mmd
Odilo Bacchiman
Secretário Geral do CEPS

0391

CONTEÚDOS ABORDADOS (223 HORAS OU 268 HORAS-AULA):

***Relações Interpessoais*:** Autoconhecimento, autopercepção, autoimagem, autoestima, autocontrole, autodisciplina, automotivação, comunicação, empatia, flexibilidade, assertividade, responsabilidade, defensividade, feedback, influência.

***NR-10, SEP e Segurança no Trabalho*:** NR-10, SEP (conteúdos relacionados na lei) , primeiros socorros; combate a incêndio; acidente do trabalho; motivação para segurança; finalidade e uso correto dos equipamentos de proteção e ferramental; choque elétrico; teste de verificação de ausência de tensão; conjunto de aterramento temporário; distância de trabalho; utilização de Escadas; uso de espora em poste duplo "T"; posicionamento no trabalho; sinalização do local de trabalho; subida e descida de material através de corda (içamento); levantamento de peso; atitudes de segurança no trabalho - NAC 060-110.

NR-10, ***Análise Preliminar de Riscos de Segurança*:**- Parte relacionada a APR; Introdução; Conceitos e definições: conceito prevencionista de acidentes; conceito Legal de acidente do trabalho; conceito de doença do trabalho; conceito de risco; conceito de perigo; definição de prevenção passiva; definição de prevenção ativa; definição de Quase acidentes; entender os componentes de variação; definição de atividade; definição de componentes da atividade; indivíduo; meio ambiente; material; tarefa; apresentação de modelo de planilha da APR; apresentação do fluxograma de processos da APR; outros tópicos, correlacionados com a APR.

***Fundamentos Básicos de Eletricidade*:** Histórico da eletricidade; detalhamento das etapas do sistema elétrico; geração; transmissão; distribuição; utilização; constituição da matéria; estrutura atômica; corrente elétrica; efeito luminoso; efeito térmico; efeito magnético; medição da corrente elétrica; medição direta; medição através dos dados de placa; diferença de Potencial ou Tensão Elétrica; resistência Elétrica; Lei de Ohm; potência Elétrica: ativa, indutiva e reativa; instrumentos de medição da potência elétrica; circuitos de C.C com várias cargas: circuito de série; sentido da cor rente e polaridade; sentido Real e Convencional da corrente; circuito paralelo; cargas ligadas em paralelo. Geração de Corrente Alternada; transformador básico; energia elétrica; circuitos trifásicos: ligação estrela; ligação triângulo ou delta; ligação de banco de transformadores monofásicos.

CMO – Construção, Manutenção e Operação de Redes (Teoria e Prática) com GSST: Interpretar projetos e elaborar croqui de RDA (Convencional e Compacta); Exercícios de interpretação de projetos e croqui de RDA (Convencional e Compacta); Utilização e amarração de escadas de madeira e/ou fibra; Executar teste de ausência de tensão; Instalar conjunto de aterramento temporário sela e convencional; Padronização de Tarefas - Preliminares Grupo 1-100 (GSST); Fazer buraco para implantar poste; Implantar e/ou remover postes; Aplicação de postes de fibra de vidro; Fazer buraco para instalação de estais; Instalar estai de âncora e dispositivos de sinalização, segurança e de isolação; Instalar estai de contraposte de concreto; Montar ou substituir cruzeta simples em estruturas de sustentação; Instalar ou substituir isoladores pilar; Instalar ou substituir cruzetas duplas com isoladores de ancoragem; Montar estrutura de RDC Tipo "CA"; Montar estrutura de RDC Tipo "C1"; Montar estrutura de RDC Tipo "C1A"; Montar estrutura de RDC Tipo "C2"; Montar estrutura de RDC Tipo "CS"; Montar estrutura de RDC Tipo "CH"; Montar estrutura de RDC Tipo "C3" e "C4"; Instalar armação secundária; Lançar condutores em redes de distribuição aérea convencional; Lançar condutores em redes de distribuição aérea compacta; Emendar ou reparar condutores de alumínio e/ou aço em rede convencional; Emendar ou reparar condutores de alumínio em redes de distribuição aérea compacta; Operar alicate de compressão mecânica; Operar alicate de compressão hidráulica; Tensionar condutores de alumínio ou cobre em redes de distribuição; Tensionar mensageiros e condutores em redes de distribuição aérea compacta; Encabeçar condutores em redes de distribuição aérea de alta tensão; Encabeçar mensageiros e condutores em redes de distribuição aérea compacta; Encabeçar condutores em redes de distribuição aérea de baixa tensão; Amarrar condutores em redes de distribuição aérea de alta tensão; Amarrar mensageiros e condutores em redes de distribuição aérea compacta; Amarrar redes de distribuição aérea de baixa tensão; Executar ou reparar ligações em cruzamento aéreo de alta tensão convencional; Executar ou reparar ligações em cruzamento aéreo de alta tensão compacta; Executar ou reparar ligações em cruzamento aéreo de baixa tensão; Executar conexões com conectores tipo cunha e ampactinho; Instalar ou substituir transformadores em rede de distribuição convencional; Instalar ou substituir para-raios; Selecionar elos fusíveis para proteção de transformadores; Instalar ou substituir transformadores autoprotegido em RDA compacta; Instalar aterramento; Medição da resistência do aterramento; Executar conexões com solda exotérmica e conector "TGC"; Instalar chave seccionadora unipolar; Instalar e ligar relés de iluminação pública; Instalar braços e luminárias de iluminação pública. ***Padronização de Tarefas – Manutenção e Construção de Redes LM – GSST - Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho – Tarefas Padronizadas:*** Grupo 1-100 – Tarefas Preliminares Redes Aérea. Grupo 2-100 – Serviços Comerciais. Grupo 2-200 – Serviços Emergenciais. Grupo 4-100 – Operação de Equipamentos de Rede. Grupo 5-100 – Manutenção e Construção de Redes LM. ***Atividades de Rede Compacta em Linhas Desenergizadas.***

Responsabilidade Civil e Criminal nas relações trabalhistas : NR-10 – parte relacionada a questões; trabalhistas; acidentária; civil e penal; Definições de "Culpa", por imperícia; negligência e imprudência; Acidente do trabalho; Doença profissional; Doença do trabalho; Constituição Federal, Código Penal Brasileiro, Consolidação das Leis do Trabalho, Lei nº 8.213/1991, Decreto Lei nº 3.048/1999, Anexo IV – Agentes Nocivos; Tipos de Ações; Ação Regressiva; Contravenção Penal, Art. 343 – Decreto nº 348/1999; Ação Civil; Ação Penal; Ação Civil Pública; Ação Indenizatória decorrente de seqüelas ocorridas com o segurado após o acidente; Ação por Perdas e Danos; Ação por Lucros Cessantes; Ação por Danos Estéticos e Morais; Ação Previdenciária; Ação Revisional; Procedimento Criminal (Lei nº 9.099/1995; Terceirizações – definições: Culpa in Eligendo e Culpa in Vigilando.

NR-10 - ***Salvamento de Estruturas de Redes de Distribuição*:** – parte relacionada a aplicação das técnicas de RCP; Procedimentos de resgate de escadas simples; de escada extensível; de escada giratória; de regaste de escadas fixada em Fachada (parede); de resgate de estrutura (poste duplo "T"); de resgate de estrutura (poste Circular); Estatística de acidentes na Copel (Acidentes com Quedas de estrutura e/ou escada, Choque elétrico; Doenças ocupacionais e outros).

NR-35 – Trabalhos em Altura - Requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o planejamento, a organização e a execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos, direta e indiretamente, com a atividade.

Direção Administrativa/ Pedagógica:
Engº. Rui Londero Benetti – Diretor Administrativo
Profª Msc. Josiane Rocha S. Oliveira – Diretora Pedagógica

Coordenação do Curso:
Engº. Klaubert Gremaschi Viana
Engº. Aparecido Celso Hiroshi Tsukamoto

Equipe Docente:
Prof. Luiz Delfino Basílio dos Santos
Prof. Carlos Eduardo Teixeira
Prof. Manoel Gomes Osti
Prof. Dr. Davis Bruel
Prof. Engº.Aparecido Celso Hiroshi Tsukamoto
Prof. Nelson Ferreira Pinto Junior

Menção: APTO

Prefeitura Municipal de Capanema
Certifico que este documento é cópia fiel do original.
Capanema, 08 / 08 / 2024

392

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

ANEXO VII

DECLARAÇÃO SUPORTE TÉCNICO

Pregão nº 43/2024

O TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado no seguinte endereço: Rua Aldo Bigaton, nº 1021, bairro: Santa Barbara, CEP: 85.760-000, no Município de Capanema-PR, com o seguinte endereço eletrônico: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM , e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46) 99912-1403, neste ato representado pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, com função de: empresário, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, DECLARA que dispõe de assistência técnica autorizada, caso seja necessário para a manutenção preventiva ou corretiva do objeto da contratação, nos termo exigidos no Termo de Referência.

Capanema/PR, 06 de agosto de 2024.

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR

EMPRESÁRIO

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Rua Aldo Bigaton, nº 1021, Santa Barbara, Capanema/PR
CNPJ 48.368.808/0001-52
E_mail: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM tel. (46) 99912-1403

0 6 391

DECLARAÇÃO

A empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado no seguinte endereço: Rua Aldo Bigaton, nº 1021, bairro: Santa Barbara, CEP: 85.760-000, no Município de Capanema-PR, com o seguinte endereço eletrônico: RAKEL_MARTINS6@HOTMAIL.COM , e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46) 99912-1403, neste ato representado pelo Sr. TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, DECLARA para os devidos fins que dispõe de ferramental e instrumental técnico compatível e adequado para a realização das atividades.

Capanema/PR, 06 de agosto de 2024.

Tiago Rogerio Ledur

TIAGO ROGERIO LEDUR

EMPRESÁRIO

Município de Capanema - 2024

Relatorio de Lances por Lote

Pregão 43/2024

06 395

Página

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHAR

Lote: 1

Fornecedor 89791	TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	Vencedo
Rodada	Valor	
Lance Inicial	252.881,89	
1	239.000,00	
2	237.000,00	
3	234.500,00	
4	228.000,00	
5	226.000,00	
6	218.000,00	
7	213.500,00	
8	211.500,00	
9	198.500,00	
10	195.000,00	

Fornecedor 86016	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	Declino
Rodada	Valor	
Lance Inicial	239.529,33	
1	238.900,00	
2	235.500,00	
3	229.000,00	
4	227.500,00	
5	219.500,00	
6	215.000,00	
7	212.000,00	
8	199.000,00	
9	195.996,60	

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
Pregoeiro

MARA DANIELE GAMBETTA
Membro

GABRIEL JULIO ALEXANDRE SCHUHNGEL
Membro

TARCIS HENRIQUE SANT ANNA
Membro

JOAO ANTONIO BAZZANELLA LUFT
Membro

EDUARDO VINICIUS HORBACH
Presidente

FELIPE CARVALHO ROMERO
Membro

FABIANA SCHULZ PADILHA
Membro

AMANDA PEREIRA DE ANDRADE
Membro

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
Membro

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
TIAGO ROGERIO LEDUR

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
ULISSES RICARDO ROEHRS

Município de Capanema - 2024

Relatorio de Lances por Lote

Pregão 43/2024

396

Objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHAR

Lote: 1

Fornecedor 89791	TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	Vencedo
Rodada	Valor	
Lance Inicial	252.861,89	
1	239.000,00	
2	237.000,00	
3	234.500,00	
4	228.000,00	
5	226.000,00	
6	218.000,00	
7	213.500,00	
8	211.500,00	
9	198.500,00	
10	195.000,00	

Fornecedor 88016	FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA	Declino
Rodada	Valor	
Lance Inicial	239.529,33	
1	238.900,00	
2	235.500,00	
3	229.000,00	
4	227.500,00	
5	219.500,00	
6	215.000,00	
7	212.000,00	
8	199.000,00	
9	195.996,60	

ROSELIA KRIGER BECKER PAGANI
Pregoeiro

MARA DANIELE GAMBETTA
Membro

GABRIEL JULIO ALEXANDRE SCHUINGEL
Membro

TARCIS HENRIQUE SANT ANNA
Membro

JOAO ANTONIO BAZZANELLA LUFT
Membro

EDUARDO VINICIUS HORBACH
Presidente

FELIPE CARVALHO ROMERO
Membro

FABIANA SCHULZ PADILHA
Membro

AMANDA PEREIRA DE ANDRADE
Membro

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
Membro

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
TIAGO ROGERIO LEDUR

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
ULISSES RICARDO ROEHRS

ATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA, E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO **PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024**

Aos quatorze dias de agosto de 2024, às oito horas e trinta minutos, no MUNICÍPIO DE CAPANEMA, com endereço a Av. Pedro Viriato Parigot de Souza, n° 1080, centro, reuniu-se o Agente de Contratação e Equipe de Apoio, designada pela Portaria n° 8.721 DE 25 DE JULHO DE 2024, constituída pelos **Srs. Roselia Kriger Becker Pagani, Pregoeira/Agente de Contratação, Felipe Carvalho Romero, Membro, Amanda Pereira de Andrade, Membro Fabina Schulz Padilha, membro, Mara Daniee Gambetta, membro, Gabrel Júlio Alexandre Schuingel, membro, Eduardo Vinicius Horbach, membro, Tarcis Henrique Sant Anna, membro, João Antonio Bazzanella Luft, membro**, com o objetivo de julgar a Licitação Pública, sob a modalidade Pregão, veiculado através do n° 043, que tem por objeto o AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS., a Comissão atestou o comparecimento das seguintes empresas: TIAGO ROGERIO LEDUR, representado pelo Tiago Rogerio Ledur, Fio Forte Energia Solar Ltda, repesentada pelo Sr. Ulisses Ricardo Roehrs, Abertos os trabalhos, foram credenciados os representantes FIO FORTE ENERGIA SOLAR. Em seguida foi realizada a classificação das propostas e aberta a fase de lances verbais, cujos os valores estão devidamente demonstrados abaixo: Foi considerada como propostas válidas e vencedores, depois de analisada as documentações (envelopes n° 02), chegando-se a seguinte:

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	ARAME GALVANIZADO 14MM	GERDAU	KG	10,00	18,27	182,70
1	2	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	BRUART	UN	300,00	6,89	2.067,00
1	3	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	BOREAL	M	300,00	6,65	1.995,00
1	4	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	CONTROLLER	M	50,00	61,97	3.098,50
1	5	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	CONTROLLER	M	40,00	88,93	3.557,20
1	6	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	CONTROLLER	M	50,00	22,65	1.132,50
1	7	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	DELMAR	UN	3,00	277,64	832,92
1	8	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	FEK	UN	400,00	11,46	4.584,00
1	9	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	INCESA	UN	200,00	19,43	3.886,00
1	10	CORDOALHA 6MM	BELGO	M	100,00	7,24	724,00
1	11	DISJUNTOR 2X50 NEMA	SOPRANO	UN	20,00	67,13	1.342,60
1	12	DISJUNTOR 3X100A NEMA	SOPRANO	UN	10,00	100,31	1.003,10

1	13	DISJUNTOR 3X200A	SOPRANO	UN	2,00	345,55	691,10
1	14	DISJUNTOR 3X50A NEMA	SOPRANO	UN	5,00	75,99	379,95
1	15	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	TOPMAX	UN	20,00	36,06	721,20
1	16	FIO 10MM	CONTROLLER	M	3.000,00	7,97	23.910,00
1	17	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	CONTROLLER	M	30,00	8,20	246,00
1	18	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	CONTROLLER	M	100,00	8,49	849,00
1	19	FIO 6MM	CONTROLLER	M	2.000,00	5,07	10.140,00
1	20	FIO PARALELO 2,5MM	CONTROLLER	M	4.000,00	3,92	15.680,00
1	21	FIO PARALELO 4MM	CONTROLLER	M	2.000,00	6,10	12.200,00
1	22	FITA ISOLANTE 20M	TRX	UN	300,00	3,60	1.080,00
1	23	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	VICENTINOS	UN	6,00	36,57	219,42
1	24	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	BETEL	UN	5,00	5,12	25,60
1	25	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	COBRE	UN	3,00	28,37	85,11
1	26	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	ISOELETRIC	UN	6,00	64,11	384,66
1	27	LÂMPADAS 50 WHATS	GALAXY	UN	300,00	20,06	6.018,00
1	28	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	TIAGO LEDUR	H	900,00	50,12	45.108,00
1	29	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	ELETROPLAS	UN	200,00	3,60	720,00
1	30	POSTE B-600 12 METROS	BP	UN	1,00	1.502,85	1.502,85
1	31	POSTE D-150 10,5 METROS	BP	UN	1,00	879,09	879,09
1	32	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	BOREAL	M	500,00	58,00	29.000,00
1	33	TERMINAL OLHAL 95MM	AXT	UN	4,00	8,82	35,28
1	34	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	LUSTER	UN	400,00	6,58	2.632,00
1	35	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS	ITAIPU	UN	1,00	18.096,65	18.096,65

		SECUNDÁRIAS 127/220					
TOTAL							195.009,43

Tendo em vista que a intimação do ato de julgamento das propostas nos termos do Art. 164 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 268, da Lei Complementar nº 14/2022, convoco para o prazo recursal previsto no Inciso I de ambas as leis. Nenhuma empresa manifestou interesse em interpor recurso.Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião e assinada a presente Ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

ROSELIA KRIGE BECKER PAGANI
AGENTE DE CONTRATAÇÃO

FELIPE CARVALHO ROMERO
MEMBRO

FABIANA SCHULZ PADILHA
MEMBRO

JOÃO ANTONIO BAZZANELLA LUFT
MEMBRO

MARA DANIEE GAMBETTA
MEMBRO

GABREL JÚLIO ALEXANDRE SCHUINGEL
MEMBRO

EDUARDO VINICIUS HORBACH
MEMBRO

TARCIS HENRIQUE SANT ANNA
MEMBRO

AMANDA PEREIRA DE ANDRADE
MEMBRO

RUBENS LUIS ROLANDO SOUZA
MEMBRO

FIO FORTE ENERGIA SOLAR LTDA
43.255.053/0001-66
AV BOTUCARIS, 292 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SÃO JOSÉ OPERÁRIO CIDADE/UF: Capanema/PR
ULISSES RICARDO ROEHRS
043.576.449-76

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
48.368.808/0001-52
R ALDO BIGATON, 1021 - CEP: 85760000 - BAIRR SANTA BÁRBARA CIDADE/UF: Capanema/PR
TIAGO ROGERIO LEDUR
078.862.459-89

TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

B 401

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 48368808000152

NENHUM ITEM ENCONTRADO!

TERMO DE ADJUDICAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2024

A Senhora Pregoeira do Município de Capanema - PR, no uso das atribuições legais, conforme legislação vigente (Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022), após exame e deliberação do processo que instrui o Pregão Presencial nº 043/2024, objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, resolve ADJUDICAR os itens licitados conforme a tabela abaixo:

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quanti-dade	Preço
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	1	ARAME GALVANIZADO 14MM	GERDAU	10,00	18,27
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	2	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	BRUART	300,00	6,89
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	3	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	BOREAL	300,00	6,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	4	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	CONTROLLER	50,00	61,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	5	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	CONTROLLER	40,00	88,93
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	6	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	CONTROLLER	50,00	22,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	7	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	DELMAR	3,00	277,64
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	8	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	FEK	400,00	11,46
TIAGO	1	9	CONECTOR	INCESA	200,00	19,43

ROGERIO LEDUR 07886245989			PERFURANTE 120-120MM			
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	10	CORDOALHA 6MM	BELGO	100,00	7,24
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	11	DISJUNTOR 2X50 NEMA	SOPRANO	20,00	67,13
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	12	DISJUNTOR 3X100A NEMA	SOPRANO	10,00	100,31
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	13	DISJUNTOR 3X200A	SOPRANO	2,00	345,55
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	14	DISJUNTOR 3X50A NEMA	SOPRANO	5,00	75,99
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	15	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	TOPMAX	20,00	36,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	16	FIO 10MM	CONTROLLER	3.000,00	7,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	17	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	CONTROLLER	30,00	8,20
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	18	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	CONTROLLER	100,00	8,49
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	19	FIO 6MM	CONTROLLER	2.000,00	5,07
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	20	FIO PARALELO 2,5MM	CONTROLLER	4.000,00	3,92

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	21	FIO PARALELO 4MM	CONTROLLER	2.000,00	6,10
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	22	FITA ISOLANTE 20M	TRX	300,00	3,60
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	23	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	VICENTINOS	6,00	36,57
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	24	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	BETEL	5,00	5,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	25	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	COBRE	3,00	28,37
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	26	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	ISOELETRIC	6,00	64,11
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	27	LÂMPADAS 50 WHATS	GALAXY	300,00	20,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	28	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	TIAGO LEDUR	900,00	50,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	29	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	ELETROPLAS	200,00	3,60
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	30	POSTE B-600 12 METROS	BP	1,00	1.502,85
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	31	POSTE D-150 10,5 METROS	BP	1,00	879,09
TIAGO ROGERIO LEDUR	1	32	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	BOREAL	500,00	58,00

07886245989						
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	33	TERMINAL OLHAL 95MM	AXT	4,00	8,82
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	34	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	LUSTER	400,00	6,58
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	35	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	ITAIPU	1,00	18.096,65

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 14 de agosto de 2024.

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira

PORTARIA Nº 8.733, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 43/2024.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, **Considerando** que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº ***43/2024***, objeto AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art.95 nos, §1º, §2 e §3 da Lei Complementar nº 14/2022, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por Lote;

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	1	ARAME GALVANIZADO 14MM	GERDAU	10,00	18,27
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	2	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	BRUART	300,00	6,89
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	3	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	BOREAL	300,00	6,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	4	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	CONTROLLER	50,00	61,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	5	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	CONTROLLER	40,00	88,93
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	6	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	CONTROLLER	50,00	22,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	7	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	DELMAR	3,00	277,64

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	8	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	FEK	400,00	11,46
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	9	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	INCESA	200,00	19,43
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	10	CORDOALHA 6MM	BELGO	100,00	7,24
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	11	DISJUNTOR 2X50 NEMA	SOPRANO	20,00	67,13
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	12	DISJUNTOR 3X100A NEMA	SOPRANO	10,00	100,31
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	13	DISJUNTOR 3X200A	SOPRANO	2,00	345,55
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	14	DISJUNTOR 3X50A NEMA	SOPRANO	5,00	75,99
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	15	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	TOPMAX	20,00	36,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	16	FIO 10MM	CONTROLLER	3.000,00	7,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	17	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	CONTROLLER	30,00	8,20
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	18	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	CONTROLLER	100,00	8,49
TIAGO ROGERIO LEDUR	1	19	FIO 6MM	CONTROLLER	2.000,00	5,07

07886245989						
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	20	FIO PARALELO 2,5MM	CONTROLLER	4.000,00	3,92
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	21	FIO PARALELO 4MM	CONTROLLER	2.000,00	6,10
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	22	FITA ISOLANTE 20M	TRX	300,00	3,60
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	23	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	VICENTINOS	6,00	36,57
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	24	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	BETEL	5,00	5,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	25	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	COBRE	3,00	28,37
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	26	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	ISOELETRIC	6,00	64,11
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	27	LÂMPADAS 50 WHATS	GALAXY	300,00	20,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	28	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	TIAGO LEDUR	900,00	50,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	29	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	ELETROPLAS	200,00	3,60
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	30	POSTE B-600 12 METROS	BP	1,00	1.502,85
TIAGO ROGERIO	1	31	POSTE D-150 10,5 METROS	BP	1,00	879,09

LEDUR 07886245989						
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	32	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	BOREAL	500,00	58,00
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	33	TERMINAL OLHAL 95MM	AXT	4,00	8,82
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	34	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	LUSTER	400,00	6,58
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	35	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	ITAIPU	1,00	18.096,65

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Presencial Nº ***43/2024***, é de R$ 195.009,43 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos).

Art. 4º Adjudico e Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono quatorze dias de agosto de 2024

Américo Bellé
Prefeito Municipal

Assunto: PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024
De: "licitacao@capanema.pr.gov.br" <licitacao@capanema.pr.gov.br>
Data: 14/08/2024, 10:24
Para: Secretaria Municipal de Administração <adm@capanema.pr.gov.br>, agricultura@capanema.pr.gov.br, industriaecomercio@capanema.pr.gov.br

0 8 410

BOM DIA,

O PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024 OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

ESTÁ PRONTO E PODERÁ SER UTILIZADO A PARTIR DE 15/08/2024.

--

SECRETARIA MUNICIPAL DE
CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Fabiana Schulz Padilha
Auxiliar Administrativo
Departamento de Contratações Públicas

Prefeitura Municipal de Capanema-PR
Cidade da Rodovia Ecológica
Estrada Parque Caminho do Colono

(46) 3552-1321 E-mail: apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br

Anexos:

Classificação por Fornecedor PP 43-2024.pdf 174KB

Assunto: Return receipt
De: Mail Delivery Subsystem <MAILER-DAEMON@mailserver2.softsul.net>
Data: 14/08/2024, 10:23
Para: <licitacao@capanema.pr.gov.br>

0 8 411

The original message was received at Wed, 14 Aug 2024 10:23:30 -0300
from [187.49.135.78]

----- The following addresses had successful delivery notifications -----
<adm@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox)
<agricultura@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox)
<industriaecomercio@capanema.pr.gov.br> (successfully delivered to mailbox)

----- Transcript of session follows -----
<adm@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered
<agricultura@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered
<industriaecomercio@capanema.pr.gov.br>... Successfully delivered

---

Original-Envelope-Id: <0fdeb748-6bfd-4be9-8395-777d86522041@capanema.pr.gov.br>
Reporting-MTA: dns; mailserver2.softsul.net
Received-From-MTA: DNS; [187.49.135.78]
Arrival-Date: Wed, 14 Aug 2024 10:23:30 -0300

Final-Recipient: RFC822; adm@capanema.pr.gov.br
X-Actual-Recipient: RFC822; pmcp_adm@mailserver2.softsul.net
Action: delivered (to mailbox)
Status: 2.1.5
Last-Attempt-Date: Wed, 14 Aug 2024 10:23:32 -0300

Final-Recipient: RFC822; agricultura@capanema.pr.gov.br
X-Actual-Recipient: RFC822; pmcp_agricultura@mailserver2.softsul.net
Action: delivered (to mailbox)
Status: 2.1.5
Last-Attempt-Date: Wed, 14 Aug 2024 10:23:33 -0300

Final-Recipient: RFC822; industriaecomercio@capanema.pr.gov.br
X-Actual-Recipient: RFC822; pmcp_industriaecomercio@mailserver2.softsul.net
Action: delivered (to mailbox)
Status: 2.1.5
Last-Attempt-Date: Wed, 14 Aug 2024 10:23:34 -0300

Return-Path: <licitacao@capanema.pr.gov.br>
Received: from [192.168.0.52] ([187.49.135.78])
        (authenticated bits=0)
        by mailserver2.softsul.net (8.14.4/8.14.4) with ESMTP id 47EDNTVq004784;
        Wed, 14 Aug 2024 10:23:30 -0300
Content-Type: multipart/mixed; boundary="------------lwOkxzO9N8Tr6QgWBb92nNPB"
Message-ID: <0fdeb748-6bfd-4be9-8395-777d86522041@capanema.pr.gov.br>
Date: Wed, 14 Aug 2024 10:24:01 -0300
MIME-Version: 1.0
User-Agent: Mozilla Thunderbird
Content-Language: pt-BR
To: =?UTF-8?Q?Secretaria_Municipal_de_Administra=C3=A7=C3=A3o?=
 <adm@capanema.pr.gov.br>,
        agricultura@capanema.pr.gov.br, industriaecomercio@capanema.pr.gov.br
From: "licitacao@capanema.pr.gov.br" <licitacao@capanema.pr.gov.br>
Subject: =?UTF-8?Q?PREG=C3=83O_PRESENCIAL_N=C2=B0_43/2024?=
Disposition-Notification-To: "licitacao@capanema.pr.gov.br"
 <licitacao@capanema.pr.gov.br>

412

Ata nº 215/2024

Última atualização 14/08/2024

Local: Capanema/PR **Órgão:** MUNICIPIO DE CAPANEMA **Modalidade da contratação:** Pregão - Presencial

Data de divulgação no PNCP: 14/08/2024 **Data de assinatura:** 14/08/2024 **Vigência:** de 14/08/2024 a 13/08/2025

Id ata PNCP: 75972760000160-1-000117/2024-000001 **Fonte:** Equiplano Sistemas LTDA / Equiplano Sistemas

Id contratação PNCP: 75972760000160-1-000117/2024

Objeto:

AQUISICAO DE TRANSFORMADOR TRIFASICO MATERIAIS ELETRICOS E SERVICOS DE ENGENHARIA ELETRICA ELETRICISTA PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PRECOS.

Histórico

Evento	Data/Hora do Evento	Baixar
Inclusão - Ata	14/08/2024 - 14:17:26	

Exibir 1-1 de 1 itens Página

< Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.economia.gov.br

0800 978 9001

AGRADECIMENTO AOS PARCEIROS

0 B. 413

Texto destinado à edição de informações relacionadas a licença de uso.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2024

"PROGRAMA COMPRAS CAPANEMA"
Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (LCM 14/22)

O **MUNICÍPIO DE CAPANEMA**, com sede na Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº 75.972.760/0001-60, neste ato representado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o sr. Américo Bellé, doravante denominado **CONTRATANTE,** e o(a) TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, sediado(a) no seguinte endereço:. R ALDO BIGATON, 1021 - CEP: 85760000 - BAIRRO: SANTA BÁRBARA, no Município de Capanema/PR, com o seguinte endereço eletrônico: rakel_martins6@hotmail.com, e com o seguinte contato telefônico e WhatsApp: (46) 999912-1403, a seguir denominado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) pelo(a) Sr(a). TIAGO ROGERIO LEDUR, CPF Nº 078.862.459-89, com função de: Representante Legal, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo de Contratação do Pregão Presencial nº 43/2024** e em observância às disposições da Lei Complementar Municipal nº 14/2022 (**LCM 14/22**) e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

ÓRGÃO GERENCIADOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Secretaria Municipal de Administração - SECAD

ÓRGÃO(S) PARTICIPANTE(S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
Secretaria Municipal de Aceleração Econômica e Inovação – SECON
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente - SEAMA

1. CLÁUSULA **PRIMEIRA** - DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. RESUMO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

1.2. DESCRIÇÃO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

ITENS								
Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Unidade de medida	Quanti-dade	Preço unitário	Preço total
01	1	69039	ARAME GALVANIZADO 14MM	GERD AU	KG	10,00	18,27	182,70
01	2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	BRUA RT	UN	300,00	6,89	2.067,00
	3	69041	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO	BOREAL	M	300,00	6,65	1.995,00

			DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO					
	4	69042	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	CONTROLLER	M	50,00	61,97	3.098,50
	5	69043	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	CONTROLLER	M	40,00	88,93	3.557,20
	6	69044	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	CONTROLLER	M	50,00	22,65	1.132,50
	7	69045	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	DELMAR	UN	3,00	277,64	832,92
	8	69046	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	FEK	UN	400,00	11,46	4.584,00
	9	69047	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	INCESA	UN	200,00	19,43	3.886,00
	10	69048	CORDOALHA 6MM	BELGO	M	100,00	7,24	724,00
	11	69049	DISJUNTOR 2X50 NEMA	SOPRANO	UN	20,00	67,13	1.342,60
	12	69050	DISJUNTOR 3X100A NEMA	SOPRANO	UN	10,00	100,31	1.003,10
	13	69051	DISJUNTOR 3X200A	SOPRANO	UN	2,00	345,55	691,10
	14	69052	DISJUNTOR 3X50A NEMA	SOPRANO	UN	5,00	75,99	379,95
	15	69053	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	TOPMAX	UN	20,00	36,06	721,20
	16	69054	FIO 10MM	CONTROLLER	M	3.000,00	7,97	23.910,00
	17	69055	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	CONTROLLER	M	30,00	8,20	246,00
	18	69056	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	CONTROLLER	M	100,00	8,49	849,00
	19	69057	FIO 6MM	CONTROLLE	M	2.000,00	5,07	10.140,00

				R				
	20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	CONTROLLER	M	4.000,00	3,92	15.680,00
	21	69059	FIO PARALELO 4MM	CONTROLLER	M	2.000,00	6,10	12.200,00
	22	69060	FITA ISOLANTE 20M	TRX	UN	300,00	3,60	1.080,00
	23	69061	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	VICENTINOS	UN	6,00	36,57	219,42
	24	69062	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	BETEL	UN	5,00	5,12	25,60
	25	69063	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	COBRE	UN	3,00	28,37	85,11
	26	69064	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	ISOELETRIC	UN	6,00	64,11	384,66
	27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	GALAXY	UN	300,00	20,06	6.018,00
	28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	TIAGO LEDUR	H	900,00	50,12	45.108,00
	29	69067	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	ELETROPLAS	UN	200,00	3,60	720,00
	30	69068	POSTE B-600 12 METROS	BP	UN	1,00	1.502,85	1.502,85
	31	69069	POSTE D-150 10,5 METROS	BP	UN	1,00	879,09	879,09
	32	69070	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	BOREAL	M	500,00	58,00	29.000,00
	33	69071	TERMINAL OLHAL 95MM	AXT	UN	4,00	8,82	35,28
	34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	LUSTER	UN	400,00	6,58	2.632,00
	35	69073	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO,	ITAIPU	UN	1,00	18.096,65	18.096,65

			DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE ENTRADA DE 13,8 KV, TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

a) o Termo de Referência;

b) a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existente(s);

c) a Proposta do contratado;

d) eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.3.1. Eventual conflito de informações constantes nos documentos mencionados acima, prevalecerá aquele que for mais vantajoso para o Contratante, observada a boa-fé.

1.3.2. A quantidade constante no subitem 1.2 é uma mera estimativa, não se obrigando a Administração à contratação.

2. CLÁUSULA **SEGUNDA** - DO REGIME DE FORNECIMENTO/PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. O objeto desta contratação deve ser fornecido/prestado pelo Contratado respeitando-se o disposto no termo de referência, no instrumento convocatório, se cabível, na proposta e de acordo com as normas técnicas aplicáveis.

2.2. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

2.3. Em não havendo peculiaridades do objeto da contratação, devidamente previstas no Termo de Referência, serão observadas as seguintes regras básicas:

2.3.1. Quando necessitar do produto ou da prestação de serviço, o órgão público interessado elaborará um requerimento de compra/prestação de serviço, que conterá, ao menos, as seguintes informações:

a) identificação do órgão público solicitante;

b) descrição dos objetos a serem adquiridos ou os serviços a serem prestados;

c) local onde serão entregues os objetos ou prestados os serviços;

d) prazo para entrega dos objetos ou para a prestação dos serviços;

e) quantidade, medidas, marcas, especificações etc. dos objetos ou serviços, se aplicável;

f) justificativa da quantidade do objeto da contratação e da sua necessidade;

g) assinatura da(o) responsável pelo órgão público solicitante e/ou do Fiscal da Contratação.

2.4. Em regra, o encaminhamento do requerimento indicado no subitem 2.3.1 será encaminhado por meio do Fiscal da Contratação ou do Secretário da pasta, por meio

Tiago

eletrônico, ao Contratado, o qual somente poderá ser enviado posteriormente à emissão da requisição de empenho e/ou da nota de empenho pelo setor competente.

2.5. O contratado fornecerá o produto ou prestará o serviço nos termos constantes do requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.6. Salvo em situação excepcional, o contratado somente deve fornecer o objeto ou prestar o serviço quando lhe for encaminhado o requerimento indicado no subitem 2.3.1.

2.7. A recusa fundamentada no subitem 2.6 não gera responsabilidade ou penalização ao contratado.

2.8. O não cumprimento do disposto neste artigo enseja a nulidade da contratação e a possibilidade de responsabilização dos envolvidos.

2.9. Salvo em situação excepcional, o fornecimento de objetos ou a prestação dos serviços pelo licitante contratado sem o prévio recebimento do requerimento a que alude o subitem 2.3.1 configura a concorrência do licitante contratado para a nulidade da contratação.

2.10. Sem prejuízo do controle central da documentação, cada órgão público manterá o controle, preferencialmente em meio eletrônico, dos requerimentos a que se refere o subitem 2.3.1, de forma a permitir a fiscalização de órgãos internos e externos.

3. CLÁUSULA **TERCEIRA** - PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

3.1. O prazo de vigência da presente contratação será de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação oficial do extrato deste instrumento no Diário Oficial Eletrônico do Município.

3.2. A vigência da ata de registro de preços poderá ser prorrogada, uma vez, por mais 1 (um) ano, desde que pesquisa prévia de mercado revele a vantajosidade da prorrogação.

3.2.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da ata, estabelece-se o mesmo quantitativo do objeto previsto no **subitem 1.2** deste instrumento, para o novo prazo de vigência.

4. CLÁUSULA **QUARTA** - DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

4.1. O valor total máximo da contratação é de R$ **195.009,43 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos).**

4.1.1. O valor de cada item está descrito na cláusula primeira deste instrumento.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, materiais de consumo, despesas com deslocamento, hospedagem e alimentação, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos/executados.

5. CLÁUSULA **QUINTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

5.1. O Contratado obriga-se a respeitar as condições e a cumprir todas as obrigações descritas no Termo de Referência, além das seguintes obrigações gerais:

a) fornecer o objeto/prestar os serviços em perfeitas condições no tempo, lugar e forma estabelecidos previamente pela Administração Municipal, nos termos da cláusula segunda deste instrumento;

b) o Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto

c) cumprir, impreterivelmente, todos os prazos e condições exigidas e observar a data, horários e local de entrega do objeto/prestação de serviços previamente agendado pela Administração Municipal;

d) encaminhar à Administração Municipal a Nota Fiscal/Fatura correspondendo ao valor do bem adquirido/serviço prestado, no ato do fornecimento objeto ou no prazo máximo de **2 (dois) dias úteis** após o fornecimento ou a prestação dos serviços;

e) não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem a observância do disposto neste instrumento;

f) responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir no fornecimento do objeto/execução dos serviços;

g) no caso de prestação de serviços, substituir o profissional que não esteja desempenhando a sua função de maneira eficiente, a pedido da Administração;

h) caso haja necessidade, fica sob responsabilidade do Contratado os ônus com transporte, locomoção, alimentação, hospedagem, entre outros, de seus funcionários e veículos, para o fornecimento do objeto/prestação de serviços;

i) o Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.

1.1. **j)** em se tratando de aquisição, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

k) Em se tratando de prestação de serviços, manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

l) A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

m) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

n) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

o) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

p) Em se tratando de prestação de serviços, prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

q) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

r) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Tiago

s) Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato;

t) não contratar empregados com incompatibilidade com as autoridades contratantes ou ocupantes de cargos de direção ou de assessoramento, incluindo os respectivos parentes até o terceiro grau, na forma da Súmula Vinculante nº 13 do STF;

u) não contratar pessoas que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atue na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

v) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

x) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

w) Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

y) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

z) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para ***qualificação jurídica, fiscal, trabalhista e técnica;***

aa) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

bb) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 182, II, d, da LCM 14/22.

cc) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

dd) Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

1.2. **ee)** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

1.3. **ff)** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

1.4. **gg)** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

1.5. **hh)** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

1.6. **ii)** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

5.2. **Não será admitida a subcontratação** do objeto contratual.

1.7. **5.2.1. Em havendo previsão expressa no Termo de Referência,** é permitida a subcontratação parcial do objeto, nos termos e nos limites lá previstos, observando-se as seguintes condições:

1.7.1. **a)** É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação;

1.7.2. **b)** Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

1.8. **5.2.2.** A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

1.8.1. **5.2.3.** O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

1.9. **5.2.4.** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. CLÁUSULA **SEXTA** - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1. Além do disposto no Termo de Referência, o CONTRATANTE obriga-se a:

a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência e normas aplicáveis;

c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos neste instrumento e no Termo de Referência;

g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei, neste instrumento e seus anexos;

h) Cientificar a Procuradoria-Geral do Município para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente instrumento, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios, de nenhum interesse para a boa execução do ajuste ou que não cumprem os requisitos mínimos para avaliação e compreensão do pedido.

j) A Administração terá o prazo de até 30 (trinta) dias úteis, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

k) Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CLÁUSULA **SÉTIMA** - DO PAGAMENTO

7.1. As regras a respeito do pagamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

8. CLÁUSULA **OITAVA** - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	520	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	570	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	580	05.001.04.122.0402.2023	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	990	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1000	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1010	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1080	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1090	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2024	1100	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1450	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1500	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1670	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1700	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1790	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1830	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2260	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2290	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2680	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2690	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2750	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2760	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3000	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3020	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3320	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3370	09.001.10.302.1001.2353	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3380	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4210	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4260	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4420	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4430	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4620	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4640	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4710	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4740	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4770	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4800	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5000	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5020	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5760	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5790	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5890	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5930	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6190	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6230	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6531	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6533	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

9. CLÁUSULA **NONA** - DA FISCALIZAÇÃO

9.1. As regras a respeito da fiscalização estão previstas no Termo de Referência e no Edital, além das seguintes regras gerais:

a) A fiscalização do fornecimento/prestação dos serviços decorrentes da presente contratação será exercida pelo(a) servidor(a) indicado no termo de referência, a quem competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da contratação e de tudo dará ciência formal ao gestor da Secretaria a que estiver subordinado;

b) A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições ou falhas técnicas, vícios, considerando, ainda, o risco do negócio;

c) O Fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da contratação, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. CLÁUSULA **DÉCIMA** - DAS ALTERAÇÕES, DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO, DO RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E DA REPACTUAÇÃO

10.1. É permitida a realização de prorrogação da contratação, nos termos da LCM 14/22 e do item 21 do Edital.

10.1.1. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.

10.1.2. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

1.10. **10.1.3.** A prorrogação da contratação deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

1.11. **10.1.4.** A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

10.2. Prorroga-se automaticamente a vigência deste instrumento, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, independentemente de publicação oficial, quando necessário para a realização dos atos destinados à formalização da alteração da contratação.

10.3. Toda alteração ou prorrogação da contratação deverá ser justificada por escrito, ser aprovada pela Procuradoria-Geral do Município e autorizada pela autoridade competente para a celebração deste instrumento.

10.4. O fornecedor ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

10.5. nas hipóteses de prorrogações contratuais previstas nos artigos 166, 167 e 173, todos da LCM 14/22, por necessidade da Administração ou quando acordado pelas partes, nos casos em que o fornecedor não deu causa à prorrogação, além dos casos em que a vigência contratual é superior a um ano, é devido o reajustamento em sentido estrito.

10.5.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da publicação do extrato da contratação no Diário Oficial Eletrônico do Município de Capanema.

10.5.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do IPCA

(Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.5.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

10.5.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

10.5.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

10.5.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

10.5.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

10.5.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

10.6. O restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro é procedimento formal para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro da contratação, como nos casos de alteração unilateral da contratação pela Administração ou nos casos de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, bem como em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da contratação tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no processo de contratação, que observará o disposto no LCM 14/22 e seu regulamento.

10.7. A **repactuação** é forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação utilizada para serviços contínuos, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no edital com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual o orçamento esteja vinculado, quando se tratar de custos decorrentes de aumento com a mão de obra;

10.7.1. A repactuação somente é aplicável nas contratações cujo objeto possua natureza de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra, de acordo com o disposto no Termo de Referência.

10.7.2. Na hipótese de repactuação, observar-se-ão as regras previstas no art. 192, da LCM 14/22 e seu regulamento.

11. CLÁUSULA **DÉCIMA PRIMEIRA** - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO/CANCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

11.1. As regras a respeito da extinção/cancelamento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

11.2. A extinção/cancelamento da contratação, devidamente motivada nos autos, será precedida de procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. A extinção/cancelamento da contratação por ato unilateral ou consensual deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

11.2.2. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa do Contratado, será esta ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito aos pagamentos devidos pela execução da contratação, até a data da extinção/cancelamento.

11.3. A extinção/cancelamento da contratação por culpa do Contratado acarretará a retenção de valores eventualmente devidos pelo Contratante, na hipótese de serem devidas multas e indenizações, bem como eventuais prejuízos causados ao Contratante.
11.4. A comunicação da extinção/cancelamento da contratação ao Contratado será feita pelo Agente de Contratações, por meio eletrônico, e o ato de extinção/cancelamento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município, juntando-se comprovante no processo que deu origem à contratação.
11.5. A extinção/cancelamento da contratação será regulada, subsidiariamente, pelas disposições da LCM 14/22 e de seu regulamento.

12. CLÁUSULA **DÉCIMA SEGUNDA** - DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO
12.1. As regras a respeito do recebimento estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

13. CLÁUSULA **DÉCIMA TERCEIRA** - DAS INFRAÇÕES E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
13.1. As regras a respeito das infrações e sanções administrativas estão previstas no Termo de Referência e no Edital.

14. CLÁUSULA **DÉCIMA QUARTA** - MEDIDAS ACAUTELADORAS E DAS MEDIDAS CAUTELARES ADMINISTRATIVAS
14.1. Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.
14.2. O Contratante possui a prerrogativa de aplicar as medidas cautelares administrativas, nos termos dos artigos 245 a 247 da LCM 14/22.
14.3. O poder cautelar na seara do processo administrativo sancionador possui as seguintes finalidades:

a) garantir o sucesso dos trabalhos instrutórios da Administração;
b) o ressarcimento do patrimônio público lesionado pela conduta ilícita do infrator;
c) velar pela credibilidade e prestígio do serviço público perante a coletividade;
d) garantir a eficiência administrativa e a continuidade do serviço público por meio das contratações.

14.4. As cautelares administrativas próprias são aquelas que podem ser deferidas no âmbito da própria administração pública sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
14.5. As cautelares administrativas impróprias são aquelas que para serem deferidas no âmbito do processo administrativo sancionador devem ser requeridas pela PGM e autorizadas pelo Poder Judiciário, por meio de medida judicial autônoma, quando presentes as denominadas cláusulas de reserva de jurisdição.
14.6. A decisão a respeito da aplicação de medidas cautelares administrativas próprias compete:

a) em primeira instância, ao presidente da CJA, *ad referendum* do colegiado;
b) em segunda instância, ao Chefe do Poder Executivo municipal, ou à autoridade por ele designada.

14.7. A PGM proporá as medidas judicias cabíveis para pleitear a aplicação de medidas cautelares administrativas impróprias, quando houver representação do presidente da CJA ou pelo Chefe do Poder Executivo municipal, ou pela autoridade designada.

14.8. Em caso de risco iminente, a Administração poderá, motivadamente, adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.
14.9. Em não sendo a hipótese do subitem 14.8 e em se tratando de medida cautelar administrativa própria, o Órgão Central de Contratações Públicas procederá à intimação do licitante ou contratado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data da intimação.
14.10. Sem prejuízo de outras medidas cautelares administrativas próprias típicas e atípicas, a Administração poderá aplicar as seguintes:

a) suspensão e retenção do pagamento;

b) suspensão do direito de licitar e contratar;

c) assunção imediata do objeto da contratação, no estado e local em que se encontrar;

d) ocupação e utilização do local, das instalações, dos equipamentos, do material e do pessoal empregados na execução do contrato e necessários à sua continuidade.

14.11. A medida prevista na alínea "a" do subitem 14.10 aplica-se no âmbito do processo administrativo sancionador, não se confundindo com a suspensão ou a retenção do pagamento pela Secretaria Municipal da Fazenda Pública no âmbito dos procedimentos de liquidação de despesa e de pagamento.
14.12. Aplicada a medida prevista nas alíneas "c" ou "d" do subitem 14.10, a Administração poderá dar continuidade à execução do objeto da contratação, por execução direta ou indireta, quando cabível.

15. CLÁUSULA **DÉCIMA QUINTA** - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Eventual dúvida a respeito da interpretação das normas legais e regulamentares a respeito da LCM 14/22 e deste instrumento será sanada por meio de consulta formal à PGM e decidida, ao final, pelo Chefe do Poder Executivo municipal.
15.2. Para a solução de casos omissos e para a interpretação das regras e consequências da presente contratação serão observadas as disposições contidas na LCM 14/22, na Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e subsidiariamente na Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 9.784, de 1999, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais e municipais que fazem parte integrante deste documento, independentemente de suas transcrições.
15.3. O contrato regular-se-á pelas cláusulas aqui previstas e pelos preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 150, da LCM 14/22.

16. CLÁUSULA **DÉCIMA SEXTA** - DA HABILITAÇÃO

16.1. O Contratado fica obriga a manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as seguintes condições de habilitação e qualificação:

a) jurídica;

b) fiscal e trabalhista; e

c) técnica.

Tiago

17. CLÁUSULA **DÉCIMA SÉTIMA** - DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO

17.1. O Contratado é objetivamente responsável, no âmbito civil, pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de suas condutas e omissões na execução da contratação.

17.2. No âmbito administrativo o Contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução desta contratação.
17.3. O Contratado será responsabilizado pelo descumprimento das normas legais e infralegais na execução desta Contratação.
17.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade do Contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da contratação, bem como de vícios aparentes ou ocultos do objeto adquirido/serviço prestado.
17.5. O Contratado responsabiliza-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço/fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).
17.6. O Contratado obriga-se a prestação de garantia legal, conforme previsto no CDC, além da garantia contratual, prevista no termo de referência, independentemente do prazo de vigência do presente instrumento.
17.7. Incumbe ao Contratado o ônus da prova da origem do vício/defeito do produto/serviço.
17.8. Se por qualquer motivo a Administração municipal vier a ser demandada em juízo por terceiros, em razão do fornecimento do produto/prestação do serviço ora contratado, o Município irá se utilizar do instituto da denunciação da lide, oportunidade em que o Contratado irá se responsabilizar exclusivamente por eventuais indenizações estabelecidas pelo Poder Judiciário, mesmo que em desfavor do Município, isentando este de qualquer responsabilidade.

18. CLÁUSULA **DÉCIMA OITAVA** - DAS MEDIDAS DE ANTICORRUPÇÃO, DE COMPLIANCE E DO CONFLITO DE INTERESSES
18.1. Em atendimento a Lei nº 12.846/2013, o Contratado deve observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.
18.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) **"Prática Corrupta":** Oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) **"Prática Fraudulenta":** A falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) **"Prática Colusiva":** Esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representante ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

d) **"Prática Coercitiva":** Causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, as pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) **"Prática Obstrutiva":**

(i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do Município ou terceiros, com objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas alíneas anteriores e na verificação da qualidade e quantidade dos objetos entregues/serviços prestados;

(ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o Município promover inspeção do objeto/serviço.

18.3. O servidor público que constatar alguma das condutas previstas acima possui o dever funcional de encaminhar os fatos para apuração pelo Fiscal da Contratação, para a Procuradoria-Geral do Município e para a Controladoria Geral do Município, que adotarão as providências necessárias.

18.4. Não poderá participar, direta ou indiretamente, de qualquer etapa decisória da fase interna da respectiva licitação, de qualquer etapa da fase externa na licitação ou da execução, controle e fiscalização da contratação o agente público municipal que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com pessoa física ou pessoa jurídica, inclusive de sócio ou administrador desta, que pretenda contratar ou que contrate com a Administração, ou que dele seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

18.5. As vedações de que trata o subitem 18.4 estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

18.6. O agente público municipal e o terceiro indicados nos subitens 18.4 e 18.5 deverão declarar-se suspeitos no processo de contratação, a partir da sua ciência de um possível conflito de interesses.

18.7. Não poderão participar desta contratação, direta ou indiretamente:

a) o autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) a empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) a pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo do processo de contratação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção de impedimento ou de inidoneidade que lhe foi imposta por qualquer órgão público, de qualquer ente federado;

d) a pessoa física ou jurídica que teve a contratação rescindida unilateralmente pela Administração, no âmbito do processo de contratação subsequente para o mesmo objeto, independentemente do esgotamento dos recursos administrativos cabíveis, quando aplicada a medida cautelar administrativa prevista no inciso II do art. 247 da LCM 14/22;

e) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com agente político ou dirigente do órgão interessado na contratação ou com agente público que desempenhe função no respectivo processo de contratação ou que atuará na execução, controle ou fiscalização da contratação, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

f) as empresas controladoras, controladas ou coligadas, concorrendo entre si;

g) a pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital de licitação ou do início do processo de contratação direta, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

Tiago

18.8. Configura conflito de interesses após o exercício de cargo, função ou mandado no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo municipais:

a) a qualquer tempo, divulgar ou fazer uso de informação privilegiada obtida em razão das atividades exercidas; e

b) no período de 6 (seis) meses, contado da data da dispensa, exoneração, destituição, demissão ou aposentadoria:

(i) celebrar com órgãos ou entidades dos Poderes Executivo e Legislativo municipais contratos de serviço, consultoria, assessoramento ou atividades similares, vinculados, ainda que indiretamente, ao órgão ou entidade em que tenha ocupado o cargo ou emprego; ou

(ii) intervir, direta ou indiretamente, em favor de interesse privado perante órgão ou entidade em que haja ocupado cargo ou com o qual tenha estabelecido relacionamento relevante em razão do exercício do cargo ou emprego.

18.9. Além de configurar conflito de interesses, estende-se aos casos indicados no subitem 18.8 a vedação de contratação prevista na alínea "e" do subitem 18.7, no que couber.

19. CLÁUSULA **DÉCIMA NONA** - DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Considera-se para esta contratação:

19.1.1. Sistema de registro de preços: é o conjunto de procedimentos para realização de registro formal de preços relativos à bens ou serviços para contração futura e eventual com o Contratado.

19.1.2. Ata de registro de preços: documento vinculativo e obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, no qual são registrados o objeto, os preços, os fornecedores, os órgãos participantes e as condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no Edital, no Termo de Referência e na proposta aceita do Contratado.

19.1.3. Órgão gerenciador: órgão da Administração Pública responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e pelo gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.

19.2. Caberá à Secretaria Municipal gestora, com auxílio da Agente de Contratações e equipe de apoio, o controle e a administração dos preços registrados, e ainda o seguinte:

a) Gerenciar a ata de registro de preços;

b) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados.

19.3. Caberá aos órgãos municipais interessados na requisição da contração a verificação, junto à Secretaria Municipal da Fazenda Pública, a existência de recursos e de dotação orçamentária para emitir o requerimento de fornecimento/prestação de serviços de que trata o Termo de Referência.

19.4. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação pertinente às licitações.

19.5. Os preços registrados poderão ser revistos para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial da contratação, nos termos da Cláusula Décima deste instrumento, cabendo ao Departamento de Contrações Públicas o controle e o acompanhamento de possíveis alterações dos preços, assim como aos demais órgãos gestor e participantes desta contratação.

19.5.1. Os preços registrados atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

19.6. Os preços registrados serão publicados trimestralmente no órgão de comunicação oficial do Município, para orientação da Administração.

19.7. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar preços constantes do registro de preços, em razão de incompatibilidade destes com os vigentes no mercado.

19.7.1. A impugnação de que trata o subitem 19.7 deverá ser encaminhada, mediante protocolo, ao Agente de Contratações e equipe de apoio, devendo conter a qualificação do impugnante, as razões de fato e elementos probatórios, se houver.

19.8. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, verificando a compatibilidade com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração, nos termos da LCM 14/22.

19.8.1. A Administração Municipal, no caso de comprovação dos preços registrados serem maiores que os vigentes no mercado, convocará o(s) signatário(s) da Ata de Registro de Preços para promover a renegociação dos preços de forma a torná-los compatíveis com os de mercado.

19.8.2. Em caso de recusa do(s) signatário(s) da Ata em aceitar a renegociação, o Município procederá a aquisição do(s) item(ns) por outros meios, respeitando o disposto na legislação.

20. CLÁUSULA **VIGÉSIMA** - DA PUBLICAÇÃO

20.1. A publicação resumida deste instrumento no Diário Oficial do Município será providenciada pelo Contratante e a íntegra do processo de contratação direta será divulgada no Portal de Transparência do Município, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados da data da assinatura deste instrumento.

21. CLÁUSULA **VIGÉSIMA PRIMEIRA** - DO FORO

21.1. As questões decorrentes do presente instrumento que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, na Comarca de Capanema/PR.

E assim, foi lavrado o presente instrumento, que vai assinado pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, o Senhor Américo Bellé, e pelo(a) **Sr.(a) TIAGO ROGERIO LEDUR**, representante do Contratado.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 14 dias do mês de agosto de 202.

AMERICO BELLE:24059587915

Assinado digitalmente por AMERICO BELLE:24059587915
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-CPF A1, OU=AC VALID RFB V5, OU=AR SENHA DIGITAL, OU=Presencial, OU=19520630000115, CN=AMERICO BELLE:24059587915
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização:
Data: 2024.08.14 14:30:41-03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2024.2.3

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

TIAGO ROGERIO LEDUR
Representante Legal
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Detentora da Ata de Registro de Preços

B 432

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005,
LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Jessica Simara Pilger Borges

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Jhonattan Ricardo Senger

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: José Carlos Balzan
Secretário de Administração: Gilmar Gobato
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Tatiane Sott
Secretário de Logística e Contratações: Felipe Carvalho Romero
Secretário de Educação e Cultura: Alcione Roberto Closs
Secretário de Esporte e Lazer: Diogo André Hossel
Secretária da Família e Evolução Social: Loiri Albanese Moraes
Secretário da Fazenda: Luiz Alberto Letti
Secretário de Infraestrutura e Urbanismo: Eduardo Fernando Balbinotti Fernandes
Secretário de Saúde: Sandro Carlos Lazarini
Secretário de Viação e Obras: Celso Antonio Backes
Chefe de Gabinete: Jessica Simara Pilger Borges

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Sergio Ullrich - Presidente
Vereador: Ercio Marques Schappo - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Cladir Sinesio Klein
Vereador: Dirceu Alchieri
Vereador: Geancarlo Denardin
Vereador: Valdomiro Brizola
Vereadora: Olinda Terezinha Szimanski Pelegrina Lopes

ATOS LICITARÓRIOS

PORTARIA Nº 8.733, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Termo de Homologação do Pregão Presencial nº 43/2024.

O Prefeito do Municipio de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Presencial nº 43/2024, objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art. 95 nos, §1, §2 e §3 da Lei Complementar nº 14/2022, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço por Lote;

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	1	ARAME GALVANIZADO 14MM	GERDAU	10,00	18,27
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	2	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	BRUART	300,00	6,89
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	3	CABO 25MM COM ISOLAÇÃO DE 15KV REDE COMPACTA DE ALTA TENSÃO	BOREAL	300,00	6,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	4	CABO DE COBRE SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 70MM	CONTROLLER	50,00	61,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	5	CABO SEMI RÍGIDO 95MM COBRE	CONTROLLER	40,00	88,93
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	6	CABO SEMI RÍGIDO HEPR 1KV 25MM	CONTROLLER	30,00	22,65
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	7	CHAVE FUSÍVEL 13,8KV	DELMAR	3,00	277,64
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	8	CONECTOR PERFURANTE 10-120MM	FEK	400,00	11,46
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	9	CONECTOR PERFURANTE 120-120MM	INCESA	200,00	19,43
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	10	CORDOALHA 6MM	BELGO	100,00	7,24
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	11	DISJUNTOR 2X50 NEMA	SOPRANO	20,00	67,13
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	12	DISJUNTOR 3X100A NEMA	SOPRANO	10,00	100,31
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	13	DISJUNTOR 3X200A	SOPRANO	2,00	345,55
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	14	DISJUNTOR 3X50A NEMA	SOPRANO	5,00	75,90
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	15	ESPAÇADOR PARA REDE DE ALTA TENSÃO	TOPMAX	20,00	36,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	16	FIO 10MM	CONTROLLER	3.000,00	7,97
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	17	FIO 10MM SÓLIDO DE COR AZUL	CONTROLLER	30,00	8,20
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	18	FIO 10MM SÓLIDO DE COR PRETA OU VERMELHA	CONTROLLER	100,00	8,49
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	19	FIO 6MM	CONTROLLER	2.000,00	5,07
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	20	FIO PARALELO 2,5MM	CONTROLLER	4.000,00	3,92
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	21	FIO PARALELO 4MM	CONTROLLER	2.000,00	6,10
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	22	FITA ISOLANTE 20M	TRX	300,00	3,60

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	23	GRAMPO DE ANCORAGEM PARA CABO ISOLADO 25MM 15KV	VICENTINOS	6,00	36,57
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	24	GRAMPO DE CONEXÃO PARA HASTE DE ATERRAMENTO	BFTEL	5,00	5,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	25	HASTE DE ATERRAMENTO 5/8 2,4M	COBRE	3,00	28,37
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	26	ISOLADOR BASTÃO 13,8KV	ISOELETRIC	6,00	64,11
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	27	LÂMPADAS 50 WHATS	GALAXY	300,00	20,06
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	28	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	TIAGO LEDUR	900,00	50,12
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	29	PLUG MACHO PARA TOMADA 20A	ELETROPLAS	200,00	3,60
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	30	POSTE B-600 12 METROS	BP	1,00	1.502,85
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	31	POSTE D-150 10,5 METROS	BP	1,00	879,09
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	32	RAMAL QUADRUPLEX 120MM	BOREAL	500,00	58,00
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	33	TERMINAL OLHAL 95MM	AXT	4,00	8,82
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	34	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	LUSTER	400,00	6,58
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989	1	35	TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, DE CAPACIDADE DE 75 KVA, TENSÃO DE ENTRADA DE 13,8 KV TENSÃO DE SAÍDA NAS BUCHAS SECUNDÁRIAS 127/220	ITAIPU	1,00	18.096,65

Art. 3º Valor total dos gastos com a Licitação modalidade Pregão Presencial Nº 43/2024, é de R$ 195.009,43 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos).

Art. 4º Adjudico e Homologo a presente licitação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 14 de agosto de 2024.

Américo Bellé
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 215/2024

Pregão Presencial Nº 43/2024

Data da Assinatura: 14/08/2024.
Contratante: Município de Capanema-Pr.
Contratada: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Valor total: R$ 195.009,43 (Cento e Noventa e Cinco Mil e Nove Reais e Quarenta e Três Centavos)

Américo Bellé
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 8.735, DE 14 DE AGOSTO DE 2024.

Termo de Adjudicação e Homologação do Pregão Eletrônico nº 41/2024.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, Considerando que o procedimento licitatório está de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022.

RESOLVE:

Art. 1º Adjudicar e Homologar o Processo de Licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 41/2024, objeto: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, COM ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Art. 2º Em cumprimento ao disposto no Art. 95 nos , §1, §2 e §3 da Lei Complementar nº 14/2022, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe, apresentando os vencedores pelo critério menor preço Por Item;

Vencedores						
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Quantidade	Preço
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	1	ABAFADOR DO ESGOTO CAIXA DE LIGAÇÃO - CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	15,00	45,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	2	ACOPLAMENTO DA GARRAFA PET PARA MESA AUXILIAR DA CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	8,00	110,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	3	ACOPLAMENTO TRASEIRO PARA MICRO MOTOR CANETA BAIXA ROTAÇÃO ODONTOLÓGIC A	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	6,00	90,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	4	ANEL DE VEDAÇÃO DA PORTA AUTOCLAVE	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	12,00	290,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	5	AUTOMÁTICO PARA COMPRESSOR DE 80 A 120PSI - COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	2,00	180,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	6	BASE CARREGADORA PARA FOTOPOLIMERIZADOR SEM FIO (EQUIPAMENTO ODONTOLÓG ICO)	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	2,00	180,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	7	BATERIA PARA FOTOPOLIMERIZADOR 3.7V (1400MAH/1800MAH) (EQUIPAMENTO OD ONTOLÓGICO)	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	4,00	190,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	8	BIELLA PARA COMPRESSOR ODONTOLÓGICO	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	4,00	170,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	9	BLOCO EJETOR DO SUCTOR VENTURY PARA CUSPIDEIRA CADEIRA DA ODONTOLOGIA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	10,00	160,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	10	BOBINA SOLENOIDE PARA CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	10,00	180,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	11	BOBINA/VALVULA SOLENOIDE DO ULTRASSOM (APARELHO DE PROFILAXIA E ULTRAS SOM ODONTOLÓGICO)	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	8,00	280,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	12	BORRACHA GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 12L	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	4,00	285,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	13	BORRACHA GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 21L	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	1,00	290,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	14	BORRACHA GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 50L E/OU 56L	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	8,00	300,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	15	BORRACHA GUARNIÇÃO PARA AUTOCLAVE 70L E/OU 75L	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	8,00	320,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	16	BORRACHAS DE VEDAÇÃO PARA CANETA ALTA ROTAÇÃO	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	35,00	22,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	17	BOTÃO DE ÁGUA E AR PARA SERINGA TRIPLICE EQUIPO ODONTOLÓGICO	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	8,00	30,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	18	BOTÃO REGISTRO ÁGUA PARA CUSPIDEIRA CADEIRA DA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	4,00	70,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	19	BRAÇADEIRA PARA MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO - CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	20,00	8,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	20	BRAÇADEIRA ROSCA SEM FIM ¼ PARA MANGUEIRA DE ALTA PRESSÃO - CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	15,00	7,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	21	CABEÇOTE PARA RAIO X ODONTOLÓGICO	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	1,00	900,00
ATR EQUIPAMENTOS MEDICO LTDA	1	22	CABEÇOTE PARA REFLETOR ODONTOLÓGICO - CADEIRA ODONTOLÓGICA	ATR EQUIPAMENTOS MEDICOS	12,00	600,00

DESPACHO

Com relação ao pregão presencial 43/2024: **AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** Publique-se no site: https://www.capanema.pr.gov.bro o processo licitatório na íntegra.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque
Caminho do Colono, ao(s) 19 dia(s) do mês de agosto de 2024.

Fabiana Schulz Padilha
Assessora da SELOG

08. 435

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 1863 / 2024

Requerente **GILMAR GOBATO** CPF: **772.725.879-20**

Contato: **GILMAR GOBATO -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 6**

Descrição: ADITIVO DE 10,81% DO SALDO INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 215/2024, DERIVADA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024, DISTRIBUÍDO DA FORMA DESCRITA NO REQUERIMENTO ANEXO

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Agosto de 2024.

FABIANA SCHULZ PADILHA
Protocolista

STP 500.2075t rptProcessoProtocolo fabiana.schulz, 27/08/2024 08:43:34

Município de Capanema

PROTOCOLO

Processo: 1863 / 2024

Requerente **GILMAR GOBATO** CPF: **772.725.879-20**

Contato: **GILMAR GOBATO -**

Telefone:

Assunto: **LICITAÇÃO - SOLICITAÇÃO DE ADITIVO - Versão: 6**

Descrição: ADITIVO DE 10,81% DO SALDO INICIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 215/2024, DERIVADA DO PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024, DISTRIBUÍDO DA FORMA DESCRITA NO REQUERIMENTO ANEXO

Tempo Minimo **1** dias.

Tempo Maximo **30** dias.

Capanema, 27 de Agosto de 2024.

GILMAR GOBATO
Requerente

STP 500.2075t rptProcessoProtocolo fabiana.schulz, 27/08/2024 08:43:34

Município de Capanema – PR
Secretaria Municipal de Administração - SECAD

SOLICITAÇÃO DE ADITIVO

À
SECRETARIA DE LOGÍSTICA E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SECAD**, através do Secretário Gilmar Gobato, vem por meio deste, solicitar:

a) Aditivo de 10,81% do saldo inicial da Ata de Registro de Preços n° 215/2024, derivada do Pregão Presencial n° 43/2024, distribuído da seguinte forma:

ITEM: 02
CÓDIGO: 69040
DESCRIÇÃO: BOCAL PRETO EMBORRACHADO
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,7066% do saldo inicial do contrato - 200 unidades – **R$1.378,00**

ITEM: 16
CÓDIGO: 69054
DESCRIÇÃO: FIO 10MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,6347% do saldo inicial do contrato - 400 metros - **R$3.188,00**;

ITEM: 20
CÓDIGO: 69058
DESCRIÇÃO: FIO PARALELO 2,5MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,2060% do saldo inicial do contrato - 600 metros - **R$2.352,00**

ITEM: 27
CÓDIGO: 69065
DESCRIÇÃO: LÂMPADAS 50 WHATS
TOTAL A SER ADITIVADO: 2,0573% do saldo inicial do contrato - 200 unidades - **R$4.012,00**

ITEM: 28
CÓDIGO: 69066
DESCRIÇÃO: MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA
TOTAL A SER ADITIVADO: 5,1402% do saldo inicial do contrato - 200 horas - **R$10.024,00**

Município de Capanema – PR
Secretaria Municipal de Administração - SECAD

ITEM: 34
CÓDIGO: 69072
DESCRIÇÃO: TOMADAS DE SOBREPOR 20A
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,0674% do saldo inicial do contrato - 20 unidades - **R$131,60**

Em atenção ao Memorando Interno nº 01/2023/PGM, passo a apresentar as **justificativas** para a solicitação do termo aditivo, bem como **instruo** o presente requerimento com os documentos necessários:

JUSTIFICATIVA:

A solicitação acima tem por propósito a aquisição de componentes para manutenção de rede elétrica no Parque de Exposições Armândio Guerra.

Embora o processo licitatório seja recente, o aditivo de 10,81% do saldo inicial da Ata de Registro de Preços, justifica-se por outras demandas que foram surgindo na medida das realizações dos serviços no Parque. Como exemplo, podemos citar o serviço de marcenaria realizado pela Dispensa de Licitação n° 33/2024, onde durante este, verificou-se que a fiação instalada estava comprometida e demonstrava risco.

DOCUMENTOS EM ANEXO:

a) Solicitação pela Secretaria;
b) Proposta (concordância) de preços formulada por **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**;
c) Certidões negativas (Federal, Estadual, Municipal e de Regularidade do FGTS);
d) Declaração subscrita pelo Fiscal do Contrato, **VANDERLEI PETTENON**, a respeito da regularidade dos serviços já prestados pela contratada.

Município de Capanema, Estado do Paraná - **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, aos 24 dias do mês de Agosto de 2024.

Secretaria Municipal de Administração - SECAD
Gilmar Gobato

Município de Capanema – PR
Secretaria Municipal de Administração - SECAD

DECLARAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO

Declaro que os serviços vêm sendo prestados de forma satisfatória, conforme requisitos definidos em contrato, não existindo até a apresente data fatos que desabonem a sua conduta e responsabilidade, bem como que o preço é condizente com o aplicado no mercado.

Vanderlei Pettenon
FISCAL DO CONTRATO

Administração PM Capanema-PR <adm@capanema.pr.gov.br>

ADITIVO DE VALOR - PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024

2 mensagens

Administração PM Capanema-PR <adm@capanema.pr.gov.br> 23 de agosto de 2024 às 16:49
Para: "rakel_martins6@hotmail.com" <rakel_martins6@hotmail.com>

Boa tarde, tudo bem?
Devido a outras necessidade observada quanto a manutenção elétrica no Parque de Exposições Armândio Guerra, solicitamos anuência em proceder com aditivo de alguns itens da **Ata de Registro de Preços n° 215/2024**, derivada do **Pregão Presencial n° 43/2024**, conforme segue:

a) Aditivo de 10,81% do saldo inicial do contrato da seguinte forma:

ITEM: 02
CÓDIGO: 69040
DESCRIÇÃO: BOCAL PRETO EMBORRACHADO
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,7066% do saldo inicial do contrato - 200 unidades – **R$1.378,00**

ITEM: 16
CÓDIGO: 69054
DESCRIÇÃO: FIO 10MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,6347% do saldo inicial do contrato - 400 metros - **R$3.188,00**;

ITEM: 20
CÓDIGO: 69058
DESCRIÇÃO: FIO PARALELO 2,5MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,2060% do saldo inicial do contrato - 600 metros - **R$2.352,00**

ITEM: 27
CÓDIGO: 69065
DESCRIÇÃO: LÂMPADAS 50 WHATS
TOTAL A SER ADITIVADO: 2,0573% do saldo inicial do contrato - 200 unidades - **R$4.012,00**

ITEM: 28
CÓDIGO: 69066
DESCRIÇÃO: MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA
TOTAL A SER ADITIVADO: 5,1402% do saldo inicial do contrato - 200 horas - **R$10.024,00**

ITEM: 34
CÓDIGO: 69072
DESCRIÇÃO: TOMADAS DE SOBREPOR 20A
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,0674% do saldo inicial do contrato - 20 unidades - **R$131,60**

–
Atenciosamente,

Raquel Albano
Assessora Especial de Processamento de Dados
Decreto 7.552/2024

Rakel Martins <rakel_martins6@hotmail.com> 23 de agosto de 2024 às 17:19

Para: Administração PM Capanema-PR <adm@capanema.pr.gov.br>

Boa tarde, tudo bem?
Confirmado!

Att,
Tiago Rogério Ledur

Obter o Outlook para Android

De: Administração PM Capanema-PR <adm@capanema.pr.gov.br>
Enviado: sexta-feira, agosto 23, 2024 4:49:32 PM
Para: rakel_martins6@hotmail.com <rakel_martins6@hotmail.com>
Assunto: ADITIVO DE VALOR - PREGÃO PRESENCIAL N° 43/2024

Boa tarde, tudo bem?
Devido a outras necessidade observada quanto a manutenção elétrica no Parque de Exposições Armândio Guerra, solicitamos anuência em proceder com aditivo de alguns itens da **Ata de Registro de Preços n° 215/2024**, derivada do **Pregão Presencial n° 43/2024**, conforme segue:

a) Aditivo de 10,81% do saldo inicial do contrato da seguinte forma:

ITEM: 02
CÓDIGO: 69040
DESCRIÇÃO: BOCAL PRETO EMBORRACHADO
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,7066% do saldo inicial do contrato - 200 unidades – **R$1.378,00**

ITEM: 16
CÓDIGO: 69054
DESCRIÇÃO: FIO 10MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,6347% do saldo inicial do contrato - 400 metros - **R$3.188,00**;

ITEM: 20
CÓDIGO: 69058
DESCRIÇÃO: FIO PARALELO 2,5MM
TOTAL A SER ADITIVADO: 1,2060% do saldo inicial do contrato - 600 metros - **R$2.352,00**

ITEM: 27
CÓDIGO: 69065
DESCRIÇÃO: LÂMPADAS 50 WHATS
TOTAL A SER ADITIVADO: 2,0573% do saldo inicial do contrato - 200 unidades - **R$4.012,00**

ITEM: 28
CÓDIGO: 69066
DESCRIÇÃO: MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA
TOTAL A SER ADITIVADO: 5,1402% do saldo inicial do contrato - 200 horas - **R$10.024,00**

ITEM: 34
CÓDIGO: 69072
DESCRIÇÃO: TOMADAS DE SOBREPOR 20A
TOTAL A SER ADITIVADO: 0,0674% do saldo inicial do contrato - 20 unidades - **R$131,60**

–
Atenciosamente,

Raquel Albano
Assessora Especial de Processamento de Dados
Decreto 7.552/2024

0 441

PARECER CONTÁBIL

ASSUNTO: Processo de Contratação
OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.

Em atenção à solicitação de parecer realizada pelo Departamento de Contratações Públicas acerca da **existência de dotação(ões) orçamentária(s)** para a contratação do objeto acima referido, informamos que a contratação em espeque **cumpre** o disposto na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000).
Ademais, **informamos a existência** de previsão de recursos orçamentários para assegurar o pagamento das obrigações decorrentes da contratação, cujo pagamento será efetuado por intermédio da(s) Dotação(ões) Orçamentária(s) abaixo descrita(s):

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2024	520	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	570	05.001.04.122.0402.2023	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	580	05.001.04.122.0402.2023	510	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	990	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1000	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1010	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1080	07.001.12.361.1201.2102	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1090	07.001.12.361.1201.2102	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1100	07.001.12.361.1201.2102	104	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1450	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1500	07.001.12.365.1202.2118	103	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1670	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1700	07.001.12.367.1201.2106	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	1790	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	1830	07.003.13.392.1301.2131	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2260	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2290	08.002.15.452.1501.2154	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	2680	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2690	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	2750	09.001.10.301.1001.2081	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

2024	2760	09.001.10.301.1001.2081	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3000	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3020	09.001.10.301.1001.2355	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3320	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	3370	09.001.10.302.1001.2353	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	3380	09.001.10.302.1001.2353	303	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4210	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4260	10.001.20.606.2001.2210	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4420	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4430	10.002.18.541.1801.2205	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4620	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4640	11.002.08.241.0801.2458	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4710	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4740	11.002.08.241.0801.2467	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	4770	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	4800	11.002.08.244.0801.2059	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5000	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5020	11.002.08.244.0801.2358	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5760	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5790	12.001.22.661.2201.2222	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	5890	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	5930	13.001.04.121.0402.2022	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6190	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6230	15.001.27.812.2701.2497	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício
2024	6531	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.30.00.00	Do Exercício
2024	6533	12.003.27.695.2301.2529	0	3.3.90.39.00.00	Do Exercício

Por oportuno, ressaltamos que o(s) crédito(s) orçamentário(s) **serão liberados no momento da formalização do(s) contrato(s)** – quando aplicável –, ou pela **etapa de empenho.**

Isso porque, não obstante haja apontada a existência de créditos orçamentários, a análise da disponibilidade de recursos financeiros para cumprimento da obrigação fica reservada às etapas da despesa acima elencadas, consoante disposto no caput do art. 59 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964, observada a possibilidade de frustração na previsão de arrecadação capaz de afetar a cobertura financeira destinada à quitação do contrato.

Por seu turno, não compete à contabilidade o juízo do mérito da contratação quanto à análise e determinação do objeto da compra, cuja decisão é discricionária do Gestor Municipal de cada pasta. Daí a imprescindibilidade de planejamento por parte desses agentes, a fim de que não contraiam despesas sem a devida cobertura financeira dentro do exercício corrente, sob pena de submeter o *Fisco* a um *Déficit Orçamentário e Financeiro.*

Destarte, alertamos aos Secretários que, caso a soma global das obrigações de mesma natureza venha a superar o valor das dotações acima indicadas, poderá haver limitação de empenho e

movimentação financeira para realização das despesas correspondentes, por força do § 3º do art. 9º da Lei 101, de 4 de maio de 2000 (LRF).

Os apontamentos realizados neste Parecer ficam vinculados às informações apresentadas no processo em anexo, fato que nos exime de qualquer responsabilidade por alterações que eventualmente possam ocorrer durante o trâmite do certame até a formalização da contratação, **salvo** se as alterações forem formalmente encaminhadas a este Departamento em tempo hábil para emissão de novo parecer.

Devolva-se os autos para diligências posteriores.

É o parecer.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 27 de agosto de 2024.

Cleomar Walter

Chefe do Departamento Contábil e Financeiro

CRC: PR-046483/O-2

Município de Capanema - P

CERTIDÃO NEGATIVA 4000/2024

IMPORTANTE:

1. FICA RESSALVADO O DIREITO DA FAZENDA MUNICIPAL COBRAR DÉBITOS CONSTATADOS POSTERIORMENTE MESMO REFERENTE AO PERÍODO COMPREENDIDO NESTA CERTIDÃO.

2. A PRESENTE CERTIDÃO TEM VALIDADE ATÉ **13/10/2024**, SEM RASURAS E NO ORIGINAL.

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

RAZÃO SOCIAL: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989 CNPJ: 48.368.808/0001-52

ENDEREÇO: R ALDO BIGATON, 1021 - SANTA BÁRBARA Capanema - PR CEP: 85760000

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	INSCRIÇÃO ESTADUAL	ALVARA
60674	169	

CNAE/ATIVIDADES

4321-5/00 - Instalação e manutenção elétrica, 3313-9/01 - Manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos, 3313-9/99 - Manutenção e reparação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos não especificados anteriormente, 3314-7/07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial, 3321-0/00 - Instalação de máquinas e equipamentos industriais, 4322-3/02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração, 4322-3/03 - Instalações de sistema de prevenção contra incêndio, 4329-1/03 - Instalação, manutenção e reparação de elevadores, escadas e esteiras rolantes, 4329-1/04 - Montagem e instalação de sistemas e equipamentos de iluminação e sinalização em vias públicas, portos e aeroportos, 8599-6/04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, 9521-5/00 - Reparação e manutenção de equipamentos eletroeletrônicos de uso pessoal e doméstico, 2539-0/01 - Serviços de usinagem, tornearia e solda, 4742-3/00 - Comércio varejista de material elétrico

Capanema, 14 de Agosto de 2024

A PRESENTE CERTIDÃO PODE SER VERIFICADA SUA AUTENTICIDADE

Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

0 44

Certidão Negativa

de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 034437573-24

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **48.368.808/0001-52**
Nome: **TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 25/12/2024 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br

Emitido via Internet Pública (27/08/2024 08:45:30)

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
CNPJ: 48.368.808/0001-52

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:37:16 do dia 07/08/2024 <hora e data de Brasília>.
Válida até 03/02/2025.
Código de controle da certidão: **7FC4.88E1.926F.5572**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

0 448
b

Voltar Imprimir

CAIXA
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 48.368.808/0001-52
Razão Social: TIAGO ROGERIO LEDUR
Endereço: RUA ALDO BIGATON 1021 / SANTA BARBARA / CAPANEMA / PR / 85760-000

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:24/08/2024 a 22/09/2024

Certificação Número: 2024082407315951348079

Informação obtida em 27/08/2024 08:48:36

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

minuta

1° Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços n° 215/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989., CNPJ sob o n° 48.368.808/0001-52, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis n° 14133/2021 e Lei Complementar n° 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo a Ata de Registro de Preços n° 215/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Pregão Presencial n° 43/2024 e de acordo com o Parecer Jurídico n° xx/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA Fica aditivada a Ata de Registro de Preços n° 215/2024, Valor total do Aditivo R$ 21.085,60(Vinte e um mil, oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade Licitada	Quantidade Acrescida	Valor unitário	Valor total do Aditivo
01	2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	UN	300,00	200,00	6,89	21.085,60
01	16	69054	FIO 10MM	M	3.000,00	400,00	7,97	3.188,00
01	20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	M	4.000,00	600,00	3,92	2.352,00
01	27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	UN	300,00	200,00	20,06	4.012,00
01	28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	H	900,00	200,00	50,12	10.024,00
01	34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	UN	400,00	20,00	6,58	131,60

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) DD dia(s) do mês de (mês por extenso) de 2024

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

TIAGO ROGERIO LEDUR
Representante Legal
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Detentora da Ata/Contratado

DESPACHO

Com relação ao Pregão Presencial nº 43/2024, objeto: **AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.** Encaminho esse PA ao Procurador Jurídico para análise e emissão de Parecer Jurídico a respeito do aditivo de Quantidade da Ata de Registro de Preços nº 215/2024

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de Agosto de 2024

Roselia Kriger Becker Pagani
Pregoeira/Chefe do Departamento de Contratações Públicas do
Município de Capanema

PARECER JURÍDICO Nº 200/2024

REQUERENTE: Secretaria Municipal de Logística e Contratações - SELOG.
ÁREA ADMINISTRATIVA: Licitações e Contratos Administrativos.
ÓRGÃO INTERESSADO: Secretaria Municipal de Administração - SECAD
ASSUNTO: Análise de solicitação de acréscimo de quantitativo e valor. Pregão Presencial nº 43/2024. 1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 215/2024.
OBJETO DA CONTRATAÇÃO: Serviço de mão de obra de engenharia elétrica (eletricista) com fornecimento de transformador trifásico e materiais elétricos para o Parque de Exposição Armandio Guerra, processado pelo sistema de registro de preços.

EMENTA: ALTERAÇÃO CONTRATUAL. ACRÉSCIMO DE QUANTITATIVO E VALOR. JUSTIFICATIVA SUFICIENTE. POSSIBILIDADE. PARECER JURÍDICO FAVORÁVEL.

1. RELATÓRIO

A Secretaria Municipal de Logística e Contratações – SELOG encaminha para análise da Procuradoria-Geral o presente Processo Administrativo para análise de solicitação de alteração contratual, consubstanciado em acréscimo de quantitativo e valor.

É o relatório.

2. PARECER

2.1. Considerações iniciais

Convém destacar, inicialmente, que compete a esta Procuradoria-Geral, nos termos do § 4º do art. 45, da Lei Complementar Municipal nº 14/22 (art. 53, *caput* e § 4º, da Lei Federal nº 14.133/2021), prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico dos documentos apresentados, não cabendo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros do(s) produto(s)/serviço(s) entendido(s) como necessário(s).

Nesse rumo, forçoso reconhecer que a análise dos aspectos técnicos do objeto do aditivo solicitado não constitui tarefa afeta a este órgão jurídico, o que somente de forma excepcional poderemos adentrar, em razão da omissão grosseira do setor competente na descrição dos objetos ou na justificativa da contratação.

Ante as questões acima suscitadas, passaremos à análise dos aspectos relacionados à legalidade do feito.

2.2. Do Acréscimo de Quantitativo

O art. 182, inciso I, alínea "b", c/c o art. 183, ambos da LCM 14/22, concede à Administração a possibilidade de modificar o valor contratual realizando acréscimos ou supressões em obras, serviços e compras num percentual máximo de 25% do valor inicial, e no caso particular de reforma de edifício ou equipamento, até o limite de 50% para os seus acréscimos (art. 124, inciso I, alínea "b" c/c o art. 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021).

Destarte, vê-se, pela disposição legal, que em se tratando de uma alteração de natureza quantitativa, cujo acréscimo não ultrapasse os limites legais, detém a Administração a possibilidade de fazê-lo unilateralmente, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitado o interesse público primário.

Deveras, desde que respeitados os preços ajustados no contrato e considerando a necessidade de aquisição/prestação do(s) objeto(s)/serviço(s) indicado(s) no requerimento, indicam que os requisitos exigidos para realizar o acréscimo se encontram presentes, haja vista que a possibilidade de alterar

unilateralmente o ajuste representa uma prerrogativa à disposição da Administração para concretizar o interesse público, ainda mais quando há solicitação ou concordância por parte da empresa contratada.

Com efeito, a modificação quantitativa do valor contratado deve corresponder, em igual medida, à alteração das obrigações dos sujeitos da relação jurídica (Administração Pública e empresa contratada), ou seja, a variação da contraprestação deve guardar uma relação direta de proporcionalidade com o aumento do objeto.

Por outro lado, adverte-se que o parâmetro sobre o qual deve ser calculado o limite de 25% não é o quanto do objeto é alterado, mas o quanto da alteração do objeto repercute no valor inicial atualizado do contrato, isto é, o cálculo do limite a ser aditado deve ter por base o valor total da contratação e não o quantitativo individualizado de cada item.

No caso em análise, o aumento da quantidade do(s) objeto(s) é proporcional ao acréscimo do valor do(s) respectivo(s) contrato(s), respeitando-se, portanto, o percentual máximo permitido (25%).

Por todo o exposto, considerando que a alteração que se pretende implementar qualifica-se como quantitativa (acréscimo), vislumbram-se respeitados os limites definidos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, e, portanto, nada obsta a sua formalização, pois adequada ao caso (arts. 152, 182 e 183, todos da LCM 14/22 e, ainda, art. 124, inciso I, alínea "b" c/c o art. 125, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021).

2.3. Recomendações

Urge esclarecer, por fim, porque notória a relevância, que a veracidade de todas as informações e documentação apresentadas são de inteira responsabilidade dos agentes públicos e privados envolvidos.

Neste ponto, convém chamar atenção para a possibilidade de aplicação de sanções de natureza política, administrativa, civil e penal **em caso de malversação da verba pública e/ou em razão de descumprimento das obrigações legais, contratuais e editalícias,** possibilitando a configuração de ato de improbidade administrativa, nos termos da Lei nº 8.429/1992, bem como em desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta Procuradoria-Geral se manifesta pela **possibilidade** da celebração do termo aditivo com acréscimo de quantitativo e de valor, na forma pretendida, **desde que sejam providenciadas:**

a) a atualização, se necessário for, de toda a documentação de regularidade fiscal, comprovando que o Contratado ainda satisfaz os requisitos legais de habilitação, caso a validade dos respectivos documentos apresentados estejam expirados;

b) a decisão do Excelentíssimo Prefeito Municipal;

c) a assinatura do aditivo contratual pelas partes;

d) a publicação do extrato do aditivo no Diário Oficial do Município.

É o parecer.

Município de Capanema, Estado do Paraná - **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 27 de agosto de 2024.

Robson Pinheiro da Silva

Robson Pinheiro da Silva
Procurador Municipal
OAB/PR 66.740

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Com relação ao Pregão Presencial nº 43/2024, objeto: AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. Acato o Parecer Jurídico nº 200/2024 pelo aditivo de Prazo de quantidade e Valor.

Solicito ao Departamento de Contratações Pública para que tome as devidas Providências no sentido da elaboração do Termo Aditivo.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de agosto de 2024

Américo Bellé
Prefeito Municipal

0 45-1

Gmail

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com>

ADITIVO A ATA 215 PARA ASSINATURA, PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2024

1 mensagem

Licitacao Capanema Parana <licitacao.capanema@gmail.com> 27 de agosto de 2024 às 13:59
Para: rakel_martins6@hotmail.com

FAVOR ASSINAR DIGITALMENTE E NOS DEVOLVER

1º aditivo a ata 215.docx
168K

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989., CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 43/2024 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 200/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA Fica aditivada a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, Valor total do Aditivo R$ 21.085,60(Vinte e um mil, oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Código do produto/ serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade Licitada	Quantidade Acrescida	Valor unitário	Valor total do Aditivo
01	2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	UN	300,00	200,00	6,89	21.085,60
01	16	69054	FIO 10MM	M	3.000,00	400,00	7,97	3.188,00
01	20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	M	4.000,00	600,00	3,92	2.352,00
01	27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	UN	300,00	200,00	20,06	4.012,00
01	28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	H	900,00	200,00	50,12	10.024,00
01	34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	UN	400,00	20,00	6,58	131,60

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque Caminho do Colono, ao(s) 27 dia(s) do mês de agosto de 2024

AMERICO BELLE
Prefeito Municipal

TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989:48368808000152
Assinado de forma digital por TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989:48368808000152
Dados: 2024.08.30 14:03:39 -03'00'

TIAGO ROGERIO LEDUR
Representante Legal
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Detentora da Ata/Contratado

08 456

Apoio Licitação 1 PM Capanema-PR <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br>

ADITIVO ASSINADO

1 mensagem

Apoio Licitação 1 PM Capanema-PR <apoiolicitacao1@capanema.pr.gov.br> 3 de setembro de 2024 às 09:04
Para: rakel_martins6@hotmail.com

Bom dia!
Segue em anexo o 1° termo aditivo a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 215/2024, referente ao pregão presencial 43/2024, assinado por ambas as partes.

Atenciosamente
Bárbara Ilkiu

CCO_003430.pdf
269K

0 6 457

EXPEDIENTE

ORGÃO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE CAPANEMA
AUTORIZADO PELA LEI 1.431/2.005 DE 06/04/2.005, LEI MUNICIPAL Nº 1.648/2018

DIREÇÃO: Jessica Simara Pilger Borges

DIAGRAMAÇÃO/EDIÇÃO: Jhonattan Ricardo Senger

APOIO TÉCNICO: Pedro Augusto Santana

PREFEITURA DE CAPANEMA
Avenida Pedro Viriato Parigot de Souza, 1080 - CEP:85760-000
Fone: 46 3552-1321
E-mail: diariooficial@capanema.pr.gov.br / adm@capanema.pr.gov.br
Capanema - Paraná
Prefeito Municipal: Américo Bellé
Vice-Prefeito Municipal: José Carlos Balzan
Secretário de Administração: Gilmar Gobato
Secretária de Agricultura e Meio Ambiente: Tatiane Sott
Secretário de Logística e Contratações: Felipe Carvalho Romero
Secretário de Educação e Cultura: Alcione Roberto Closs
Secretário de Esporte e Lazer: Diogo André Hossel
Secretária da Família e Evolução Social: Loiri Albanese Moraes
Secretário da Fazenda: Luiz Alberto Letti
Secretário de Infraestrutura e Urbanismo: Eduardo Fernando Balbinotti Fernandes
Secretário de Saúde: Sandro Carlos Lazarini
Secretário de Viação e Obras: Celso Antonio Backes
Chefe de Gabinete: Jessica Simara Pilger Borges

Controladora Geral do Município: Jeandra Wilmsen

CÂMARA MUNICIPAL DE CAPANEMA
R. Padre Cirilo, 1270 - CEP: 85760-000
Fone: (46) 3552-1596
E-mail: secretarialegislativa@capanema.pr.leg.br
Capanema - Paraná
Vereador: Sergio Ullrich - Presidente
Vereador: Ercio Marques Schappo - Vice - Presidente
Vereador: Edson Wilmsen - 1º Secretário
Vereador: Delmar C. Balzan - 2º Secretário
Vereador: Cladir Sinesio Klein
Vereador: Dirceu Alchieri
Vereador: Geancarlo Denardin
Vereador: Valdomiro Brizola
Vereadora: Olinda Terezinha Szimanski Pelegrina Lopes

ATOS LICITATÓRIOS

1º Termo Aditivo a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989., CNPJ sob o nº 48.368.808/0001-52, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 14133/2021 e Lei Complementar nº 14/2022, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Pregão Presencial nº 43/2024 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 200/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica aditivada a Ata de Registro de Preços nº 215/2024, Valor total do Aditivo R$ 21.085,60 (Vinte e um mil, oitenta e cinco reais e sessenta centavos), conforme abaixo:

Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade Licitada	Quantidade Acrescida	Valor unitário	Valor total do Aditivo
01	2	69040	BOCAL PRETO EMBORRACHADO	UN	300,00	200,00	6,89	21.085,60
01	16	69054	FIO 10MM	M	3.000,00	400,00	7,97	3.188,00
01	20	69058	FIO PARALELO 2,5MM	M	4.000,00	600,00	3,92	2.352,00
01	27	69065	LÂMPADAS 50 WHATS	UN	300,00	200,00	20,06	4.012,00
01	28	69066	MÃO DE OBRA ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA	H	900,00	200,00	50,12	10.024,00
01	34	69072	TOMADAS DE SOBREPOR 20A	UN	400,00	20,00	6,58	131,60

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 27 de agosto de 2024.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

TIAGO ROGERIO LEDUR
Representante Legal
TIAGO ROGERIO LEDUR 07886245989
Detentora da Ata/Contratado

1º Termo Aditivo ao Contrato nº 251/2024, que entre si celebram de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA – PARANÁ e de outro lado a empresa EDER JUNIOR GONCALVES

Pelo presente instrumento que firma de um lado o MUNICÍPIO DE CAPANEMA/PR, já qualificado nos autos, e de outro lado a empresa EDER JUNIOR GONCALVES., CNPJ sob o nº 17.598.428/0001-80, também já qualificada nos autos, doravante designada CONTRATADA, estando as partes sujeitas as normas das Leis nº 10.520/2022 e nº 8.666/1993, ajustam o presente termo aditivo ao contrato administrativo nº 251/2024, decorrente do processo de licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 34/2023 e de acordo com o Parecer Jurídico nº 204/2024, mediante as seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA - Aditiva-se a quantidade do item 01, do Contrato Administrativo nº 251/2024, Valor total do Aditivo R$ 9.459,30(Nove mil, quatrocentos e cinquenta e nove reais e trinta centavos), conforme abaixo:

Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade Acrescida	Valor Unitário	Valor Total
1	66130	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SOLDA ELÉTRICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL COMPLETO E EQUIPAMENTO	H	422,29	22,40	9.459,30

CLÁUSULA SEGUNDA - As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.

E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Município de Capanema, Estado do Paraná: **Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono**, ao dia 29 de agosto de 2024.

AMÉRICO BELLÉ
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR GONCALVES
Representante Legal
EDER JUNIOR GONCALVES
Contratada

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2024

DESPACHO

Com relação ao pregão presencial 43/2024: **AQUISIÇÃO DE TRANSFORMADOR TRIFÁSICO, MATERIAIS ELÉTRICOS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA/ELETRICISTA, PROCESSADO PELO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**
Publique-se no site: https://www.capanema.pr.gov.br a partir da página 435 até o final.

Capanema, Cidade da Rodovia Ecológica – Estrada Parque
Caminho do Colono, ao(s) 03 dia(s) do mês de setembro de 2024.

Roselia Kriger Becker Pagani
Chefe do Departamento da Contratações Públicas
do Município de Capanema